

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Maria Ines Saadi de Tozatto

TRANSMISSÃO PSÍQUICA
Metamorfoses teórico-clínicas de um
campo em movimento

Tese de Doutorado

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Clínica

Rio de Janeiro
Janeiro 2004

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Maria Ines Saadi de Tozatto

TRANSMISSÃO PSÍQUICA
Metamorfoses teórico-clínicas de um
campo em movimento

Tese de Doutorado

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Psicologia Clínica.

Orientadora: Prof.^a Terezinha Féres-Carneiro

Rio de Janeiro

Janeiro 2004



Maria Ines Saadi de Tozatto

**TRANSMISSÃO PSÍQUICA
Metamorfoses teórico-clínicas de um
campo em movimento**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Departamento de Psicologia do centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof.^a Terezinha Féres-Carneiro
Orientadora

Departamento de Psicologia – PUC-Rio

Prof. Bernardo Jablonski

Departamento de Psicologia – PUC-Rio

Prof.^a Junia de Vilhena

Departamento de Psicologia – PUC-Rio

Prof.^a. Maria Consuelo Passos

Setor de Pós-Graduação – PUC-SP

Prof.^a.Teresa Cristina Otherino C.Carreteiro

Departamento de Psicologia – UFF

Prof. Paulo Fernando Carneiro de Andrade

Coordenador setorial de Pós-Graduação
E Pesquisa do Centro de Teologia e
Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 2004.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Maria Ines Saadi de Tozatto

Graduou-se em Psicologia pela USU (Universidade Santa Úrsula) em 1974. Especializou-se em Psicoterapia com crianças e adolescentes em 1978 pelo IOP (Instituto de Orientação Psicológica). Formou-se Psicanalista em 1984 no CBP-RJ (Círculo Brasileiro de Psicanálise – Seção Rio de Janeiro) do qual foi membro fundador. Especializou-se em Psicoterapia Psicanalítica de Casal e Família em 1989 e desde então ministra cursos de formação nesta área. É professora convidada em instituições psicanalíticas e acadêmicas, responsável pelos Seminários sobre Família e Grupos. Vem exercendo a Clínica individual e vincular (casal, família, grupo e instituição) tanto no contexto privado como no contexto comunitário. Desde 1996 assessora projetos sociais e desenvolve pesquisas na PUC-Rio e no Terceiro Setor nas áreas de saúde, qualidade de vida e psicologia comunitária.

Ficha catalográfica

TOZATTO, Maria Ines Saadi

Transmissão Psíquica Metamorfozes teórico-clínicas de um campo em movimento/ ; orientadora: Terezinha Féres-Carneiro. – Rio de Janeiro: PUC; Departamento de Psicologia, 2004.

p.236

1. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia

Inclui referências bibliográficas.

1. Psicologia – Teses. 2. Transmissão Psíquica. 3. Família. 4. Acontecimento. 5. Vínculos. 6. Transsubjetividade 7. Psicanálise. 8. Geracional I. Tozatto, Maria Ines Saadi. II Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD:004

A Paulo, meu amado e paciente companheiro, pelo carinho e apoio diante de tudo que a vida me apresenta e pela intensa colaboração na realização desta tese.

A meus filhos, Daniel, Lucas e Mariana pela compreensão com meu isolamento e pela ajuda efetiva na digitação, na pesquisa bibliográfica e no acolhimento nos momentos de desgaste.

À minha mãe, pela transmissão de fé, coragem, serviço, gosto pela leitura e pela vida.

A meu pai, que carinhosamente dizia: “*estudia Maria Ines*”.

Agradecimentos

À Terezinha Féres-Carneiro, querida orientadora, pioneira no campo da terapia de família, pela sua sinceridade, seu senso de justiça (qualidades humanas tão difíceis hoje) e pela constante confiança na minha produção.

A meus pares, Soraya Lopes, Edilberto Arruda, Vera Carvalho e Luiza Forte, pela amizade e pelo nosso pioneirismo na criação do CPGF – Centro de Psicanálise de Grupo e Família.

A Luiz César Monnerat Tardin, que me apresentou o mundo acadêmico como celeiro de projetos sociais.

À Olga Ruiz Correa, mestra e amiga, com quem iniciei os estudos sobre a transmissão psíquica.

À Maria Cristina Rojas, pela disponibilidade para a troca científica.

A meus pacientes e participantes de grupos de reflexão, que, com o relato de suas vidas, me ajudaram a pensar e a criar.

A todos os colegas dos grupos de estudo e supervisão, pelo reconhecimento de meu trabalho e pelo tanto que contribuem para minha constante aprendizagem.

À Mariza, pelo carinho com que cuidou de minha família, de minha casa e de mim.

À minha rede de amigos que, com criteriosas opiniões, indicações bibliográficas, tradução de textos e principalmente com afeto, foi presente neste percurso.

À Beatriz, que, além de prima, é amiga e parceira de trabalho.

A Carlos Mauro Ferreira Bianchi (in memoriam), que me transmitiu o valor de aprender com as culturas dos povos primitivos.

À Eliane, constante voluntária na escuta das famílias no contexto comunitário.

Aos professores que participaram da comissão examinadora e aos que, generosamente, aceitaram ser suplentes.

À Vice-Reitoria Comunitária da PUC-Rio pelo incentivo constante ao Projeto Unicom.

Ao Departamento de Psicologia da PUC-Rio, professores e funcionários, pelos ensinamentos e pela ajuda sempre presente.

Ao CNPQ e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, que deram apoio importante para a produção desta tese.

Resumo

TOZATTO, Maria Ines Saadi de; Féres-Carneiro, Terezinha. **Transmissão psíquica. Metamorfoses teórico-clínicas de um campo em movimento.** Rio de Janeiro, 2004. 236p. Tese de Doutorado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A transmissão psíquica é um dos temas centrais da teoria psicanalítica contemporânea que privilegiou o estudo do campo geracional, campo este que é resgatado neste trabalho, incluindo alguns de seus antecedentes teóricos em Freud e Winnicott. A tese inova ao aprofundar a incidência dos acontecimentos atuais na transformação do legado sociofamiliar que é transmitido aos descendentes. Tece novas reflexões sobre o que pode estar sendo transmitido psiquicamente, partindo especialmente dos acontecimentos transsubjetivos, que, frente à porosidade da membrana familiar, têm estado cada vez mais presentes nas modificações subjetivas e vinculares. O desemprego e a violência urbana são, então, investigados como acontecimentos representativos da realidade social brasileira no âmbito da cidade do Rio de Janeiro. Partindo da clínica privada em consultório da Zona Sul e da clínica em comunidade favelada da periferia e a elas retornando, são discutidos fragmentos de casos clínicos. A pesquisa lança proposições que acenam para o lugar e a função do analista, sendo suplementados pela função terapêutica das redes vinculares de pertença e das redes vinculares terapêuticas. Guiada pela metáfora da rede, propõe uma clínica em movimento constante.

Palavras-chave

Transmissão psíquica; família; acontecimento; vínculos; transsubjetividade; psicanálise; geracional.

Résumé

TOZATTO, Maria Ines Saadi de; Féres-Carneiro, Terezinha. **Transmission psychique. Metamorphoses théorico-cliniques d' un champ en mouvement** . Rio de Janeiro, 2004. 236p. Thèse de Doutorat – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

La transmission psychique est un des thèmes centraux de la théorie psychanalytique contemporaine qui a privilégié l'étude du champ générationnel. Il s'agit dans ce travail de reprendre ce champ et d'y inclure quelques-uns de ses antécédents théoriques comme ceux de Freud et Winnicott. L'innovation de la thèse se doit à l'approfondissement de l'incidence d'événements actuels dans la transformation de l'héritage socio-familial qui est transmis aux descendants. Cet ouvrage soulève des réflexions sur la transmission psychique en cours, en partant notamment d'événements transsubjectifs qui, face à la porosité de la membrane familiale, sont de plus en plus présents dans les modifications subjectives et des liens. Le chômage et la violence urbaine y sont donc étudiés en tant qu'événements représentatifs de la réalité sociale brésilienne dans le cadre de la ville de Rio de Janeiro. En prenant comme point de départ une clinique privée dans la zone Sud (classes plus favorisées) et une clinique communautaire dans une « favela » située à la périphérie de la ville, on reprend les cliniques citées dans la thèse à travers des fragments d'études de cas. La recherche lance des propositions qui signalent le lieu et la fonction du psychanalyste, supplémentés par la fonction thérapeutique des réseaux d'appartenance et des réseaux de liens thérapeutiques. Ce travail est guidé par la métaphore du réseau et propose une clinique en constant mouvement.

Mots-clés

Transmisssion psychique; famille; événement; liens; trasubjectivité; psychanalyse; champ générationnel.

Sumário

1. Introdução	12
2. Ampliando as fronteiras do individual para o vincular	19
2.1. Contextualizando o campo da psicanálise para as redes vinculares	19
2.2. Por uma metapsicologia para as redes vinculares	30
2.3. O acontecimento balançando as estruturas...	41
2.3.1. Ordem estrutural?	45
2.3.2. Ordem do acontecimento	51
3. Transmissão Psíquica: alguns aportes para a genealogia de um saber	57
3.1. Trilhas sobre a transmissão no texto freudiano	57
3.1.1. A hipótese filogenética e o genealógico	57
3.1.2. As fantasias como matéria-prima da transmissão	65
3.1.3. O eixo narcísico de transmissão e a ferida genealógica	69
3.1.4. A rede de identificações e o estranho	76
3.1.5. Memória, repetição e transferência	78
3.1.6. O intermediário como tópica da transmissão	80
3.1.7. Algumas considerações sobre o legado freudiano em causa	83
3.2. Algumas contribuições de D. Winnicott à teoria da transmissão psíquica	86
3.2.1. A mãe como transmissora	86
3.2.2. Relação de objeto e uso do objeto	89
3.2.3. O espaço potencial	91
3.2.4. O objeto transicional	93
3.2.5. A capacidade criadora	94
3.2.6. O espaço cultural	96

4. A teoria da transmissão psíquica na ótica da psicanálise para as redes vinculares	99
4.1. O campo do geracional ou a transmissão psíquica entre as gerações	100
4.2. O casal como transmissor de vida psíquica	110
4.3. O vínculo fraterno e a transmissão	119
5. O campo do transobjetivo ou a transmissão psíquica cultural	123
5.1. A pertença sociocultural	123
5.2. O grupo familiar e a porosidade da membrana	131
5.3. Sobre os acontecimentos	135
5.4. A sociedade contemporânea e a transmissão psíquica	142
5.5. Acontecimentos transobjetivos: desemprego e violência urbana	144
6. Devenir de uma clínica em movimento	164
6.1. Sobre o tempo presente e o tempo passado	171
6.2. A psicoterapia familiar psicanalítica - espaço privilegiado para a elaboração da transmissão psíquica.	176
6.3. O genograma psicanalítico	191
6.4. Redes vinculares de pertença e outras redes	195
6.5. Na escuta da dimensão social da transmissão	201
7. Considerações Finais	209
8. Referências Bibliográficas	225

“Na velhice e até os cabelos brancos,
Ó Deus não me abandoneis;
A fim de que eu anuncie à geração
presente
a força de vosso braço,
E vosso poder à geração vindoura.”
Salmo 70

“A herança é algo de muito complicado e contraditório, trata-se de ser fiel sem dogmatismo e às vezes contradizer ou construir uma crítica por fidelidade.”

Jacques Derrida (2001)

1 Introdução

“Somos todo el pasado, somos nuestra sangre, somos la gente que hemos visto morir, somos los libros que nos han mejorado, somos gratamente los otros”.
Jorge Luis Borges (1974)

Na experiência clínica como psicanalista, fui-me defrontando com lacunas no embasamento teórico específico para as questões vinculares que o trabalho com casais e famílias vinha-me apresentando. Após onze anos de escuta centrada na intrasubjetividade (1975-1986), escutar o casal e o grupo familiar significava transgredir parâmetros preestabelecidos pela formação psicanalítica e, mais do que isso, superar limites aparentemente impostos pela teoria. Durante muitos anos, não se pensou na psicanálise como indo além da poltrona e do divã e ficou bloqueado, na prática, o que podemos dizer que foi reprimido na teoria psicanalítica¹. Segundo Mannoni (1985), era difícil criar espaços de investigação realmente fecundos, já que o conformismo, o individualismo e o narcisismo exacerbado eram ameaças constantes, instalando-se, assim, um “militarismo pedagógico de transmissão de um saber constituído”, herdado e conservado, cujo lugar para a invenção, para o novo ou diferente tornava-se cada vez menor.

Neste contexto, fui acolhendo as construções teóricas da abordagem psicanalítica para os vínculos familiares. O engajamento nas questões vinculares me permitiu vivenciar uma primeira metamorfose do espaço habitado pela psicanálise que, nos últimos cinquenta anos, vem construindo novas teorias, a partir do legado freudiano, com o objetivo de responder à demanda da clínica: escutar o sofrimento de outras formas de subjetividade que se apresentam no casal e na família em suas diversas configurações.

¹ Parte destas idéias foi desenvolvida com meus pares do CPGF – Centro de Psicanálise de Grupo e Família – no trabalho: “Do individual ao grupo familiar – uma passagem”, apresentado no I Encontro de Grupanalise, Psicoterapia de Grupo e Saúde Mental de Língua Portuguesa. São Paulo, 1991.

Relendo Freud à luz da clínica das redes vinculares, constatamos que vários dos conceitos teóricos, surgidos na passagem do enfoque individual ao grupal, têm sua origem no texto freudiano. Para aprofundar o estudo desta questão e iniciar a investigação da abordagem psicanalítica sobre os vínculos, fui tomando contato com a produção de alguns dos autores argentinos e franceses (desde 1987). Estudar e transmitir suas concepções teóricas motivou a criação, em março de 1989, do CPGF - Centro de Psicanálise de Grupo e Família, do qual fui uma das fundadoras. O CPGF foi uma das iniciativas pioneiras na divulgação da abordagem psicanalítica na psicoterapia de casal e de família no Rio de Janeiro. Desde então, venho participando da transmissão e do ensino de uma teoria referendada na clínica psicanalítica dos vínculos (família, casal, grupos e instituições). A inserção no espaço da docência, seja em cursos de graduação, de aperfeiçoamento ou de formação psicanalítica, foi trazendo o desafio constante de repetir criando. Era importante abrir o leque da metapsicologia freudiana para as contribuições dos psicanalistas que vêm teorizando sobre os vínculos familiares.

A transformação deste momento ficou fortalecida em 1996, quando, inserida em projetos sociais, tive o privilégio de iniciar a escuta clínica em comunidades empobrecidas da periferia do Rio de Janeiro. Atendendo à demanda de escutar o sofrimento nos vínculos familiares, iniciei um grupo de reflexão psicanalítica, integrado por mulheres de três gerações: avós, mães e filhas, pertencentes a camadas de baixa renda. Este trabalho é realizado até hoje, na própria comunidade em que moram, como parte das atividades oferecidas pelo projeto Unicom da PUC-Rio.

Minha concepção teórica da abordagem psicanalítica para os vínculos familiares estava, até então, regida por modelos estruturalistas. Criados a partir da Estrutura de Parentesco de Lévi-Strauss, os conceitos Estrutura Familiar Inconsciente (E.F.I.) e zócalo do casal (Puget & Berenstein, 1989, 1999) eram construtos

que sustentavam a clínica vincular e pareciam dar conta de tudo, surgiam, no entanto, impedimentos em alguns casos clínicos.

Aprofundando o estudo da *transmissão psíquica*, fui construindo um novo olhar sobre estas situações de impedimento que, muitas vezes, tinham origem em gerações anteriores. O campo do geracional transformou, mais uma vez, minha clínica. A escuta do legado familiar nas mais variadas formas de família, assim como a constatação, na clínica, de que algo era sempre da ordem do imprevisível, do indeterminado, do acaso, motivou a busca de novos referenciais teórico-clínicos.

O estudo do conceito de *acontecimento* (Badiou, 1991) foi-se impondo e balançando as estruturas, desconstruindo conceitos e fazendo com que estes fossem recriados com outro olhar ou até substituídos por conceitos novos. O *acontecimento* é algo novo, que produz uma metamorfose ou mudança notável nas significações vigentes e cria um novo posicionamento até então inimaginável.

Durante praticamente os últimos vinte anos, tanto o pensar a psicanálise como o exercer a clínica psicanalítica dos vínculos ficaram tomados por uma aura estruturalista na qual tudo era, de alguma forma, previsto e cada peça tinha seus possíveis encaixes já determinados. Neste momento, ante a força do *acontecimento*, como fica a construção teórico-clínica sobre a transmissão psíquica no grupo familiar?

A repetição demanda o novo. Nunca há uma repetição idêntica sem algum ponto de transformação. As estruturas têm como dar conta do radicalmente novo? No enfoque da teoria da Complexidade (Morin, 1994), os modelos estão em construção constante, com maior flexibilidade, abertura e porvir. Proponho pensar a co-construção de uma rede ou tecido familiar, que conta com o “protagonismo” familiar, conjugal e individual.

Esta tese parte de demandas da clínica, tanto particular como em contexto comunitário, e quer construir aportes teóricos que respaldem a clínica atual na escuta da transmissão dos *legados sociofamiliares*.

Para ser autora do meu texto, um longo percurso foi necessário. Inicialmente, senti um mal-estar com a constatação de estar repetindo saberes já bem estabelecidos, com poucas aberturas para as demandas que surgiam dos novos desafios da clínica. Num segundo momento, a experiência de ruptura, de corte, distanciou-me do texto original herdado. A possibilidade de criação implicava partir para um novo olhar desse rico legado.

Estabelecendo um diálogo com outras disciplinas além da psicanálise, a leitura multidisciplinar propiciou a aproximação da filosofia, psicossociologia, antropologia, história, biologia e física. Revitalizei e transformei algo que fazia parte de minhas inquietações. Conceitos como os de *suplemento* e *acontecimento* emergiam do velho legado, revisitado neste momento já com outra escuta. O novo, em tudo isto, é o meu recorte, a minha construção, o pronome possessivo, o ser autora de uma investigação que expressa meu desejo, meus investimentos, meus objetivos. Existe, então, algo realmente novo, da ordem do acontecimento ou tudo é só repetição? O novo é da ordem singular, de cada um, de cada autor, de cada grupo familiar, de cada comunidade, e confere significação a uma profunda metamorfose: deixar de ser personagem e passar a ser protagonista.

O desafio na construção deste texto teve dupla-face. Por um lado, vir ao encontro da teoria, imprimindo vigor ao espírito de descoberta, e não ao de repetição. Como afirmam Abraham & Torok (1995), “prosseguir, voltando a cada passo, sobre ela mesma, em outras palavras, avançar numa auto-adequação incessante e controlada” (p.169). Por outro lado, partindo da clínica e a ela retornando constantemente, verificar a evolução dos conceitos, evidenciando na “casca” dos vocábulos o que existe de descontinuidade, assim como qual o “núcleo” que se mantém constante.

O estudo desenvolvido pretende ser uma contribuição para um olhar não totalitário da psicanálise e do seu legado. Sabemos que, em psicanálise, a pesquisa só é possível ao se considerar não só a

especificidade do campo como também a singularidade de cada caso. Diante deste posicionamento, esta tese propõe uma *escuta globolocalizada* na clínica.

A investigação tem como fio condutor revisitar o tema da transmissão psíquica, fazendo o resgate do eixo genealógico, já bastante estudado, e aprofundando o eixo dos acontecimentos contemporâneos que, acredito, pode estar cunhando impressões formadoras de inconsciente no futuro.

Retornar às origens e percorrer o caminho de repetição e de criação, na construção do legado psicanalítico sobre a transmissão psíquica, foi-me permitindo defender a tese de uma transmissão de *legados sociofamiliares* com as transformações impostas pela escuta do acontecimento.

Na contemporaneidade, vários estudos sobre a transmissão psíquica, desenvolvidos pela psicanálise, revalorizam o lugar dos traumas, ocorridos em todo e qualquer tempo da vida, como detonadores de informações que constituem o inconsciente a ser posteriormente trabalhado.

Isto posto, são questões hoje: como se inscrevem na subjetividade e nas redes vinculares, acontecimentos que vão sendo vividos além da infância, advindos do totalmente novo, do acaso? Todo acontecimento é traumático? Qual é o conceito de trauma que dá suporte à teoria da transmissão psíquica?

Desenvolver esta pesquisa passou a ter maior significação diante do acontecimento de 11 de setembro de 2001, o ataque às torres gêmeas de Nova York e ao Pentágono. Algo da ordem do inacreditável aconteceu. Nossos valores, medos e expectativas foram alterados. Falamos em era da incerteza, mas já nos lançamos à procura de outras certezas como defesa para um mal-estar crescente. Os criadores repensam suas obras. Inserida neste contexto, pergunto-me: o que está sendo construído e concomitantemente transmitido psiquicamente, como se inscrevem no psiquismo individual e vincular estas catástrofes humanitárias, estes acontecimentos do espaço transsubjetivo de hoje que nos

atingem com violência? Diante disto, mais de uma vez escuto na clínica: "este acontecimento será estudado nas aulas de história e no futuro contaremos o que passamos a nossos filhos e netos".

A articulação entre transmissão psíquica e acontecimento é o cerne do meu estudo, contribuição original para o campo da psicanálise, para as redes vinculares. É feito um estudo teórico-clínico das transformações sofridas pelo campo da transmissão psíquica, a partir das construções teóricas da psicanálise e do enriquecimento aportado pela abertura a outros saberes.

No dizer de Laplanche (1989), tentei “fazer trabalhar a teoria”, ou seja, pensá-la criativamente, metamorfoseando a teoria e a clínica em algum de seus aportes, podendo assim experimentar o novo, o imprevisível.

Movida pelo imperativo de acompanhar e refletir as mudanças de cada tempo, de ter um texto com sentido histórico, expressão de um tempo datado – partindo da teoria e da clínica –, a tese apresenta a proposta para uma escuta psicanalítica atual da transmissão psíquica no que tem de variante e de invariante, de criação e de repetição.

Referendando a articulação teórico-clínica do estudo, foram incluídos, no texto, fragmentos de casos clínicos de representantes das camadas privilegiadas da sociedade, atendidos em consultório particular, e de representantes da camada pobre da população, através da escuta grupal, feita em comunidade favelada.

No intuito de melhor conduzir o leitor, a tese tem um texto propriamente dito e um texto de contextualização.

No capítulo 2, como pré-texto ou texto de contextualização, reconto a história da psicanálise, na sua abordagem para as redes vinculares. A *metáfora da rede* foi privilegiada como sendo a mais representativa da interseção, em movimento e constituição constante, das dimensões intrasubjetiva, intersubjetiva e transubjetiva do psiquismo e dos vínculos estabelecidos. O leitor caminha por um terreno sem bandeiras, produzido pela criação e intercâmbio científico entre autores franceses, argentinos e

brasileiros contemporâneos; entra em contato com os destinos desta abordagem, sempre atravessada pela ordem estrutural e a ordem do acontecimento, marcada pelo meu percurso profissional.

No capítulo 3, recuperando as raízes teóricas do tema da transmissão psíquica, Freud é considerado o ancestral teórico dos aspectos intrasubjetivos e Winnicott, o precursor dos aspectos intersubjetivos e transubjetivos da transmissão psíquica.

Já no capítulo 4, iniciando o texto desta tese propriamente dito, recuperei o campo geracional da transmissão psíquica e apresentei o vínculo conjugal e o vínculo fraterno como transmissores, também, da contemporaneidade.

O capítulo 5 apresenta o que postulo ser a minha contribuição mais original na tese. Considerando a porosidade, caracterizadora das redes vinculares familiares de hoje, são tecidas algumas reflexões sobre os acontecimentos transubjetivos que chegam ao grupo familiar. Num pensar contextualizado pela realidade social brasileira e, em especial, pela realidade social do Rio de Janeiro como “cidade partida”, convido o leitor a fazer contato com alguns efeitos do desemprego e da violência urbana, acontecimentos que podem ter um devir criativo ou traumático e, por vezes, deflagrar um *fundo fantasmagórico globalizado*.

Finalmente, no capítulo 6, é feito um retorno à clínica, agora revitalizada pela investigação realizada na tese. As *redes vinculares de pertença* são apresentadas com sua função terapêutica a ser somada à função analítica em si, e a *escuta globolocalizada* é valorizada nos diferentes contextos sociais. Propõe-se, então, que o pensar em redes e a inclusão do acontecimento podem propiciar uma clínica marcada por múltiplas metamorfoses e em contínuo movimento.

2

Ampliando as fronteiras do individual para o vincular

“Minha metamorfose é uma tradição, pois a tradição é precisamente mudança e reinvenção de uma outra pele. Não se trata de uma cirurgia estética ou de uma mutilação, mas sim de renascimento... eu não renuncio a nada, eu só continuo”.

Salvador Dali

2.1.

Contextualizando o campo da psicanálise para as redes vinculares

No tempo originário e durante longos anos, a psicanálise ficou centrada nas teorias sobre o sujeito. Só posteriormente é que surgiram as teorias sobre o grupo para, nas últimas décadas, passar a existir todo um investimento na construção de teorias vinculares, que fazem confluir as teorias de grupo e as do sujeito (Kaës, 2000).

Tanto o grupo como os vínculos tornaram-se, no percurso da construção teórica, uma problemática consistente dentro da psicanálise, constantemente interrogada sobre estes objetos de estudo. Incluir o grupo e os vínculos exigiu construir novos modelos. Estabelecer um novo modelo teórico-clínico, que amparasse a construção e a transformação de um saber sobre os vínculos familiares, demandou ampliar a metapsicologia ou, indo além, criar uma metapsicologia para as redes vinculares.

René Kaës (2000) ressalta que o grupo mobiliza processos psíquicos e dimensões da subjetividade ante os quais os dispositivos da psicanálise individual ficam limitados ou não agem do mesmo modo, nem com a mesma intensidade.

A psicanálise individual ocupa-se desse complexo que é o sujeito e, no que diz respeito à sua dimensão familiar, tenta compreender a família interna de cada um, através das fantasias originais inconscientes, relacionadas à cena primária, à sedução e à

castração. Estas são individuais, mas fazem referência a uma família.

A idéia de tentar compreender e escutar a família, num enfoque psicanalítico, apareceu na metade do século XX, ao mesmo tempo em que muitas outras mudanças, tanto na cultura como nas ciências sociais, seguiam as transformações do pós-guerra. A psicanálise saía fortalecida por ter fornecido conceitos e procedimentos úteis para a população dessa época; era lecionada nas universidades, levando informações aos terapeutas, aos pais e aos educadores. O pensamento psicanalítico foi-se diversificando e consolidando, no entanto algumas limitações clínicas, relacionadas principalmente com o tratamento da psicose, começaram a ser apontadas. Fazia-se necessário escutar a família.

Como conseqüência, nos anos 50, ocorreu uma transformação na construção teórica e no atendimento clínico, abrindo espaço para a terapia de grupo na abordagem psicanalítica. Bion, na Inglaterra, Anzieu e Kaës, na França, e Pichón-Rivière, na Argentina, aportaram novos conceitos metapsicológicos, que se consolidaram até a década de 70. Já no final daqueles anos, a família e o casal passaram a ser estudados e atendidos clinicamente como organizações grupais¹.

Tanto na clínica como na teoria, o grupo familiar em si foi, passo a passo, nos interpelando e se impondo como um outro objeto de estudo.

Escutar o sofrimento psíquico, principalmente o das crianças e dos adolescentes, foi delimitando, como tema de investigação, a família e o seu funcionamento, num vai-e-vem, entre a interfantasmática inconsciente e as construções realizadas em cada tempo dos vínculos.

A ampliação do campo individual ao vincular nos defronta com a ligação ou caminho entre dois lugares, um espaço “inter”,

¹ O surgimento da abordagem psicanalítica para a escuta de famílias e casais se deu em paralelo ao enfoque sistêmico que, desde o final da década de 40, vinha-se consolidando principalmente nos Estados Unidos.

uma transição do “Eu Profundo aos Outros Eus”, parafraseando aqui a expressão tão cheia de significados de Fernando Pessoa (Tozatto; Arruda; Carvalho, 1990).

As teorias disponíveis, naquele momento, explicavam a função e o significado de um sintoma na esfera individual, de cada sujeito. Compreender a dimensão familiar do sintoma, vendo o lugar e a função da família na sua construção, era algo da ordem do não dito. Existia algo não explicitado, mas demarcado clinicamente, que abria o pensar ao que parecia impensável: a família não só podendo produzir sofrimento psíquico individual como também sendo espaço de conflito psíquico vincular.

A criança e o adolescente eram trazidos para o atendimento pelos pais ou representantes da família que pareciam dizer: neles está o problema. A família chegava ao consultório pela mão do sintoma, tendo o filho como porta-voz, mas tanto a escuta da criança ou do adolescente como a do psicótico ou do toxicômano ficava limitada, quando a família não era escutada como tal. Na década de 70, no Rio de Janeiro, a família era, sobretudo, encaminhada para a chamada orientação aos pais. Mais tarde, a família passou a ser incluída em sessões especiais, que tinham por objetivo trabalhar a sua participação no sentido de diminuir o sofrimento do paciente. Sempre pensávamos um sujeito, uma subjetividade em conflito, com sofrimento psíquico. Sendo a criança e o adolescente tão dependentes do mundo externo, por que não acolhê-los nesta rede de sustentação? Hoje, a demanda de escuta leva a pensar: De que sofrimento se fala? É pessoal? É vincular? Como o sofrimento foi construído? Qual foi o lugar e a função de cada um? O que está relacionado ao mundo interno e ao mundo externo? Assim, saiu-se de uma escuta centrada apenas no sujeito para uma escuta aberta também ao grupo e a seus vínculos e iniciou-se a valorização do social.

Para Anzieu (1988), o pensamento psicanalítico se fortaleceu, marcado por um conflito interno entre uma orientação empirista, pragmática e psicogenética, mais presente na tradição anglo-

saxônica, e uma orientação estruturalista, que vem sendo a dominante na França, nas últimas décadas.

A abordagem inglesa preconiza a importância das experiências infantis inconscientes, em especial as que derivam das relações de objeto. A abordagem francesa afirma que não há experiência que não seja organizada por uma estrutura inconsciente. A abordagem argentina é a que atualmente valoriza mais as estruturas em permanente construção, marcadas por experiências inconscientes precoces, da fase pré-edipiana, e pelas experiências inconscientes e conscientes que se dão durante a vida como um todo.

Nesta investigação, dialogo com duas abordagens teóricas originárias da Escola Inglesa de Psicanálise: com o aporte dos Psicanalistas Grupelistas Franceses e, principalmente, com a Psicanálise das Configurações Vinculares, ambas tendo, como objeto teórico e clínico, não só a família e o casal, mas também o grupo e a instituição.

A contribuição dos Psicanalistas Grupelistas Franceses tem, como âncora, as pesquisas e estudos desenvolvidos pelo CEFFRAP – Círculo de Estudos Franceses para a Formação e a Investigação Ativa em Psicologia Dinâmica da Personalidade e Grupos Humanos. Fundado em 1962 por Didier Anzieu, o referido centro traz a psicanálise como o eixo organizador de seu funcionamento e da compreensão de seus pequenos grupos. Didier Anzieu e René Kaës elaboraram, em 1970, as teses do CEFFRAP, permitindo o desenvolvimento dos conceitos criados *a posteriori*, dentre eles: organizadores psíquicos grupais, ilusão grupal, grupos internos e aparelho psíquico grupal. A construção teórica desses autores foi ponto de partida para a Teoria Psicanalítica do Casal e da Família, inaugurada em 1979 por André Ruffiot com o conceito de aparelho psíquico familiar.

Paralelamente, foi sendo consolidada, na Argentina, a Psicanálise das Configurações Vinculares (PCV), trazendo questões teóricas e técnicas, que se constituíram em um desafio, ao

apresentar uma ampliação da metapsicologia. Esta construção teórica surge no início dos anos 80, após os anos de repressão política, a partir da clínica psicanalítica com grupos, famílias e casais. Enrique Pichón-Rivière, em 1947, valorizou a inclusão da família na psicoterapia dos pacientes psicóticos e foi o precursor dos desdobramentos teóricos feitos pela AAPPG – Associação Argentina de Psicologia e Psicoterapia de Grupo – que tem, entre os autores mais representativos, Janine Puget, Isidoro Berenstein e Maria Cristina Rojas. A originalidade da abordagem da PCV residiu no fato de ter tomado, como objeto de estudo e tratamento, o *vínculo* situado dentro das estruturas de parentesco. Os teóricos franceses e argentinos, estudiosos dos vínculos, mantêm intercâmbio científico constante, consolidando o campo de uma metapsicologia da intersubjetividade.

Segundo Berenstein (2001), a psicanálise deixou de permanecer ancorada no solipsismo e, considerando os valores contemporâneos, passou a integrar novas contribuições sobre os grupos, as instituições e seus vínculos. Ampliando as fronteiras do individual para o vincular, a escuta do inconsciente inclui também os sofrimentos vinculares e a ação da rede vincular sobre cada sujeito. Temos, dessa forma, uma psicanálise em movimento que impõe modificar significados, valores e ideais e acolhe a idéia de que uma subjetividade em constante produção restringe conceitualmente o campo da repetição.

A subjetividade é demarcada por fronteiras apresentadas: pelo grupo familiar, com suas bases de parentesco; e pelo grupo social, com suas raízes inconscientes de pertença social, com suas diferenças de classe social e econômica e com as produções que atravessam o sujeito e a família.

Considerando a subjetividade, há um legado da psicanálise que tem que ser levado adiante, escutando “as configurações de objetos que são transmitidas psiquicamente” (Kaës, 2002)² e as

² Comunicação pessoal.

novas configurações vinculares. Este caminho não tem sido fácil, já que o legado teórico precisa ser revisto e atualizado para atender às demandas de nosso tempo. Segundo Passos:

“Isto implica em uma mudança significativa do ponto de vista do olhar e da escuta psicanalítica, com importante repercussão nas diretrizes teórico-metodológicas da clínica. É como se o analista precisasse, o tempo todo, movimentar o foco de sua lente entre a figura e o fundo, entre as luzes e as sombras. O que não é simples, já que a socialização dos profissionais que lidam com o psiquismo sempre foi muito mais investida de uma perspectiva centrada no indivíduo”.

(Passos, 2003, p.14)

Rever o legado teórico, impõe-nos alguns obstáculos, presentes dentro de nós e também no nosso entorno.

Segundo Bachelard (1996), os obstáculos epistemológicos se definem como aquilo que constitui um entrave ao conhecimento científico. Eles nos defrontam com perturbações, atrasos, estagnações e regressões no próprio ato de conhecer. Um dos maiores obstáculos ao progresso da ciência é constituído pelo narcisismo intelectual. O conhecimento advindo de investigações alheias ou de novas descobertas impõe à subjetividade do pesquisador uma ferida narcísica.

“É o homem inteiro, com sua pesada carga de ancestralidade e de inconsciência, com toda sua juventude confusa e contingente, que teria que ser levado em conta se quiséssemos medir os obstáculos que se opõem ao conhecimento objetivo, ao conhecimento tranqüilo”.

(Bachelard, 1996, p.258)

Este homem inteiro traz duas dimensões do repertório narcísico: por um lado, a vivência com as contingências da infância e da juventude; por outro lado, a ancestralidade com a construção do superego como uma dimensão narcísica, escavada dentro do eu (Freud, 1928). Esta ancestralidade carrega valores e tradições que podem esclerosar o conhecimento, caso estes não sejam atualizados numa atitude epistemológica de metamorfose. É necessário sair de si mesmo para encontrar a verdade objetiva, mas é sempre difícil se

desvencilhar dos preconceitos que nos fecham para conhecer o novo, o diferente.

Para Ruffiot (1985), nosso mestre em rigor metodológico é Freud. Ele nos legou as regras essenciais do método científico a ser utilizado na psicoterapia familiar psicanalítica (P.F.P.), tanto na técnica como na teorização. Só em 1978, após oito anos de prática com famílias, Ruffiot descreveu uma técnica específica para esta área, mantendo o essencial das constantes do enquadre psicanalítico.

O que caracteriza a P.F.P. é a integração de descobertas fundamentais da psicanálise freudiana numa extensão técnica que tem por propósito escutar os vínculos. Trabalhamos com o inconsciente, a transferência, as regras de atenção flutuante, a associação livre e a abstinência. A necessidade da presença multigeracional é formalizada neste novo campo. Deparamos, então, com um grau de complexidade acentuado, por termos na cena psicanalítica vários corpos, vários olhares, vários relatos, que configuram o contexto familiar.

Para teorizar sobre os fenômenos surgidos na clínica psicanalítica com casais e famílias, foi preciso contrariar um conhecimento anterior, superando tudo o que se opunha à evolução. Jones (1978) registra que, em carta a Ferenczi, datada de 1928, Freud dizia que os analistas dóceis não entendiam a elasticidade das regras e se submetiam a elas como se fossem tabus. O conhecimento anterior, para muitos, estabelecido e imutável desde a criação da psicanálise, falava de limites rigorosos para a utilização deste saber como prática, método e teoria. Sabemos que o conhecimento se constitui como resposta a uma pergunta datada, mas responder às perguntas não nos libera de sempre questionar o conhecimento constituído.

Aceitar metamorfoses teóricas que, muitas vezes, contradizem um passado, cria a exigência de um “rejuvenescer espiritualmente” no dizer de Bachelard (1996, p.18). Manter-se arraigado em certezas impede a percepção do que se deve saber. Assim, um conhecimento

não questionado se constitui em obstáculo epistemológico e pode entrar ou dificultar a pesquisa de novos campos teóricos.

“(…) Não se deve perder de vista o movimento interno próprio das descobertas freudianas: as hipóteses e construções teóricas são recolocadas em questão diversas vezes pelo próprio Freud, a partir do que surge de inesperado na prática. Assim, a segunda tópica foi elaborada para responder a perguntas não resolvidas pela primeira. Mas tampouco a segunda tópica pode construir um corpo de doutrina que tenha respostas para tudo. Daí decorrem, no trabalho de pesquisa, essas idas e vindas incessantes, próprias da trajetória freudiana. Idas e vindas das quais, posteriormente, os analistas fizeram economia, a partir do ponto em que optaram por um momento da teoria freudiana mais do que por outro...”

(Mannoni, 1985, p.30)

Muitas vezes, as novas contribuições são vistas como transgressoras; a transgressão, todavia, pode estar ligada a funcionamentos perversos, quando sustentada por teorias falsas. Ao questionar hipóteses, provar a utilidade de outras ou romper ordens cerceantes, não estamos sendo necessariamente transgressores perversos. Em geral, transgredimos criando ou tentando criar. Com esta postura, perturbamos a ordem estabelecida e, ao mesmo tempo, a enriquecemos.

Bachelard (1996) propõe que, quando o espírito conservativo domina, o crescimento do espírito fica paralisado. Podemos dizer que existe uma tendência do aparelho psíquico ao conformismo. Isto, muitas vezes, é motivado pelo desejo de pertencer, de ser querido e ser reconhecido. Ao mesmo tempo, vivemos a necessidade do novo e sofremos por não mudar.

Não existem limites para a ampliação de uma teoria, visto que a epistemologia é esclarecedora e não normativa. Desta forma, a fecundidade do conceito fica proporcional a seu poder de deformação.

“Para incorporar novas provas experimentais, será preciso então deformar os conceitos primitivos, estudar as condições de aplicação desses conceitos e, sobretudo, incorporar as condições de aplicação de um conceito no próprio sentido do conceito”.

(Bachelard, 1996, p.76)

Assim, a teoria torna-se enriquecedora, ao trabalhar com “conceitos proliferantes”, e empobrecedora, ao trabalhar com “conceitos esclerosados” (Bachelard, 1996).

Para aperfeiçoar os conceitos, formaremos um “eixo de pensamentos inventivos”. A conceituação científica totalizará e atualizará a história do conceito, deformará um estágio histórico do conceito nas experiências, assim como enriquecerá ou complexificará o conceito para aplicá-lo.

Podemos citar, como exemplo, a evolução do conceito de transferência, da psicanálise individual para a terapia familiar psicanalítica, na qual o conceito original foi complexificado a partir de transformações profundas, por passar a incluir a intertransferência entre os terapeutas e entre os membros da família.

“A transferência em terapia de casal e família é o denominador comum dos fantasmas e dos afetos ligados a um objeto do passado familiar, referidos (por deslocamento ou projeção) ao terapeuta”.
(Eiguer, 1985, p.145)

Em sintonia com Bachelard e com Freud, defendo que o conceito psicanalítico só se testa na práxis e que, para validar um novo espaço teórico, é preciso demarcar sua especificidade e não anular suas diferenças.

Para fazer trabalhar a teoria e metamorfosear o lugar e a função do psicanalista como *psicoterapeuta das redes vinculares*, torna-se indispensável fazer uma análise crítica a partir de um descontentamento com o que vinha sendo transmitido como um “discurso sagrado” (Rojas, 1988), sem abertura a novos dizeres.

Inspirada por Badiou, sigo diferentes trilhas para realizar “o desejo de universal e, também, o sentimento da potência singular, do risco e do acaso” (Badiou, 1991, p.12). Em primeiro lugar, a revolta de ficar instalada com o legado teórico e a experiência clínica; em segundo lugar, procurar a lógica ou a razão coerente para o que proponho; em terceiro lugar, estar atenta ao que

permanece da ordem do universal e, por último, enriquecer o texto teórico e a escuta clínica, valorizando a função do acaso, do risco e do acontecimento.

Ruiz Correa (2000) alerta para a necessidade de fugir de um “universalismo clínico abstrato”, que propiciou não considerar as diferenças culturais e dificultou o reconhecimento de nossa própria alteridade como psicanalistas. Fugir deste universalismo exige uma construção teórica com conceitos que são renovados constantemente.

Criar conceitos demanda explorar uma nova região que se integrará às regiões precedentes, preenchendo uma falta. Para cada região singular, ter-se-ia conceitos parciais e locais, mas propor uma postura construtivista não invalida o legado teórico transmitido desde o marco inicial da psicanálise.

A história do movimento psicanalítico e o meu percurso me permitem afirmar ter a psicanálise diferentes elaborações teóricas que surgem na tentativa de uma melhor adaptação aos fatos de cada tempo histórico. A construção teórica que me define é a da psicanálise aberta, em movimento, em constante diálogo com outros saberes, renovando-se no âmbito metodológico e epistemológico.

A validação de uma teoria psicanalítica para a compreensão das redes vinculares levou um longo tempo. A incorporação de novos conceitos não se deu rapidamente, houve grande resistência. De meados de 1950 aos dias de hoje, temos acompanhado, porém, uma progressiva abertura do leque da metapsicologia freudiana para as questões vinculares.

O determinismo, imperante em todos os campos do conhecimento, marcou também o percurso da psicanálise na modernidade. Paradoxalmente, a própria psicanálise, ao valorizar a implicação subjetiva do psicanalista por meio do conceito de transferência, passou a se constituir como pioneira de novas construções advindas do pensamento complexo.

Segundo Rojas (2000), a psicanálise confrontou o racionalismo moderno e suas certezas com o pensamento da falta e

da incompletude. Saímos da separação entre o sujeito e o objeto de conhecimento, que deixava o saber alheio às condições sociais e subjetivas, para um processo construtivo do saber, no qual o sujeito e a cultura estão sempre presentes.

Najmanovich (1995) postula que a física clássica nos orientava com a metáfora do relógio. Segundo esta, o universo, e conseqüentemente todos seus elementos e conjuntos, funcionaria de forma mecânica, perfeita, eterna e previsível, como um relógio a ser desmontado e estudado parte a parte, cujo funcionamento seria explicado pelo funcionamento de seus componentes, que nunca se transformariam. Mais tarde, o princípio de indeterminação de Heisenberg acabou com os sonhos deterministas de um conhecimento completo e previsível, o universo passou a ser visto como uma imensa rede em interação, na qual nada pode ser definido de modo absolutamente independente.

Somos, hoje, guiados por um posicionamento privilegiador da metáfora da rede, proposta por Morin (1994) na teoria da complexidade. Rede, do latim *rete* (Ferreira, 2001), tem diversos significados dos quais seleciono os que considero se aproximarem das funções de pertença e de transmissão. Na função de pertença, rede refere-se ao entrelaçamento de fios com aberturas regulares, formando um tecido. Já na função de transmissão, a rede é definida como o circuito de corrente, que faz a ligação entre uma fonte geradora de tensão e diversas unidades de consumo, ou como o conjunto de linhas de comunicação, interligadas por pontos que recebem e transmitem mensagens.

A rede pode ser visualizada como uma trama cujos fios se cruzam, se amarram e se desamarram, em que há também pontos de vazio. Cada indivíduo é um nó que amarra fios intrasubjetivos, intersubjetivos e transubjetivos e tem a capacidade de criar nos pontos de vazio (Rojas, 2000).

Esta metáfora da rede é um dos modelos que permite um olhar atual sobre a tecelagem sujeito-vínculo-cultura. Saímos do predomínio das variantes estruturais e da repetição e entramos na

valorização das organizações porosas em constante transformação, com fronteiras permeáveis às redes vinculares.

Neste novo campo teórico, participamos de uma ruptura intracientífica, que traz profundas modificações, sendo talvez a mais importante delas a necessidade de pensar a plurissubjetividade e não apenas o individual. Pensar a plurissubjetividade ou os vínculos suplementa a metapsicologia freudiana com estudos que priorizam a intersubjetividade e a transubjetividade, estudos que nomeio como *metapsicologia para as redes vinculares*.

2.2.

Por uma metapsicologia para as redes vinculares

Falar em *metapsicologia para as redes vinculares* exige considerar esta área em contínua transformação e aberta ao devenir. Segundo Ferreira (2001), transformação, do latim *transformatione*, é sinônimo de metamorfose: qualquer operação em que se modifica ou se mapeia uma configuração em outra.

Em cada tempo, construções teórico-clínicas são desconstruídas e reconstruídas num posicionamento de escuta às configurações vinculares atuais e contextuais. Contamos somente com alguns traços de trilhas, anteriormente percorridas, a serem recuperados pelo *protagonismo* de cada autor que acrescenta seu legado teórico-clínico. “Os conceitos teóricos não são a base, mas sim o topo de qualquer construção, e podem ser substituídos ou abandonados sem nenhum dano” (Freud, 1914, p.93).

A clínica é soberana sobre qualquer construção teórica e exige a não aplicação de conceitos pré-estabelecidos. Ela eclipsa a teoria entendida como ficção ou metáfora e não como um dogma a ser respeitado cegamente.

Na releitura da obra freudiana, à luz da teoria dos vínculos e pensando a transmissão psíquica, temos os primórdios de uma *metapsicologia para as redes vinculares*. O tema da intersubjetividade tinha presença subliminar nas contribuições sobre

a cadeia de identificações e sobre o apoio do psiquismo na subjetividade do outro.

Freud engaja a presença do outro na própria formação da pulsão, ao afirmar, entre outras colocações, que:

“(...) Esta (a mãe) não se contenta em nutrir, mas cuida da criança e, desse modo, desperta nela várias outras sensações físicas agradáveis ou desagradáveis. Graças aos cuidados que lhe presta, ela se transforma em sua primeira sedutora. Por esses dois tipos de relação, a mãe adquire uma importância singular, incomparável, inalterável e permanente, e se torna, para os dois sexos, o objeto do primeiro e mais potente de todos os amores, protótipo de todas as relações amorosas ulteriores...”

(Freud, 1938, p.217)

Posteriormente, Winnicott (1975), de forma inovadora, destaca-se entre os autores que valorizam a ação do meio externo e da experiência cultural para a formação da subjetividade.

Foi necessário ir além e transitar caminhos desconhecidos, caminhos a serem descobertos no passo a passo de construção teórica-clínica mais sensível à questão da intersubjetividade³. Um movimento criativo e transformador na teorização existente foi acontecendo para legitimar o lugar e a função do psicanalista na escuta das redes vinculares.

Chamo de *redes vinculares* a gama variada de vínculos que se constitui nos contextos de casal, família, grupo, instituição, comunidade e sociedade e que se formam estabelecendo múltiplas conexões e influências recíprocas, dando suporte e fronteira à construção constante e criativa da subjetividade.

Piera Aulagnier, na França, e Enrique Pichon-Rivière, na Argentina, cada um com seus aportes, foram os precursores desta teoria que, hoje, desemboca nos vínculos e suas configurações.

Aulagnier (1975) manifestou sempre a preocupação de articular os espaços psíquicos entre os sujeitos. Isto permite afirmar que lançou as *matrizes conceituais* de uma metapsicologia

³ Apesar deste texto não trabalhar com a noção de intersubjetividade proposta por Lacan, é importante registrar que, para ele, esta noção faz referência aos efeitos da intersubjetividade no sujeito, mas não aborda a consistência psíquica do espaço intersubjetivo.

do campo da psicanálise para as redes vinculares. Estas matrizes foram assimiladas tanto pela abordagem argentina quanto pela francesa na construção da teoria psicanalítica, não só para a escuta dos vínculos em si, mas também para a compreensão da rede vincular que inscreve impressões e dá sustentação a cada sujeito. Várias são estas matrizes e, dentre elas, priorizo o *contrato narcísico* e a *violência primária*, radical e necessária por seu efeito de antecipação.

O *contrato narcísico* “é um conceito capital para toda tentativa de articular uma problemática psicanalítica da intersubjetividade” (Kaës, 1998, p.56). Ele tem, como signatários, a criança e o seio do grupo familiar e social aos quais se integrará. Antes até de seu nascimento, num efeito de antecipação, a criança é investida como voz futura a repetir os enunciados transmitidos pelo discurso familiar, garantindo assim a presença quantitativa e qualitativa dos legados. Em contrapartida, ao firmar este contrato inconsciente, a criança, herdeira do narcisismo familiar, pedirá que lhe seja garantido um lugar independente do veredicto parental.

Em sua fundação como sujeito, a criança tem uma carga a assumir junto com a família, já que o desejo dos outros está presente antes do nascimento e da concepção e pode ser transmitido inconscientemente. Cada indivíduo chega ao mundo com a missão de garantir a continuidade do conjunto ao qual pertence, conjunto familiar e sociocultural. O grupo é o primeiro a propor o investimento narcísico e a criança responderá se encaixando nos modelos propostos, obtendo desde modo uma certeza sobre sua origem e o acesso à sua história (Kaës, 1998).

Geralmente, cabe à mãe apresentar o recorte que faz do discurso familiar e cultural, como uma fonte de determinação inconsciente, inscrevendo o que Aulagnier denomina *violência primária*. Esta é estruturante do sujeito, já que funda seu desejo.

Por outro lado, Pichon-Rivière (1988) alertava sobre a presença de três D na configuração familiar: o depositante, que geralmente manipula alguns dos membros ou todo o grupo; o

depositário, que carrega o legado ou missão familiar, sendo o portavo-voz da doença familiar; e o depósito ou conteúdo, transmitido pelas vias dos vínculos estabelecidos⁴. Podemos considerar esta teoria do vínculo e a psicoterapia de grupo, também desenvolvida por ele, como uma das pedras angulares da psicanálise sensível às questões vinculares. O lugar deste autor como precursor é reconhecido além-fronteiras, quando, em 1994, é publicada, na França, o nº 23 da *Revue de Psychothérapie Psychanalytique de Groupe* com o título: “Psychanalyse et psychologie sociale – Hommage a Enrique Pichon-Rivière”. Nesta revista, diz René Kaës:

“O pensamento de Pichon-Rivière é um pensamento fundador (...). Pichon-Rivière foi um dos que começou a tornar inteligível o que a psicanálise poderia aportar de específico ao conhecimento dos laços intersubjetivos especialmente nas suas expressões grupais e familiares.”⁵

(Kaës, 1994, p.15; p.10)

Segundo Ruiz Correa (2000), a produção teórica francesa tem reelaborado alguns conceitos pichonianos. Ela também nos lembra que, ao definir o grupo como uma estrutura operante em ação, Pichon-Rivière já propõe uma estrutura que possibilita transformações no transcorrer de sua efetivação.

Atualizando e transformando o legado freudiano e a herança teórica de Aulagnier e Pichon-Rivière, no que se refere ao campo intersubjetivo, René Kaës ocupa hoje, na metapsicologia para as redes vinculares, o lugar ocupado por Freud na metapsicologia para o sujeito. Ele desenvolve vários conceitos que permitem pensar o apoio grupal do psiquismo e sua presença na transmissão psíquica. Dentre estes, destaco o pacto denegativo, o conceito de intermediário e o aparelho psíquico grupal.

Como contraface do contrato narcísico, Kaës (1998) propõe o *pacto denegativo*. Chama-se de pacto denegativo a formação intermediária, estabelecida em todo vínculo, que condena tudo

⁴ É neste depósito ou conteúdo, transmitido inconscientemente, que se centrará o nosso estudo.

⁵ Tradução da autora.

aquilo que poderia colocar em risco a construção ou a manutenção do vínculo (casal – família – grupos) ao recalque, à negação e ao repúdio.

Segundo Laplanche & Pontalis (1971), *recalque* é a operação pela qual se tenta repelir ou manter, no inconsciente, representações ligadas a uma pulsão que, sendo satisfeita, ameaçaria causar desprazer; *recusa*, no texto freudiano, refere-se a um modo de defesa que consiste em não querer reconhecer a realidade de uma percepção traumatizante; e *negação* é o processo pelo qual é difícil admitir as recordações, sentimentos, desejos e pensamentos que emergem do recalçado.

O pacto denegativo denuncia o custo psíquico pago para manter o vínculo e os espaços psíquicos comuns. Implica em renúncias obrigatórias e tem dupla função, já que, ao mesmo tempo, organiza e defende o vínculo. Como pacto de natureza intersubjetiva, traz a proibição e a renúncia estipulada pelo espaço transubjetivo.

Este pacto faz-nos defrontar com a existência do que, na clínica dos vínculos familiares, tenho nomeado de desertos, áreas escuras, sombras formadas pela negação do espaço psíquico compartilhado, sombras do lugar do não vínculo. Os membros do casal ou do grupo familiar pactuam um contrato inconsciente, visando à garantia de continuidade dos ganhos e perdas da configuração vincular, principalmente nos seus componentes estruturais. Na procura do consenso, negativizam a violência, a divisão e a diferença que todo vínculo comporta. Negativizar corresponde, aqui, à imagem do negativo fotográfico nunca revelado. O pacto denegativo tem, então, um enunciado que nunca é formulado. Ele é e tem que continuar inconsciente, criando no conjunto do não-significável “zonas de silêncio, bolsões de intoxicação, espaços-lixeiros ou linhas de fuga que mantêm o sujeito estrangeiro à sua própria história” (Kaës, 1998).

Além do pacto denegativo, Kaës apresenta um outro conceito, sempre presente para a compreensão das redes vinculares: o conceito de *intermediário*.

A noção de intermediário, resgatada do texto freudiano, é aprofundada por Kaës (1996), que a delimita como conceito. Ele valoriza não só a intermediação na função de articulação que reduz os antagonismos, como também a intermediação com sua faceta de criação ou gênese que realiza uma passagem transformadora. Ter presente o conceito de intermediário permite pensar o movimento que os acontecimentos imprimem ao embasamento repetitivo do legado familiar.

Legado, do latim *legare*, segundo Ferreira (2001), significa herança transmitida ou transferida. Considero que o *legado familiar* faz referência à herança psíquica inconsciente, construída pela suplementação das inscrições e impressões familiares, sociais e globais que incidem em cada sujeito. Ao se apropriar criativamente deste legado transmitido, o sujeito passa a ser protagonista e transmissor da história familiar veiculada. Em cada cultura e em cada contexto socioeconômico, o legado familiar tem uma elaboração própria e específica.

Pode-se ter dois tipos de intermediário: aquele que opera no interior de uma mesma estrutura; e o que articula dois conjuntos heterogêneos, aproximando o que existe em comum e discriminando as semelhanças e as diferenças.

Fazendo a intermediação do espaço intrasubjetivo com o espaço transubjetivo, o *aparelho psíquico grupal* se constitui em constante criação não sendo uma construção fixa e definitiva. Ele tem uma tripla função: de contato, de transmissão psíquica e de transformação inconsciente entre os membros do grupo (Kaës, 1996).

O grupo familiar já foi a rede vincular primordial, mas se constitui, hoje, em uma das redes que compartilha sua função com outras várias *redes vinculares de pertença*, configuradas para além do familiar como *suporte solidário* mais ou menos efetivo.

Estas *redes vinculares de pertença* são receptáculo do resto que excede a representação familiar e, ao mesmo tempo, o espaço emissor de novas apresentações a serem elaboradas pelo grupo familiar.

Como integrantes de redes, cada sujeito passa a ser um participante ativo ou protagonista com um olhar não completo. Com este olhar, cai a ilusão de completude e a onipotência, surgindo a força da castração e das próprias limitações. Sem um saber definitivo sobre si próprio, sobre seu grupo familiar, sobre seu contexto social, cada um é chamado a criar.

Ancorados em Aulagnier e Kaës e ante a necessidade de diferenciar o espaço subjetivo advindo do próprio sujeito, do familiar e do social, Puget e Berenstein (2001) propõem pensar três espaços que constituem os pilares do sentimento de pertença.

O *espaço intrasubjetivo* circunscreve o mundo interior do sujeito com suas representações, imagens, sonhos e fantasias; mundo onde a presença concreta do outro não faz falta para o funcionamento.

O *espaço intersubjetivo* delimita um mundo no qual o eu está com outros em privilegiada relação de intimidade. Há um vínculo com intercâmbios de sentimentos ambivalentes de amor e ódio, de ternura e agressividade. O vínculo estabelecido definirá a identidade sexual e a inserção genealógica.

Finalmente o *espaço transubjetivo* refere-se ao que nos marca do mundo circundante ou sociocultural, através das relações com diferentes conjuntos, representantes da sociedade, tais como: valores, princípios morais, crenças, ideologia e história.

Considero que, historicamente, foi muito importante conceituar os três espaços psíquicos. Foi um modo de chamar a atenção dos psicanalistas para a presença de três (e não de um ou dois) contextos específicos na construção e metamorfose da subjetividade e das redes vinculares. Penso que, na clínica, a classificação proposta apresenta-se sem purismos. Mais exatamente, a intrasubjetividade, a intersubjetividade e a transubjetividade

configuram-se como diferentes dimensões do psiquismo, dimensões que estão em interseção, cada uma delas sendo sempre marcada pelas outras. A intrasubjetividade, a intersubjetividade e a transubjetividade estabelecem, entre si, relações recíprocas e concomitantes, tanto de excesso como de déficit. Atuam como diferentes dimensões da psique na qual cada dimensão não recobre totalmente as outras.

Confrontando a construção teórica da psicanálise das configurações vinculares sobre os três espaços psíquicos com o aporte dos grupelistas franceses, registro algumas diferenças. Para os franceses, o transubjetivo se relaciona com o transgeracional e não com o social, ou seja, o transubjetivo valoriza tudo o que se inscreve pelo eixo vertical da transmissão psíquica, entre e pelas gerações. Para os argentinos, e também neste texto, o transubjetivo, como já definido, valoriza o que faz inscrição no espaço psíquico a partir do social, pelo eixo horizontal e sincrônico dos vínculos atuais, e outros acontecimentos advindos do mundo real.

Neste trabalho, tenho, como objetivo, resgatar a importância de duas vertentes na construção da subjetividade e dos vínculos: não apenas o que nos chega pelo legado familiar e cultural, transportado de uma geração a outra pelo *eixo genealógico*, mas também tudo o que é construído e transformado no tempo presente, pela incidência do *eixo de acontecimentos* familiares e sociais contemporâneos⁶.

Para Puget (1989), cada espaço tem leis próprias que funcionam como organizadoras: no intrasubjetivo, há a proibição de se autodestruir; no intersubjetivo, há a proibição do incesto ou castração; e, no transubjetivo, há as proibições de roubar e de

⁶ No que se refere ao vínculo com o outro e ao macro-contexto, inferimos que Aulagnier e Kaës não concordam com Puget e Berenstein. Os franceses, num posicionamento psicogenético, propõem que o intersubjetivo e o transubjetivo advêm posteriormente e não como postulam os argentinos, que consideram, desde o início, um trabalho direto do psiquismo de acordo com os três espaços estipulados. Finalmente, quando Kaës fala em intersubjetividade, refere-se ao valor fundador da subjetividade parental como estruturadora da subjetividade da criança. Já para Puget e Berenstein, há uma marca fundadora que advém da subjetividade dos pais, mas há também vínculos que, pela vida, chegam a transformar e reconstruir a matriz original da intersubjetividade como acontecimentos.

matar. O ataque às leis que regem a organização dos espaços psíquicos faz com que, muitas vezes, a autodestruição, o esfacelamento das redes vinculares e a violência imperem. Para ela, a subjetividade familiar é dirigida por valores e parâmetros diferentes da subjetividade social.

“Uns são os valores que constituem o teu ser como sujeito de uma estrutura familiar, valores que passam pelo Édipo e pela proibição do incesto (...) Ser sujeito da estrutura social passa por outro tipo de valores tais como a proibição de matar a qualquer um, não somente ao pai mas também um semelhante.”

(Puget, 2001)⁷

Percebemos a atual sociedade como portadora de um tempo transgressor que apresenta constantemente novas contribuições e inovações. Frequentemente, a mensagem social que se repete é a de eliminar as fronteiras sexuais, geracionais e de poder. A transgressão, desta maneira, pode ser perversa. Outras vezes, porém, ao propor rupturas dos valores transmitidos, pode-se estar criando ou tentando criar. Como já dito por Bachelard (1996), perturbamos a ordem estabelecida e ao mesmo tempo a enriquecemos.

No intuito de revalorizar a incidência do espaço transubjetivo na construção e transformação da subjetividade e dos vínculos familiares, recupero alguns dos conceitos fundamentais, a fim de compreender as impressões cunhadas pela presença das referências socioculturais na configuração da subjetividade e dos vínculos.

A *subjetividade* não é uma, é múltipla. Apresenta-se como lugar de encontro das redes vinculares, transmissoras das inscrições do próprio desejo, do desejo familiar e do desejo da cultura. O sujeito precisa se deparar com cada um destes desejos para discriminar a sua constituição, ancorada em redes vinculares que o antecedem, que lhe dão acolhida, que o delimitam e o transformam.

⁷ Comunicação pessoal. Tradução da autora.

A subjetividade emerge de uma extensa rede intersubjetiva e transubjetiva, tendo como apoios o sentimento de identificação, próprio do eu, e o sentimento de pertença, próprio do vínculo.

Considerando o enraizamento da subjetividade nas redes vinculares e em sintonia com Kaës, passamos a incluir uma nova dimensão na escuta clínica e a definir o sujeito não apenas como sujeito do inconsciente, mas também como sujeito do grupo, ancorado numa grupalidade psíquica e nos grupos internos, especialmente no grupo familiar. Os vínculos intersubjetivos aparecem, portanto, como uma “condição necessária e decisiva para a construção da subjetividade” (Kaës, 2000, p.97).

Falar em sujeito do grupo redimensiona a força do sujeito do inconsciente como elo de uma cadeia de transmissão psíquica, originada no conjunto intersubjetivo que o antecede e descende até os sucessores.

Ao pensar a intersubjetividade como tecido matricial da transmissão psíquica, entre e pelas gerações, consideramos o lugar e a função de mais de um outro na construção do psiquismo. Reconhecendo a intersubjetividade como tecido matricial, consideramos e articulamos espaços psíquicos diferentes e semelhantes. “São importantes as exigências do trabalho psíquico de ligação e transformação, bem como de procura de sentido imposta pela intersubjetividade na formação do espaço e da lógica intersubjetiva” (Ruiz Correa, 2002, p.149).

Propondo a subjetividade como emergente da intersubjetividade e atravessada pela transubjetividade, o vínculo passa a ser um conceito-chave. Entende-se o *vínculo* como um espaço intermediário ou potencial em que há um investimento significativo entre dois ou mais sujeitos, investimento que cria novas possibilidades de funcionamento psíquico para todos e para cada um. O vínculo se configura como um espaço de criação no qual o patrimônio psíquico dos participantes se faz em dialogia (Morin, 1994), pela construção correlativa do eu e do tu, do nós e do vós. Ele tem três matrizes: a que nos identifica, a que nos diferencia ou

faz a alteridade e a que se mantém como “ajenidad” - alheio, alijado - ou não reconhecível em cada um de nós ou dos contextos.

Todo vínculo encontra-se marcado por uma alternância entre o tempo do narcisismo e o tempo do Édipo, no entanto se percebe que a atual cultura ocidental apresenta-se impregnada de demandas narcísicas e, muitas vezes, inscreve, nas redes vinculares, uma cegueira para com a alteridade.

O vínculo tem um nível profundo, inconsciente e originário que o funda e que se constitui em alicerce ou “zócalo” (Puget & Berenstein, 1989) das redes estabelecidas. O “zócalo” contém desejos infantis não atendidos, identificações primárias e secundárias, representações socioculturais inconscientes e elementos importantes para a pertença. Este “zócalo” é estável, mas variável, e tem por função organizar os intercâmbios emocional, sexual, econômico e verbal, estabelecidos entre os implicados no vínculo.

Para estabelecer e manter os vínculos, firmam-se *contratos inconscientes* que se realizam através de acordos e pactos. Nos *acordos*, há uma apropriação mútua e compartilhada de aspectos de cada um, com tendência a unificar os funcionamentos vinculares e mentais. O acordo abre ou dificulta a possibilidade de um intercâmbio afetivo mais complexo. Ilusoriamente, todo acordo se estabelece para sempre; a passagem do pólo narcisista ao pólo amoroso acontecerá, entretanto, acompanhada de uma mudança de acordos. Os *pactos* tendem a especificar aspectos diferentes e criam o imperativo de fazer concessões para satisfazer o desejo do outro. Eles têm, por base, tanto propiciar defesa frente à angústia de ser devorado pelo outro quanto defender do medo de cair na indiscriminação (Puget & Berenstein, 1989)⁸.

Os contratos inconscientes, seja na versão de acordos, seja na de pactos, constituem invariantes, sempre presentes na estruturação das redes vinculares e do legado familiar. Para além destas

⁸ Exemplos de contratos inconscientes são: o contrato narcísico, proposto por Aulagnier (1975), e o pacto denegativo (1991a), definido por Kaës.

invariantes, somos convocados a escutar as variantes, que constantemente se apresentam na construção e transformação da herança, transmitida de geração em geração, na formação das redes.

A psicanálise para as redes vinculares foi abrindo seu campo de estudo e práxis, ao fazer inclusão das variantes que o social apresenta para a construção da subjetividade e do legado familiar. Como antecedentes, na construção teórica sobre os efeitos psíquicos dos acontecimentos transsubjetivos, registro os estudos desenvolvidos, principalmente na América Latina e na França, sobre a violência de estado, a ditadura e a tortura. Restringir o efeito desses e outros acontecimentos externos ao espaço intrasubjetivo seria, “amputar a possibilidade de se pensar no coletivo e de pensar o coletivo enquanto tal, como não sendo do mesmo registro que o campo psíquico” (Kaës, 2002)⁹.

Percebe-se, então, um terreno vincular tão propício à repetição quanto à criação, terreno marcado tanto pela presença da ordem estrutural como pela ordem do acontecimento.

2.3.

O acontecimento balançando as estruturas...

“Caminante, son tus huellas
el camino, y nada más;
caminante, no hay camino,
se hace camino al andar,
Al andar se hace camino,
y al volver la vista atrás
se ve la senda que nunca
se ha de volver a pisar.
Caminante, no hay camino,
sino estrellas en la mar”.

(Antonio Machado, 1984, p.146)

O conceito de *acontecimento*¹⁰, como proposto pelo filósofo francês Alain Badiou (1991, 1994), instalou-se como um divisor de

⁹ Comunicação pessoal.

¹⁰ *L'événement* foi traduzido para o português como “o evento” e para o espanhol como “o acontecimento”. Neste texto, utilizo evento e acontecimento como sinônimos, privilegiando nomear como acontecimento o que, criativamente, suplementa a estrutura.

águas na minha pesquisa relativa à transmissão do legado familiar e a suas múltiplas metamorfoses teórico-clínicas.

Há, então, uma filosofia que tem base no conceito de acontecimento ou evento¹¹ e, a partir dela, pode-se repensar as modificações surgidas na teoria. Esta filosofia supera a diferença entre sujeito e objeto proposta pela filosofia clássica e passa a ter como interesse a produção. Considerando este enfoque, urge um novo olhar sobre a teoria psicanalítica para as redes vinculares, assim como realizar o atendimento psicanalítico vincular, escutando as práticas familiares e as produções que hoje se apresentam em constante transformação.

Badiou (1991) conceitua, como acontecimento, o que faz irrupção, inscreve um traço e muda as significações vigentes. Este acontecimento é definido por Legrand (1993) como acontecimento biográfico, tendo em vista ser toda biografia feita de acontecimentos inscritos na linha do tempo, deixando um vestígio aparente onde acontece.

“Na hora da invenção tudo está pronto para que aconteça, menos a invenção em si. A invenção faz ser o que na situação anterior a ela não era” (Moreno, 2000, p.24)¹². Nem tudo que é novo consegue afetar a estrutura. Só podemos pensar em acontecimento quando essa estrutura é balanceada. Esta estrutura balanceia somente quando as significações passam a ser outras, dando lugar à imprevisibilidade.

Na construção da subjetividade e dos vínculos há um movimento de continuidade e um de imprevisibilidade. O imprevisível não está impresso e não cabe como representação na continuidade da vida psíquica. Ele se apresenta abruptamente e irrompe com grande mobilização dos envolvidos, podendo se constituir em acontecimento ou não. Tudo isto faz com que, hoje, o

¹¹ O conceito de evento ou acontecimento tem presença marcante, não só na obra de Badiou, como também na de Deleuze e Derrida, constituindo-se num tema atual e instigante.

¹² Tradução da autora.

nosso objeto de pesquisa não seja apenas a continuidade, mas também as rupturas.

Katz (2002) expõe ser necessário deixar a causalidade, na qual tudo advém do complexo de Édipo, e ter como lema o vir-a-ser, que se abre para os acontecimentos. A determinação inconsciente entendida como fundamento, faz pensar que todo o vivido, o apresentado na transferência analítica, teria uma única origem: a sexualidade infantil e a resolução do Édipo. Havendo apenas determinação, não haveria surpresas ou acontecimentos; não pensemos a determinação inconsciente como um único fundamento e motor da subjetividade. Na verdade, não temos uma origem absoluta, e sim vários pontos de partida, somatório de inscrições significativas ao longo de toda a vida, tendo como lugar especial a fase da infância: “sobre as origens e os pontos de partida o sujeito constitui diferentes versões” (Berenstein, 2001, p.68).

Como psicanalistas, fomos convocados a remeter todo significado inconsciente a fantasias ou experiências infantis, que deixariam inscrições psíquicas e que seriam repetidas com roupagem diferente. Passando a considerar a relação mãe-filho não como encontro fundador da subjetividade e sim como ponto de partida primordial, deixamos em aberto a possibilidade de outros pontos de partida que, durante a vida, em toda e qualquer etapa do desenvolvimento, fazem inscrição como acontecimento e são geradores de subjetividade e de vínculos. Ao produzir subjetividade nova, colocamos limites mais precisos ao campo da repetição e abrimos a ordem do acontecimento.

Algumas rupturas ou descontinuidades fazem parte do devenir humano, tais como um nascimento ou morte natural; outras podem ser da ordem do impensável, como um acidente fatal ou uma morte inesperada por atos de violência.

Na narrativa da história familiar, conjugal ou individual, constantemente nos deparamos com acontecimentos sempre singulares, que se apresentam entre o nascimento e a morte ou que são transmitidos inconscientemente pela cadeia das gerações. A

significação do acontecimento inscreve-se *a posteriori* e este pós-tempo torna difícil o acesso direto. É através das impressões, traços de memória ou documentos do patrimônio psíquico (fotos, cartas, objetos de troca ou presentes, etc.), que nos aproximamos do acontecimento (Legrand, 1993).

Essa narrativa não é estática e sim dinâmica. Ela demanda que os acontecimentos se construam, desconstruam e reconstruam. O acontecimento, para além da repetição, “vai ser sempre o estilete de algo que vai poder se transformar”¹³. O acontecimento irrompe na história de vida e instaura uma outra temporalidade que faz falar do antes e do depois. Não é possível ter noção da medida exata do acontecimento produzido – a incompreensibilidade faz parte de sua essência: não é possível nem compreendê-lo perfeitamente, nem incorporá-lo à nossa consciência. Um abismo aberto por acontecimentos impensáveis imprime no sujeito um profundo desamparo.

Algo pode ser considerado da ordem do acontecimento, da ordem criativa nos vínculos familiares, ordem propiciadora do protagonismo, indo além do destino legado pela transmissão psíquica geracional com sua força inconsciente.

Quando, no texto de Shakespeare, Romeu e Julieta levam em frente o seu amor, tornam-se transgressores da lei, da norma social e familiar vigente. O contexto social da época não estava pronto para o vínculo amoroso. Este amor passa a ser então um paradigma do amor adolescente e, como tal, torna-se um acontecimento a marcar as gerações que se sucedem até hoje.

O sujeito, o casal e a família vão além dos legados que lhe foram transmitidos e apresentam um essencial de criação, de novo, de produção individual ou vincular.

O acaso e a repetição, o estranho e o familiar pulsam paradoxalmente em todo e qualquer investimento, seja na vida em si ou na produção teórica e clínica. Mesmo assim, por muito tempo, a

¹³ Carreteiro (2002) – colocação feita no Exame de Qualificação da autora em 22/03/2002 na PUC-Rio.

teoria e a clínica ficaram centradas no estudo e na escuta da repetição, deixando à margem questões que nos defrontam com o acaso e a ordem do acontecimento.

Para Maia (1999), o acaso é uma das forças do mundo, anterior a qualquer ordem ou desordem: não pretende explicar logicamente a existência, mas se revela nos acontecimentos. Pelo acaso, fica impossível prever o que ainda não aconteceu, porque todo acontecimento só se torna necessário após ter ocorrido, tornando-se o acaso, então, uma necessidade¹⁴.

O “acaso”, todavia, precisa ser pensado como algo que acontece o tempo todo e não como algo raro. Ele nos convida, no dizer de Badiou (1991), “a dar um passo a mais”, indo por um caminho ainda a ser trilhado, questionando o determinismo, que marca o pensamento estruturalista.

2.3.1. Ordem estrutural?

“A consistência hoje se desvanece, todos os sólidos se desmancham no ar... Nada se constrói sobre a pedra, tudo sobre a areia mas nosso dever é construir como se fosse pedra a areia”.

(Lewkouvig, 2001)

Sempre há um “discurso sagrado”, que tende a ser canal de expressão da repetição, do estrutural, na sua concepção determinista por excelência. Segundo Rojas (1988), o discurso sagrado é uma das formas de discurso violento, caracterizado por certezas que impedem as diferenças e a singularidade e restringem a liberdade de pensamento. A este discurso, se contrapõe a narrativa interrompida, narrativa que se apresenta como expressão de criação, de tema aberto a novas construções. Na psicanálise, muitos mantêm ainda um discurso sagrado, com nuances estruturalistas, que hoje

¹⁴ O conceito de necessidade, em Winnicott (1975), converge para a colocação de Badiou (1991), delimitando o acontecimento como o lugar criador, a partir do qual ficam anuladas as noções de ordem e desordem.

apresenta impasses e limites, visto que um percurso transformador foi ocorrendo com a ordem estrutural.

Desde o seu início, o discurso freudiano traz não só o uso da palavra estrutura como também noções que evocam esta idéia. Birman (1993) lembra os conceitos de inconsciente, pré-consciente e consciente que são indicadores de uma leitura do psiquismo como sistema, assim como as instâncias do id, ego e superego, estruturas diferenciadas na segunda tópica. Ao mesmo tempo, ressalta que o texto legado por Freud não é estruturalista *avant la lettre*, mas pode ser reinterpretado de acordo com os pressupostos da ordem estrutural.

Os autores pós-freudianos utilizam, com freqüência, o termo estrutura. Este posicionamento marca insistentemente as construções teóricas dos psicanalistas que estudam os vínculos e, em especial, os conceitos de casal e de família. Não encontramos, entretanto, no legado destes autores um significado unívoco para o termo estrutura, que foi carecendo de rigor conceitual. Conforme Birman (1993), o termo estrutura no legado psicanalítico refere-se comumente ao conceito de organização e não ao de estrutura. Para ele, a concepção de *organização* fala de uma totalidade e define a relação entre o todo e as partes. Já a idéia de *estrutura* indica uma anterioridade, um todo que antecede e prevalece sobre as partes, que se inserem na totalidade, seguindo critérios de ordem e de valor.

Relendo a construção teórica dos autores franceses e argentinos da psicanálise para as redes vinculares, percebo que a ordem estrutural perpassa todo o legado. A origem deste posicionamento me leva até 1948, quando Lévi-Strauss defende sua tese *Les structures élémentaires de la parenté*. Este texto inova ao propor uma base universal para explicar determinados fenômenos e ao apresentar a passagem da problemática da filiação para a da aliança. Lévi-Strauss procura raízes atemporais, universais, que ajudem a esclarecer a proibição do incesto, mantendo-se como uma das invariantes presentes nos vínculos familiares. Passamos a pensar, desde então, nos vínculos proibidos e permitidos, quem

pode (socialmente) ser meu cônjuge e quem não pode, já que, pela proibição do incesto, se faz a passagem do fato natural da consangüinidade para o fato cultural da aliança.

Há determinações de caráter universal para a cultura que regulam o permitido e o proibido. Seja em consonância ou em dissonância com os ideais socioculturais, os vínculos familiares, em seu percurso histórico, ficarão mais ou menos próximos desta indicação.

No retorno a Lévi-Strauss, querendo compreender as bases estruturalistas da psicanálise sensível aos vínculos, atualizar o dizer de Dosse (1993) pode ser esclarecedor:

“O inconsciente lévi-straussiano é estranho, portanto, aos afetos, ao conteúdo, à historicidade do indivíduo. Reencontra-se o predomínio concedido à invariante sobre as variações, à forma sobre o conteúdo, ao significante sobre o significado, próprio do paradigma estrutural.”

(Dosse, 1993, p.139)

No enfoque estruturalista, a sincronia tem lugar de destaque com relação à diacronia. O eixo diacrônico da vida familiar seria apenas um derivado do eixo sincrônico. A força do tempo histórico, das construções próprias e inovadoras de cada geração fica minimizada e paga-se o preço de ter um olhar a-histórico que nos marca por várias décadas. Dosse (1993) afirma que, durante o século XX, se foi nstituindo uma nova relação com a temporalidade, inscrevendo-nos nessa cultura a-histórica.

“Resultou daí uma dilatação do presente, uma presentificação do passado, e um novo modo de relação com a historicidade em que o presente já não é pensado como antecipação do futuro mas como campo de uma possível reciclagem do passado no modo genealógico. O futuro dissolve-se e o presente imóvel, permite que o passado não se distancie...É uma relação descontraída entre passado e presente que se institui, quando já não se trata de apurar o que permite construir um outro devir, quando o futuro está aferrolhado, imobilizado num equilíbrio presente que é chamado a se repetir indefinidamente”.

(Dosse, 1993, p.388)

Lévi-Strauss formulou as regras de intercâmbio com base na proibição do incesto e na teoria do avúnculo. Postulou leis gerais em todas as culturas humanas, leis apresentadas epistemologicamente como invariâncias ou invariantes. O estruturalismo, oriundo tanto da lingüística como da antropologia, foi pilar importante para o campo psicanalítico individual, vincular e, em especial, para o da família.

Os psicanalistas argentinos, Isidoro Berenstein e Janine Puget desenvolveram os conceitos estruturalistas de Lévi-Strauss no campo psicanalítico e abriram um novo espaço teórico clínico nomeado Psicanálise das Configurações Vinculares. Eles criaram conceitos que funcionam como leis gerais na clínica vincular, dentre os quais destaco o de *estrutura familiar inconsciente (E.F.I.)*. Este conceito significou uma ampliação da psicanálise para a teoria e clínica vincular, tendo como suporte a estrutura de parentesco, conforme proposta por Lévi-Strauss. As primeiras noções deste estudo foram apresentadas por Berenstein, em 1970, e a formalização da E.F.I., como matriz inconsciente que regula as relações do grupo familiar, aconteceu, em 1976, no livro *Familia e Enfermedad Mental*, do qual contamos com versão para o português.

No encontro de Berenstein com a estrutura de parentesco proposta por Lévi-Strauss, considero ter ocorrido um acontecimento que marcou tanto a origem do conceito de E.F.I. como inaugurou a construção teórica da psicanálise das configurações vinculares. Até essa época, os autores utilizavam os conceitos derivados da escola kleiniana, principalmente o de identificação projetiva para a construção do vínculo.

Disse Berenstein em entrevista que me concedeu em abril de 2001 em Buenos Aires:

“Como depois o aporte kleiniano não me resultava mais satisfatório, dei como por acaso com a estrutura elementar de parentesco de Lévi-Strauss. Isso me permitiu reunir uma série de observações clínicas que até esse momento tinham ficado de fora. Naquele momento, o modelo da E.F.I. ou modelo de quatro termos para mim significou uma virada porque me permitiu estabelecer

uma base, um ‘zócalo’ como o chamávamos na época, uma estrutura que lhe dera sentido já não somente a uma pessoa como é o inconsciente reprimido senão a um conjunto de pessoas que formam parte de uma família. Passamos a entender o funcionamento a partir de algo profundo que não fosse apenas a motivação individual infantil... Isto permitiria compreender todas as significações e uma série de produções de um conjunto de parentesco tanto de uma família como de um casal.”¹⁵

Nesta passagem da concepção antropológica para a da psicanálise das configurações vinculares, Berenstein transpõe de um campo para outro os termos do parentesco e, ao mesmo tempo, lhes atribui vãos próprios, assumindo liberdade considerável em relação ao dogmático ou determinante dos termos em questão.

Neste estudo, vou discutir esse interjogo que acontece entre um posicionamento mais determinista e as variantes sempre possíveis. No dizer de Passos (2003), “é necessário pensar na dinâmica processual que, ao longo do tempo, organiza algumas leis como universais e descarta outras como normas meramente transitórias” (p.19).

A importância do conceito de estrutura familiar inconsciente reside no fato de ter permitido a passagem do singular para o plural, preservando a rede inconsciente como essência da psicanálise também no âmbito vincular. Trata-se de um conceito-limite entre a realidade psíquica da psicanálise e a estrutura de parentesco antropológica. Como apresentado por Berenstein, este é integrado por quatro vínculos: de *aliança*, de *filiação*, de *consangüinidade* e *avuncular*.

O *vínculo de aliança* ou casal inclui a relação entre dois eus que ocupam, cada um de forma específica, o lugar e a denominação de *esposo e esposa* e, posteriormente, de *pai e mãe*, estas últimas a partir do filho que advém como objeto de desejo. O *vínculo de filiação* é o nome da relação dos pais com os filhos que estabelece uma dupla nomeação: a pertença ao grupo familiar, definida pelo sobrenome e o próprio nome de cada um, criação significativa da E.F.I.. O *vínculo de consangüinidade* é o da relação dos irmãos

¹⁵ Tradução da autora.

entre si, dizia Berenstein, mas atualmente, ante as novas formas de família, consideramos mais apropriado falar em *vínculo fraterno*, já que inclui relações que vão além do mesmo sangue. Ainda integrando a E.F.I., proposta por Berenstein, temos o *vínculo avuncular*, que nomeia a relação do filho com a família materna ou seus representantes (lugar especial ao tio materno ou “avúnculo”, conforme a denominação da antropologia). Em certos casos, a clínica mostra um deslizamento deste vínculo para a família paterna.

A E.F.I. tem um sentido *tópico*, por estabelecer um conjunto de posições ligadas em uma estrutura vincular (materna-paterna-filial-avuncular). A tópica privilegia os elementos que não mudam, ou seja, as variantes estruturais que trazem o risco de se tornarem um modo de conhecimento dogmático. Ao afirmar, porém, que a E.F.I. tem também um sentido *dinâmico*, Berenstein deixa aberta a possibilidade de criação e de acontecimento, apresentando a permutação dos signos afetivos que podem transformar o sentido das representações vinculares e os afetos circulantes. Cada eu ocupará seu lugar a *seu* modo, mas atendendo ao mandato da cultura.

Na clínica vincular, a E.F.I aparece com movimentos próprios oriundos da presença dos três espaços psíquicos em ação permanente: o intrasubjetivo, o intersubjetivo e o transubjetivo. O modelo da E.F.I. é um modelo sincrônico que não aprofunda os aportes da transmissão psíquica em seus dois eixos: o geracional e o transubjetivo. Consideramos que hoje, a determinação estrutural fica profundamente abalada por uma concepção do ser como múltiplo e do grupo familiar como rede, ambos inacabados e em construção permanente.

2.3.2. Ordem do acontecimento

Passamos, então, a pensar num determinismo relativizado. Isto não acaba com a estrutura, entretanto nos impulsiona a um posicionamento diante do eixo acaso-determinação, que situa a estrutura em constante transformação e aberta ao acontecimento. Nesta perspectiva, ficam enfatizados o passado e o futuro como realizações das *condições atuais* de produção do discurso. Segundo Gaspari (2000), *condição* tem origem no latim “conditio”, forma substantiva abstrata do verbo “condo”. (fabricar, construir). Alude à criação, à fundação e, pela etiologia da palavra, sugere um trabalho ativo, opondo-se a uma postura essencialista.

Estrutura e acontecimento não são propostos como categorias complementares. São dois tipos de operações que partem de uma ontologia da inconsistência do ser, de uma desordem de base sobre a qual caberia uma produção de subjetividade (Gaspari, 2000).

Pensar a clínica, revalorizando o acontecimento, questiona a teorização estruturalista que dá um lugar de determinação muito marcado à matriz simbólica familiar e demarca para o sujeito um jogo de opções fortemente limitado, um movimento possível dentro de um leque de transformações.

Segundo Moreno (2000), o acontecimento é algo “radicalmente novo”, que permite a aquisição de uma nova chave de significados, de um novo posicionamento não homogêneo com os já existentes e que, até o momento, era impossível para uma determinada situação.

Por exemplo, casar por amor passou a ser algo “radicalmente novo” na história dos casamentos que, nas gerações dos nossos avós e bisavós, era algo inconcebível, impensado, impossível. Divergindo de Moreno, falo em um “novo”, já que algo radicalmente novo minimiza a existência do que antecede, do que constitui a linha histórica na formação das configurações vinculares e, em especial, do grupo familiar.

Tanto na teoria como na clínica da transmissão psíquica, a construção permanente do que se transmite nos remete a pensar também o fechamento, o determinado e concluído, a estrutura na sua acepção clássica. Deste modo, debruçar-se sobre a idéia do acontecimento, impõe discutir com paixão a idéia da estrutura e sua transformação.

Considerando a possibilidade do novo, somos confrontados com os pontos de inconsistência ou de incompletude que possui toda estrutura.

“Nesses pontos de vazio, ou através deles, realiza-se um intenso trabalho de sutura que produz elementos excedentes geralmente imperceptíveis e incompreensíveis (ou seja, que denunciam a indeterminação ou a incompletude do sistema) para a explicação vigente. Essas produções podem, eventualmente, dar lugar a um acontecimento.”¹⁶

(Moreno, 2000, p.132)

Do lugar e na função de psicanalista, tenho presente que as estruturas mudam, que tudo evolui. O que é considerado “causa” produz efeitos que excedem, que transbordam, o que previamente podia se imaginar como mudança, como novo. Tudo o que surge de novo não pode ser reduzido a seus antecedentes, mas também não poderia existir sem estes antecedentes.

É somente no momento em que surge o novo, que se constitui, como antecedente dele, o que se estabeleceu anteriormente ou num tempo genealógico anterior. O novo aparece para mobilizar e mudar uma estrutura. Neste posicionamento, estrutura e criação não se opõem: o novo só pode surgir na estrutura.

Em toda situação anterior temos pontos de vazio. Os equívocos, os sintomas, os emergentes das transmissões transgeracionais, tudo aquilo que insiste sem aparente inscrição são indícios de lugares de vazio na situação anterior. Houve uma produção de significações em excesso, com o objetivo de suturar ou tamponar o que, na chave explicativa vigente, não tem solução. O

¹⁶ Tradução da autora.

vazio pode ir esvanecendo-se, mas, caso o vazio se sustente, a produção excedente pode perturbar a ordem estabelecida ou ter uma intervenção eficiente que permita advir um acontecimento.

Parafraseando Badiou (1991), falamos em sutura toda vez que há uma suspensão, um bloqueio que proíbe ou impede de edificar livremente, de construir acontecimento. A sutura reduziria ao estrutural o que poderia ser também do acaso, impedindo de configurar as verdades próprias de cada época ou tempo.

“Permanecer cativo a uma rede de suturas de suas condições” (Badiou, 1991) mantém o saber num círculo fechado deixando à margem algo do tempo atual que escapa. Permanecer na sutura instala uma monótona compulsão à repetição de enunciados de familiares na clínica, como, por exemplo, dizer; “a família morreu, o que vemos hoje não é família, família é pai, mãe e filhos que moram juntos e têm vínculos de sangue”. Criar condições para tornar possível o que se apresenta como impossível é propiciar que a narrativa familiar das diferentes gerações deixe de permanecer entravada pela rede histórica das suturas. Escutar esta rede é função da psicanálise sensível às redes vinculares, que propicia, desta forma, a metamorfose dos vínculos.

Segundo Moreno (2000), a forma que o impossível ou impensável tem de se apresentar é através do imprevisível, que não tem representação psíquica, mas se apresenta ou se impõe revelando algo que não se percebia anteriormente, algum tipo de acordo ou pacto inconsciente. Ainda de acordo com este autor, a subjetividade e a formação dos vínculos têm duas fontes: uma complementar, que se alimenta dos aportes que vêm das experiências infantis primárias e faz com que cada um, partindo dessas representações, procure um outro que o complete; outra suplementar, na qual há um movimento de encontro com o outro, um acontecimento que cria algo que não tem representação, mas que se apresenta como suplemento e transforma tudo o que era anterior. Este suplemento não é nomeável nem representável pelos recursos existentes e em vigor até esse momento.

O acontecimento não complementa um todo, ele o suplementa, introduzindo uma destotalização que exige um constante trabalho de revisão do que existe à luz do acontecimento. Segundo Badiou, é importante pensar a estrutura ou situação, sendo fiel, tendo *fidelidade* ao acontecido no processo de ruptura eminente. Somente *a posteriori*, pelos seus efeitos, poderemos deduzir se o que surge considerado novo é realmente um acontecimento ou apenas um retorno do existente e ainda não conhecido. O acontecimento não emana do que já existia. Ele só surge no que já se tinha como estrutural e que, a partir do acontecimento, se compreende de outro modo, porque suplementa um estado de coisas vigentes ou situação dominante.

“O que há, a situação do saber tal como é, só nos proporciona a repetição. Para que uma verdade afirme sua novidade, deve haver um suplemento. Esse suplemento é entregue ao acaso. Ele é imprevisível, incalculável. Ele está além daquilo que é. Eu o chamo de um evento”.

(Badiou, 1994, p.44)

Combinar a ordem estrutural com a do acontecimento permanece como desafio constante na psicanálise, já que na cadeia de repetições há sempre lugar para o novo. Conjugando as duas ordens é também o desafio desta tese que tem, como núcleo aglutinador, pensar as transformações do legado familiar ante a força dos acontecimentos e, em especial, ante as inscrições advindas do contexto transubjetivo.

Há transformações estruturais que a nova ordem familiar e social promovem na família. Nas mais variadas formas de família, aparece um deslizamento dos lugares e das funções de parentesco de acordo com os contratos firmados inconscientemente, atendendo aos acontecimentos.

Pela força dos acontecimentos, aparecem novos códigos de valores e a organização das redes familiares desafia as conceituações vigentes que precisam ser recriadas. Nas novas cenas

familiares, temos personagens inéditos que demandam novas nomeações e que, muitas vezes, questionam o instituído. Até que ponto os filhos de pais separados que passam a conviver como irmãos nas famílias reconstituídas poderão vir a ser irmãos, namorados ou amigos?

Num relato clínico, o avô que não tem vínculo sanguíneo com o neto de sua esposa, filho de sua enteada, resolve chamá-lo de “inter-neto” e diz “ele é meu ‘inter-neto’ porque está interligado na minha rede familiar, rede que para mim era impensável e que se fez possível nesta era da internet que realiza muito do impossível”.

Escutar uma nova ordem familiar é ter a possibilidade de dizer não à estrutura predeterminada e dizer sim a uma rede *familiar inconsciente* (R.F.I.). Com esta noção de R.F.I., proponho suplementar a estrutura familiar inconsciente, defendida por Berenstein (1976), com as expressões cunhadas pelo eixo geracional e pelo eixo transobjetivo da transmissão psíquica, que serão aprofundados nos capítulos seguintes.

Na *rede familiar inconsciente*, acontece um acessar das mais variadas redes vinculares, tanto intrafamiliares como do grupo familiar com o contexto transobjetivo, criando assim uma trama complexa. Na contemporaneidade, esta trama tem mais redes horizontais do que verticais, imprimindo uma característica de irmandade ou comunidade aos grupos familiares. Ante os aportes do estudo da transmissão psíquica, considero que dois novos vínculos passam a integrar a R.F.I como central de redes vinculares inconscientes: o vínculo geracional e o vínculo cidadão.

O *vínculo geracional* nomeia as marcas da transmissão psíquica que cada geração recebe das gerações anteriores e passa às que as sucedem. Por este vínculo, fica valorizada a força do *apoio geracional* como antecedente na construção do psiquismo familiar e individual.

Penso que o *vínculo geracional* foi, até certo ponto, anunciado por Berenstein, já que, em seus textos, fica valorizada a força do desejo das famílias de origem, na constituição da família

nuclear, e o lugar especial que tem o *vínculo avuncular* (presença da segunda geração na terceira geração), na estrutura familiar inconsciente. Mesmo assim, pensar um *vínculo geracional* acrescenta a especificidade e a presença constitutiva dos valores e mitos familiares que são transmitidos inconscientemente pelos ancestrais e antepassados, marcando a vida dos descendentes, as suas escolhas amorosas e as redes familiares que virão a constituir.

Já o *vínculo cidadão* refere-se às marcas do contexto transubjetivo no psiquismo familiar e individual, resgatando um lugar potencial a ser ocupado como cidadão, com direitos e deveres sociais. O *vínculo cidadão* pontua, na *rede familiar inconsciente* - R.F.I., o lugar da pertença sociocultural e as demandas sociais que, sendo mais ou menos reconhecidas, configuram e transformam o grupo familiar.

Proponho que a R.F.I., com a mobilidade e força criativa que lhe é inerente, é, então, o conjunto dos vínculos organizadores do grupo familiar nas suas mais diversas configurações ou produções: vínculo de aliança; vínculo de filiação; vínculo fraterno (consangüíneo ou não); vínculo com as famílias de origem (abrindo o leque da determinação avuncular); vínculo geracional; e vínculo cidadão; assim como todo e qualquer outro vínculo que possa vir a ser exercitado. Há uma mudança no olhar dos vínculos, já estudados na E.F.I., e um olhar além, que acolhe novas redes vinculares.

No campo da psicanálise para as redes vinculares, agora transformada pela ordem do acontecimento, qual é o lugar reservado para uma possível ordem estrutural? A ordem estrutural se mantém apenas como lugar valorizado do que precede na construção do atual, mas, na clínica das redes vinculares, a narrativa familiar apresenta situações cada vez menos previstas e o imprevisto impera. Pensar o estrutural como a presença das invariantes, transmitidas de geração em geração, exigiu que a psicanálise se debruçasse sobre o campo da transmissão psíquica, campo que, como veremos no próximo capítulo, tem raízes na origem da própria teoria psicanalítica.

3

Transmissão Psíquica: alguns aportes para a genealogia de um saber

Transmissão psíquica é um dos temas centrais da construção teórica contemporânea da psicanálise. Até o presente, foi privilegiado o estudo do eixo vertical geracional; a investigação sobre o eixo horizontal transobjetivo permaneceu em segundo plano. O estudo do eixo geracional ou da transmissão do psiquismo, entre e pelas gerações, tem ancestrais teóricos dos quais serão resgatados neste capítulo: Freud, pedra angular de todos os desenvolvimentos posteriores, e Winnicott, suplemento criativo que aprofunda o lugar e a função do meio externo na construção subjetiva do legado transmitido.

3.1.

Trilhas sobre a transmissão no texto freudiano

“Na vida mental, nada do que uma vez se formou pode perecer – tudo é, de alguma maneira, preservado e, em circunstâncias apropriadas (quando, por exemplo a regressão volta suficientemente atrás), pode ser trazido de novo à luz.”

(Freud, 1930, p.87)

3.1.1.

A hipótese filogenética e o genealógico

No campo da psicanálise que escuta os vínculos, temos acesso hoje a uma construção teórica mais consistente sobre a transmissão psíquica geracional. Ante este legado teórico, viajar a um passado distante e reencontrar o ponto de partida ou marco da fundação deste saber faz com que se retorne a Freud.

Já tivemos ocasião de fazer referência a René Kaës. Como psicanalista e professor da Universidade de Lyon, este autor vem, desde 1985, fazendo uma releitura da metapsicologia freudiana e construindo, como desdobramento desta, uma metapsicologia da

intersubjetividade. Para ele, o tema da transmissão psíquica pode ser considerado contemporâneo ao nascimento da própria psicanálise, quando a questão da transmissão aparece indissociável do estudo da transferência (Kaës, 1996). Sendo a transferência um dos conceitos-chave no texto e na clínica psicanalítica, o conceito de transmissão psíquica passou a exigir também um lugar de destaque na construção teórico-clínica.

Segundo este autor a preocupação com o herdado perpassa a obra freudiana, desde os “Estudos sobre a histeria” (1895) até “Moisés e o Monoteísmo” (1939). Na releitura do texto de Freud, ele diferencia três vias de investigação no que virá a se constituir o antecedente da teoria atual sobre transmissão psíquica: a etiologia da doença psíquica e sua transmissão, a transmissão inconsciente por identificação e a transmissão de geração em geração do tabu e da culpa.

O texto freudiano apresenta algumas noções e hipóteses que têm dupla marca para o campo da transmissão psíquica. Uma marca de sentido mais amplo introduz a hipótese filogenética e uma marca mais contextual traz elementos sobre os conteúdos que são transmitidos de pai para filho. É importante registrar que não há, no legado freudiano, uma teoria sobre a transmissão psíquica, mas, através de uma polissemia semântica – contágio, herança, indução, aquisição –, Freud nos deixa alguns pontos de apoio para a construção teórica contemporânea, pontos desenvolvidos por uma cadeia de sucessores.

A descoberta, em 1983, do décimo segundo ensaio metapsicológico freudiano, “Visão de conjunto das neuroses de transferência” (1915), revaloriza a filogênese e a existência de uma pré-história mítica da espécie, uma pré-estrutura que escapa às possibilidades de compreensão do sujeito¹.

¹ A edição brasileira deste ensaio foi publicada com o título *Neuroses de transferência: uma síntese*, mas, em sintonia com a edição francesa, utilizo *Visão de conjunto das neuroses de transferência*, já que as noções de conjunto e estrutura caracterizam o texto psicanalítico como um todo e norteiam as indagações que o tema da transmissão psíquica inconsciente impõe às gerações.

A noção de herança arcaica está ali sustentada pela hipótese filogenética, apresentada na segunda parte do ensaio, como algo da ordem do acontecimento, algo realmente novo para aquela época. Segundo Birman (1993), ela é construída por Freud em parceria com Ferenczi num momento histórico em que ambos, apoiados na teoria biológica de Lamarck, dão sustentação à transcendência das formações fantasmáticas. Desenvolvem, então, uma metabiologia, ou seja, um texto orientado pela articulação da psicanálise com a biologia, no qual são construídas hipóteses importantes no que se refere a elementos para uma abordagem psicanalítica da transmissão psíquica inconsciente.

Com suas postulações sobre fantasias filogenéticas, Freud tornou-se precursor dos autores contemporâneos que desenvolvem estudo teórico-clínico sobre a transmissão psíquica familiar e cultural, todos atentos ao lugar dos ancestrais e antepassados na construção da subjetividade, abordada em suas três dimensões: intrasubjetiva, intersubjetiva e transubjetiva.

Neste contexto, Freud nos convida a viajar de volta ao passado filogenético, dizendo:

“Espero que o leitor, tendo notado pela forma maçante de muitos parágrafos como as observações foram montadas de maneira penosa e feitas com muito cuidado, seja tolerante, permitindo que a crítica ceda lugar à fantasia na apresentação de coisas incertas, embora estimulantes, o que justifico, na medida em que se pode, assim, abrir novas perspectivas”.

(Freud, 1915, p.72)

Nessa viagem de volta ao passado pré-histórico, encontramos “disposições herdadas que são restos das aquisições dos antepassados” (Freud, 1915, p.71) e que se somam às disposições atuais derivadas de experiências próprias. Há sempre esquemas universais que completam *a priori* a história individual e que são ordenados à estrutura edipiana. Com este posicionamento, poderíamos dizer que a abordagem psicanalítica fez prevalecer o valor do estrutural. Há algo, de alguma forma, já inscrito pela ação

do metaorganizador, que é o Édipo e “nesse ponto, o atavismo² triunfou sobre as circunstâncias acidentais da vida” (Laplanche, 1988, p.101).

A noção de herança arcaica já tinha sido introduzida em “Totem e Tabu” (1913), que apresenta a força do patrimônio psíquico herdado, mas, somente em “Moises e o Monoteísmo” (1937a), Freud vai afirmar que a herança arcaica se constitui das tendências, dos conteúdos e dos traços de memória relativos a experiências de gerações anteriores. Esta herança será transmitida pela influência silenciosa das comunicações inconscientes, independentemente da comunicação direta e da educação. Kaës (1996) nos lembra que a herança arcaica vai além do id, já que, na origem do indivíduo, o id e o ego são um só.

É questão, para Freud (1937a), o que faz uma recordação integrar a herança psíquica e em que circunstâncias ela se torna ativa, mesmo que com outras roupagens. Ele afirma que todo indivíduo cria disposições para seus descendentes e nos indaga por que nem todo indivíduo receberia legados de seus ascendentes. Desta colocação, podemos inferir que ele inscreve cada geração num eixo diacrônico, constituído pelo legado que o antecede e pelo legado que o sucede na cadeia da transmissão psíquica geracional.

Ainda como parte da hipótese filogenética, ao explicitar o funcionamento do pai primitivo da horda humana nos tempos glaciais, Freud registra a “fuga dos filhos ameaçados de castração, aprendendo a assumir juntos a luta pela vida”. (1915, p.79). Assumir juntos a luta pela vida colocaria em cena o vínculo fraterno, aliança que se estabelece entre os irmãos. Estudos atuais da psicanálise têm mostrado a força do vínculo fraterno como transmissor psíquico de uma contracultura, fechada à compreensão dos outros por pactos secretos e com valores próprios. Os irmãos realizam um vínculo simétrico e, ao estarem numa mesma geração,

² Atavismo: “do latim atavu, quarto avô + ismo. Reaparecimento em um descendente de um caráter não presente em seus descendentes imediatos, mas sim remotos” (Ferreira, 2001, p.191).

mantêm relações de proximidade, em geral, com intensas trocas de amor e ódio.

Deixando de lado a força do biológico, a hipótese filogenética é resgatada como uma metáfora da constituição pré-subjetiva do sujeito. Esta “metáfora do arcaico” (Birman, 1993) é fundante da *pré-história geracional* do sujeito, do casal e do grupo familiar.

A fundação do sujeito, assim como a do casal e da família, tem sempre como base algo que o transcende, algo da ordem de estruturas antecipatórias. Através destas estruturas se inscrevem impressões intermediadas pelo outro que Birman (1993) classifica em três tipos de registros, delineados de forma espaçada no texto freudiano: o registro interpretativo, pelo qual tudo que acontece tem um significado a ser decodificado e no qual o sujeito é parte de uma cadeia que o antecede e de um contexto interpretativo que o marca; o registro libidinal, que ressalta o cuidado materno que erogeniza o corpo da criança e o estrutura como corpo sexuado; e o registro mítico, pelo qual há um real que revela a estrutura fundante do sujeito, estrutura que o precede e que se inscreve como mito das origens.

O enfoque filogenético permaneceu esquecido nos desenvolvimentos teóricos psicanalíticos posteriores. Laplanche & Pontalis estão entre os autores que formalizam um “retorno a Freud”, revalorizando os conceitos deste enfoque pelo resgate da hipótese filogenética e da problemática do imaginário. Com eles, o leque metapsicológico é reaberto, indo além do sexual e acolhendo o infantil das origens. Em psicanálise, o infantil não é exatamente o que se viveu na infância, e sim os acontecimentos infantis metamorfoseados e impostos pelo processo primário, que constituem os “protótipos inconscientes” (Mezan, 1993). O infantil se configura como a parte do passado, baseada em acontecimentos traumáticos que cunham impressões pelo excesso de prazer ou desprazer e suscitam fantasias. A fantasia cria uma cena, uma ação encenada, que resulta de impressões marcadas sobre a superfície psíquica que não é inerte, não é tábua rasa, por ser o que se imprime referente ao

que foi desejado. Nesse processo de criação de fantasias, opera o princípio da “não homogeneidade: a impressão não reproduz o acontecimento, o objeto não reproduz a impressão, o acontecimento não é idêntico à experiência” (Mezan, 1991, p.72). As impressões escrevem uma história, constituída pelas experiências infantis, irrecuperáveis pela recordação e conservadas pela compulsão à repetição.

Podemos hoje acrescentar, a esta história, as impressões e traços de memória, cunhados pela transmissão psíquica através das gerações. O sujeito é marcado por impressões precoces, que inscrevem o infantil como matriz fundante do desejo e da repetição. Além do infantil, proponho considerar *o genealógico*, ou tudo que se constitui em impressões deixadas na subjetividade, pela cadeia da transmissão psíquica geracional dos ancestrais e antepassados, instaurando o que nomeio como *pré-história e história geracional* da subjetividade.

Considero ancestrais todos os integrantes da ascendência familiar com os quais não se conviveu e reservo a categoria de antepassados aos ascendentes com os quais se teve contato direto. A pré-história geracional transmite a forte presença dos ancestrais na formação subjetiva; já a história geracional resgata a força transmissora dos antepassados.

Pensar a *pré-história e a história geracional da subjetividade* inscreve o tema do adoecer na força da herança familiar. A hereditariedade da doença é postulada por Freud, já em 1895, no texto “Estudos sobre a histeria”, no qual apresenta o modelo de transmissão de energia nervosa e o modelo médico-social de epidemiologia e imunidade. Neste último, ressalta a constituição do social como um veículo da transmissão. É pelo contato direto com o outro que acontece a contaminação infecciosa. Esta contaminação, por contato direto, pode ser interpretada hoje como uma alegoria sobre a transmissão psíquica intergeracional – a que se estabelece entre gerações, que têm contigüidade.

Pelo modelo de contágio mental, Freud (1921) amplia sua contribuição, trazendo elementos não só sobre a identificação e a transferência como também sobre a hipnose, a sugestão e a transmissão de pensamentos. Este modelo valoriza os processos de identificação e de transferência que hoje são considerados pilares da teoria sobre a transmissão psíquica.

Na construção da doença, Freud vai além da hereditariedade que por si só não a determina. Admite, então, a força da história pessoal na etiologia da neurose (1895), o que reafirma ao citar Goethe: “aquilo que herdaste de teus pais conquista-o para fazê-lo teu” (1938, p.237). Pela transmissão psíquica, cada um adquire ativamente o que recebe dos pais e realiza metamorfoses no legado familiar e social ou recebe massificadamente a herança e, deste modo, favorece a repetição sem transformação.

Mas qual era o espaço reservado ao mundo externo no texto freudiano? O que se inscreve e se transmite proveniente deste contexto? O que configura um acontecimento?

Ao propor a equação etiológica para construção da neurose – H+P+D+S (hereditariedade + predisposição + fator desencadeante + sexualidade)-, Freud (1895) inclui entre os elementos a importância do circunstancial pelo fator desencadeante. Este fator refere-se a tudo aquilo que incide na subjetividade, proveniente do mundo externo. Com isso, apontaria já, de alguma forma, para a marca do acontecimento externo. De toda maneira, o circunstancial é apresentado com valor minimizado, pois este fator da ordem acontecimental não teria o poder de determinar a neurose, visto que, de todos os fatores, só a sexualidade é que a determinaria.

Por outro lado, Legrand (1993) nos lembra que, com a proposta de fantasias originárias, o texto freudiano já preconizava a força do acontecimento radical e apresentava o mito como a resposta tradicional do homem ao enigma do acontecimento. Consideram-se, como protótipos de acontecimentos radicais, o nascimento, a própria sexualidade e as inscrições de gênero e geração.

Na concepção freudiana, encontramos ambigüidade, idas e vindas no que diz respeito à importância do mundo externo e ao princípio da realidade. Para Laplanche & Pontalis, desde suas origens, a psicanálise teve como foco de estudo e tratamento a realidade psíquica, suspendendo o julgamento da realidade externa e fortalecendo o valor do subjetivo puro. Foi-se instalando uma disjunção extrema entre o “real bruto” (1985, p.19) e o material verbalizado na sessão analítica.

Relendo Freud após a minha inserção na escuta do social, dos grupos e dos vínculos, percebo que o objeto de estudo privilegiado foi a realidade psíquica inconsciente, existindo, contudo, em seus textos, indícios de preocupação com o social, como veremos posteriormente, ao desenvolver a transmissão que ocorre pelas informações vindas do espaço transsubjetivo. Esta preocupação com o social acabou impondo questões, aprofundadas por alguns de seus sucessores na construção da teoria psicanalítica.

Inicialmente, pela teoria da Sedução Sexual (1895-1897), o legado freudiano estabelecia a tese de que só se podia falar em trauma, à medida que a sedução sexual interviesse pela via da fantasia e não pelos fatos reais. O que era considerado trauma até esse momento de construção teórica?

No mínimo, dois eventos eram necessários para haver um trauma. Num primeiro evento, há a cena de sedução do adulto para com a criança. Já no segundo evento, que se instala após a puberdade, há uma cena menos traumática do que a primeira, sendo esta evocada através de traços associativos. Há, então, a lembrança da cena já vivida que assalta o eu e, como defesa, é acionado o recalçamento.

Ante o enigma sobre o que produz o trauma, a excitação que vem do mundo exterior ou a pulsão, a teoria da sedução, segundo Laplanche & Pontalis, permite responder que todo trauma tem dupla origem, por se constituir simultaneamente do que advém do exterior e do interior.

Estes autores apontam ser este primeiro evento, “corpo estranho”³ que permanece excluído no interior do próprio sujeito, geralmente constituído pelo desejo parental e pela fantasia que lhe dá sustentação, e não pela percepção de uma cena real. Invocar o desejo parental e a fantasia que o configura nos impõe o retorno à geração anterior e ao que se transmite psiquicamente para a geração subsequente.

Kaës (1996) coloca que, para Freud, “a sedução traumática precoce inscreve-se como uma determinação de causa na moral sexual cultural, mas passando pelo processo psíquico. Deste modo a doença neurótica dos pais é transmitida aos filhos” (p.53)⁴.

Laplanche & Pontalis reafirmam que, para Freud, o trauma psíquico só se dá a partir de um pré-existente, que adquire significação e que é a própria reminiscência da primeira cena. Deste modo, os sintomas são construídos a partir de fantasias e não de fatos reais, fantasias atualizadas como lembranças reais. Eles lamentam que, ao abandonar a teoria da sedução em 1897, Freud fica valorizando, por algum tempo, mais o sujeito do que o objeto, a constituição do que o evento, o interno do que o externo, o imaginário do que o real.

3.1.2.

As fantasias como matéria-prima da transmissão

Ao se distanciar da teoria da sedução, Freud passou da noção de cena para a de fantasia. Como já relatei, no período arcaico da elaboração psicanalítica, ainda na hipótese filogenética, havia *cenar originárias*, que eram procuradas bem para trás, na origem, e eram estruturantes de seqüências mais ou menos repetitivas. Freud posteriormente passa a supor que, assim como houve cenas, há *fantasias originárias*, gestoras de todas as fantasias individuais na

³ Aqui “corpo estranho” refere-se à lembrança do trauma que se mantém, como agente ativo, durante longo tempo após ter assaltado o eu (colocação freudiana de 1895).

⁴ Tradução da autora.

sua diversidade. “A fantasia originária desce para o concreto, determinando certos aspectos do roteiro que se devem necessariamente reencontrar” (Laplanche, 1988, p.102).

Nesta virada de rumo, Freud criou o conceito de fantasias originárias, *Urphantasien*, também nomeadas pela psicanálise como fantasias primitivas ou universais. No âmbito desta tese, estas fantasias servem de matriz para os conteúdos que se acrescentarão à história do sujeito, do casal ou do grupo familiar. Constituem-se em importante matéria prima da transmissão psíquica inconsciente, veiculada pelas gerações de um grupo familiar. Configuram-se num “roteiro de múltiplas entradas” (Laplanche & Pontalis, 1988, p.72), sendo possível que um ou outro personagem ou ação da cena faça ressonância para cada sujeito, em cada tempo de sua vida.

Com a noção de *fantasia originária*, Freud expressou um duplo desejo: descobrir o alicerce do evento e dar resposta à exigência de ter uma base estrutural da fantasia para além do próprio evento. Ele precisava dar conta de uma realidade estruturada, de um princípio de organização do imaginário que viesse substituir a teoria do trauma, considerada fracassada, como elemento original da fantasia.

No legado freudiano, considero o Caso do Homem dos Lobos (1918 / 1914), o texto-ícone do valor das fantasias originárias na constituição da subjetividade e dos vínculos, que, conseqüentemente, traz elementos importantes para o estudo da transmissão psíquica. Este caso é, repetidas vezes, citado e desenvolvido pelos analistas, que estudam os vínculos como o estudo em que as fantasias originárias estão mais bem caracterizadas.

No sonho em que o paciente vê a janela abrir-se para a árvore cheia de lobos, Laplanche (1988) registra dois aspectos correlatos: por um lado, a cena primitiva na qual os lobos representam o espetáculo do coito dos pais; e, por outro lado, a idéia de que a cena está ligada à castração. Apresentando uma fobia, o lobo, como animal de angústia, representaria a ameaça simbólica de castração.

O caso do Homem dos Lobos torna-se paradigmático também da hipótese filogenética, já que nele é apresentada, por uma das primeiras vezes, a idéia de um esquema que antecede e tem primazia sobre a história individual: há um Deus terrível que projeta seu caráter sobre o pai da criança e, ante esta cena, o pequeno Homem dos Lobos tem que defender seu próprio pai, adaptando-se, mesmo sem o desejar, a um esquema filogenético. Na realidade, o pai real carregava a sombra de um Deus pré-histórico castigador.

Ao estudar a fantasia, Freud lhe atribui o duplo lugar de dado manifesto e de conteúdo latente, de objeto considerado “realidade psíquica” com uma estrutura a ser analisada. Deste modo, mais uma vez, concentra sua atenção nos elementos originários reais e possíveis de verificação. Como um detetive numa procura apaixonada, vai farejando as pistas que levam ao que se dá do real na cena fantasiada e “jamais se resignou a assimilar as cenas como puras criações imaginárias” (Laplanche & Pontalis, 1988, p.47).

Em 1917, na Conferência 23 de Introdução à Psicanálise, Freud amplia o conceito de fantasias originárias e lhe dá sua forma definitiva. Estas fantasias não negam a possibilidade de sua relação com eventos concretos da vida de cada um, mas é a realidade psíquica que lhes dá sustentação. O que, alguma vez, pode ter sido realidade nos tempos originários transmite-se como fantasia no transcorrer das gerações. Há um conteúdo constante que se repete, configurando três fantasias originárias: fantasia da cena primária, fantasia de sedução e fantasia de castração. Esta última corresponderia a uma ameaça real de mutilação em algum período passado da história humana que pode ressoar ante as experiências concretas do sujeito, tais como a diferença de sexo ou de geração.

Como em cada relato as mesmas fantasias são criadas, “cabe supor a existência de um esquema anterior, capaz de funcionar como organizador” (Laplanche & Pontalis, 1988, p.53) e isto fortalece a filogênese.

Bernard (1991) afirma que Laplanche & Pontalis criticam a concepção filogenética da *Urphantasi*, mas não a substituem por

uma concepção estruturalista, ou seja, mesmo com reparos a sustentam. Por ser antes que mais nada fantasia, a *Urplantasien* é conteúdo imaginário e, como tal, possui características que dificilmente permitem que seja assimilável ou enquadrada em uma estrutura. As fantasias originárias seriam configurações de desejos inconscientes comuns à maioria dos seres humanos à medida que estes precisam enfrentar, no momento originário da construção do psiquismo, situações idênticas.

Hoje pensamos que, na construção do grupo familiar e do seu legado, as fantasias originárias são atualizadas como matéria-prima dos desejos inconscientes, que irrigam as redes vinculares familiares.

Em seus temas, as três fantasias reportam-se às origens e tentam dar uma resposta aos enigmas que a construção da subjetividade impõe. Com a fantasia da cena primitiva, configura-se a origem do indivíduo; com a fantasia de sedução, a origem da sexualidade; e com a fantasia de castração, a origem da diferença dos sexos.

Indo além das fantasias originárias, situamos o surgimento das fantasias em geral no curso real da história da criança, mais exatamente no aparecimento do auto-erotismo. Deste modo, certos pontos do corpo podem servir de apoio para o prazer, servindo também de lugar de encontro com o desejo, com a fantasia materna e com algumas das fantasias originárias.

Freud utiliza o mesmo termo, *Phantasie*, para definir as fantasias inconscientes e as conscientes ou devaneios diurnos. Ao usar uma mesma nomeação, atesta algo de familiar entre as fantasias inconscientes e conscientes, já que todas têm um mesmo conteúdo.

Ainda de acordo com Laplanche & Pontalis (1988), as fantasias inconscientes ou sempre foram inconscientes ou, num tempo anterior, foram fantasias conscientes, devaneios diurnos que passaram a integrar o inconsciente pela ação do recalçamento e é, neste enfoque, que interessam no meu texto. Tanto as fantasias conscientes como as inconscientes, incluindo as fantasias

originárias, recebem sua simbologia, em maior ou menor grau, do legado familiar que se configura, através das mais diversas fabulações, como uma das vertentes da ordem simbólica. Num processo analítico, seja individual ou vincular, as fantasias de desejo, reveladas nos sonhos, se apresentam muitas vezes como repetições ou novas configurações de cenas infantis.

Os autores citados afirmam também que cada fantasia carrega uma proporção variável do imaginário e do estrutural. Há uma linha classificatória que vai das fantasias conscientes num pólo superficial, passa pelas fantasias inconscientes e chega às fantasias originárias no pólo mais primitivo. No pólo primitivo, o roteiro é grupal, por haver uma cena com vários personagens; no pólo superficial, o roteiro é essencialmente na primeira pessoa, assinado pelo sujeito.

Laplanche & Pontalis lembram que, nos escritos iniciais sobre as fantasias, Freud concede valor especial ao que é escutado. O papel do escutado nos remete ao conceito de “eu-pele” (Anzieu, 1988), em que o envelope sonoro é o fundamental na construção do eu. O escutado inscreve o sujeito na história familiar e o faz conhecedor das lendas, legados e mitos dos pais, dos avós e dos ancestrais. Há um “dito ou ruído familiar, esse discurso falado ou secreto, preliminar ao sujeito no qual ele deve advir e localizar-se” (Laplanche & Pontalis, 1988, p.60).

Há também um dizer do grupo familiar que, por palavras e gestos, transmite, no cotidiano, a sonoridade emocional do contexto familiar e social, configurando o desejo de cada um e um clima emocional de fundo, imposto pelo não dito e conseqüentemente pelo não escutado.

3.1.3.

O eixo narcísico de transmissão e a ferida genealógica

Podemos afirmar, então, que cada um advém e se inscreve como elo de uma cadeia de transmissão do psiquismo, tendo, como

um dos mobilizadores, um *eixo narcísico de transmissão* pelo qual nos fazemos sucessores de um narcisismo em herança.

Freud é quem nos propõe o conceito de narcisismo como um dos conceitos-chave da metapsicologia e da clínica psicanalítica. Pode ser considerado a pedra angular que fundamenta uma nova orientação da teoria da libido e da construção das relações de objeto, demarcando a relação estrutural do seu legado teórico e agrupando uma série de fenômenos psíquicos.

Narcisismo é hoje uma palavra que evoca um grupo de idéias e noções que lhe são conexas e, neste vasto leque de significações, resgato o conceito de narcisismo, entendido como herança e como rede de identificações.

Em 1914, Freud escreveu “Introdução ao Narcisismo” em suas férias em Roma, embora o tema do artigo viesse sendo germinado nos anos anteriores. Já em 1913, ao publicar “Totem e Tabu”, Freud articula a idéia de narcisismo primário ao processo de idealização. Há uma crença na onipotência dos desejos, dos pensamentos e na força mágica das palavras. Isto provoca um grande investimento libidinal de si mesmo, cada um se acredita dotado de todas as qualidades de seus pais. A criança vê os pais como todo-poderosos e com eles se identifica pelo mecanismo de identificação projetiva. O narcisismo primário da criança, dentro deste enfoque, pode ser considerado reflexo do ideal de onipotência que os pais nela projetam. Fica, então, apresentada uma produção intersubjetiva da psique, abrindo caminho para o que hoje nomeio de *eixo narcísico de transmissão*.

É somente na “Introdução ao Narcisismo” (1914) que é desvendada a perspectiva do sujeito como elo de uma cadeia intersubjetiva, cadeia esta que lhe dá acolhida e o molda, mas que também é modificada pela sua ação.

“O indivíduo leva realmente uma existência dúplice: uma para servir a suas próprias finalidades e outra como um elo numa corrente, que ele serve contra sua vontade ou pelo menos involuntariamente”.

(Freud, 1914, p.94)

Para Kaës (1996), o texto freudiano oferece os fundamentos narcisistas da transmissão entre as gerações e através delas. Caberá a cada um resolver a exigência interna de ser sujeito para si próprio, sendo também sujeito do grupo familiar e social⁵.

Ainda na “Introdução ao Narcisismo” (1914), Freud apresenta o que hoje a clínica psicanalítica com famílias e casais confirma com clareza: para os pais, o filho é o herdeiro de seus desejos, sonhos e expectativas.

“Se prestarmos atenção à atitude de pais afetuosos para com os filhos, temos de reconhecer que ela é uma revivescência e reprodução de seu próprio narcisismo que de há muito abandonaram.”

(Freud, 1914, p.107)

Até que ponto acontece efetivamente um abandono do narcisismo dos pais? Mais do que abandono, a clínica familiar nos confronta com o *eixo narcísico de transmissão* que atua constantemente de forma inconsciente na construção do desejo parental, propiciando ou dificultando o reconhecimento do desejo do filho na sua alteridade. Este eixo perpassa as diferentes gerações de uma família: de avós para pais ou de pais para filhos acontece a construção dos vínculos, que têm, como uma das fontes de alimentação, o narcisismo.

“A criança concretizará os sonhos dourados que os pais jamais realizaram – o menino se tornará um grande homem e um herói em lugar do pai, e a menina se casará com um príncipe como compensação para sua mãe”.

(Freud, 1914, p.108)

O narcisismo dos pais se mantém presente no ciclo da vida familiar, irrigando os vínculos de parentesco e, em especial, o de filiação. Pelo vínculo de filiação, o nascimento de cada filho, seu desenvolvimento e a discriminação de seu desejo fazem inscrição no *eixo narcísico de transmissão* e, por diversas vezes, as frustrações

⁵ Posteriormente Kaës (1996) passará a nomear o sujeito do inconsciente como sujeito da herança e de forma geral como sujeito do grupo.

ou negativas ao desejo dos pais podem se inscrever como feridas narcísicas. .

Para o narcisismo universal do homem, haveria que considerar quatro feridas. Três já definidas por Freud, em 1917: a cosmológica, pela qual o homem perde a ilusão de ser senhor do mundo; a biológica, que inscreve cada um na cadeia animal; a psicológica, da descoberta do inconsciente que o determina como sujeito; e mais uma evidenciada pela clínica vincular e individual: a *ferida genealógica*, que inscreve o desejo individual numa cadeia de transmissão psíquica familiar.

Segundo Azevedo (2001), os pais são mestres em atribuir compulsivamente todas as qualidades aos filhos e, ao mesmo tempo, em fazer segredo ou esquecer todos os defeitos ou limitações. Deste modo, evitam a dor construída pelas frustrações que a transmissão do legado familiar, nem sempre assumida, impõe.

Embasado na contribuição freudiana, Coutinho (1989) afirma que, na gênese do sujeito, é criado, concomitantemente, o objeto. Este nasce como criação imaginária do sujeito e tem como suporte o desejo do outro. Pensado desta forma, o objeto vai passando por um desvendamento da relação objetual, que deveria permanecer velada para cumprir a sua função de proporcionar a ilusão de completude. Isto é vivido como perda do objeto e deixa a nu a estrutura do sujeito. Dependendo da estrutura do sujeito, o objeto pode variar desde a sua inexistência até o objeto mais bem acabado, satisfazendo a ilusão de completude amorosa. Este autor estabelece uma relação direta entre a estruturação do sujeito e a relação com o objeto de desejo. Geralmente, o sujeito ou o grupo familiar, que vem exercitando a capacidade de criar e recriar suas redes vinculares, estão mais preparados para viver o luto decorrente da perda do objeto e a substituição por outro objeto de investimento.

Não é com pouco sofrimento que o sujeito se percebe fragmentado. Pelo parto psíquico, viverá a passagem da unidade totalizante para a triangulação. Esta primeira perda passará a ser modelo e primeiro ponto de partida para as perdas futuras que for

vivendo pela vida afora e, em especial, na vida amorosa. Pensar a questão do objeto exige pensar a história que percorre as gerações, ou seja, o universo de desejos que funda os vínculos estabelecidos.

Continuando o percurso do narcisismo nas instâncias freudianas, podemos dizer que o eu ideal é uma formação essencialmente narcísica, que substitui o narcisismo primário e se situa no tempo pré-edipiano. Já o ideal do eu, constituído pela identificação com uma figura parental de referência, situa-se no tempo edipiano, assim como o supereu.

Na “Introdução ao Narcisismo” (1914), Freud atribui ao ideal do eu as idealizações narcísicas do eu ideal. Estas idealizações deslocadas se constituem em apenas uma parte do ideal do eu, já que a formação desta instância se faz na dialética de uma confrontação do desejo e da interdição dele. O ideal do eu é o “herdeiro do narcisismo primário, no qual o eu infantil bastava-se a si mesmo como eu ideal”, diz Freud. Ao mesmo tempo, o ideal do eu tem uma função crítica que o constitui em sinônimo do supereu, conceito que será introduzido em 1923. Herdeiro do Complexo de Édipo, o supereu representa a função paterna, a lei, a castração. O pai não é apenas o rival odiado, mas também o modelo.

O supereu é o veículo da tradição e dos julgamentos de valores que são transmitidos de geração em geração, fazendo com que a identificação da criança seja construída de acordo com o supereu de seus pais (Freud, 1933).

Mais uma vez elementos de transmissão psíquica podem ser desvendados do texto freudiano como parte importante na construção do ideal do eu e do supereu⁶. Será necessário que o Édipo instale a injúria narcísica da castração para que o eu ideal passe a ser o ideal do eu. A partir deste momento, Narcisismo e Édipo serão dois momentos estruturais que se definem a partir do intersubjetivo (Matus, 1991).

⁶ Posteriormente, os teóricos da psicanálise que escutam os vínculos desenvolveram teoricamente a presença da transmissão psíquica na construção do Ideal do Eu Conjugal e Familiar.

Além dos vínculos parental e filial, também são marcados pelo *eixo narcísico de transmissão* a escolha amorosa e o vínculo conjugal. É em outra vertente da “Introdução ao Narcisismo” (1914) que encontramos a observação freudiana da vida erótica e sua compreensão da vida amorosa. Toda pessoa tem originalmente dois objetos sexuais: ela própria e a mulher que cuida dela. Na escolha amorosa de apoio, a pessoa pode amar tanto a mulher que a alimenta ou o pai que a protege, como também os substitutos sucessivos que ocuparão estes lugares. Nesta escolha, há um repetir constante do modelo parental, que, pela transmissão psíquica, chega ao presente e o configura. Na escolha narcísica, uma pessoa pode amar o que ela própria é, o que ela foi ou que ela gostaria de ser, assim como alguém que foi uma vez parte dela mesma.

É possível, no entanto, questionar esta divisão tão radical. Em geral, a escolha amorosa parece não ser unideterminada. Espera-se tudo do objeto (o outro), mas é impossível que ele corresponda a todas as exigências que lhe fazemos. Esperar tudo do objeto amoroso é ter uma expectativa de que o parceiro seja, em termos de realidade psíquica e vincular, apenas um veículo de manutenção dos antecessores que transmitem a lei do desejo.

Mesmo na escolha de apoio podemos dizer que há um fundo narcísico: o sujeito quer o vínculo com quem o protege, com quem o nutre, ou seja, as funções paterna e materna são demandadas.

Na escolha amorosa, cada parceiro fica referido ao seu narcisismo e à série da escolha objetal. Assim, o amor organiza o campo dos objetos de desejo e cria a ilusão de encontrar o objeto que tamponaria a falta (Alvarenga, 1996). A ilusão de completude é estruturante do vínculo de casal e, no namoro, é comum reeditar a necessidade de uma relação indiscriminada, na qual não existam diferenças (Tozatto, 1991).

Cada parceiro encontra um terreno fértil para a projeção no outro de tudo que idealizou e não realizou ou sabe que não realizará. O eu ideal é, na vida amorosa, deslocado para o lugar do

parceiro, passando a ser cobrado na sua função de proporcionar todas as perfeições como herdeiro do narcisismo.

O narcisismo primário pode ser pensado como o grau zero do desenvolvimento humano, sendo todo vínculo basicamente narcísico, porque a descoberta do outro se dá inicialmente pela descoberta de si mesmo. Esta descoberta tem como motor o mal-estar que a urgência da pulsão desencadeia em cada um desde o início da vida psíquica (Freud, 1931).

Mas até que ponto quem ama se priva realmente do narcisismo ou ama no parceiro algo de si mesmo projetado no outro, ou seja, no fundo se reinveste narcisicamente? Féres-Carneiro (1994) apresenta a questão da escolha amorosa como um jogo conjunto inconsciente, estabelecido entre os parceiros em função de um conflito similar não superado. A experiência clínica com casais mostra que isto é comum e que o narcisismo mediatizado ou limitado pelo estabelecimento de vínculo com o outro seria o narcisismo mais saudável, já que a única barreira ao amor, por si mesmo, é constituída pelo amor aos outros.

Freud vai além, no que considero contribuição para um *eixo narcísico de transmissão*, desenvolvendo também o conceito de auto-estima que depende intimamente da libido narcisista. Não ser amado diminui o sentimento de auto-estima e ser amado o aumenta. No amar, ficamos privados de parte de nosso narcisismo que só pode ser substituído pelo amor de outra pessoa por nós.

O eu fica ameaçado ante a divisão, embora o narcisismo seja a unidade diante do real, da fragmentação e da dor que isto provoca. Surge para apontar que há fragmentação. É só *a posteriori*, no olhar da mãe como um dos pontos de partida, no dizer de Berenstein, que o sujeito se olha e se constitui em unidade e, por retroação significativa, passa a saber de sua fragmentação original. O narcisismo funciona, então, como uma questão de ilusão de completude.

3.1.4. A rede de identificações e o estranho

Para além do narcisismo, um outro conceito-chave, para a posterior construção da teoria da transmissão psíquica, já tem elementos em Freud: a identificação.

A identificação é um processo considerado pela psicanálise como a mais remota expressão de um laço emocional com outra pessoa, sendo ambivalente desde o início (Freud, 1921). Por ser o vínculo afetivo mais primitivo, será pela força da identificação (parcial ou total) que cada eu irá se moldando de acordo com o aspecto do outro, tomado como modelo. Não só se vive um desejo de assumir as características do objeto (mais ou menos idealizado) como, por vezes, há um desejo de viver as situações que ele vive ou viveu.

Em “Psicologia de Grupo e Análise do Ego” (1921), Freud mostra que a transmissão se dá essencialmente pela via das identificações. Neste enfoque, temos o ideal de eu de um outro, o objeto ideal comum, ligando os membros de um grupo nas suas identificações imaginárias mútuas e exigindo o abandono dos ideais individuais. A proposta freudiana sobre a identificação leva Kaës a dizer que ela se constitui no processo maior da transmissão psíquica.

O eu se configura essencialmente no rastro dos vínculos intersubjetivos dos quais se destaca a identificação. Rocha (1981) aponta no texto freudiano duas formas de identificação que considera complementares: a primeira, ainda bem rudimentar, delimita o eu e o não eu, o interior e o exterior, dando sentido às fantasias de introjeção e de projeção; uma segunda forma de identificação é a especular, que permite à criança a integração, numa imagem unificada, de seu eu corporal.

Pela identificação, há um modelo norteador dos vínculos que vão se estabelecendo durante a vida: seja o parental, o amoroso e até os familiares, grupais, institucionais ou sociais. Por vezes, a

identificação não se realiza e há um permanecer no processo de imitação, fazendo-se a cópia do modelo proposto sem transformações. No texto freudiano, encontra-se, muitas vezes, um sentido equivalente ao que se refere a contágio, à imitação e a deslocamento como expressões da transmissão. Deslocar é, de certa maneira, ampliar uma rede que propicia uma cadeia de transmissão psíquica ou de novas ligações. Ainda em “Totem e Tabu” (1913), ao teorizar sobre o desejo e sobre seus caminhos, a proibição aparece como mobilizadora de deslocamentos, visto que, para uma força de atração, existe uma de repulsa.

“Um impulso inconsciente não precisa ter surgido no ponto em que faz seu aparecimento; pode surgir de uma outra região inteiramente diferente e haver aplicado originalmente a outras pessoas e conexões completamente diferentes; pode ter atingido o local em que chama nossa atenção, através do mecanismo de ‘deslocamento’ (...) pode ter sobrevivido desde épocas bem anteriores, nas quais era apropriado, até épocas e circunstâncias posteriores, nas quais suas manifestações estão destinadas a parecer estranhas.”

(Freud, 1913, p.92)

É esse “estranho” que hoje, pelos estudos sobre a transmissão psíquica, precisa ser escutado e decodificado como material de transmissão psíquica a invadir outra geração. Sempre há algo que resta e que é da ordem do estranho. O estranho em alemão é *Unheimlich* e tem significado polissêmico: por um lado, quer dizer o não familiar, e pelo outro, fala do que deve permanecer oculto, escondido.

Em Freud (1919), não encontramos esta oposição, pois o estranho nem sempre causa estranheza, enquanto que o familiar ou o pertencente ao grupo pode provocar estranheza, por, às vezes, revelar o que deveria permanecer em segredo ou não revelado. A estranheza se deve tanto à emergência do não-familiar quanto à emergência do recalçado, de algo aparentemente superado, mas que permanece no inconsciente. Ela aparece seja na forma de repetição involuntária ligada ao familiar, seja na forma de presentificação de

uma crença, de uma idéia recalçada e aparentemente superada, cuja evocação possa causar susto.

A vivência de estranhamento é uma das constantes na cadeia de transmissão psíquica. Inúmeras vezes, um segredo familiar atravessa mais de uma geração, inscrevendo o estranho nos vínculos intergeracionais. No vínculo com o outro, há sempre algo que resta inatingível e que é da ordem do estranho até para si próprio.

3.1.5. Memória, repetição e transferência

Para além da hipótese filogenética, do eixo narcísico de transmissão e da rede de identificações, a transmissão psíquica apresenta-se, no texto freudiano, pelas vias da memória, da repetição e da tradição. Inicialmente, na “Carta a Fliess” em 1896, Freud postula haver uma memória do afeto e uma memória da representação, que inscrevem traços inconscientes em diferentes tempos. Os traços inscritos são representativos de material psíquico, traduzido com ou sem falhas, presentificando-se no tempo atual.

De geração em geração, ao projetar algo para a realidade externa, reconhecemos que existem dois estados: um que está presente, consciente, e outro em que há algo latente, capaz de reaparecer. “Em resumo, estamos reconhecendo a coexistência da percepção e da memória(...)” (Freud, 1913, p.117). No “Projeto”, em 1895, Freud diz que algo se destaca da cadeia da memória e não se inscreve como tal. É o que se repete: o sujeito repete para não recordar (Freud, 1912), ou seja, faz uso da repetição como empecilho para atualizar suas lembranças.

Memória e repetição se atualizam na clínica psicanalítica individual e vincular, constituindo-se num palco privilegiado para a transferência. No texto freudiano, um mesmo termo nomeia a transmissão e a transferência: *die Ubertragung*. Os objetivos da transmissão psíquica, transmissão que é inconsciente, vão-se revelando na transferência da cena psicanalítica. É na transferência

que se encontram as indicações de como o analisando – seja indivíduo, casal ou grupo familiar – se posiciona com relação aos legados familiares e culturais, e de qual é o estatuto da subjetividade e dos vínculos pela via da transmissão (Eiguer, 1998). A transferência é o terreno privilegiado para as transformações das condições do analisando, sendo também o do analista e o da própria psicanálise.

A clínica psicanalítica vincular e individual permite o confronto com a insistência da repetição de situações não prazerosas. Algo está agindo, algo fixado que não muda. Freud lembra o caso da mulher que casa cinco vezes e os maridos morrem da mesma maneira. O que acontece? Seria efeito da cadeia de transmissão? O repetir e repetir impede a “chegança” (Derrida, 2001)⁷ da lembrança, por não haver como relembrar o que ficou à margem da cadeia da memória. O que vem por repetição compulsiva é, para Freud, pulsão de morte, diferentemente do que vem por representação. A pulsão de morte provoca um transtorno da organização psíquica do indivíduo, do casal ou da família.

Com o amadurecimento emocional, o indivíduo liberta-se da autoridade parental e vive um duplo momento: a necessidade de crescer e a dor que isto acarreta. No “Romance Familiar do Neurótico”, Freud (1908) alerta que ocorre uma oposição das gerações que se sucedem. Esta oposição ou conflito entre as gerações garante o desenvolvimento e o progresso não só da família como também do sujeito e da sociedade em si. Ele traz os primeiros elementos sobre a importância de estar atento às construções que cada um faz com os indícios oferecidos pelo meio familiar.

No que se refere à tradição, Freud (1913) induz a pensar numa transmissão psíquica direta de uma geração para outra. Há traços que se transferem sem modificações, implicando um caráter repetitivo compulsivo.

⁷ Comunicação pessoal.

“Os tabus, devemos supor, são proibições de antiguidade primeva que foram, em certa época, extremamente impostas a uma geração de homens primitivos; devem ter sido calcadas sobre eles, sem a menor dúvida, de forma violenta pela geração anterior. Essas proibições devem ter estado relacionadas com atividades para as quais havia forte inclinação. Devem então ter persistido de geração em geração, talvez meramente como resultado da tradição transmitida através da autoridade parental e social. Possivelmente, contudo, em gerações posteriores devem ter-se tornado ”organizadas” como um dom psíquico herdado”.

(Freud, 1913, p.51)

A tradição por si só não garante a transmissão inconsciente da vida psíquica. Para que a transmissão psíquica seja configurada, os conteúdos psíquicos herdados precisam ser efetivados por alguns acontecimentos da vida de cada um. Com esta colocação, é feito, já no texto freudiano, um prenúncio do conceito de epigênese, pelo qual as estruturas potenciais transmitidas são atualizadas pela interação intersubjetiva e pelos acontecimentos de cada época. Nessa cadeia de transmissão, um será portador da herança e contará com o acordo inconsciente de todos os envolvidos. Contar com este acordo exigirá que o portador da herança familiar negocie ganhos e perdas, crie mediações entre o seu desejo e o que constitui o desejo familiar, abrindo espaço para a intermediação.

3.1.6.

O intermediário como tópica da transmissão

A intermediação entre o sujeito e a cultura atravessa todas as investigações freudianas que, posteriormente, darão subsídios para a teoria da transmissão psíquica no campo do vincular e, em especial, para o conceito de intermediário, formalizado por Kaës (1996).

O conceito de intermediário implica pensar o intersubjetivo e os vínculos, por se constituir num lugar particular entre dois lugares. Alude, então, a uma tópica que supõe separação e diferenciação e, ao mesmo tempo, vinculação e diminuição de antagonismos entre as instâncias envolvidas.

Na primeira tópica do texto freudiano, o intermediário é central na expressão da transmissão intrapsíquica. Aparece nas passagens e transformações ocorridas entre o consciente e o pré-consciente, entre o inconsciente e o consciente. Na segunda tópica, o intermediário configura elementos da transmissão intersubjetiva e faz a articulação entre as formações internas ou realidade psíquica e o mundo externo. É, neste sentido, que mais nos interessa a compreensão da transmissão psíquica entre as gerações. Já no “Projeto de Psicologia” (1895), Freud apresenta a noção de barreira para-excitação, que se constituirá em referência central, para toda sua obra, de um aparelho situado no limite entre o interno e o externo, numa posição intermediária entre as fronteiras.

Quando, em 1920, Freud relata o brincar da criança com o carretel, fica proposto um indício de objeto intermediário que articula o interno com o externo, tendo o carretel o valor simbólico de objeto-pensamento.

Pela afirmação freudiana de 1923, a repetição intensa e freqüente das primeiras experiências do ego faz com que estas inscrevam resíduos do ego no id, resíduos que posteriormente, na formação do superego, poderão ser ativados. Originalmente id e ego são um só, constituindo um segmento da herança arcaica que inscreve tendências e linhas de desenvolvimento a serem percorridas pela transmissão.

A repetição faz a manutenção de traços inconscientes que vão constituir o ego, e este terá uma posição de intermediário entre o id e o superego, realizando uma passagem ou transferência de conteúdos, seja de impressões ou de representações.

Posteriormente, no texto “O Ego e o Id” (1923), o ego é definido como um mediador e como uma instância de fronteira. Ele precisa administrar o real, que vem do mundo externo, juntamente com a libido do id e a severidade do superego. O ego aparece como um agente de defesa e adaptação, tendo sempre a função de intermediário, função que será reafirmada em 1938, no “Esboço da Psicanálise”.

A inter/média/ação resultará numa negociação constante entre o perigo ou risco a se correr e a necessidade de defesa ou proteção. Segundo Kaës (1996), Freud estabelece um vínculo entre a capacidade de intermediar e a possibilidade de viver crise ou trauma, nomeando como traumáticas as excitações externas que, pela sua intensidade, rompem a barreira de proteção (Freud, 1920). O trauma seria resultado do fracasso da função de intermediação.

Diante da intermediação fracassada, Freud apontava, como perigo maior para o ego, o risco de ser aniquilado; o desamparo ou abandono por parte das forças protetoras faria surgir um sentimento de se deixar morrer. No âmbito do nosso objeto de estudo, só é possível compreender as relações entre o Eu e o mundo externo, passando pelo grupo familiar, fato que Freud apenas apontou ao dizer que a relação da criança com seus pais explicará a relação do ego com o superego.

Assim como o ego é intermediário entre o id e o superego na constituição do eu, podemos inferir que o grupo familiar é o espaço intermediário privilegiado entre o sujeito e o grupo social. Atualmente fica em questão a afirmação freudiana de que

“o modo de vida em comum (a família) que é filogeneticamente o mais antigo, e o único que existe na infância, não se deixará sobrepujar pelo modo cultural de vida adquirido depois.”
(Freud, 1930, p.124)

Na sociedade contemporânea, torna-se imprescindível submeter o texto acima a um filtro de relatividade. A vida familiar em comum não é mais hoje o único modelo infantil, já que os valores culturais atravessam com força a formação subjetiva e a construção das redes vinculares, como será visto no capítulo 5.

Hoje sabemos que delimitar fronteiras e intermediar o que se estabelece entre o sujeito e o grupo familiar e social, assim como também entre e através das gerações, será um dos indicadores da saúde na transmissão psíquica familiar e no estabelecimento dos vínculos subjetivos.

Nos vínculos de parentesco e na transmissão do legado familiar, que vem dos ancestrais e antepassados, e do legado que é construído nos vínculos atuais, ter um espaço de intermediação propicia a existência de cada um com o seu próprio desejo no grupo intrafamiliar, assim como facilita a discriminação de cada geração com os seus próprios valores.

Podemos ter dois tipos de intermediário: aquele que opera no interior de uma mesma estrutura; e o que articula dois conjuntos heterogêneos, aproximando o que existe em comum e discriminando as semelhanças e as diferenças.

A noção de intermediário, resgatada do texto freudiano, é aprofundada por Kaës que a delimita como conceito. Ele valoriza a intermediação não só na função de articulação, que reduz os antagonismos, como também na intermediação com sua faceta de criação ou gênese, realizando uma passagem transformadora (Kaës, 1996). Ter presente o conceito de intermediário permite pensar o movimento que os acontecimentos imprimem ao embasamento repetitivo do legado familiar. Os acontecimentos, por vezes, nos remetem para algo que resta e que é, como já vimos, da ordem do estranho.

3.1.7. Algumas considerações sobre o legado freudiano em causa

Com suas inúmeras contribuições, Freud foi construindo uma genealogia do psiquismo individual. Apresentou uma teoria corajosa numa época em que não poderia escapar ao determinismo dominante no século XIX. Por um lado, pensou os sujeitos com uma constituição psíquica cêntrica; por outro lado, afirmou paradoxalmente que os sujeitos não têm um centro ordenador único (Katz, 2002).

A elaboração teórica sobre a construção do sujeito privilegiou os aspectos intrasubjetivos (até aquele momento não reconhecidos),

já começando a introduzir aspectos voltados para o lugar da intersubjetividade na construção do eu. Delineou a questão do laço social e refletiu sobre a cultura.

A questão do grupo, em Freud, apresentou-se dividida: por um lado, o grupo como um modelo para psique, já que o aparelho psíquico consta de três instâncias: ego, id e superego; por outro lado, o grupo como lugar do inanalizável. Paradoxo instigante, pois a releitura de algumas passagens freudianas pode ser considerada semente inicial da teoria psicanalítica sobre os vínculos.

Freud intuiu a possibilidade de comunicação de inconsciente para inconsciente, destacou a importância das influências sofridas, principalmente nos primeiros anos de vida e especialmente as vividas com a mãe, tornando-se esta, para os dois sexos, objeto do primeiro amor, protótipo das relações amorosas posteriores.

Aprofundar o lugar da família como objeto de estudo no campo psicanalítico permaneceu como demanda para as gerações futuras de teóricos da psicanálise.

“Ao abandonar, como abandonou, a teoria do trauma sexual real pela pulsão e pela fantasia, acredito que Freud se afastou exageradamente das determinações reais e atuais e, assim, do caminho que poderia reconduzi-lo a hierarquizar as determinações reais externas, especialmente aquelas do grupo familiar, que só serão desenvolvidas várias décadas depois”.

(Bigliani, 2001, edição eletrônica sem paginação)

No mapeamento do legado freudiano para o tema da transmissão psíquica, andamos por territórios com fronteiras não estanques. Ao investigar prioritariamente a construção do mundo interno, Freud valorizou a herança psíquica, o narcisismo que se transmite de pais para filhos, e a identificação, ambas hoje consideradas suportes da teoria da transmissão psíquica inconsciente. Acenou também com um lugar para o mundo externo na constituição do sujeito, mantendo sempre ativa a importância da intermediação. Na sua obra, a transmissão psíquica tem um alcance epistemológico geral, porque, mesmo não aprofundando os espaços

intersubjetivo e transubjetivo, reconhece o aporte do outro na construção da subjetividade.

Há duas abordagens diferenciadas e simultâneas em Freud. A predominante apresenta a supremacia do esquema edípico como estrutura exata e com temporalidade única na constituição do psiquismo. Já uma outra abordagem nos permite perceber um psiquismo que coexiste com cortes, transgressões e descontinuidades. O que se refere à ordem estrutural foi mais desenvolvido, o que alude à ordem do acontecimento foi apenas insinuado, permanecendo à espera de ser investigado pelos seus sucessores.

A obra freudiana tem enorme abrangência, mas não pode ser vista como completa, fechada, numa ilusão de completude que só dificulta acolher contribuições advindas de novos tempos de construção teórica. Torna-se fundamental que todo saber “já sabido” seja posto em “esquecimento”, para poder escutar o novo, aquilo que ainda não sabemos. Nada fica definitivamente concluído. Recebemos constantemente questões em aberto e, com elas, as dificuldades e os impasses. É preciso ficar atento, visto que “o instituído, visando se manter, imprime um movimento incessante de englobar o que lhe ameaça” (Borges, H., 2002, p.200).

O próprio Freud (1914) recolocou em questão as hipóteses e construções teóricas a partir do que surgia na clínica. Considerava que os conceitos teóricos não são a base, mas sim o topo de qualquer construção e podem ser substituídos ou abandonados sem nenhum dano.

A trajetória freudiana foi marcada por idas e vindas incessantes, a partir do que surgia de inesperado na prática clínica. Posteriormente, muitos psicanalistas passaram a considerar o legado freudiano como um saber pleno, sem buracos nem falta, trancando a possibilidade de gerar conhecimentos próprios para novos campos de estudo e atuação como, por exemplo, a família e o casal.

A metapsicologia não pode ser encarada como um dogma, como um discurso sagrado a ser transmitido de geração em geração.

Nisto haveria uma deturpação da transmissão, que implica sempre em maior ou menor transformação, na cadeia de produção teórica, produção que repetirá determinados conteúdos que são atuais em todos os tempos.

Nos tempos pós-freudianos, diversos autores passaram a valorizar as dimensões intersubjetiva e transubjetiva, contribuindo para uma metapsicologia dos vínculos. Hoje resta, como desafio, pesquisar a revalorização do acontecimento que inscreve impressões no legado familiar e social.

Winnicott e Aulagnier têm um lugar especial e criativo entre os que contribuíram para a construção de uma ponte teórica, na passagem do individual ao vincular. O legado de Piera Aulagnier já foi incorporado à construção teórica sobre a transmissão psíquica pelos psicanalistas sensíveis às redes vinculares, mas a criação winnicottiana permaneceu como herança teórica a ser reconhecida e atualizada no que se refere a este campo e será aqui esboçada.

3.2.

Algumas contribuições de D. Winnicott à teoria da transmissão psíquica

“Cada indivíduo retratado é, antes de tudo, uma árvore de um pomar de família: ramifica-se com sua trajetória singular em direção ao futuro, mas permanece ligado profundamente ao solo em que estão fincadas suas raízes”.

Nomi Eve (2002)

3.2.1.

A mãe como transmissora

De forma radical, Winnicott desenvolve o lugar e a função materna como elemento primordial da transmissão psíquica inconsciente, ao afirmar que a constituição do ser fica na dependência do suporte materno.

“Ou a mãe possui um seio que *é*, de maneira que o bebê também pode *ser*, quando bebê e mãe ainda não estão separados na mente rudimentar daquele, ou então a mãe é incapaz de efetuar essa contribuição, caso em que o bebê tem de se desenvolver sem a capacidade de ser, ou com uma capacidade mutilada de ser”.

(Winnicott, 1975, p.116)

Winnicott vai além, dizendo que acontece uma verdadeira continuidade geracional. De uma geração a outra, vai-se dando uma passagem, pela via do elemento feminino, tanto de homens como de mulheres. Ao valorizar o feminino na corrente da transmissão psíquica, considero que Winnicott se antecipa e, precocemente, sugere o pensamento atual de que, tanto o homem como a mulher, assim como em muitos casos, um grupo ou instituição desempenham a função materna e ocupam o lugar de cuidadores. Ao cuidar, transmitem inconscientemente seus próprios desejos e valores.

Instala-se, então, uma longa luta entre os representantes de gerações diferentes, luta à qual é preciso sobreviver, por ser o ataque aos progenitores constante, principalmente na adolescência. “Crescer significa ocupar o lugar do genitor” (Winnicott, 1975, p.195). O crescimento, no entanto, exige uma tendência herdada e um entrelaçamento complexo com o meio ambiente. A confrontação entre os ideais de uma geração (os pais) e outra (os filhos) é necessária: por meio dela acontece a transformação do legado psíquico transmitido inconscientemente.

A transmissão psíquica tem toda uma faceta que se expressa com maior força nos tempos primitivos dos vínculos familiares, mas, segundo Winnicott (1978), tudo que se aplica aos estádios iniciais repete-se, até certo ponto, nos estádios posteriores, inclusive no da maturidade adulta.

Na vida fetal, não só os movimentos corporais da mãe, mas também seus estádios de tensão, imprimem no futuro bebê um ritmo mais agitado ou mais passivo. Soma-se a isto o fato de, nos últimos meses de gestação, a mãe viver uma alteração hormonal que também altera as emoções. Do ponto de vista da criança, já no ventre

materno, ela responde e vai formando seu “eu-pele” (Anzieu, 1988) pela resposta aos estímulos sensoriais.

Winnicott relata casos em que, durante a análise, o paciente regrediu a momentos da fase pré-natal, trazendo provas de que, durante o processo de nascimento, há uma memorização seqüencial de cada reação, o que perturba a continuidade da existência. Poderíamos, então, dizer que existe uma memorização ou catalogação de traumas que permanecem ativos. Esta catalogação das reações perturbadoras cria empecilho à construção do self, que age como “corpo estranho” sempre que lembra um fracasso adaptativo do meio, ficando isto além da compreensão.

Já nos primeiros meses de vida extra-uterina, há toda uma percepção difusa de um mundo de significações, tendo importância capital em termos da transmissão psíquica inconsciente.

O mundo externo com sua carga de significações pode ser apresentado ou imposto. Na apresentação, há uma percepção de que a criança, com suas indagações, vai ao encontro dos objetos da cultura. Nesse momento, cabe apresentar os objetos, dar respostas. Diferentemente, na imposição, os objetos da cultura invadem o bebê e o submetem, constituindo um falso *self* (Winnicott, 1975).

Apresentar e impor objetos da cultura constituem-se em ações específicas do processo que nomeamos de transmissão psíquica familiar. É por estas ações que se constrói o legado familiar herdado.

No início de vida, torna-se vital um meio ambiente perfeito. A mãe apresenta uma “preocupação materna primária” pela qual desenvolve uma sensibilidade aguçada para atender às necessidades do bebê. Neste momento, contar com “holding” familiar facilita que a mãe proporcione o necessário cuidado. Para Winnicott (1975), o vínculo materno filial vai passando por três experiências. Inicialmente, temos a experiência de “fusão” com dependência absoluta, propiciando uma vivência de ilusão de completude. Só após a experiência de fusão, vai-se dando a experiência de “desilusão” e entra-se, então, na fase de dependência relativa, na

qual a mãe não atende todas as necessidades. O eu – não-eu possibilita as “identificações cruzadas” pelas quais, o bebê se identifica com a mãe e, ao mesmo tempo, a mãe com ele. Viver a ilusão, e a conseqüente desilusão, prepara, finalmente, o caminho “rumo à independência”, exigindo a integração da mãe que satisfaz predominantemente as necessidades fisiológicas com a mãe que acolhe e dá afeto.

Temos uma “mãe suficientemente boa” (não necessariamente a própria mãe) sempre que há uma adaptação quase total às necessidades do bebê. Com o passar do tempo, essa adaptação ativa da mãe vai diminuindo gradativamente, respondendo à menor necessidade do bebê que vai tendo capacidade de lidar com o fracasso. Faz-se assim o caminho da ilusão para a desilusão. O bebê que é plenamente atendido cria a *ilusão* de que existe uma realidade externa que corresponde à sua capacidade de criar, mas não há ainda intercâmbio entre duas subjetividades. Há uma “unidade mãe-bebê” em que a subjetividade materna praticamente engloba o self do bebê ainda com mínima autonomia. Estabelece-se uma experiência mútua com identificações cruzadas, mas ainda não temos propriamente a intersubjetividade.

A mãe tem, como principal tarefa, a desilusão que continuará a ser função dos pais e dos educadores. Fica valorizado assim, desde os primórdios, a influência dos contextos intersubjetivo e transubjetivo na construção subjetiva. Para compreender melhor a tecelagem grupal que dá embasamento à transmissão psíquica é importante alertar sobre a diferença que Winnicott (1975) propõe entre relação de objeto e uso de objeto.

3.2.2. Relação de objeto e uso do objeto

Na relação de objeto, há uma experiência do indivíduo como ser isolado, dele consigo próprio. O objeto é especialmente significativo como tela que recebe projeções e identificações, porém

não temos ainda o relacionamento como um exercício das identificações cruzadas. Já no uso de um objeto, temos como premissa a relação de objeto e somamos a exigência de que este seja, necessariamente, real, fazendo parte de uma realidade compartilhada. A capacidade de usar um objeto indica um processo de amadurecimento que cria uma menor dependência de um meio ambiente considerado propício. A relação de objeto anuncia o espaço intrasubjetivo e o uso do objeto preconiza o espaço intersubjetivo, posteriormente conceituados por Puget (1989).

O uso do objeto refere-se a uma situação de diferenciação maior entre o sujeito e o objeto. Nela há um espaço simbólico compartilhado que introduz a alteridade e o ter que lidar com as diferenças. Em todo este percurso psíquico da fusão até a alteridade, temos constante o espaço intermediário, onde subjetividade e objetividade coexistem de forma paradoxal.

Ante essas afirmações winnicottianas, podemos deduzir que a transmissão psíquica inconsciente tem, nestes estádios do desenvolvimento, uma das maiores fontes de impressões psíquicas que serão transmitidas de uma geração à outra, principalmente através da memória corporal. Estas impressões podem ter, também, uma pré-história nos legados familiares, transmitidos pela cadeia das gerações.

Basicamente, a psicanálise preferiu centrar seu estudo no relacionamento, que pode ser descrito apenas em função do sujeito individual. Winnicott propôs prestar atenção também ao meio ambiente, considerando a natureza do objeto como coisa em si e para além da projeção. Os psicanalistas sensíveis à escuta dos vínculos aprofundaram estes subsídios ao pensar a subjetividade com três dimensões: não apenas a da intrasubjetividade, mas também a da intersubjetividade e a da transubjetividade.

De toda forma, a objetividade para Winnicott é relativa: tudo que é objetivamente percebido é, por definição, até certo ponto concebido subjetivamente. A realidade externa está sempre presente, inscrevendo impressões e traços na subjetividade e nos

vínculos. Para muitos, o real se apresenta extremamente subjetivo, e, para outros sujeitos, pelo contrário, se configura como objetividade pregnante.

Segundo Ruiz Correa (2000), a contribuição de Winnicott permite pensar um código psíquico pessoal, constituído pela rede de identificações, pela fantasmática e pelas relações objetais. Este código é demarcado pelo código social que se constitui a partir do sistema de valores, das crenças e das idéias de cada tempo. Os códigos psíquicos pessoal e social referem-se aos conceitos de organizadores psíquicos intrasubjetivos e organizadores psíquicos transubjetivos ou socioculturais, desenvolvidos por Kaës (1986).

Para gerir o mundo interno, o indivíduo precisará ir gradualmente diferenciando o que é subjetivo e o que é objetivo. Tendo um funcionamento saudável, terá um duplo interesse: o mundo externo e a realidade interna. Irá discriminando o real de sua própria fantasia, a forma de lidar com o mundo externo dependerá de como lida com o seu mundo interno.

O processo de aceitar a realidade, com as frustrações que lhe pertencem, coloca o indivíduo e seu grupo familiar na tensão sempre presente de relacionar a realidade interna com a externa. Para aliviar esta tensão, surge a área intermediária de experiência ou terceira área, também chamada por Winnicott (1975) de “espaço potencial”. Este espaço aprofunda a noção de intermediação que, como já vimos, Freud apresenta, repetidas vezes, em sua obra.

3.2.3.

O espaço potencial

O espaço potencial é um terreno de jogo de fronteiras indeterminadas que faz nossa realidade. Esta concepção nos leva além da cena freudiana, apresentando-nos, essencialmente, o confronto das figuras parentais com a repetição do originário fantasmático (Luz, 1998).

Proposto como área de desenvolvimento e experiência individual, o espaço potencial foi ficando à margem da teoria psicanalítica no que esta poderia ter-se aberto para a importância da experiência cultural. Falar em espaço potencial caracteriza que tanto o sujeito quanto o mundo externo emergem, simultaneamente, nesse lugar. É, deste modo, um espaço que tem dupla face por ser psíquico e real. É nele que a atividade de jogo sem regras ou brincadeira pode acontecer sempre que houver condições afetivas favoráveis.

O espaço potencial é singular, altamente variável de indivíduo para indivíduo. Outras realidades não têm esta variabilidade e se mantêm relativamente constantes: a realidade psíquica, por ser mais determinada biologicamente; e a realidade social, por ser mais propriedade comum.

No espaço potencial, acontecem não apenas o jogo criativo da infância, mas também o uso de símbolos, da linguagem e tudo que faz a vida cultural. Todas estas manifestações ficam marcadas pelo lugar e a função dos vínculos familiares como condutores privilegiados da transmissão psíquica. Deste modo, os vínculos estabelecidos no núcleo familiar, através de expressões criativas, passam a constituir a área intermediária, que dá sedimento para a ilusão e a esperança, e abre a possibilidade do espaço intersubjetivo.

A brincadeira, diferentemente do devaneio, tem suporte no mundo real e não na fantasia. A criança que consegue brincar sozinha, o faz a partir de uma pessoa confiável que permanece disponível na lembrança infantil. Aquele que permanece disponível na lembrança infantil passa a ter um lugar especial na cadeia da transmissão psíquica, já que, pelo confiar de base, é possível distinguir entre identidade subjetiva e alteridade cultural, isolamento e comunicação, solicitude e presença (Luz, 1998).

Desde a origem do ser, a experiência é compartilhada. A capacidade de ficar só e a capacidade de comunicar são emergentes da matriz do jogo que é grupal. O espaço potencial é o lugar em que

se oficia a experiência de vida criativa e no qual se aperfeiçoam os símbolos; estes servem tanto para os fenômenos do mundo exterior quanto para os da vida interior (Luz, 1998). Como diz Winnicott, o jogo criativo implica um estado de entrega, de repouso. Exige indeterminação, ausência de forma, de sentido e de destino. Funcionaria, então, como o terreno fértil para a gênese de um vínculo intersubjetivo, sendo espaço de transmissão e de herança.

“Ilusão da experiência, paradoxo da razão, eis o que Winnicott nos promete como fonte de vida psíquica, movimento de vai-vem entre o repouso no indeterminado e as sínteses do diverso, sempre ambíguas, provisórias sem princípio soberano de organização”.

(Luz, 1998, p.166)

Ao não propor um princípio soberano de organização para a subjetividade, Winnicott, sem explicitar, induz a pensar na transmissão psíquica como uma fonte de alimentação constante, que se presentifica num movimento de vai -vem, de eclipse. Entre o vazio e a plenitude, o sujeito se dá em processo.

Esta área intermediária de experiência, que existe entre o desconhecimento primário e o reconhecimento de dívida, é também denominada objeto ou fenômeno transicional.

Na clínica familiar, o desconhecer uma dívida, no que se refere ao legado familiar, denuncia um estar desconectado da cadeia de transmissão psíquica da qual cada um é herdeiro e transmissor. Fazer a passagem do lugar de desconhecimento para o de reconhecimento é uma das funções da psicoterapia familiar psicanalítica, que se constitui em espaço potencial para a transformação dos vínculos familiares.

3.2.4. O objeto transicional

O “objeto transicional” representa um sair do estado de fusão entre a mãe e o bebê para um estado de relação entre duas subjetividades. Exige que a mãe e, por extensão, o grupo familiar

apresentem o mundo à criança, de forma que esta não precise saber que o objeto não é criado por ele.

A experiência do objeto transicional e da criação se dá na primeira infância, mas continua por toda a vida. Considera-se que tenha valor de acontecimento, por estar sempre potencialmente presente, mas esperando ser encontrada. O viver fragmentado não permite a experiência e, ao viver sem criar, somos tomados por uma submissão à realidade externa, à qual ficamos adaptados ou apenas ajustados.

De acordo com Ciccone (1998), teríamos um esmagamento dos processos transicionais sempre que há uma transmissão traumática com efeito de alienação ou domínio. Para ele, nestes casos, o que se acredita ser *criado*, é apenas algo *encontrado* (os grifos são do autor). Pela transmissão traumática, o indivíduo apropria-se de algo que não lhe pertence e fica impedido de viver a ilusão do “achado – criado” (Kaës, 1998). Só a transmissão psíquica não traumática utilizará os processos de transicionalidade.

O objeto transicional permite o jogo de ilusão. Ele funciona diferentemente do fetiche que, ao negar a falta, inibe ou interrompe o jogo e, conseqüentemente, compromete a transmissão psíquica inconsciente.

Ao usar um objeto transicional, a criança vive uma primeira pressão eu - não-eu, uma primeira experiência de brincadeira e o primeiro uso de um símbolo de união-separação da sua mãe. Continuando pela vida, a experiência de criação é uma das molas propulsoras da transmissão psíquica na sua faceta transformadora, limitando a faceta da repetição.

3.2.5. A capacidade criadora

O sujeito não só reage ao que recebe, ele também cria um mundo próprio e, simultaneamente, cada época cria uma nova subjetividade. Para ser único e protagonista de sua história, cada

indivíduo, inserido num tecido cultural, vai constituindo a sua tecelagem psíquica, que possui fios do contexto individual sempre entremeados por fios do contexto social; assim, advém sujeito.

A cultura está dada e, ante sua determinação, o indivíduo faz sua apropriação dos conteúdos apresentados de forma criativa ou não criativa. Pela apropriação criativa, a cultura, que já existe, é, ao mesmo tempo, criada de maneira singular por cada um; esta criação pode ser considerada da ordem do acontecimento. A criação da cultura, com sua transformação, depende de um verdadeiro self e de uma mãe não invasiva, que saiba apresentar os objetos e o mundo.

Os valores familiares são muito importantes, mas é preciso haver ressonância entre o que vem de fora e o que vem de dentro. A herança pertence, naturalmente, à pessoa que se vai apossando do que pertence a ela. O que aparece já é algo que, antes de surgir, lhe pertence. A herança familiar vai advir num espaço criado anteriormente, um espaço potencial, transicional que é, ao mesmo tempo, subjetivo e objetivo. A história da família se revela no espaço potencial e é, paradoxalmente, subjetivamente concebida e objetivamente percebida.

A gênese da criatividade acontece no espaço potencial, introduzido concomitantemente pela presença do objeto transicional. O espaço potencial, como novo espaço psíquico, vai-se expandindo e, assim, evolui para o espaço da cultura.

Há, então, uma capacidade criadora pessoal e social. Esta capacidade é algo que define o humano além do animal, mantendo a transmissão psíquica. A criação usa materiais ou conteúdos psicossociais, já presentes, mas traz algo novo que não é cópia. É uma nova ordenação que faz o criador.

“Muitos indivíduos experimentam suficientemente o viver criativo para reconhecer de maneira tanatizante, a forma não criativa pela qual estão vivendo, como se estivessem presos á criatividade de outrem, ou de uma máquina“.

(Winnicott,1975, p. 95)

Sendo uma nova ordenação o que faz o criador, a transmissão psíquica fica, então, imperativamente condicionada à criação e à expressão de um verdadeiro self.

O grupo familiar funciona como terreno propício ou inibidor da criatividade individual e vincular em todas suas nuances. Mesmo nos casos extremos de submissão ao legado familiar, “existe uma vida secreta satisfatória, pela sua qualidade criativa ou original a esse ser humano” (Winnicott, 1975, p.99). Nunca a possibilidade de criação chega a ser totalmente destruída; até nos casos em que escutamos a mais absoluta submissão, algo de criação se faz presente.

Para Winnicott (1975), criar é agir, produzir, realizar deliberadamente alguma coisa. Para criar e viver criativamente é preciso, porém, viver, não apenas sobreviver. Para isto, é condição não ter dúvida sobre o valor da vida e o valor se constrói a partir da qualidade e da quantidade das provisões ambientais, acredito que, principalmente, no início e nas fases primitivas da experiência de vida de cada um.

A criatividade se constitui na faceta que possibilita a metamorfose do legado familiar e social, transmitido inconscientemente de uma geração à outra. Falando em criatividade ou criação como algo universal, Winnicott (1975) se insere como precursor do tema da saúde e qualidade de vida, reservando um lugar privilegiado para a contribuição da experiência cultural e do ambiente na transmissão psíquica inconsciente.

3.2.6.

O espaço cultural

“Freud em sua topografia da mente, não encontrou lugar pra a experiência das coisas culturais. Deu um novo valor à realidade psíquica interna e disso proveio um novo valor para coisas que são reais e verdadeiramente externas. Freud utilizou a palavra ‘sublimação’ para apontar o caminho a um lugar em que a *experiência cultural* é significativa, mas talvez não tenha chegado ao ponto de nos dizer em que lugar na mente, se acha a experiência cultural.”

(Winnicott, 1975, p.133)

Denunciando estes limites no texto freudiano, Winnicott (1975) desenvolve a noção de “espaço cultural”, que passa a integrar o seu significativo legado para a teorização posterior sobre transmissão psíquica inconsciente.

O “espaço cultural” proporciona a continuidade do humano que transcende a existência pessoal e constitui a tecelagem grupal da transmissão psíquica inconsciente. Ele nomeia uma ampliação da idéia dos fenômenos transicionais e da brincadeira.

Há experiências culturais favoráveis ou desfavoráveis. Ter, como alicerce, um sentimento de confiança com relação aos suprimentos ambientais propicia a vivência de dependência, e também a inserção de cada um como um bebê, herdeiro da transmissão psíquica inconsciente de seus antepassados.

Neste contexto teórico, “cultura” refere-se à tradição herdada, a um fundo comum da humanidade, construído pela contribuição de indivíduos e grupos, do qual todos podem usufruir. Os mitos, uma das expressões desse fundo cultural, são um testemunho de um legado, transportado pela tradição oral, que vem sendo transmitido, de geração em geração, por mais de seis mil anos. “Em nenhum campo cultural é possível ser original, exceto numa base de tradição” (Winnicott, 1975, p.138).

“Percebemos a importância vital da provisão ambiental, especialmente no início mesmo da vida infantil do indivíduo, e, por esse motivo, efetuamos um estudo especial do meio ambiente propício em termos humanos e em termo de crescimento humano, na medida em que a dependência possui significado”.

(Winnicott, 1975, p.97)

Integrar a originalidade e a aceitação da tradição, como base da criação, pode ser considerado fundamento de uma transmissão psíquica inconsciente que valoriza a ordem estrutural e a ordem do acontecimento.

A contribuição winnicottiana localiza a experiência cultural no espaço potencial. Define que o uso deste espaço é determinado

prioritariamente pelas experiências da vida ocorridas nos estádios primitivos da existência, mas não apenas por estes.

“A integração de uma personalidade não se dá em uma certa época, em um dia determinado. Vem e volta e, mesmo quando bem conquistada, pode ser perdida por um acaso infeliz provocado pelo meio ambiente”.

(Winnicott, 1993, p.353)

Estes são alguns dos aportes de Winnicott que dão sustentação aos desdobramentos apresentados pela teoria da transmissão psíquica no campo da psicanálise vincular. Os conceitos de criação e de área intermediária revitalizam e suplementam o legado freudiano, valorizando, para além da ordem do estrutural, tudo que é da ordem do incidental e do acaso.

Tendo revisitado as contribuições de Winnicott e Freud, será feita, no próximo capítulo, uma releitura da teoria da transmissão psíquica inconsciente, que foi sendo construída por outros autores e que vem dando suporte à clínica das redes vinculares familiares e sociais.

4

A teoria da transmissão psíquica na ótica da psicanálise para as redes vinculares

“E no cristal se multiplicam os parentes mortos e vivos, já não distingo os que se foram dos que restaram. Percebo apenas a estranha idéia de família viajando através da carne”.

(Carlos Drummond de Andrade, 1989, p.36)

O estudo da transmissão psíquica vem consolidando um novo ponto de vista com relação à construção e expressão do estatuto da subjetividade e dos vínculos. Isto faz com que, juntamente com Freud (1912a), nos indaguemos até que ponto a mesma não seria o resultado de todos os acontecimentos que influenciaram nossos antepassados.

Para se pensar e escutar a questão do sujeito, do casal e do grupo familiar, impõe-se ter presente à rede intersubjetiva, que acolhe e delimita, uma rede de tecido próprio com legados familiares e culturais. Estes nos fazem refletir sobre o que vem do outro, o que se recebe, o que se transmite, a bagagem que nos constitui e nos impulsiona a criar algo novo, a ser transmitido como um todo, aos que nos sucedem na cadeia das gerações.

Parafraseando Borges, Berenstein (2001) nos lembra que, assim como cada escritor cria seus precursores, modificando com seu trabalho a concepção do passado e do futuro, assim também cada grupo familiar, que se constitui, origina seus precursores e inscreve seus sucessores.

Transmissão, segundo Ferreira (2001), vem do latim *transmissione* e significa “transferência de coisa, direito ou obrigação; trajeto, travessia, passagem; ato de fazer recair uma falta sobre alguém” (p.1988). Também, transferir vem do latim *transfere* e é fazer passar de um lugar a outro, deslocar. Existe, então, um legado dos ancestrais, antepassados e contemporâneos, que vai sendo transferido, deslocado de uma geração a outra. Legado de

direitos e deveres que pode ser assumido como próprio, questionado, contestado ou transformado (Tozatto, 1997)¹. Legado que se inscreve no sujeito como ideal e se integra ao superego podendo, por isso, ser vivido como desejo próprio.

A transmissão psíquica se dá em dois campos: o geracional ou de transmissão entre as gerações, que transita especialmente pelo eixo vertical, diacrônico e de filiação; e o trans subjetivo ou de transmissão social contemporânea, que transita especialmente pelo eixo horizontal, sincrônico e de afiliação.

A transmissão psíquica tem como elementos constitutivos as impressões² que são cunhadas no corpo, no tempo anterior à representação, as inscrições de traços de memória que supõem representações recalçadas e as impressões produzidas por traumas dolorosos que se dão pela vida.

Podemos dizer, mais exatamente, que a divisão em dois campos é uma estratégia didática para clarificar o predominante em cada um. Tendo presente que a subjetividade se constitui na intersubjetividade e é sempre atravessada pela trans subjetividade, consideramos que os conteúdos da transmissão psíquica são regidos pela influência mútua entre os campos geracional e trans subjetivo. O geracional, integrado à cadeia de transmissão e legado aos sucessores, é, também, trabalhado no tempo histórico presente. Ele vai sendo dinamizado por forças do campo trans subjetivo da transmissão, que também é irrigado pelo que lhe chega do campo geracional.

4.1.

O campo do geracional ou a transmissão psíquica entre as gerações

“Não há coisa oculta, que não acabe por se manifestar, nem secreta que não venha a ser descoberta”.
(Evangelho de S. Lucas 8, versículo 17)

¹ Algumas dessas colocações foram desenvolvidas no artigo “Transmissão Psíquica e Grupo Familiar”, publicado na Revista FOCO da SPCRJ – Sociedade de Psicanálise da Cidade do Rio de Janeiro, em 1997.

² A idéia de *impressão* retorna o uso freudiano de *eindrücke* que significa imprimir, enfiar, fazer entrar por pressão, fazer impressão.

A teoria com que contamos hoje sobre a transmissão psíquica entre as gerações traz desdobramentos à metapsicologia freudiana, como legada por Freud, já que vem falar não só do representável como também do inominável, do que deveria estar representado e permanece no vazio, no oco.

A metapsicologia da intersubjetividade (como já visto nos capítulos anteriores) exige pensar o genealógico, aquilo que se transmite e nos antecede como parcela fundamental da subjetividade e da formação dos vínculos. Mas qual é o significado de genealógico?

Segundo Ferreira (2001), *geracional* é derivado de geração, do latim *generatione* e significa “grau de filiação de pai a filho, posteridade, descendência, linhagem, estirpe, ascendência, genealogia” (p.983). Já *genealógico*, deriva de genealogia e refere-se à série de antepassados, estudo da origem das famílias, procedência ou origem.

A pesquisa do campo do geracional permaneceu durante muito tempo à margem do interesse dos psicanalistas, criando um lapso que se manteve até 1961. No período de 1961-1975, os trabalhos, sobre a cripta e o fantasma, dos psicanalistas húngaros radicados em Paris, Nicolas Abraham e Maria Torok (1995), abriram o leque da transmissão psíquica. Estes autores têm o lugar de precursores na criação do campo geracional, e marcaram os psicanalistas da época, assim como os sucessores, apresentando um ir além do pulsional, que, com vigor, definia o que era da ordem da psicanálise até então. Eles propunham que a transmissão psíquica se exerce através de dois registros complementares: o intergeracional e o transgeracional.

O registro intergeracional diz respeito ao que é herdado de outras gerações. Inclui tudo que nos é dito dentro da ordem simbólica (história, romance familiar, lendas e mitos), constituindo a identidade familiar e a herança positiva da filiação. Positiva, aqui, faz referência à herança explicitada ou revelada.

O registro transgeracional carrega significantes, esvaziados de sentido, que irrompem na cadeia associativa vincular. Esses são transmitidos sem que tenham passado pela história, mitos e lendas familiares. São os chamados “objetos brutos”, no dizer de Granjon (1994), o não dito que invade o campo psíquico vincular ou individual, criando falhas nas funções dos aparelhos psíquicos envolvidos.

Partindo deste legado teórico e mantendo como raiz a contribuição freudiana, os psicanalistas contemporâneos vêm desenvolvendo estudos sobre a transmissão psíquica no contexto conjugal, familiar e cultural.

Os teóricos franceses, Kaës, Ruffiot, Eiguer, Benghozi, entre outros, estudam mais a transmissão psíquica no eixo vertical de filiação, tendo como foco a construção dos conteúdos familiares transmitidos entre gerações diferentes. Eles vêm dando maior ênfase, nas suas investigações, aos avatares da transmissão transgeracional com tudo o que se constitui no negativo da transmissão.

Já os argentinos Puget, Berenstein, Rojas e Gomel – citando apenas os de produção teórica mais significativa – vêm, neste novo milênio, trazendo indagações sobre a incidência dos acontecimentos contemporâneos nas modificações subjetivas do grupo familiar e sobre a possibilidade de conteúdos sociais invadirem diretamente as redes familiares.

Ao revisitar o tema da transmissão psíquica, passo a fazer uma tecelagem teórica (com fios de uma e outra abordagem) inevitavelmente marcada pelo meu percurso clínico, tanto em consultório particular como em contexto comunitário.

Numa concepção de legados transmitidos em cadeia, seja da ordem da cultura como especificamente da família, a origem é conjugada também no presente e não apenas no passado. Diante disto, a construção da subjetividade muda porque o legado é constituído de matéria-prima transformável. Considera-se matéria-prima de transmissão os desejos, valores, mitos, lendas, fantasias e

histórias que o grupo familiar vai modelando de geração em geração, atualizando a origem e transformando o legado. Há, então, um deslocamento da origem para o tempo presente, origem metamorfoseada a cada vínculo estabelecido. Em alguns casos, no dizer de Julien (1997), perde-se a origem para instaurar uma nova origem³.

Ao assumir a origem, cabe aos integrantes de cada geração realizar o trabalho de apropriação da realidade recebida, imprimindo a sua própria marca, tanto na herança familiar como na cultural. O que se transmite são as realidades psíquica, vincular e social, que se constituem em produções de sentido do sujeito ou do grupo familiar e são construídas através da história.

Segundo Laplanche & Pontalis (1971), a realidade psíquica é constituída pelo desejo inconsciente e as fantasias a ele relacionadas no psiquismo do sujeito. Rojas (1998) acrescenta as noções de realidade vincular e social. A realidade vincular inclui uma dimensão material concreta, de presença do outro, que abre a possibilidade de estabelecer diferenças entre o outro - objeto interno da realidade psíquica – e o outro do encontro vincular com o qual se constitui uma realidade específica nova. A realidade social é formada pelo conglomerado de representações socioculturais, na dimensão inconsciente, que apresenta capacidade constitutiva das realidades psíquica e vincular.

O tema da transmissão psíquica fica, então, inscrito na metapsicologia para as redes vinculares, onde a realidade psíquica, no seu significado estrito, adquire mais sentidos ao transbordar para significantes vinculares e culturais ou sociais.

Na construção dos antecedentes familiares, corremos o risco de enquadrar a transmissão psíquica geracional numa visão determinista e linear, esquecendo que a riqueza deste campo se constitui no enfoque de não determinação, de transformação, criação, surgimento ou emergência de novas determinações e

³ Nova origem equivale ao que Berenstein chamou de “ponto de partida”.

legados. Ter presente esta bagagem intersubjetiva e, particularmente, o lugar da transmissão psíquica geracional tem produzido transformação na clínica psicanalítica dos vínculos, assim como na cura individual. Em cada dispositivo, seja individual ou vincular, a escuta é ampliada, presentificando a pré-história familiar dos ancestrais e antepassados e, assim, contribuindo para resolver os conflitos transmitidos de uma geração à outra. Valorizando esta experiência clínica, os psicanalistas atentos às redes vinculares desenvolveram estudos sobre a transmissão psíquica geracional familiar e cultural.

O que é chamado transmissão psíquica geracional vem sendo nomeado de diversas formas no campo teórico da psicanálise. Carel (1998), parafraseando Lebovici, fala em “herança de geração” e em “alegoria genealógica”. Já Eiguer (1998) fala em “transmissão da vida psíquica entre gerações”. Outros autores, como Baranes (1996), referem-se à “transmissão transgeracional”, e Berenstein (1981) fala em “transmissão de irracionalidade”, termo que será posteriormente usado como sinônimo de transmissão psíquica. Já Tisseron (1995) prefere falar em “influência psíquica” para nomear a transmissão como uma ação, voluntária ou não, que um exerce sobre o outro. Com esta colocação, relativiza a marca do inconsciente e passa a valorizar também o contexto comunicativo.

A transmissão psíquica geracional não acontece no fluxo biológico, nem no genético. Ela se dá pelo discurso, pela identificação, pela interfantasmática, por tudo aquilo que foi dito e por tudo aquilo que permaneceu não dito, muitas vezes tendo inscrição somática, que é denunciada pela “memória corporal” (Fontes, 2002). Para esta autora, na transferência, freqüentemente, acolhemos um retorno das impressões sensíveis traumáticas, que se presentificam por meio do corpo, garantindo, assim, a continuidade histórica da transmissão psíquica.

A transmissão é função privilegiada do grupo familiar e está na base da constituição subjetiva. O filho constitui o seu desejo e consegue a separação psíquica dos pais, apropriando-se do que

reteve do desejo parental e do que construiu em seu romance familiar inconsciente, elaborando os acontecimentos que durante a vida lhe permitem transformar os conteúdos da transmissão.

Há, então, uma transmissão psíquica positiva e uma negativa. Pela transmissão psíquica positiva, o sujeito adquire ativamente o que recebe dos pais e faz sua identificação, tendo, como patrimônio geracional, tudo que dá suporte à continuidade narcísica e à manutenção dos vínculos intersubjetivos como a bagagem de ideais, mecanismos de defesa, certezas e dúvidas (Kaës, 1998). Pela transmissão psíquica negativa, há uma matriz ou base idêntica que favorece a repetição com uma apropriação direta de uma parte do outro (Kaës, 1993).

A transmissão psíquica geracional nos faz herdar inclusive o que nossos ancestrais calaram, bloquearam ou esconderam, impedindo ou dificultando a transformação psíquica. São fantasmas, mortos-vivos, que são percebidos na atmosfera familiar por não serem simbolizados. Elementos de outras gerações que estão como parasitas no sujeito, no casal e/ou no grupo familiar como um todo, criando um texto subentendido, implícito, um clima apenas.

Kaës (1996) propõe a idéia de uma transmissão de destino, que se desenha como uma inelutável compulsão a transmitir. O inelutável refere-se a uma mensagem inconsciente, transmitida sem transformação de geração em geração, ficando alguns dos descendentes como depositários forçados de um destino familiar. Pela força do inelutável, o protagonismo de cada geração fica impedido e se mantém o assujeitamento de seus integrantes, em maior ou menor grau, aos mandatos dos antecessores.

Retomando o legado de Bion, Kaës (1996) faz a diferença entre a transmissão de objetos transformáveis e não transformáveis. Os objetos psíquicos inconscientes, que acolhem a transformação, são os sintomas e atos falhos, transferidos sobre o terapeuta ou metamorfoseados espontaneamente na vida intrafamiliar. Por outro lado, os objetos não transformáveis, que permanecem congelados,

têm como função atacar a possível metamorfose familiar, grupal ou dos terapeutas.

O não simbolizado ou o simbolizado deficitariamente pode transcender a história familiar. O não atingido numa geração pode ser transmitido em sua potencialidade traumática aos descendentes, já que o que não é dito e permanece não revelado acaba deixando impressões ou verdadeiros traços de memória que se calam.

Para Tisseron (1995), o indizível de uma geração se transforma no inominável da geração seguinte e no impensável da terceira geração. Estes conteúdos passam de uma geração à outra como blocos de concreto sem palavras. Na clínica, o terapeuta precisa ser depositário desta carga. Quando elaboradas, as experiências vividas e as representações dos ancestrais são transmitidas com aceitação e surgem como mitos. Já as experiências que não têm esta elaboração (lutos, suicídios, incestos, crimes) não podem ser faladas e permanecem como “criptas” ou material encriptado.

Para compreender o significado da cripta e do encriptado, faz-se necessário retomar a colocação ferencziana sobre o trauma. Ferenczi (1932) reconhece que, na origem de todo trauma, há sempre a presença de um acontecimento real e de um desmentido do adulto, visto como um modelo ideal de identificação. O trauma se configura pela confusão de línguas, já que a criança utiliza a “linguagem da ternura” e tem como resposta do adulto a “linguagem da paixão”, que lhe chega como invasão impossível de decifrar.

Este trauma patológico serviu de ponto de partida para as contribuições teóricas de Abraham & Torock (1995), que passaram a salientar um impedimento na elaboração intersubjetiva do acontecimento que produziu um trauma. Eles tiveram como preocupação constante, na sua obra, compreender as ressonâncias do trauma através das gerações e a possibilidade de transformação ou reconstrução psíquica.

Na tentativa de aprofundar os efeitos da transmissão psíquica transgeracional, deixaram, como legado teórico, duas novas configurações metapsicológicas: a cripta e o fantasma.

O conceito de *cripta* fala de um enquistamento de algo vivido como traumático. A vergonha e o segredo aparecem como manifestações sempre presentes na construção da cripta. Ela tem suas raízes num luto patológico que provoca um transbordamento libidinal inaceitável, já que se dirige aos pais ou outro membro do grupo familiar. A *cripta* é o albergue de uma realidade vergonhosa que deve permanecer em segredo. Hospeda um desejo inconfessável e ilegítimo, que resta sepultado.

Para que a cripta permaneça enterrada, ela é conservada numa zona clivada do ego onde a clivagem se dá por um “recalcamento conservador” (Abraham & Torock, 1995), que se opõe ao processo de introjeção e realiza uma incorporação. Segundo estes autores, a introjeção está vinculada à linguagem e atribui sentido à experiência. Já a incorporação, apresenta-se quando falta a palavra, impedindo, assim de chegar ao sentido oculto.

Muitas vezes o segredo ou realidade vergonhosa de uma geração anterior é depositada inconscientemente como *fantasma*⁴ na geração seguinte. Tort (1986) diz que, na construção genealógica, há um “estranho encontro”, confirmando o retorno de um fantasma que determina o destino do sujeito. Este “estranho encontro” faz reatualizar, no sujeito e no grupo familiar, a marca do transmitido transgeracionalmente.

O *fantasma* expressa os efeitos dos segredos e vergonhas da família sobre as gerações seguintes, mostrando a ressonância da cripta e do encriptado na vida dos descendentes. Ele retorna a partir do inconsciente e cria assombrações, fobias ou loucuras, podendo atravessar mais de uma geração. Esse passado é presente no sujeito e no grupo familiar como um *bloco de realidade* que não morre completamente, mas também não pode voltar a viver. Permanece

⁴ Fantasma de *fantôme* refere-se a espectro mal-assombro de alma penada ou defunto que reaparece geralmente de forma não muito nítida.

indizível e imprime uma modificação subjetiva oculta. Pela transmissão psíquica transgeracional, a família impõe representações aberrantes, fazendo com que o depositário da doença familiar carregue o resto de um delírio de filiação e construa uma teoria delirante sobre sua origem.

O *fantasma* tem função dupla na organização familiar: por um lado, é um elemento estruturante do psiquismo; por outro, constitui-se em elemento patológico, por criar na subjetividade e nos vínculos uma lacuna provocada pelo segredo parental. Para Granjon (2001), é trabalho da psique construir, organizar e transformar heranças em estado bruto que não foram elaboradas e que infiltram o tempo presente.

Esta transmissão psíquica transgeracional pode ter representações ocas ou cheias, segundo a classificação de Eiguer (1989). As representações cheias nos falam de luto incompleto pela perda de um outro idealizado ou de segredo familiar, a partir de algo inaceitável porque é vergonhoso. Já as representações ocas falam da erotização de um destino familiar de fracasso ou invalidez. Este tipo de representação faz com que o casal ou grupo familiar herde uma atração por vivências condenadas ao fracasso e uma certa aceitação da desgraça e da fraqueza.

Já sem a marca do inelutável, a transmissão atualiza um legado organizador, reparador e bem acolhido, que se vai metamorfoseando a cada geração. Como eixos privilegiados da transmissão psíquica, estabelecem-se contratos inconscientes, que inundam os vínculos familiares a serviço do positivo ou do negativo da transmissão.

Os vínculos familiares se estabelecem firmando contratos inconscientes que atualizam uma *trans-missão* a ser repetida, contestada ou transformada e realizam um acerto de contas com as famílias de origem. A *trans-missão* psíquica geracional se inscreve como um componente privilegiado do narcisismo, que perpassa as gerações da família. Ela nos impõe uma ferida narcísica, já que uma parte do funcionamento psíquico individual e vincular origina-se

nos problemas não resolvidos pelos nossos ancestrais (Kaës, 1993). Muitas vezes, o grupo familiar não se sente no direito de merecer ser feliz. Tomado por um sentimento de dívida com seus antepassados precisa cumprir a sua “missão”. Fica inconscientemente compelido a executar um ato, a fim de resolver o conflito vivido pelas gerações anteriores e que permaneceu não resolvido. O motor do ato nada mais é do que a lealdade com os que o precederam.

Cada membro do grupo familiar, porém, tem dupla inserção. Por um lado, ocupa a mesma posição que o familiar ocupou na geração precedente, assumindo o lugar de suporte de um fantasma e, por outro lado, é uma prova da sucessão das gerações na linha do tempo, tendo poder de transformação com relação aos antecessores. Cada um é o outro, o diferente radical que pode ameaçar a organização familiar e também recriá-la.

Há uma continuidade da vida psíquica entre as gerações que configura o aspecto teleológico da transmissão psíquica e que possibilita o progresso de uma geração com relação à anterior. O progresso se inscreve por duas vias: a epigênese e a neogênese. Pela epigênese (Kaës, 1996), temos a atualização de funcionamentos e organizações potenciais, que se presentificam no campo intersubjetivo a cada vínculo estabelecido. Pela neogênese (Laplanche, 1989), questiona-se o princípio de conservação, o já estabelecido, propondo-se haver acontecimentos que apresentam novas construções e possibilidades inéditas ao vínculo.

Não apenas herdar mas também transmitir parecem ser duas necessidades humanas. Nesta cadeia de transmissão e herança, fica excluída uma causalidade linear de pais para filhos, mas a constelação familiar é um dos espaços que introduz questões importantes da vida, principalmente nos primeiros anos do desenvolvimento. Parafraseando Benghozi (1994), podemos dizer que há uma “causalidade circular interacional e construtivista” (p.257), que é testemunha de todo um trabalho de reconstrução e de construção.

No trabalho de construção e reconstrução da cadeia intergeracional, há um resto que permanece como sofrimento. Para Fustier e Aubertel (1998), esse sofrer tem duplo significado: de dor e também de prontidão para a transformação.

Segundo Eiguer (1989), a transmissão psíquica geracional recoloca em jogo tudo que foi legado; o casal ou novo grupo familiar vai modelando um amálgama constituído por elementos pulsionais não representáveis e elementos genealógicos herdados dos ancestrais e antepassados. Este amálgama de formações psíquicas comuns corresponde ao nível sincrético, fundo não revelado que precisa ser mantido clivado, fora do campo vincular e da circulação fantasmática. A transmissão psíquica geracional tem, então, participação ativa e inconsciente na construção da história familiar, já que atualiza o legado das famílias de origem na construção do vínculo conjugal. O novo casal será transmissor de vida psíquica aos seus herdeiros. Entre os herdeiros que desempenham a função filial estabelece-se o vínculo fraterno. Este surge como mais um portador privilegiado da transmissão psíquica e, junto com o vínculo conjugal, apresenta a contemporaneidade ao grupo familiar.

4.2.

O casal como transmissor de vida psíquica

“Se eu sou eu porque eu sou eu,
se você é você porque você é você,
então eu sou
e você é.
Se eu sou eu porque você é você,
e você é você porque eu sou eu,
então eu não sou
e você não é.”

Autor desconhecido

Pelo encontro dos parceiros, atualiza-se a herança genealógica de cada um, herança que se instala como contorno da escolha amorosa para a construção do casal.

Cada um de nós vive um duplo jogo de amor intenso, o incesto e sua proibição nos vínculos familiares de origem. É através deste jogo precoce que cada parceiro em potencial se prepara como sujeito para investir no vínculo amoroso *a posteriori*.

O vínculo amoroso terá fundamentos no sentimento de carência e no desejo. Ele cria uma ilusão de completude em que os cônjuges se remetem a um sentimento semelhante ao definido como oceânico:

“No auge do sentimento de amor, a fronteira entre ego e objeto ameaça desaparecer. Contra todas as provas de seus sentidos, um homem que se acha enamorado declara ‘eu’ e ‘tu’ são um só, e está preparado para se conduzir como se isso constituísse um fato.”

(Freud, 1930, p.83)

Na vida social como um todo, cada sujeito é chamado a se apresentar como indivíduo completo, sem a sua parte arcaica, que não é aceita. Na verdade, podemos dizer que, na vida social, tudo de mais primitivo, primário, regressivo, infantil fica sem espaço.

No encontro amoroso, inicia-se um processo de mitologia que tem embasamento nos fantasmas, trazidos por cada parceiro, assim como nas fantasias e expectativas (tantas vezes não explicitadas!) que vão sendo criadas na construção do vínculo conjugal. A clínica do vínculo conjugal revela que a intimidade do casal, muitas vezes, fica comprometida a partir de um mito de origem que impõe um afastamento ou desvio de função, como mostra o fragmento clínico a seguir.

Sara pertence a uma família judaica com fortes legados de endogamia e matriarcado. Tem como missão construir uma nova família e, para atender à expectativa dos pais, escolher um parceiro também judeu. Roberto tem uma família de origem não judaica, que transmite um legado de desamparo, agravado pelo vazio de cuidados materno e paterno. Ao iniciar o processo psicanalítico de casal, percebem-se como mãe e infante num cotidiano de violência primária, inadequada para o presente do vínculo conjugal. Durante o

processo de construção de casal, vão transformando seu funcionamento vincular, mas algo parece impedir o exercício da sexualidade. Qual é o contrato inconsciente de Sara e Roberto? Quando Sara e Roberto casaram, firmaram um contrato inconsciente pelo qual dariam continuidade à ilusão de completude da família judaica, que deseja se manter endogâmica. Roberto, movido pelo desamparo no funcionamento da sua família de origem, assimila facilmente as tradições e valores da família de Sara, é recebido como filho pelos seus pais e passa a ocupar o lugar do irmão que mora distante. O contrato inconsciente faz também com que Roberto fique atendido no seu desejo de cuidado parental. O exercício da sexualidade fica interdito, o sexo fica proibido por Sara e Roberto viverem um vínculo fraterno e não um vínculo conjugal.

A escolha amorosa se dá como fundadora de uma rede vincular que encerra uma formação de compromisso inconsciente entre os legados familiares de origem, os desejos individuais e os acontecimentos sociais do tempo atual. O acaso é o que coloca em jogo a possibilidade do encontro⁵ (Benghozi, 2003). Ele cria um campo de possibilidades para múltiplos encontros em que um encontro pode vir a ser privilegiado. Este encontro só acontecerá se corresponder a uma função da economia psíquica, já que a escolha se constrói tendo como alicerce os vínculos.

Freud (1914) já dizia que todos levamos uma dupla existência. Por um lado, somos para nós mesmos o nosso próprio fim; por outro lado e ao mesmo tempo; somos membros de uma cadeia à qual ficamos assujeitados contra nossa vontade ou, ao menos, sem a ação desta. Este duplo estatuto comporta uma região de interseção, ou seja, um espaço psíquico para além do intrasubjetivo, também intersubjetivo e transubjetivo.

O vínculo de casal atualiza uma ferida narcísica, pois cada um está ligado a uma rede interfantasmática e a redes vinculares atuais. A presença inconsciente do outro e do seu desejo está

⁵ Colocação pessoal.

radicalmente presente em cada um. Todo casal se constitui devedor de histórias que são ligadas a ele e precisa resolver que lugar as marcas que o outro deixou terão na sua vida. De acordo com Benghozi (1994), a formação do casal estende uma malha genealógica que se faz do entrecruzamento das linhagens familiares da origem de cada parceiro. Estas lealdades com o familiar permitem manter a integridade e a continuidade do sistema de filiação e depositam, em nível do eu-pele do casal (Anzieu, 1988), restos genealógicos de suas histórias de pertença familiar. Há “um tecer interfamiliar que entrecruza, em ressonância, o negativo de cada linhagem familiar de origem” (Benghozi, 1994, p.260).

O legado familiar diz que é preciso ocupar um lugar na fantasia dos pais ou dos avós. Isto confirma que “existe um apoio de formações psíquicas sobre o grupo e sobre as instituições, particularmente e em primeiro lugar, sobre seus representantes e suas formas imediatas carregadas de significação: a família, a mãe” (Kaës, 1978, p.19-20).

No casal, cada cônjuge é, então, depositário de “objetos ancestrais” (Eiguer, 1998) que, muitas vezes, estão associados ao outro ou a objetos internos do parceiro escolhido.

Na clínica, desvendamos, como um dos eixos do trabalho, uma sintonia ou complementaridade dos legados familiares de cada membro do casal. Em alguns casos, deparamo-nos com um repetir em espelho, já que o ocorrido na história familiar de origem de um se apresenta também na história familiar de origem do outro. O repetir em espelho fica evidenciado na realização do genograma familiar.

A força dos legados familiares faz, em outros casos, com que os casais permaneçam cristalizados em uma união insuportável, já que a separação é vivida como impossível. Há um lema inconsciente: “ficar juntos nos mata, separar-nos é mortal” (Vilhena, 1991, p.9). Repetidamente escutamos o dilema em que cada parceiro se encontra por tentar conciliar diferentes lugares e funções: ser marido da esposa, pai da filha, continuando a ser filho

de sua mãe e criança de seus pais e ancestrais. Para se posicionar diante disto, o casal precisa tomar posse dos fios verticais e horizontais da transmissão psíquica inconsciente para transformar a rede interfantasmática em algo próprio.

O casal vive o conflito de se defrontar com o dilema da perda ou conservação de seus limites, “porcos-espinhos” que desejam maior aproximação, mas a evitam com medo de se ferirem. O símile de Schopenhauer sobre os porcos-espinhos, citado por Freud (1914), exemplifica o que todos sabemos: ninguém tolera uma aproximação demasiado íntima com o outro. Principalmente os vínculos que possuem certa estabilidade, entre eles o vínculo conjugal, contêm um sentimento de hostilidade e aversão que permanece reprimido. A ambivalência de sentimentos se expressa com intensidade quando existe realmente vínculo. Desta forma, o relacionamento com o outro é uma das fontes de sofrimento, talvez a mais penosa, dizia Freud (1930). Assim como o sujeito, o casal apresenta um mal-estar estrutural que faz com que o ideal de bem-estar vincular apresente fissuras, já que o reconhecimento da singularidade do outro impõe uma ferida narcísica ao eu.

Féres-Carneiro (1994), partindo de sua vasta experiência clínica, afirma que “a rigidez e a estereotipia quase sempre caracterizam a patologia, enquanto a flexibilidade e a mudança apontam para a saúde” (p.41).

Freqüentemente, o casal expressa “repetições mortíferas” (Almeida Prado, 1999), que se atualizam transferencialmente na psicoterapia. O que se repete é o que não está resolvido na história de cada um, seja no nível individual, vincular ou geracional. A autora acrescenta que os conflitos são construídos com um devenir de longa data, devenir que, em geral, propicia a própria decisão de casar e que envolve três gerações: o que não foi elaborado na primeira geração (os pais), se repete na segunda geração (casal) e se reapresenta na terceira geração (os filhos). As repetições mortíferas fazem com que os sentimentos de frustração e ataque sejam maiores nos casais em que seus pais não souberam resolver sua luta

vincular. O casal que carrega esta história passa a esperar ainda mais do seu casamento e também do processo analítico vincular.

Segundo Féres-Carneiro (1994a), muitas vezes, é somente no vínculo conjugal que acontece a metabolização de algumas tendências arcaicas e regressivas individuais que ficariam sem manifestação. “Diante do casal, o clínico tem um acesso privilegiado a uma mobilização psíquica que individualmente ficaria inacessível” (p.54).

Nos casais mais indiscriminados, é comum um cônjuge não perceber o outro com as suas diferenças. O parceiro funciona como tela na qual o outro se projeta ou como imagos através das quais podem tentar aliviar desejos e feridas do passado, nascidas de suas experiências originais com suas próprias famílias. Assim, cada um tem restos geracionais preservados que, em grande parte, determinam ou interferem no presente do casal. Algumas vezes, procuram-se inconscientemente pais em vez de parceiros, casa-se, então, com quem pode apontar ou corrigir algo acerca de si mesmo.

O sujeito vai ao encontro do parceiro com um leque de opções para a escolha amorosa e o encontro se configura com liberdade condicional. Pelo encontro dos parceiros se dá o encontro mítico das famílias. Existem famílias mais flexíveis, que toleram o percurso para a realização do próprio desejo, e facilitam o contato exogâmico. Existem outras que, pelo contrário, se apresentam fortemente endogâmicas e sustentam, sem alterações, seus pontos de certeza. Como já foi visto, transmitem um discurso sagrado que impede as diferenças e a singularidade. As regras sagradas impõem como atuar, como pensar, como desejar e, conseqüentemente, como escolher.

Pela via da repetição surge o desejo inconsciente familiar. Há uma matriz simbólica comum dos desejos singulares que têm um lugar de suporte e determinação e que nomeio Rede Familiar Inconsciente – R.F.I. (como visto no capítulo 2). O sujeito é, como afirma Rojas (1988), porta-voz de um argumento estrutural que se faz palavra, ato e repetição através dele. A função de corte que

separa o sujeito da família de origem é designada função terceira da R.F.I.. Quando falo em *função terceira* quero lembrar que existe hoje uma nova política de investimento afetivo e de poder. Passos (2003a) afirma que o investimento afetivo se faz “num quadro no qual as relações de poder se instituem como um sistema de trocas em que declina cada vez mais o poder de um sujeito sobre o outro” (p.3). A função paterna, que sempre regeu a lógica psicológica e psicanalítica da família, é, hoje, apenas uma das possibilidades da *função terceira*, que não pode entrar em declínio e precisa acontecer nas mais variadas formas de casal ou de família. Esta, como todas as funções, sempre apresenta falhas e, pelas falhas, se instalam, no casal, formas inconscientes das famílias de origem, e a repetição se faz presente.

A clínica mostra que, quanto maior a discriminação do casal com relação às famílias de origem, maior é a possibilidade de saúde conjugal. Das famílias de origem à família conjugal, observamos que alguns casais estabelecem sua base relacional profunda (zócalo), com o predomínio da transmissão intergeracional, e conseguem a transformação vincular de uma geração à outra. Outros expressam um predomínio da transmissão transgeracional, na qual são invadidos por conteúdos que atravessam as gerações sem espaço para o novo.

A sessão clínica pode revelar o que se dá de re-petição, de re-encontro e de des-ilusão no vínculo conjugal, assim como a possibilidade de criar encontro e suplementar o estabelecido.

Ao se construir, o casal vai realizando um percurso do objeto único (a mãe) ao objeto amoroso ou unificado, implicando numa maior complexidade vincular. Narcisismo e diferenciação marcam, então, o tempo vital conjugal no caminho de um objeto ao outro. Prefiro falar em tempos. Tempo do narcisismo, tempo da diferenciação. Tempos pelos quais o casal passa indo e voltando, ora mais num, ora mais no outro.

Pela ilusão de completude, que marca o início do namoro, o parceiro propicia o tamponamento da falta. Fusão e indiscriminação

estabelecem lugares de abastecedor-abastecido e a completude minimiza angústias vinculadas ao desamparo originário. O outro é espelho de si próprio sem a qualidade de objeto desejado e é atacado nas suas diferenças, ficando reduzido apenas a funcionar como receptor das necessidades insaciáveis do eu.

Segundo Berenstein, Puget e Siquier (1984), no tempo do narcisismo cada um tem suas respostas e não se cria a possibilidade de formular perguntas. O vínculo é afetivamente pobre; a possessividade, a inveja e o ciúme se expressam com intensidade; a capacidade de reconhecer o outro e se doar aparece com extrema fragilidade. Tudo que é significado como corte ou discriminação pode ser fonte de angústia.

Quando a existência do outro, porém, começa a ser percebida, acontece a desilusão com a desestruturação da relação narcisista especular. O sofrimento se instala ao viver a diferença. Não são um bloco só, não são apenas “nós” ou “a gente”, como se nomeiam, indiscriminadamente, a cada sessão. É forte o medo de se deparar com o novo, “o estrangeiro”, desconhecido da trama fantasmática familiar que ameaça e alimenta fantasias de separação, de desestruturação. A percepção de que são diferentes se inscreve como acontecimento biográfico a ser decodificado. E, além destes elementos mais permanentes, que variáveis o tempo contemporâneo inscreve no casal?

O fim dos ideais sociais, religiosos, políticos e até familiares faz com que o casal espere tudo do vínculo estabelecido. Diante disto:

“o amor é uma crença emocional e como toda crença pode ser mantida, alterada, dispensada, trocada, melhorada, piorada ou abolida. Tudo pode ser recriado, se acharmos que assim deve ser, em função do que julgamos melhor para todos e cada um de nós (...)

(...) será que o fundamental é resguardar o núcleo do amor intacto em face da tempestade narcísica e consumista ou recriar novas formas de vida e ver como o amor se adapta ao novo ambiente?”

(Freire Costa, 1998, contracapa)

O amor romântico deixa de ser uma obrigação natural e universal e passa a ser uma opção, mas, até hoje, uma opção privilegiada. Em todas as novas formas que o casal vem adotando, ele continua tendo como missão transmitir um legado sociofamiliar e, ao mesmo tempo, impor-lhe limites. Todo casal vive, então, um conflito, nunca totalmente resolvido, o de ser o casal mítico do ideal familiar e social e, ao mesmo tempo, o de se tornar autor de sua história.

Os parâmetros que definem o casal vêm passando por metamorfoses constantes. A evolução do amor paixão para o amor companheiro tem maior aceitação; o cotidiano, que congregava e unia, hoje tende a desagregar e compartimentar; a tendência monogâmica se mantém, mas com acordos não tão rígidos; a expressão do afeto não é mais do reduto feminino, “o homem também chora, também deseja colo, palavras amenas, precisa de carinho, precisa de ternura...”, diz a canção. A sexualidade, que vinha capitaneada pela procriação, hoje tem como alvo o prazer de viver o desejo sexual, aliado ou não ao desejo de ter filhos. Deste modo, a junção estabelecida pelo amor romântico entre sexo, amor e procriação vem sendo soterrada pela disjunção pós-moderna, e o lema de “até que a morte nos separe” vem sendo substituído por “até que a vida nos separe” (Jablonski, 1998).

Considero todo casal uma família conjugal, já que, no vínculo estabelecido, há sempre a presença de um terceiro simbólico. Por outro lado, concretamente, uma nova família vai-se configurando com a presença dos filhos. Há, psiquicamente, um trabalho de passagem, de transformação do casal em novo grupo familiar.

Ante as mobilizações do mundo atual, entretanto, o casal nem sempre tem clareza sobre os valores que transmite a seus filhos. Diante de tantas incertezas, os filhos procuram sentir alguma segurança adotando, frente aos pais, posicionamentos mais estereotipados de revolta (sendo contra tudo) ou de imitação (sendo iguais em tudo). Tudo parece ser preferível a viver a solidão de trilhar o próprio caminho na estrada familiar e, muitas vezes, cria-

se a doença como forma de resgatar a linhagem familiar e de se sentir vivo e pertencente ao grupo.

Segundo Eiguer (1989), o ancestral, conduzido pelos vínculos, descende da árvore genealógica para chegar aos filhos ou herdeiros do tempo presente. Um filho não apenas abre para novos horizontes de sentido, ele mobiliza a organização psíquica legada pelos antepassados e ancestrais e impulsiona uma reelaboração fantasmática. O valor simbólico do filho é exercer um movimento permutativo na linha genealógica ou linhagem familiar. Com os filhos, instala-se a possibilidade do vínculo entre irmãos e a riqueza da transmissão psíquica pelo vínculo fraterno.

4.3.

O vínculo fraterno e a transmissão

“Seus filhos não são de vocês... Embora estejam a seu lado não lhes pertencem. Podem lhes dar seu amor, mas não seus pensamentos; porque eles têm seus próprios pensamentos. Podem abrigar seus corpos, mas não suas almas; porque suas almas habitam na casa do futuro, fechada para vocês. Podem esforçar-se por ser como eles, mas não tratem de fazê-los como vocês; porque a vida não retrocede nem se detém no ontem. São vocês o arco do qual seus filhos são disparados como flechas viventes para o longe”...

(Gibran, 2002 / 1923, p.19)

O vínculo fraterno é, geralmente, o vínculo mais longo no funcionamento familiar. Constitui-se em valioso canal de transformação da transmissão psíquica, ao confrontar a família com os acontecimentos do mundo contemporâneo de cada tempo.

O vínculo fraterno refere-se à dinâmica inconsciente e consciente que circula, entre dois ou mais, na função de irmão. Para Benghozi e Féres-Carneiro (2001), ele se constitui como rede genealógica, pertencente a um código cultural de referência da organização de parentesco. Geralmente, ele ainda se estabelece com relação de simetria e, por se dar numa mesma geração, mantém

relação de proximidade e igualdade. No entanto, em alguns grupos familiares encontramos uma primeira família, com filhos bem mais velhos e uma segunda família, com filhos ainda crianças. Os irmãos podem então desenvolver entre eles um vínculo paterno-filial e não fraterno.

O vínculo fraterno ficou preterido nos estudos psicanalíticos, no entanto, hoje, ante as questões que as novas configurações familiares lhe impõem, temos o desafio de compreender qual é o seu lugar e a sua função na transmissão e transformação do psiquismo. Através dele, a transmissão psíquica não tem um lugar de imposição (como é característico do vínculo parental), mas sim de escolha: “aquilo que os filhos dificilmente aceitam de seus pais acabam aceitando de seus irmãos, primos e amigos” (Eiguer, 2001 p.19).

Este vínculo é marcado não só pelo que os irmãos desejam de seus pais como também pelo que desejam e constroem entre si. Mais tarde, esta via entre os irmãos, será um dos protótipos das relações estabelecidas nas redes vinculares de pertença social e profissional.

Matus (2001) define três tempos para o vínculo fraterno que tem vida própria, para além dos pais e de tudo o que a luta pelo seu amor mobiliza. São os tempos de disjunção, conjunção e diferenciação. Num primeiro tempo, anterior ao complexo de Édipo, há uma *disjunção*, em que o irmão é o rival ante a ligação mãe fálica-filho falus. Num segundo tempo, há um recrudescimento da *conjunção*, como proposta pela lei paterna, conjunção que Matus exemplifica com o texto do *Martin Fierro*, obra-prima do autor argentino Hernandez: “os irmãos sejam unidos, é esta a lei primeira” e que se constitui em mandamento máximo do cristianismo: “amar ao próximo como a si mesmo”. Por último, há um tempo de *diferenciação*, que se constrói pela aliança fraterna que produz a morte simbólica do pai.

Entre irmãos será descoberta a sexualidade e também outros campos desconhecidos. Ao utilizar o jogo como forma de contato, a transmissão entre irmãos tem uma plasticidade maior e limita o risco de imposição da herança psíquica parental. Com os irmãos,

aprendem-se muitas situações de vida e, geralmente, um ocupa o lugar de conservador, mantendo o que é estabelecido pelo grupo familiar e transmitido pelo legado familiar e social, enquanto o outro denuncia as falhas e torna-se porta-voz da transformação psíquica. Alguns autores reservam o lugar de conservador para o filho mais velho e de transformador para outro filho, mas isto não está automaticamente definido. As famílias têm singularidades próprias que inscrevem o lugar ocupado por cada filho.

Diante da força do patrimônio psíquico herdado, os irmãos estabelecem acordos e pactos secretos, que fazem silêncio e mantêm os pais à margem de toda uma “contracultura” familiar com valores próprios, profundamente tingidos pela cultura do contexto social a que pertencem (Eiguer, 2001).

Tudo o que configura os vínculos entre os irmãos constitui a *fratria* como organização grupal, que é mais do que a soma dos psiquismos dos irmãos no seu individual. Na fratria encontramos o investimento na continuidade do previamente estabelecido pelo legado familiar e também o investimento numa transformação vincular, que se faz presente com questionamentos, propostas de mudanças e transgressões.

A fratria nos defronta com paradoxos instigantes. Na sua tecelagem entram, como elementos constitutivos, o desejo de poder e a tentativa de domínio, mas também a solidariedade. Estes criam um espaço potencial para *redes vinculares de pertença* que respaldam a construção subjetiva de cada um, como veremos nos capítulos seguintes.

A transmissão psíquica entre gerações tem como características a singularidade e o dinamismo, já que em cada sujeito e em cada geração nos deparamos com processos de contínua transformação. Esta transformação pessoal, familiar e geracional vai sendo escutada e avaliada, permitindo um diagnóstico e um prognóstico do amadurecimento psíquico.

Na construção do protagonismo pessoal e familiar, acontece um movimento constante, um em-movimento que denuncia a

obediência, a contestação ou a resistência ao legado familiar. Aqui a resistência fala de todo comportamento de ruptura ou não aceitação da ordem legada. A contestação explicita uma atitude crítica de criação ou destruição e a obediência um acolher a herança familiar sem maiores conflitos.

Para Eiguer (1998), os vínculos têm, ao mesmo tempo, um estatuto complexo, inconsciente e convencional. O inconsciente tem, como uma das fontes de inspiração, os vínculos vividos nas relações com os membros das famílias de origem. Por outro lado, o convencional se acha instituído por uma norma social, não escrita e implícita, na qual os comportamentos recíprocos que estão proibidos ou admitidos são obra da sociedade. Frente a esta complexidade, todo grupo familiar constitui um espaço psíquico intermediário para trocas em diferentes níveis.

Pensar a família ou grupo familiar como espaço intermediário nos coloca ante a inter-media-ção que cada grupo familiar precisa estabelecer, para ocupar seu lugar e função de transicionalidade entre a transmissão geracional e a transubjetiva, com a sua demanda de inserção ou pertença social. “Intermediário”, como categoria, está relacionado ao processo de vínculo e ao seu resultado e, por isso, é associado ao processo criativo. A família, como intermediário, participa das características de vários espaços a serem vinculados: “o cultural-transcultural; as significações imaginárias; o genealógico, como pré-história vincular, jogada na trama intersubjetiva; e a psique singular, espaços logicamente diversos, mas não antinômicos. Espaços que se interpenetram propiciando zonas de justaposição e de articulação, linhas de fuga, interstícios e fraturas” (Gomel, 1977, p.28).

Sendo espaço de inter-media-ção e ponto de confluência dos diversos contextos, o grupo familiar acolhe e também filtra as demandas. Entre estas, as demandas da cultura, com suas entradas transubjetivas, têm estado, cada vez mais, presentes na construção dos vínculos familiares e da subjetividade, como veremos no próximo capítulo.

5

O campo do transubjetivo ou a transmissão psíquica cultural

“O ser humano é constantemente submetido à prova daquilo que é novo. Psiquicamente falando, ele se constrói a todo momento pela integração permanente de novidades encontradas, de prazeres suscitados, de traumas, de conflitos superados, de heranças impostas ou de dons recebidos.”

(Rand, 2001, p.128)

5.1.

A pertença sociocultural

Considerando que o sujeito se parece mais com a sua época do que com a de seus pais, impõe-se pensar as impressões cunhadas pela cultura do tempo presente no legado familiar e a subjetividade que, conseqüentemente, é gerada.

O que a família vive tem dupla marca: o já visto, legado das gerações anteriores, e tudo aquilo que ela constrói, a partir da rede social atual da qual ela faz parte, como veremos a seguir.

Na releitura de Freud, no que se refere ao lugar da cultura na formação da subjetividade, encontramos dois posicionamentos, definidos no texto de 1921, “Psicologia de grupo e análise do ego”. Por um lado, um dizer mais biológico justifica pensar o social como algo da natureza humana que aponta para um destino marcado e inelutável da espécie; por outro lado, um pensar mais cultural postula que toda psicologia individual é, desde os primórdios e simultaneamente, psicologia social.

“Na vida psíquica do individuo considerado isoladamente, o outro intervêm regularmente como modelo, objeto, suporte e adversário, por este fato a psicologia individual é desde o inicio e simultaneamente uma psicologia social num sentido ampliado, mas perfeitamente justificado”.

(Freud, 1921, p.91)

Privilegiando a colocação acima, o processo de subjetivação fica inquestionavelmente ligado ao universo da intersubjetividade e da transubjetividade com suas dimensões complexas e contraditórias.

Freud postulou o psiquismo humano como fenômeno da cultura, cultura na qual Eros e Thanatos vão-se constituindo de maneira variável no plano social. O social não é um simples balizador da pulsão, e sim condição constituinte da subjetividade, do legado familiar e dos vínculos.

O texto freudiano de 1932, não deixa dúvidas sobre a incidência da cultura na subjetividade e na construção dos vínculos, ao afirmar que acontecem “modificações subjetivas notórias e inequívocas” que acompanham a evolução social. A cultura impõe, entre as exigências do social, o fortalecimento do intelecto (“penso logo existo”) e a repressão da agressividade, com tudo que acarreta de ganho e de perda.

No início da concepção teórica da psicanálise, sensível às redes vinculares, considerava-se que toda marca, na construção da subjetividade, vinha do vínculo com a mãe fundamentalmente. Houve, posteriormente, a abordagem que privilegiava a família em si como lugar de metabolização e estabilização de tudo que a cultura aportava. Como psicanalistas, fomos convocados a remeter todo significado inconsciente a fantasias ou experiências infantis que deixaram vestígios e que seriam repetidas com roupagem diferente. Passando a considerar a relação mãe-filha(o), não mais como encontro fundador da subjetividade e sim como ponto de partida primordial, deixamos em aberto a possibilidade de outros pontos de partida que, durante a vida em toda e qualquer etapa do desenvolvimento, fazem inscrição como acontecimento e são transformadores de subjetividade e de vínculos. Ao produzir mudanças subjetivas, colocamos limites mais precisos ao campo da repetição e abrimos a ordem do acontecimento.

A “realidade social”, como já foi visto no capítulo 2, é formada pelo conglomerado de representações socioculturais

inconscientes que atravessa e, concomitantemente, constitui as realidades psíquica e vincular. Há sempre variáveis políticas, econômicas e históricas que nos configuram como sujeito. O sujeito, como diz Castoriadis (1975), é sempre social e histórico e, conseqüentemente, a sua compreensão psicanalítica deve abranger estas dimensões. Para este autor, o homem individual ou coletivo se faz criação sempre inacabada da realidade.

Por sermos sujeitos sociais, contamos com um contexto histórico que delimita o modo de pensar e de ser de cada um e de cada rede vincular. Em todas as configurações subjetivas, reflete-se a trama de ideais de sua época. Cada fala individual é polifônica. Ela traz múltiplas vozes que nela co-habitam. Vozes determinadas pela sua inscrição em uma classe social, em um mundo cultural, em um momento histórico específico e em um grupo familiar determinado.

O sujeito e o grupo familiar são constantemente marcados pelas condições de pertença social. Pertencer a um determinado contexto social, político e econômico propicia as escolhas de vida e a inclusão em diferentes redes vinculares (família, escola, profissão, instituições sociais). Tanto as escolhas como a inclusão ficam sempre na dependência do grau de acolhimento. Quando o pertencer fica desenraizado, há rompimento das redes, com lacunas de memória e um foco no tempo presente apenas.

De acordo com Kaës (1991), quando a realidade social irrompe na situação psicanalítica, as referências teóricas e clínicas não são tão seguras. Nas últimas duas décadas, no entanto, as investigações desenvolvidas, sobre o efeito de diversas formas de violência, tais como: as marcas dos genocídios e dos campos de concentração nos sobreviventes e os transtornos causados ao psiquismo pela *Shoah*¹ e pela repressão e tortura política, têm sido pensadas com a psicanálise e na psicanálise.

¹ Significa holocausto em hebraico.

Benghozi (2001) fez um estudo importante sobre o efeito dos acontecimentos transubjetivos com dimensão de “catástrofes humanitárias”. Investigou especialmente o efeito da *Shoah*, sobre as famílias e seus descendentes, e propôs a reconstrução dos continentes genealógico, familiar e comunitário, como possibilidade de elaborar o trauma e viver a transformação. Segundo este autor, será usando a “lógica da vergonha” que cada família decidirá o que vai ser ou não revelado, o que restará indizível na transmissão do legado familiar. As catástrofes humanitárias podem ter sido vividas por gerações anteriores e “transmitidas em herança” para a geração atual. Também podem estar acontecendo no tempo presente e, por vezes, com uma “dimensão politraumática” através de impressões psíquicas, somáticas, sociais e culturais.

Hoje sabemos que há efeitos sociais que não podem ser metabolizados nem simbolizados pelo psiquismo. Estes efeitos só poderão vir a ter um sentido quando o psicanalista reconhecer a sua natureza e sua origem para além do espaço intrasubjetivo.

Sempre que o transubjetivo inscreve rupturas ou quebras no lugar social, propicia conflitos de identidade. Estes conflitos são atravessados pela força da identidade herdada, pela identidade familiar e pela identidade adquirida, construída durante toda a trajetória de vida (Gaulejac, 1982). Para além das quebras sociais, toda cultura baseia-se em determinadas proibições, interiorizadas pela maioria dos sujeitos. Constituem-se, assim, as regras simbólicas que refletem a ordem transubjetiva impressa na vida psíquica. Deste modo, vincula-se a cada grupo familiar um imaginário social, que permanece como pano de fundo, com o conjunto de significações pelas quais uma família se configura como tal e cria suas formas de relacionamento. O imaginário social é aqui considerado como um sistema de representações que regula os comportamentos sociais, dando legitimidade a uns e excluindo outros, tendo sempre presente que as representações são ordenadas segundo uma lógica interna (Guist-Desprairies, 2002). Ele é

construído no bojo de cada tempo histórico e tem uma ideologia própria que o expressa e que também revitaliza o real.

Toda vez que as diferenças históricas e sociológicas não são consideradas, a ideologia é percebida como uma verdade universal e atemporal, que é apenas uma utopia e nos mantém alienados do real. Segundo Enriquez (1972), o imaginário social é regido pelo princípio do prazer e tem uma dimensão criativa que garante a existência de sonhos e projetos. Por acreditar possível o impossível é que, para este autor, torna-se possível a invenção.

Guist-Desprairies (2002) afirma que a questão do imaginário como criação ou apenas reprodução está no cerne das preocupações sobre a articulação entre o individual e o social. É importante esclarecer que cada indivíduo ou grupo familiar, ao retomar por conta própria uma representação coletiva produzida pela sociedade, faz dela matéria-prima da formação de sua identidade, sendo esta identidade, concomitantemente, construtora do social. Com movimentos contraditórios de repetição e criação, o imaginário social vai-se manifestando, especialmente, nos conteúdos da transmissão psíquica transubjetiva ou cultural.

Funcionando como espelho, a cultura oferece um determinado leque de representações, organizando os temas universais da humanidade numa rede social. Ela também apresenta a concretude da realidade social objetiva que invade o habitat familiar. Considerar que a realidade objetiva é atravessada pela fantasia não nos libera do imperativo de valorizar a realidade objetiva em si mesma e a sua instabilidade.

Nessa construção constante do sujeito, do grupo familiar e do contexto social, acontece um mal-estar estruturante que foi denunciado por Freud (1930, p.95), quando apontou três fontes de sofrimento: uma de caráter mais intrasubjetivo, que é a decadência de nosso próprio corpo, condenado à morte física; outra mais intersubjetiva, que é o relacionamento com os outros; e a que mais significa para a transmissão transubjetiva, que é “o mundo externo

com a possibilidade de voltar-se contra nós com forças de destruição esmagadoras e impiedosas”.

Reconhecemos aqui uma desarticulação original ou fundante entre o sujeito e a cultura, movida pelo conflito sem maior solução entre as exigências pulsionais e as demandas - socioculturais. Algo permanece como resto não satisfeito. Este desencontro é fonte de angústia que, não sendo paralisante, pode funcionar como motor de transformação e criação. Assim, são ultrapassados os limites que o narcisismo e as repetições impõem.

O mal-estar estruturante é também albergado pelo grupo familiar, ao ser regido pela lei da interdição do incesto, lei que distancia os corpos em função do que a transmissão transubjetiva exige. Este mal-estar, assim como a instância do ideal e a função do supereu, é transmitido através das gerações e se constitui em eixo privilegiado da cadeia histórica. O supereu da criança se forma basicamente conforme o supereu dos pais, fica preenchido do mesmo conteúdo e “torna-se veículo da tradição e de todos os duradouros julgamentos de valores que dessa forma se transmitiram de geração em geração” (Freud, 1933 / 1932, p.87).

Como já visto no capítulo anterior, no processo de transmissão psíquica, há uma exigência de ocupar um lugar oferecido antecipadamente, lugar que será ocupado ou não. Este lugar virtual vai sendo visualizado, à medida que o sujeito, o casal ou a família se depara com a demanda inconsciente de construir os vínculos intrafamiliares, em concordância com o mito fundador da família a que cada um pertence e com o discurso social. Isto é conflitivo e paradoxal, pois “o contexto social dos filhos não é o mesmo dos pais, já que eles tomam os valores atuais e os pais os valores herdados” (Puget, 2001)².

Há, então, uma ordem genealógica que, desde as origens, estabelece o lugar de cada um no grupo familiar e na sociedade. Carreteiro (2001) lembra que o reconhecimento da ordem

² Comunicação pessoal. Tradução da autora.

genealógica possibilita não apenas uma *inscrição genealógica* – cada um é elo de uma corrente de transmissão que garante a continuação da linhagem – como também uma *inscrição cidadã*, pela qual cada sujeito é instituído com seus direitos e deveres, pertencendo a uma sociedade que sofre a sua intervenção.

Considerando como *cidadão* o indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado ou no desempenho de seus deveres para com este, a noção de cidadania aparece de forma implícita na teoria e na clínica psicanalítica. Frequentemente, porém, as bases sociopolíticas da teorização sobre o sujeito em construção e sobre o contexto transubjetivo ficam esquecidas.

No Brasil, segundo Carreteiro (1993), cidadania refere-se aos direitos sociais que ficam atrelados (erradamente) ao trabalhador apenas. Este é um posicionamento fragmentado, já que as condições de trabalho, saúde, educação, habitação e inclusão social são significativas na construção da subjetividade e dos vínculos de todos e não só de quem trabalha.

Será através dos vínculos grupais e institucionais que cada um irá elaborando a sua forma de pertença - sociocultural. Tanto os grupos como as instituições têm um lugar especial como espaços de intermediação entre o sujeito e o contexto transubjetivo a que pertencem, já que operam como articuladores inconscientes entre a subjetividade e a cultura (Rojas, 1998).

Mesmo assim, é impossível para estes espaços de intermediação oferecer a possibilidade de significar todo o impacto que advém das determinações sociais. Há sempre um resto que excede à representação e que traz o novo, muitas vezes inscrevendo traumas. Ao aprofundar o estudo da transmissão psíquica, repensada a partir da atenção aos acontecimentos, torna-se indispensável redimensionar o que será entendido como trauma.

Como já foi visto no capítulo 3, Freud investigou o “trauma elementar” de valor estrutural e de conteúdo sexual infantil. Já o “trauma doloroso” (Rudge, 2003), imposto a Freud pelos casos de neurose traumática pós-guerra, permaneceu sem ser melhor

desenvolvido até a contribuição de Ferenczi. É este tipo de trauma, que se apresenta cada vez mais na clínica atual, trauma que, por vezes, revela feridas sociais, nem sempre de fácil cicatrização.

“A psicopatologia traumática teve o poder de instalar uma controvérsia no campo da psicanálise. Grande parte dos analistas enfatiza a infância e a relação com a mãe como o terreno onde se instala uma vulnerabilidade, considerando o trauma atual apenas como uma reativação do trauma infantil. Outra corrente considera que eventos catastróficos podem dar origem a psicopatologias, independente de pré- disposições oriundas da infância”.

(Rudge, 2003, p.12)

Em sintonia com a segunda corrente, penso que é preciso ir além do trauma, como proposto pela teoria freudiana, e considerar que experiências-limite e situações críticas se apresentam durante toda a vida. Neste sentido, Ferenczi pode ser considerado um precursor, já que a partir das questões levantadas pela teoria pulsional de Freud, amplia as fronteiras com a sua contribuição.

Segundo Ferenczi (1932), há trauma quando o sofrimento aumenta e ultrapassa a força de compreensão do ser. Ante o trauma não existe o tempo, ou seja, passado, presente e futuro estão juntos concomitantemente. O tempo fica congelado e se sai do tempo da história, vivendo uma dor muito grande, que fica sem representação. Knobloch (1996), no seu artigo “Ferenczi e a clínica do trauma”, alerta que, para este autor, “a dor presente, exatamente por ser presente, dói mais do que a suscitada pela lembrança da dor do passado” (p.61).

Muitas vezes, o trauma doloroso vivido por um, passa a ter para outros, que com o indivíduo atingido convivem, o valor de lembrança traumática insuportável, de ferida social não cicatrizável.

Sabemos que as situações traumáticas referem-se ao desamparo que advém de vivências de separação ou perdas de amor, de pessoas amadas, de parte de si e do que contribui para a auto-estima. Há traumas individuais e também coletivos em que as perdas afetam um grande número de pessoas. Neste sentido, na sociedade brasileira atual, podemos citar a fome, o desemprego e a violência.

Funcionando como “catástrofes sociais”³, atingem a integridade física e emocional. Ante a falta de recursos para lidar com estes acontecimentos, que causam intenso sofrimento, o desamparo subjetivo e concreto instala-se e passa a nortear a vida dos envolvidos que se apresentam submetidos, muitas vezes, a um devenir traumático.

5.2.

O grupo familiar e a porosidade da membrana

Nenhuma sociedade aceita que não se cumpram suas prescrições, e o grupo familiar, como instituição social, repete esta regra.

O contexto social (como já foi visto no capítulo 2) é regido por leis próprias, tanto conscientes como inconscientes. Entre as prescrições conscientes, a sociedade é canalizada pelas interdições de não matar e não roubar, muitas vezes violadas. Entre as prescrições inconscientes, grande parte da sociedade brasileira transmite, em maior ou menor grau, tanto o preconceito racial como o social. Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que promove um funcionamento multipolar com intensa mobilidade social, ela ainda não assimila com tranquilidade os casamentos inter-raciais ou entre membros de camadas sociais muito diferentes. Propicia novas formas de família, mas ainda promove a família nuclear como sendo a ideal. Incorporou a mulher no mercado de trabalho, mas cobra que o homem seja o provedor.

Freqüentemente, os pais delegam inconscientemente aos filhos a missão de realizar uma transgressão que eles não puderam efetuar, por permanecerem sob a égide do próprio pai repressor. Mas, além do eixo da cadeia histórica, o grupo familiar e o seu legado ficam constantemente expostos a ocorrências intrafamiliares e/ou sociais do tempo presente. Estes fatos inscrevem temas que tocam a organização familiar como um todo e as redes vinculares,

³ Kaës (1991b) denomina de catástrofes sociais o aniquilamento ou perversão dos sistemas imaginários e simbólicos já dispostos nas instituições sociais.

estabelecidas entre as diferentes gerações. Muitas vezes inscrevem-se na categoria de acontecimento na qual tudo está disposto para que se encontre um sentido.

Referendando as inscrições⁴ da cadeia histórica e da rede social atual, Carreteiro (2001, p.121) afirma que, entre a história objetiva e a narrativa subjetiva, há sempre uma distância e acrescenta que:

“A história relatada nos romances familiares⁵ é atravessada por fatos históricos, lembranças, omissões, adições, fantasmas e realidade. Podemos ainda ampliar este quadro e afirmar que o romance familiar se inscreve em um universo que circunscreve aspectos sociais, econômicos, familiares, genealógicos e a história pessoal do sujeito que o transmite.”

(Carreteiro, 2001, p.121)

A via transubjetiva da transmissão psíquica chama ao acolhimento de processos, tais como as ideologias, os sistemas de valores, as crenças religiosas e estéticas, que dão suporte a um momento histórico determinado. Muitas vezes, o contexto histórico-social faz aparecer, como desejo próprio, aquilo que é condição da cultura e que propicia sua perpetuação (Gomel, 1997).

Cada grupo familiar tem maior ou menor ressonância às determinações sociais do que será permitido ou proibido. Emergindo do transcultural, a família não tem um fundamento natural. Ela fica presidida por uma lei que funciona como a linguagem, impondo suas formas e mantendo uma rede inconsciente.

Uma família, em qualquer uma das possíveis configurações, tem seus alicerces num “contrato narcisista” (Aulagnier, 1975), firmado com o contexto transubjetivo em que se insere, além do contrato, já estabelecido, com suas famílias de origem. Por estes contratos, as inscrições da cultura chegam ao grupo familiar pelas vias da transmissão psíquica, exercidas de duas formas: por um lado, a transmissão cultural, sustentada pelo discurso que vem do contexto transubjetivo, e por outro lado, a transmissão familiar que

⁴ Inscrição neste capítulo faz alusão a tudo que, em geral, marca a vida familiar.

⁵ Romance familiar aqui se refere à história familiar transmitida de uma geração à outra.

se passa de pais a filhos pela articulação intrafamiliar. O percurso de construção subjetiva tem apoio nas identificações e “nas oportunidades disponíveis nos seus horizontes familiares e sociais” (Carreteiro, 1999, p.80).

Por muitos anos não se valorizou suficientemente o envelope psíquico familiar além de sua função de fronteira e proteção. Cada grupo familiar, assim como cada sujeito, tem necessidade de uma membrana protetora que funciona como fronteira ou barreira entre eles e o entorno. Por um lado, o fechamento é indispensável à vida. Carreteiro (1993) lembra, evocando o dizer de Anzieu (1990), que é preciso relativizar a noção de fechamento, já que sujeitos e famílias diferentes estabelecem diálogos, trocas e intercâmbio: “o ego oscila entre fechamento sobre si e (...) flashes de abertura ao mundo (...) a autonomia requer uma alternância de fechamento protetor sobre si e a estimulante abertura ao exterior” (Anzieu, 1990, p.22).

Uma das características do mundo atual é a *porosidade* das membranas e o grupo familiar vem cada vez mais adquirindo essa conotação. Nesta perspectiva, qual é a ressonância psíquica dos acontecimentos externos no legado familiar construído, transmitido e transformado de geração em geração?

Pesquisas recentes da biologia indicam que a membrana neuronal é ativa do ponto de vista químico. Ela importa do exterior o que seja necessário e filtra as trocas entre o de dentro e o de fora, fazendo a triagem do que deve ser admitido e o que deve ser rejeitado. Tendo com paradigma a membrana do neurônio, pensa-se o grupo familiar também como uma célula de membrana porosa com filamentos, antenas ou canais que partem de um “mosaico fluido” (Anzieu, 1990, p.45).

Como mosaico fluido, o grupo familiar tem várias possibilidades de estar em rede vincular com o espaço social. Há filamentos que são como antenas na escuta do mundo externo e há canais que atravessam a membrana familiar levando informações ao seu interior. Nesta troca entre o intrafamiliar e o extrafamiliar, são os filhos, privilegiadamente, os estiletos que perfuram a membrana,

exercendo uma transformação dos conteúdos familiares a partir do que captam no contexto social. Por outro lado, o espaço transubjetivo não só delimita como também invade o espaço familiar, tendo, como um dos canais, a influência dos meios de comunicação.

À medida que a família se posiciona porosa para o social, vem sofrendo profundas transformações pela incidência das demandas externas. As transformações podem propiciar um renascimento ou um impedimento da vida psíquica e dos vínculos familiares. Vejamos um caso clínico que expressa o renascimento da vida psíquica e dos vínculos.

Após 18 anos de casados e tendo dois filhos, hoje adolescentes, Pedro e Isabela se percebem num tempo de pouco diálogo e, como dizem, “com falta de assunto”. No passado, a escolha amorosa e o início do casamento aconteceram num contexto social e histórico de intensa participação estudantil e política. Pedro e Isabel foram jovens que, identificados com a ideologia vigente, atuaram diretamente em projetos de construção da cidadania, junto a setores da população que permaneciam sem voz. Posteriormente, criar e educar os filhos foi passando a ser a prioridade do casal parental que, pouco a pouco, se viu menos receptivo às solicitações advindas do social e permaneceu centrado nas demandas intrafamiliares. Hoje os filhos cresceram e, naturalmente, as suas vozes não preenchem mais o dia-a-dia familiar. Como um casal “sem voz”, Pedro e Isabela procuram um atendimento psicanalítico da rede conjugal e iniciam a escuta do que permanece não dito, do silêncio que se repete e instala o mal-estar além do tolerável. Chegam com seus ideais sociais adormecidos e centrados num hiperinvestimento do mundo privado, inseridos num tempo histórico de profundas mudanças em que, cada vez mais, a população civil é convidada a ser co-autora de projetos voltados para a inserção e capacitação dos excluídos (os não consumidores na sociedade de consumo). Eles iniciam a escuta do desejo adormecido, desejo de serem protagonistas num processo de transformação familiar e

social. O casal toma posse de seus ideais de juventude e, marcado pelo tempo social e histórico atual, inicia a sua participação numa ONG - organização não governamental. Ao retomar, por conta própria e de forma singular, a representação coletiva produzida pela sociedade (o lugar e a função do terceiro setor no desenvolvimento da inscrição cidadã), Pedro e Isabela encontram nos projetos de cunho social matéria-prima para a reabertura do diálogo conjugal e para a contínua construção de sua identidade como casal. Um acontecimento transubjetivo propicia, então, o renascimento das vozes silenciadas no seio da vida familiar e social.

Neste e em outros casos clínicos, a vida familiar fica transformada no seu equilíbrio e, ao mesmo tempo, alimentada na sua criação pela porosidade da membrana familiar, que propicia e regula o sistema de trocas com o contexto transubjetivo e filtra a chegada dos acontecimentos externos.

5.3. Sobre os acontecimentos

Durante quase um século, a psicanálise deixou, no lugar de resto, a questão do acontecimento externo, mas, nos últimos anos, os psicanalistas sensíveis às redes vinculares estão acolhendo, na escuta, as informações que, partindo de conteúdos coletivos, fazem inscrição singular, mais ou menos intensa, na subjetividade e nos vínculos.

A psicanálise passa, então, a fazer um permanente interjogo entre o que se mantém como universal e o que se constitui em função dos acontecimentos sociais e históricos.

Considero que, teoricamente, os acontecimentos podem ser classificados em três categorias: acontecimentos intrasubjetivos, acontecimentos intersubjetivos e acontecimentos transubjetivos. Na clínica, estes acontecimentos pontuam as narrativas familiares e integram as suas cronologias.

Escutar os acontecimentos intrasubjetivos foi o campo privilegiado pela psicanálise, que, nas últimas décadas, passou a escutar também os acontecimentos intersubjetivos. Somente há pouco mais de duas décadas, contamos com alguns estudos sobre a ressonância psíquica dos acontecimentos transubjetivos na construção e transmissão do legado familiar.

O *acontecimento intrasubjetivo* foi pensado por Freud quando apresentou o processo associativo. Ele se configura no espaço intrapsíquico, como algo que não estava previsto, e irrompe fazendo questão quanto à forma como surge. Os atos falhos, os sonhos, algum afeto, pensamento ou imagem que chega repentinamente e toma de assalto o sujeito, um luto não elaborado, um segredo familiar se constituem em acontecimentos intrasubjetivos. Pelo processo de associação livre e na transferência, tudo está disposto para que este acontecimento encontre o seu sentido, fazendo com que o dispositivo analítico seja o receptáculo propício para a criação do sintoma (Kaës, 2002)⁶.

O *acontecimento intersubjetivo* se constitui na articulação entre o social e o que o sujeito porta como manifestação nos vínculos do âmbito íntimo e privado. Ele impõe a presença da realidade social que cria um forte impacto na vida do sujeito, do casal e ou do grupo familiar e propicia transformações subjetivas e vinculares imprevisíveis, demarcadas pelas fronteiras culturais. São acontecimentos intersubjetivos: a escolha amorosa, que contribui para a discriminação de cada parceiro nos vínculos com sua família de origem; o nascimento de um filho, que altera os lugares e as funções do grupo familiar, com lugar especial ao nascimento do primeiro filho que transforma o casal em família; migrações; acidentes; e outros.

Já o *acontecimento transubjetivo* traz indagações coletivas que, fora de toda ordem de valor, fazem pensar as impressões que, a partir do social global, com maior ou menor intensidade, ressoam na

⁶ Comunicação pessoal.

subjetividade e nos vínculos. Podem ser considerados acontecimentos transubjetivos no contexto social atual do Rio de Janeiro, a violência urbana e o desemprego, entre outros. É importante ter clareza de que estes acontecimentos ressoam na subjetividade familiar, mas nunca a regulam completamente.

Sair do “imaginário enganoso” e caminhar para o “imaginário motor” (Enriquez, 2001) faz de cada um, individualmente, e de cada grupo familiar um construtor de história pessoal, familiar e social, com a possibilidade de realizar transformações. Quando é o imaginário enganoso que predomina, criam-se situações que não transformam a realidade psíquica, vincular e social. Tende-se, então, para a repetição pelo sentimento de incapacidade de enfrentar a realidade adversa em que se vive. Já com o predomínio do imaginário motor, faz-se um uso da imaginação que tem repercussão transformadora da realidade, indo além do tempo presente e criando projetos para o futuro.

Como construtor de história, assume-se o protagonismo, pelo qual não se é mais passivo de identificações coletivas rígidas nem repetidor alienado de funcionamentos psíquicos e sociais impostos. O protagonista da história psíquica, que é legada e construída por cada geração, aceita as determinações sociais, mas introduz mudanças significativas. Deixa de ser um transmissor cego dos ideais sociais e familiares, não abrindo mão de sua capacidade de criar e sustentar a subjetividade, os vínculos e os ideais. “O sujeito – nó de uma rede aberta e por vir – tem a capacidade de ir construindo-se/ reconstruindo-se, modificando sua organização e dando lugar a qualidades novas, originadas pelas mudanças do meio e dos outros” (Rojas, 2002, p.2)⁷.

Ser protagonista de sua história familiar e social é se reconhecer sujeito, tendo, como causa, evoluir em sua linhagem, na tradição herdada, que é enriquecida e transformada. Isto nos convoca a que “aceitemos o augúrio e trabalhemos cotidianamente

⁷ Tradução da autora.

para fazer da vida imediata mais um lugar de surpresas do que um lugar de repetição morna” (Enriquez, 2001, p.43) e, ainda mais, convoca a expressar a dignidade humana confiando nas escolhas que são feitas para se ter uma boa vida, sempre ancorada na ética.

As experiências de vida familiar, institucional, comunitária e social podem então se inscrever ou não como acontecimentos, em qualquer uma de suas três categorias. Quando há inscrição, estes passam a integrar a linha do tempo familiar e aparecem, na clínica, como “acontecimentos biográficos” (Legrand, 1993) na construção do legado familiar e da subjetividade. Muitas vezes, os acontecimentos biográficos demandam um trabalho inicial de reconhecimento e aceitação para, posteriormente, serem transformados em *acontecimentos ressubjetivantes*, portadores de novas significações.

Cada um dos acontecimentos que integram a linha do tempo familiar, reflexo da história de vida, provocam uma crise ou uma catástrofe psíquica.

Entre os significados da palavra crise, alguns refletem com exatidão o que os relatos familiar e conjugal expressam no atendimento clínico: “Estado de dúvidas e incertezas (...) fase difícil, grave, na evolução das coisas, dos fatos, das idéias (...) momento perigoso ou decisivo (...) lance embaraçoso (...) tensão, conflito” (Ferreira, 2001, p.500).

Surgem, então, conflitos oriundos da incerteza e da insegurança que, muitas vezes, criam uma alteração no equilíbrio psíquico do casal ou do grupo familiar. A alteração repetitiva do equilíbrio conhecido, acontece com “vínculos que se mantêm e nos quais a continência ainda é possível já que a crise tensiona mas não rasga a rede vincular” (Benghozi, 2003)⁸.

Cada família tem um jeito próprio de estar no mundo, um modo de ser, moldado e também transformado pelos aportes das diversas gerações, pela expressão do desejo de cada um de seus

⁸ Comunicação pessoal.

membros e pela transmissão psíquica de valores e ideologias do contexto histórico, social, político e econômico em que se constitui.

Esse jeito próprio de estar no mundo fica também metamorfoseado pelas crises que irrompem no tempo presente, mas que se articulam com construções alicerçadas no tempo passado.

Intenso sofrimento e acelerada transformação podem constituir a dupla face da crise e cada crise pode trazer uma estagnação ou uma transformação vincular. A estagnação tende a se presentificar quando a crise possibilita um congelamento do conteúdo desorganizador, com uma surdez psíquica para os desdobramentos que este provoca.

Já a metamorfose vincular apresenta-se quando a crise é ponto de partida para uma nova etapa, que permite ressignificar os sinais que, na história familiar ou conjugal, prenunciavam uma futura fissura ou ruptura nos vínculos.

Com relação às catástrofes psíquicas, encontramos inspiração na conceituação de Bion (1965), contribuição recentemente retomada por Benghozi, ao pensar a agressividade e a violência nos grupos. De acordo com Bion, a catástrofe acontece quando se dá uma mudança violenta que imprime uma subversão no sistema estabelecido entre continente e conteúdo. Há uma alteração desmedida, já que a violência do conteúdo esfacela ou rasga o continente das redes vinculares e os efeitos da catástrofe transbordam e se propagam explosivamente. Vive-se um clima emocional de desastre, que se expressa através da compulsão à repetição como veículo da pulsão de morte. Mais exatamente, define-se como catástrofe o processo que inscreve no psiquismo um ataque ao vínculo com um cenário de vínculos partidos. Ante o rompimento dos vínculos, a possibilidade de interfantasmática fica atingida, não há representação, e sim apresentação de material psíquico, incorporado no aparelho grupal familiar e que permanece estagnado sem ser recalçado.

O acontecimento poderá ser elaborado como crise ou como catástrofe, sempre dependendo do modo como será experimentado

pelo sujeito, pelo grupo familiar e pelo contexto social mais amplo. Ele será uma crise quando ainda pode ser gerenciado e será catástrofe quando não pode ser gerenciado. “Sempre que surge uma crise – por algo que nos acontece ou por algo que nós mesmos causamos – somos presenteados com uma oportunidade preciosa, cuja janela se mantém aberta apenas por pouco tempo” (Freeman, 2003, p.195) e ante a crise há duas possibilidades: destruir ou reconstruir transformando.

Passo ao fragmento de um caso. Marina, mais uma vez, coloca-se como vítima de abandono, quando evoca que, durante duas semanas, na sua infância, a mãe a deixou com os tios para ir preparar, em outro estado, a nova casa em que iriam morar. Seu companheiro Luiz não consegue entender este sentimento que atualiza um trauma de Marina e contrapõe sua experiência dizendo: “A minha mãe me colocou num colégio interno quando era criança e sempre tive o sentimento de que quis me cuidar melhor e não que me abandonou”. A separação da mãe teve destinos diferentes em um e em outro. Para Marina houve um devenir traumático que inscreveu uma catástrofe psíquica, até hoje não resolvida. Para Luiz, deu-se um devenir criativo da crise que viveu na interrupção da convivência materna.

No cotidiano de sua constante construção, a subjetividade e a criação dos vínculos familiares se deparam com diferentes possibilidades, no encaminhamento dos acontecimentos. Eles podem ter um devenir traumático ou um devenir criativo, como foi visto no fragmento clínico acima.

O *devenir traumático* apresenta-se pela fixação numa repetição compulsiva que restringe a possibilidade de representação e, muitas vezes, se dá como retorno no próprio corpo ou por atuações. Ele se refere às impressões que podem bloquear ou romper as redes vinculares. Ele pode se dar pela falta de recursos intrapsíquicos, para elaborar o acontecimento, ou pela falta de *redes vinculares de pertença* familiares e/ou sociais, que propiciam um suporte objetivo.

O *devenir criativo* refere-se a impressões que podem transformar ou criar novas redes vinculares. Elaborar o trauma é uma das possibilidades deste *devenir*, já que pela elaboração é que se adquire o novo, com suas significações, e chega-se a um saber, ainda em construção. Em outros possíveis destinos do *devenir criativo*, somos convidados a escutar os efeitos da resiliência, da transferência no processo analítico e das redes vinculares de pertença. Segundo Cyrulnik (2000) resiliência é um conceito da física que expressa resistência ao choque. Psicanaliticamente, é entendido como a capacidade de resistir ao trauma ou ao processo traumático, adquirindo um posicionamento criativo.

Para Frankel (1986), resistem os que encontram sentido para a dor. É a pulsão de vida mais atuante que faz a diferença, pulsão que, acredito, se constrói, também, na acolhida intersubjetiva como expressão de cuidado.

Mesmo quando as informações chegadas do espaço transubjetivo não se constituem como acontecimento capaz de modificar a organização subjetiva individual e/ou familiar, elas podem formar o que nomeio como *fundo fantasmagórico globalizado* (F.F.G.). Este fundo produz alterações no cotidiano e nas mensagens que inconscientemente são transmitidas e é portador de um medo, por vezes, inominável, que permeia o eixo histórico da transmissão e se fortalece no eixo atual desta. O *fundo fantasmagórico globalizado* impõe feridas sociais que, de forma mais ou menos silenciosa, se apresentam nas gerações atuais e, acredito, também nos seus sucessores. Ante este fundo, há uma colocação singular, própria de cada sujeito e de cada grupo familiar, que atualiza a sua pré-história e sua história geracional.

5.4.

A sociedade contemporânea e a transmissão psíquica

O mundo contemporâneo, ante a força da globalização das informações, nos confronta com a possibilidade de impressões, mais ou menos violentas, que criam novos desafios à família como espaço intermediário. Escutamos na clínica, famílias que convivem com um *fundo fantasmagórico globalizado*, carregado de múltiplas incertezas: o poder hegemônico da economia, a fome, o desemprego, o crescimento da criminalidade, a violência e a sensação de desamparo.

Segundo Bauman (1998), cada ordem social tem suas próprias desordens. A nova ordem não consiste em colocar em ordem o que existe de modelos dados e anteriores. A verdadeira ordem deve incluir as anomalias e as novas formas, já que o mundo linear, transparente e perfeito não existe, é uma utopia.

As redes vinculares no novo milênio estão ancoradas em concepções e valores morais muito diferentes dos que nortearam a primeira metade deste século. É bom lembrar que, quando julgamos o posicionamento das gerações anteriores, estamos sempre à luz dos valores de hoje. Nesta nossa época, percebemos que, de uma forma mais acentuada, as normas sociais que eram muito importantes para os avós vêm sendo menos importantes para os pais e, praticamente, não são importantes para os filhos.

O contexto social define uma narrativa para cada época. Na passagem da modernidade para a chamada pós-modernidade, ocorrem profundas transformações. Na era moderna, a sociedade ocidental era produtora, ordenava poupar e criava emprego. Hoje ela apresenta-se como consumidora, desregulamenta o controle, ordena consumir e modifica as relações com o trabalho, trazendo grande desemprego. Em lugar dos ideais que tanto moveram as gerações anteriores, hoje temos o império da imagem, em que a sedução de um objeto pode ultrapassar o sentimento de

solidariedade e permite a competição a qualquer preço. Tudo isto interfere nas redes vinculares, principalmente, na família e no casal.

Em Tozatto (1999), já dizíamos que vivemos uma nova ordem e que esta nos apresenta a necessidade de um raciocínio veloz e competente, com a exigência de coordenar, quase que instantaneamente, elementos opostos.

Este mundo e o contexto social impõem, ao sujeito e ao grupo familiar, uma forma de funcionamento “multipolar” (Gaulejac & Taboada Léonetti, 1994). No funcionamento multipolar, há um abandono da rígida hierarquia das classes sociais e uma valorização de uma ordenação, em constante movimento, que exige de cada um e de sua família adaptação rápida, para ocupar diversas posições nas mais diferentes redes sociais, e também ascender ou descender de lugar social ao longo da vida.

A sociedade contemporânea vem, cada vez mais, nos defrontando com um estilo de vida, que tem como características a velocidade, a voracidade e o consumismo, muitas vezes não cuidando das necessidades físicas, emocionais e espirituais. Ao mesmo tempo, considera-se que o conceito de saúde vigente exige escutar o mal-estar emocional, físico, mental e espiritual. Pensar este mal-estar de forma complexa faz com que, como psicanalistas, nos debrucemos sobre o sofrimento psíquico, tendo em mente as suas outras facetas, muitas vezes não reveladas, mas sempre presentes. Que carências sociais, físicas, mentais e/ou espirituais somam-se ao mal-estar emocional?

Há na sociedade atual uma exigência de flexibilidade enorme, na qual o equilíbrio humano fica à mercê de abalos sociais, familiares e pessoais. O *ethos* cultural da contemporaneidade dita um modelo que tem como expressão um tempo presente, fazendo economia do passado. Isto deixa o sujeito sem lastro para imaginar e construir o futuro, pois, sendo desenraizado e sentindo-se desfiliado, é impossível ir em frente.

As redes vinculares familiares e sociais expressam novas formas de sentir, pensar, representar e agir sobre o mundo. No cotidiano da vida compartilhada, deparamo-nos com a ruptura do que já foi, sabemos o que não é e não temos clareza do que é. Muitos vivem um desencantamento da existência a partir de uma cultura ainda sem legados a cumprir e sem sonhos a protagonizar. Surge, então, o vazio como espaço a ser ocupado por novas patologias: bulimia, anorexia, violência familiar, violência social, toxicomania, novas formas de desamparo que têm, em comum, a queda do mundo representacional simbólico, no qual o fazer e o não fazer têm o mesmo sentido.

Entre as grandes mudanças que se dão nos vínculos, observa-se a perda da visão coletiva e o fortalecimento do individualismo com ênfase nas sensações. Tanto na cultura moderna como na contemporânea, ante a carência de amor social, a solidão de quem perde, seja por morte, seja por “fracassar”, torna-se insuportável para muitos. Neste contexto, o desemprego como acontecimento transubjetivo tem, cada vez mais, uma ressonância psíquica de fracasso em diversas famílias.

5.5. Acontecimentos transubjetivos: desemprego e violência urbana

A transmissão cultural ou transubjetiva inscreve temas que tocam a todas as gerações. Na sociedade atual, alguns destes temas são o desemprego⁹ e a violência urbana, que atingem muitos grupos familiares e atacam a pertença. Tanto o desemprego como a violência urbana são da ordem da realidade social e configuram-se como manifestações sintomáticas do funcionamento das redes vinculares de pertença. “Ambas são expressão de crise ou catástrofe

⁹ Estudos desenvolvidos na Argentina vêm considerando as marcas psíquicas do desemprego semelhantes às deixadas pela repressão política.

do vínculo social como forma do vínculo afilhativo” (Benghozi, 2003)¹⁰.

Sobre o desemprego diz a composição:

“O homem se humilha
se castram seu sonho
seu sonho é sua vida
e vida é trabalho
e sem o seu trabalho
o homem não tem honra
e sem a sua honra
se morre
se mata
não dá pra ser feliz
não dá pra ser feliz.”
(Gonzaguinha, 1983)

Sem dúvida, a questão do desemprego tem-se apresentado como detonadora de mal-estar em muitas famílias invadidas por um desamparo originado nas pressões que a conjuntura econômica da cultura atual impõe.

Veamos um fragmento clínico.

Ricardo e Ângela estão casados há vinte anos e têm três filhos. Quando o casal chega para a sessão, o olhar profundamente triste de Ricardo chama minha atenção. Ele sempre foi o provedor da família, tendo um ótimo emprego numa grande firma. No último ano, seu trabalho vem diminuindo, escutando do empregador constantes ameaças de desemprego. Soma-se a isto outros fatos: há poucos meses teve que demitir colegas de trabalho e um deles se suicidou.

Segundo Aguiar (2001), o aumento do desemprego se constitui num processo econômico, social e histórico que produz efeitos na subjetividade e nos vínculos, já que modela e remodela as pessoas e as relações que se estabelecem.

Com o desemprego, a sociedade impõe ao adulto uma quebra no contrato narcisista (Auglanier, 1975), pois a pertença fica abalada pela não inserção no processo produtivo. A quebra no pertencer provoca mal-estar, não só psíquico como também

¹⁰ Comunicação pessoal.

somático e social, e, nas situações de desemprego crônico, temos muitas vezes uma deterioração subjetiva e vincular. Esta deterioração manifesta-se como a predisposição para o isolamento, a depressão e a desvalorização do desempregado e, por extensão, do seu grupo familiar. Freud (1930) já enunciava que o trauma de origem social produz não só torpor inicial e paulatino embotamento, como também anestesia os afetos e a sensibilidade, provocando o abandono de toda expectativa e o distanciamento dos outros.

O desemprego é pensado como *ferida social* porque impõe, também aos que têm trabalho, um *fundo fantasmagórico globalizado* de ameaça constante, ante a possibilidade de passar a perdê-lo, afetando os que trabalham e os que estão excluídos do trabalho. A real ameaça de ficar sem emprego, freqüentemente, gera tensões semelhantes a de perder o emprego efetivamente.

Por medo de perder o emprego são desenvolvidos processos de “alienação silenciosa” (Dejours, 1987) que impõem um não pensar sobre essa ameaça coletiva. À medida que a dimensão social do desemprego, como acontecimento transubjetivo, não é considerada, aumenta no grupo familiar o sentimento de desamparo e de menos valia.

O trabalho é assimilado como vida, como expressão de Eros e, conseqüentemente, a sua falta traz o fantasma de morte, remetendo a uma angústia de morte psíquica e social.

“O reconhecimento do cidadão brasileiro passa, primordialmente, pelo trabalho que realiza na sociedade” (Carretero, 1993, p.75) e é o trabalho que lhe confere dignidade. Ter um trabalho é uma das formas de se inscrever numa linha de filiação como herdeiro de uma cultura e de uma história transmitidas às novas gerações.

Segundo Barel (1982), o trabalho é um grande organizador social e podemos pensar que, estando ameaçado coletivamente como categoria, cria desorganizações familiares e subjetivas. O sujeito passa a ser identificado, então, pelo que lhe falta, pelo negativo.

Apesar de ser um fenômeno social mundial, o desemprego, muitas vezes, passa a ser vivido como crise individual, com ressonância nos vínculos familiares e, em especial, no vínculo conjugal. Mas cada família terá diferentes formas de lidar com o corte radical que o desemprego acarreta.

Após o choque inicial, no cotidiano familiar, a presença do desemprego, como impressão ou marca transubjetiva, pode ser significada como ferida ou como canal de transformação subjetiva e vincular.

A escuta dos vínculos familiares permite afirmar que o espaço transubjetivo, assim como o que ele apresenta, é significado como detonador de conflito ou de criatividade, gerando, respectivamente, angústia paralisante ou transformadora. Existe uma responsabilidade subjetiva, no modo como cada família, casal ou sujeito se posiciona, diante das catástrofes, com as feridas sociais, que o macrocontexto impõe pela trama dos ideais de cada época (Gomel, 1997). Na passagem do espaço transubjetivo, como representante da esfera macrossocial, para o espaço intersubjetivo, como representante da esfera microssocial, o desempregado é, muitas vezes, culpabilizado.

Nada mais contemporâneo e característico da sociedade atual do que o dizer freudiano:

“O seu próximo é, para eles, não apenas um ajudante potencial ou um objeto sexual, mas também alguém que os tenta a satisfazer sobre ele a sua agressividade, a explorar sua capacidade de trabalho sem compensação, a utilizá-lo sem o seu consentimento, apoderar-se de suas posses, humilhá-lo, causar-lhe sofrimento, torturá-lo e matá-lo.”

(Freud, 1930, p.133)

Em muitos grupos familiares, tomados por um *devenir traumático*, nota-se que o desempregado fica também excluído, desvalorizado e sem voz ativa. Já em outros, que conseguem um *devenir criativo*, após um tempo de elaboração da perda, do luto pela falta de trabalho, inicia-se um movimento de vida, que permite a criação de novos lugares e novas funções no grupo familiar.

Capitaneado por Eros, inicia-se o investimento em novas formas de produção, que passam a ser valorizadas como força de trabalho, mesmo fora da estrutura de emprego.

Na escuta do desemprego como manifestação sintomática de crise ou catástrofe do espaço transubjetivo, o processo analítico permitirá sair de uma inscrição da culpa, com foco na realidade social, e passar a pensar a realidade psíquica que se apóia no social. Cada sujeito, assim como cada grupo familiar, poderá, na análise individual ou vincular, fazer a retomada das linhas do seu mundo interno que teriam sido abaladas pelo acontecimento transubjetivo.

Será importante discriminar o que é trabalho e o que é emprego, para poder valorizar outras formas de produção individual ou coletiva que não estejam, necessariamente, dentro do modelo vigente durante tantos anos e hoje transformado. *Estar* desempregado traz a conotação de temporário, já *ser* desempregado reflete uma ferida social em continuidade. De toda maneira, o grupo familiar com a experiência de desemprego passa a ter suas certezas e projetos, a longo prazo, abortados ou muito dificultados. Ao não ter como imaginar uma continuidade de produção, ganho financeiro e reconhecimento social, torna-se vital aceitar os valores de transitoriedade e tempo limitado, que marcam os projetos profissionais e os investimentos psíquicos do desejo de trabalho.

“A gente não quer só comida, a gente quer dinheiro, diversão e arte...”, diz o grupo musical Titãs. Houve um tempo, não tão remoto, em que ir além das necessidades concretas era o motor de investimento familiar. Hoje, poder garantir só a subsistência alimentar já mobiliza o funcionamento de muitas famílias na luta pela sobrevivência. Para crescer e para sentir é preciso, em primeiro lugar, se manter vivo.

Lidar com as faltas e limitações reais no atendimento a necessidades materiais tem provocado, no grupo familiar, feridas sociais, já que a possibilidade de realização concreta, durante o tempo de desemprego, fica muitas vezes anulada.

Ao elaborar a transitoriedade que caracteriza o mundo do trabalho, na contemporaneidade, a família pode passar a valorizar e desejar viver melhor cada projeto profissional e cada projeto da vida familiar.

A violência urbana, como outro acontecimento transubjetivo, vem-se apresentando repetidamente no mundo atual.

“Até bem pouco tempo atrás, achávamos que chacinas e crimes bárbaros eram coisa das classes baixas, das favelas... Nós, moradores da Zona Sul, seríamos vítimas no máximo de um assalto. Talvez a mão armada, mas um simples assalto. Ficaríamos sem o carro ou a carteira, mas com a vida...

Outra crença que se desfez. A violência está do nosso lado, nos acompanha em todos os momentos. Não mata apenas o jovem que tinha dívidas com traficantes ou quem se aventura em programas arriscados. Mata o executivo que voltava para casa pela Linha Amarela, a dona de casa que foi buscar a sua filha no colégio, a professora que pegou o ônibus à tarde, a criança que passava pela rua na hora em que a PM trocava tiros com bandidos...O medo nos faz ver fantasmas onde eles podem não existir...Vivo em permanente estado de sítio interior.”

(Moretz-sohn, 2002)¹¹

No dia-a-dia familiar, vive-se a invasão de mensagens, valores, ideais culturais, que marcam as subjetividades, principalmente, dos jovens que ainda estão em formação psíquica, intelectual e física.

Segundo o texto freudiano (1930), é a falta, dentro de um grau suportável, o que nos faz produzir. A tensão entre o sujeito e a cultura nos leva para a ação. No entanto, ante o freqüente funcionamento perverso da cultura contemporânea, muitas vezes a melancolia impera.

Tomados por esta realidade, um sentimento de impotência e de irresponsabilidade pode-nos levar a um descompromisso, acarretando uma certa “anorexia moral”, no dizer de Novaes (1996)¹². Cada um de nós torna-se responsável pela família e pela sociedade em que vive, já que são grupos interdependentes. Como diz Freire Costa (1998)¹³, é preciso abandonar a “estratégia de avestruz” para tentar reparar, enquanto é tempo, nossos aleijões

¹¹ Artigo “Medo de tudo”, Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 28 de junho de 2002.

¹² Comunicação pessoal.

¹³ Comunicação pessoal.

sociais. Esticando nosso pescoço de avestruz, torna-se fundamental pensar o local e o individual como complexo, como componente de uma trama global. A sociedade brasileira possui uma das mais injustas distribuições de renda, privilegiando poucos e deixando à margem muitos. Vive-se um conflito crescente entre a opulência e a carência, entre quem tem e quem não tem. Este abismo social contribui para o exercício de violência simbólica e concreta.

A violência que se expande em nossa cultura repercute na construção subjetiva e nos vínculos. Cada indivíduo permanece numa tendência ao isolamento, temeroso dos outros. O vínculo entre as pessoas, entre as famílias e entre os diferentes grupos vem ficando marcado pelo que, parafraseando Zuenir Ventura (1994), chamaria de “síndrome da cidade partida”.

No momento atual, quando a violência não apenas “invisível”, mas também a “palpável (Ruiz Correa, 2003)”¹⁴, nas suas diferentes manifestações, impregna o conjunto social da cidade do Rio de Janeiro, a potencialidade traumática paira no ar, procurando alojamento para o que se apresenta como excesso. Este excesso, acolhido como acontecimento transubjetivo, sobrecarrega a possibilidade auto-organizadora da subjetividade e dos vínculos.

Na “cidade partida”, vivemos a *democratização* da psicanálise, que se vem expandindo pelas camadas de baixa renda da população. Mas transpor a psicanálise e a escuta psicanalítica dos consultórios particulares para outros enquadres, cria a exigência de ter sempre presente a que diferentes contextos socioculturais pertencem aqueles que são escutados.

“A psicanálise, antes de ser uma profissão, é uma aventura, uma viagem, um empenho existencial, alguma coisa que transcende molduras e modelos burocráticos. O psicanalista é o contrário do burocrata ou do especialista. Ele escuta o desejo, debruçado sobre o coração selvagem da vida e, a partir desse pólo, se esgalha, ampliadamente em todas as direções”.

(Pellegrino, 1997, p.44)

¹⁴ Comunicação pessoal.

Há uma crise de valores que atinge todas as gerações em todo e qualquer contexto social, mas há especificidades de cada meio. Passos (2003) nos lembra que “são diferentes os padrões familiares do Brasil, no contexto carioca e paulista, daqueles do rincão sertanejo” (p.20). Na própria cidade do Rio de Janeiro, migrando do consultório particular na zona sul para uma localidade favelada, isto fica evidente nas narrativas escutadas na própria comunidade, através de um *grupo de reflexão psicanalítica*.

Ao escutar a violência urbana em uma “favela”¹⁵, evoco o dizer do poeta: “Quem sou eu para te cantar, favela / que cantas em mim e para ninguém a noite inteira de sexta / e a noite inteira de sábado / e nos desconheces, como igualmente não te conhecemos?” (Drummond, 1984, p.109).

Considero que os *grupos de reflexão psicanalítica* se configuram como formação intermediária para a escuta clínica das impressões transubjetivas ou culturais, cunhadas na subjetividade e nos vínculos.

Estes grupos funcionam como verdadeiros envelopes psíquicos, dando continente a conteúdos transbordantes, denegados socialmente. Constituem-se como superfície projetiva para o inconsciente individual, para a cultura e para a sociedade, sendo membrana sensível à realidade psíquica, vincular e social.

Pensar o global, no local, demanda uma escuta, por mim chamada de *globolocalizada*. A *escuta globolocalizada* fica atenta às variáveis e às invariáveis, aos conteúdos globalizados que atravessam cada contexto e também à especificidade de cada localidade.

Ela articula o universal com o particular, o global com o local. Segundo Passos (2003), o universal diz respeito a tudo que faz parte do processo de humanização, e o particular faz referência ao modo como cada contexto propicia as condições para que a humanização seja possível. Penso que, por ser *globalizada*, esta

¹⁵ Em sintonia com Carreiro (2002) penso a favela na sua pluralidade e sempre marcada por singularidades que habitam realidades semelhantes.

escuta dá atenção às condições propícias e adversas com que cada sujeito, casal, família, grupo ou comunidade conta no seu projeto para a realização do processo de humanização.

O contexto social, caracterizado pela falta de oportunidades de trabalho, educação e saúde, faz com que a dimensão cultural ou transubjetiva da transmissão psíquica inscreva *feridas sociais* que, de um tempo histórico a outro, são transferidas, deste modo, intocáveis e com pouca possibilidade de cicatrização ou de metamorfose em muitos grupos familiares. Apresentam-se, com maior impacto, os ingredientes clássicos para a manutenção das *feridas sociais*: “sociedade omissa, consumidores cativos, traficantes gananciosos, policiais que oscilam entre o heroísmo combativo e a corrupção passiva” (Varella; Bertazzo; Jacques, 2002, p.78).

Cicatrizas as *feridas sociais* vem sendo difícil, já que, em geral, há uma repetição compulsiva da violência que, desta forma, remete a outras violências, mantendo um constante de sofrimento, desesperança e medo. O montante de violência demanda ser escutado para que possa ser reconhecido como algo possível de ser transformado. Mas de que violência falo?

O uso do conceito de violência, em psicanálise, sofre de polissemia e faz referência a diversas formas de atos violentos, o que geralmente cria confusão e imprecisão teórica.

Neste estudo, resgato a violência como um dos temas de relevância social com o qual a psicanálise brasileira vem tentando saldar uma dívida teórica e de escuta clínica¹⁶.

Tanto a abordagem grupalista francesa como a abordagem argentina para as configurações vinculares tiveram como âncora o conceito de violência proposto por Aulagnier (1975). Para esta autora, a violência se configura no exercício de poder de um ou mais sujeitos sobre outro que permanece não reconhecido, no lugar

¹⁶ Mesmo assim, no “II Encontro dos Estados Gerais da Psicanálise”, realizado no Rio de Janeiro, em novembro de 2003, poucos foram os trabalhos apresentados, voltados para as marcas que a realidade social impõe à subjetividade e aos vínculos.

do não desejo e reduzido a um puro objeto. A definição proposta fala apenas da “violência simbólica” que anula o outro na sua alteridade e o submerge na perda de identidade e de singularidade, gerando profunda angústia, chegando, muitas vezes, ao exercício da violência física ou concreta.

Ainda, segundo Aulagnier (como foi visto no capítulo2), no vínculo fundante que se estabelece entre mãe e filho tem-se um exercício de violência, “violência primária” que é necessária para a estruturação do sujeito como desejante. A mãe, ou sua substituta, atua como mediadora, oferecendo ao bebê o seu discurso que funciona como suporte, como apoio para as angústias.

Para Freire Costa (1984), pensar em “violência primária” refere uma maior valorização do natural no psiquismo infantil que seria violentado pela ação do meio ou da cultura. Concordando com este autor, considero que, passando a pensar o psiquismo como um fato cultural, teremos um aparelho aberto constantemente às influências do meio e, deste modo, nem sempre sofrendo violência, posto que, desde as origens, as realidades subjetiva, vincular e cultural encontram-se imbricadas na formação do sujeito e escrevem um texto conjunto que o define como tal.

Podemos dizer que primariamente pode haver ou não violência, já que essa trama integrada é o berço do eu em formação. O discurso familiar e social vai-se constituindo em “sombra falada” (Aulagnier, 1975) de um eu a advir.

Freire Costa (1984) denuncia ainda a contradição inerente ao campo psicanalítico sempre que propõe a noção do psiquismo, como produto da interação cultural, e uma noção de violência, ancorada na naturalidade deste psiquismo. Em sintonia com esta colocação, proponho não rotular automaticamente, como “violência simbólica”, o que é estrutural, a bagagem familiar e cultural que se atualiza pela transmissão psíquica e funciona como um dos organizadores psíquicos do grupo familiar. A “violência simbólica” não reside, naturalmente, nas vias de expressão da transmissão psíquica e do discurso familiar. Ela se faz presente dependendo da forma como a

transmissão é feita, assim como na dependência do que cada um realiza do seu desejo individual.

No campo da transmissão psíquica geracional, aponto a possibilidade de violência simbólica quando:

- 1) situações traumáticas não elaboradas, que permanecem clivadas como blocos inacessíveis, irrompem no psiquismo familiar ou individual, atualizando-se pela via do sintoma;
- 2) conteúdos traumáticos deslizam sem elaboração pela cadeia intergeracional e permanecem sem representação, vindo a eclodir até numa quarta geração.

Questiono a idéia psicanalítica de que todo trauma seria sinônimo de violência. Na realidade, o trauma não trabalhado, aquele que permanece congelado, pode ser a via régia da possibilidade de violência, em geral, simbólica e, às vezes, concreta.

Penso, então, a violência simbólica decorrente de patologia, e não como modelo estrutural compulsório das vias da transmissão psíquica familiar.

Segundo Freire Costa (1984), “a violência invadiu todas as áreas de relação do indivíduo: relação com o mundo das coisas, com o mundo das pessoas, com seu corpo e sua mente” (p.9).

No campo da transmissão psíquica transubjetiva, a violência passa a incorporar ações e posicionamentos que lhe dão uma configuração objetiva e observável. Defino, como *violência concreta*, todo tipo de ação destrutiva que ocorre na realidade vincular ou social e que provoca sofrimento ou morte física. A *violência concreta* é movida por um desejo consciente ou inconsciente do sujeito individual ou coletivo. Ela se apresenta como uma produção cultural e estabelece pactos sociais pelo emprego da força ou da agressividade, visando a resolver, desta forma, conflitos de difícil solução. Este enfoque da violência concreta é confirmado no dizer de Soares:

“O ódio flui segundo regras, por canais social e culturalmente autorizados. Violência não é explosão caótica de paixões humanas. Não é a irrupção da natureza no campo da cultura. Não é emergência de nosso lado selvagem, animal e anárquico, refratário a regras, estilo, estética e linguagens. Há leis da violência, que regem suas manifestações. Se há leis, regras e linguagens, há aprendizado. Portanto, os indivíduos aprendem a exercer a violência. Cada sociedade ou grupo social, em cada época, segundo diferenças etárias e de gênero, transmite às novas gerações as regras da violência, que são informais e, em boa medida, inconscientes.”

(Soares, 2003, p.6)

Tanto a *violência simbólica* quanto a *violência concreta* se apresentam em todos os contextos sociais. A psicanálise, alojada no consultório particular, privilegiou a escuta da violência simbólica. Atualmente, a minha prática de psicanálise, em comunidades empobrecidas, tem-se deparado também com uma violência concreta, que não é camuflada, mas sim revelada como ferida social.

Ancorada na teoria psicanalítica sobre os grupos, e como coordenadora do projeto Unicom (Universidade-Comunidade) da PUC-Rio, cheguei numa localidade¹⁷ onde encontrei pessoas desejosas de serem escutadas. Marcadas pelas experiências e o sentimento de abandono, receberam-me com afeto e com medo. A partir do diagnóstico feito, foi criado um *grupo de reflexão psicanalítica* com famílias, atendendo à demanda da comunidade. Iniciado em 1996, por meio de uma parceria com o Governo do Estado, o trabalho é desenvolvido nas dependências de uma instituição religiosa. Uma capela da igreja católica é, semanalmente, transformada no “espaço clínico” para o grupo de reflexão.

Vencido o medo de confiar nos nomeados “de fora” que, muitas vezes, vêm e vão embora de repente, os membros da comunidade respondem ao convite para participar do grupo. Avós, pais e filhos apresentam-se como representantes de suas famílias, permitindo a riqueza de uma escuta trigeracional. No dia-a-dia, a

¹⁷ Mantendo a ética psicanalítica, que tem como um dos pilares o compromisso com o sigilo, resolvi não nomear a comunidade situada na periferia do Rio de Janeiro.

presença das mulheres se repete e, só esporadicamente, um ou outro homem comparece.

Em geral, a figura do pai é distante e, ao contrário da mãe, é pouco íntima, sendo, em muitos casos, transitória e substituível. A mãe tem maior influência na transmissão dos valores familiares, no estabelecimento e reforço das redes vinculares. Sabemos que, na construção dos vínculos familiares, é importante o exercício das funções materna (de acolhimento) e paterna (de autoridade). Estas funções podem ser desempenhadas por qualquer membro da família ou pessoa com quem se tem um forte vínculo afetivo.

Freqüentemente, as avós aparecem como depositárias de uma síntese das funções materna e paterna: afeto-autoridade, acolhimento-limite. São verdadeiras organizadoras da vida cotidiana e psíquica da família. Ocupam esse lugar a partir da ausência paterna e da imaturidade da mãe, muitas vezes apenas uma adolescente ainda precisando ser atendida como filha.

Evoco a recente narrativa de Ivone, que tomada por intensa dor e vergonha, conta que Ivonete, sua neta de 15 anos, está grávida. Abruptamente, esse acontecimento parece colocar um fim aos sonhos de Ivonete, que investia em estudo e cursos de capacitação, para vir a ter a possibilidade de realizar o desejo de ser modelo fotográfica. Foram 15 anos de luta para Ivone, avó-mãe, que a criou como filha e quis sempre protegê-la do olhar malicioso, da sedução, do assédio e do possível abuso “dos home”¹⁸. “Agora é tudo ‘home’ novo. Antes eu conhecia todos e não tinha medo mas com os ‘home’ novos não há conversa”, diz Ivone que, como muitos na comunidade, transmite um misto de medo e sentimento de proteção por parte dos responsáveis pelo movimento de drogas. Ela narra ainda: “Para tentar proteger minha ‘filha’, que eu criei com tanto amor desde os dois anos quando a mãe a abandonou, eu a devolvi para o meu filho que mora fora daqui. O pai soltou, não cuidou... Ivonete está grávida de um garoto quatro anos mais velho

¹⁸ “Home” aqui se refere aos chefes do tráfico de drogas.

e que já tem um filho. Não é marginal, mas não tinha contado que tinha um filho. Estão pensando em casar. Eu estou muito ferida, magoada, cansei de falar e não me escutou...”.

Como analista na função de escuta, é preciso estar disponível para o espanto, para a criação, para o não dito até então. Nas camadas de baixa renda da população favelada, escutar as famílias passa mais intensamente pela violência, pela miséria e a concretude destas situações. As narrativas remetem para além do discurso simbólico, falam de *violência concreta*, falam de morte (como o medo do carnaval em que alguns mascarados matam impunemente e não são denunciados, mesmo se suspeitando quem são). Todos são submetidos à lei do silêncio como preservação da própria vida, como veremos na fala de Felícia, no relato a seguir:

“Mulher, eu vi uma esteira de gente morta. Tem uns oito sem pernas. Gente esquartejada, meu marido falou. Ele chegou em casa com um medo tão grande que deu as roupas que usava para não ser reconhecido. Qualquer lugar que ele vai, vai com medo.”

O depoimento angustiado evidencia que, no contexto social da favela, a testemunha tem sempre a vida em risco. Ela tenta apagar parte das provas por se sentir culpada de ter visto, por ter transgredido a lei do silêncio que decreta nada olhar, nada falar, nada saber.

O *grupo de reflexão psicanalítica* traz repetidamente a angústia e o medo que acometem cada família ante o recrudescimento da “guerra”, instalada na localidade onde moram, entre o “movimento” do tráfico de drogas e a polícia. Na narrativa que se segue, podemos nos aproximar da violência policial:

“Eu tava em casa com meu filho no andar de baixo. Em cima mora minha mãe, o pai e meu sobrinho. Eu deitei e dormi. Meu filho é nervoso. Ele deitou ... ouviu o barulho e os homens falando: ‘É o quê meu irmão?’ Olhei e não vi meu filho em casa. Alguém levou meu filho para matar ... a minha casa tava cheia de polícia armada ... eu fiquei forte. – ‘Tia, vou entrar na sua casa. Tu tá aqui, mais quem? Desculpa tá vindo aqui essa hora ... nós tivemos uma informação’. Eram cinquenta policiais. Cinco D-20 invadindo a

minha casa. Virou pra meu filho: ‘Qual o teu nome?’ - ‘Gilberto’. – ‘Ah! Não é aqui, entramos na casa errada’. Eu podia ter morrido, ter tido um enfarte. A maneira como falou com o meu filho, era pra matar. Eu tremia tanto depois ... a gente mora aqui mas ‘eles mandam na gente’.”

Pela colocação “eles mandam na gente”, pode-se pensar que a polícia tem um poder de vida e de morte sobre os indivíduos e sobre as suas famílias, propiciando uma construção subjetiva e redes vinculares marcadas pela repressão. Fica também explicitada a contradição vivida na comunidade com relação à organização policial, que seria uma instituição de proteção social, mas se coloca como representante da violência.

Houve um tempo nas favelas em que o medo maior era o de expulsão, mas hoje o medo que marca todas as gerações (avós, pais, filhos e netos) é o de morrer, pela violência que o movimento do tráfico de drogas impõe e pela ausência de instituições sociais que possam garantir suporte ao cidadão. Vejamos o fragmento a seguir:

“O meu marido tinha muito medo das coisas. Com treze anos os caras pegaram ele e ele voltou sem roupa: ‘pegaram as roupas’. Ele sempre chorava depois disso ... ele foi assaltado várias vezes. Ele tinha muito medo das coisas.”

Na escuta, os participantes do grupo se perguntam: será que, falando do medo do marido, não traz também o seu próprio medo ante a falta de proteção social que se mostra de modo evidente no habitat da favela?

Em maior ou menor grau, o medo da violência permeia todos os moradores da favela. O medo tem rosto definido, cotidiano conhecido, final muitas vezes trágico, senão vejamos outras colocações feitas no grupo: “Aqui não há proteção. É como se fosse uma selva, só que um animal mata pra matar a fome dele. As pessoas parece que matam por esporte. É uma situação de medo mesmo”, diz Conceição. “O medo e a insegurança andam com todas as pessoas, pois a violência está muito grande e não existe mais confiança entre as pessoas”, acrescenta Marta.

A violência urbana, porém, cria modos de resistência e de defesa coletiva. Esta defesa consiste na banalização do que é violento, já que, somente assim, pode-se viver atravessado pela força da violência como acontecimento transubjetivo. Há, então, um *fundo fantasmagórico globalizado*, que é formado a partir da realidade social, e há defesas coletivas que nos protegem dele. No rompimento das defesas, (como na narrativa em que 50 policiais invadem a residência), o acontecimento irrompe, a banalização da violência não tem mais sustentação e é, então, retomado o *fundo fantasmagórico globalizado*, que coloca em cena a possibilidade de morte.

Segundo Zaluar (1994), nas novas gerações, encontramos adolescentes e adultos jovens num posicionamento de revolta contra os valores familiares de trabalho honesto e honra, considerados primordiais pelos pais. A revolta, então, acontece, tanto pela desqualificação do legado transmitido pelos antepassados e ancestrais, como também pelas atitudes contrárias aos valores parentais.

Algum tempo atrás, só os mais velhos chefiavam o tráfico de drogas. Funcionando como um grupo familiar, as funções de autoridade cabiam aos experientes. Hoje, uma nova ordem rege também este agrupamento: cada vez mais os jovens lideram e os menores são contratados como mão-de-obra mais barata, que, de forma destemida, defendem os interesses do “pai-patrão”.

“Todo tipo de violência é um crime contra a humanidade” (Freeman, 2003, p. 199) e os atos de violência no espaço público são usados como forma de intimidação, despertando o medo nas pessoas e fazendo com que interiorizem uma atitude de constante alerta.

O *grupo de reflexão psicanalítica* se organiza em torno de dois pólos: o relato do cotidiano familiar e comunitário, com a marca dos acontecimentos intersubjetivos e transubjetivos, e o imaginário ou fantasmático que se faz presente.

Nas colocações grupais, cada representante de sua família é porta-voz dos valores de revolta, desenvolvidos contra as difíceis condições de vida. Os valores de revolta fazem com que muitos sejam capturados pela rede do tráfico de drogas, principalmente os adolescentes.

Freud (1927) é atual quando afirma:

“Se voltarmos para as restrições que só se aplicam a certas classes da sociedade, encontraremos um estado de coisas que é flagrante e que sempre foi reconhecido. É de se esperar que essas classes subprivilegiadas invejem os privilégios das favorecidas e façam tudo o que podem para se liberarem de seu próprio excesso de privação. Onde isso não for possível, uma permanente parcela de descontentamento persistirá dentro da cultura interessada, o que pode conduzir a perigosas revoltas.”

(Freud, 1927, p. 23)

Referendando o dizer freudiano, vejamos a colocação feita no grupo:

“O rapaz saiu pra trabalhar e oito policiais bateram nele. Ele levou cinco pontos, deram chute e tudo, tava lá a poça de sangue. E ele ia trabalhar. É por isso que o pessoal se revolta com eles, eles fazem muita perversidade”.

Conviver diariamente com acontecimentos violentos, por meio de imagens e experiências, altera a maneira como se pensa e se vive. Dizemos comumente que “o que os olhos não vêem, o coração não sente”. Tanto nos acontecimentos intersubjetivos como nos transubjetivos, o ver não apenas nos faz acreditar como nos impõe modificações na subjetividade e nos vínculos.

Escutar a violência urbana na favela impõe ter presente que ela paira onipresente sobre a comunidade e sobre a sociedade como um todo. O medo não é teórico nem simbólico. O medo não é fruto da imaginação coletiva, ele é construído no dia-a-dia das ruas e invade cada grupo familiar, assim como nos invade, a equipe de trabalho, que também corre riscos. Em alguns momentos, o medo cristaliza os projetos de vida e a esperança de cada grupo familiar.

No grupo de reflexão, “o ver parece sobrepor a experiência concreta sobre a reflexão abstrata” (Freeman, 2003 p.190) ou, mais exatamente, podemos dizer que a experiência concreta inunda, com todas suas nuances de medo e violência, a reflexão abstrata.

Narrativas, como as citadas anteriormente, são elaboradas pelo grupo em três registros:

1. O registro do acontecimento transubjetivo: o grupo se percebe com ameaças externas concretas, que exigem tomar medidas de proteção, desde não usar roupas com as cores do Comando Verde ou Vermelho (facções do tráfico de drogas que dominam os pontos de venda – “bocas de fumo” - nas favelas do Rio de Janeiro) até retornar para suas moradias antes de escurecer. O grupo vive um estado de sítio não oficial, que propicia o que nomeio como *estado de sítio interior*. Ao elaborar o sofrimento que este contexto impõe, o grupo passa a adotar medidas especiais para tempos de “guerra”. Como cuidado grupal, as sessões do grupo são canceladas nos dias de tiroteio anunciado; como cuidado familiar, evita-se a saída dos filhos, crianças e adolescentes, e promovem-se atividades educativas e de recreação para eles; como cuidado pessoal, trabalha-se, no grupo de reflexão psicanalítica, a angústia de morte e de esfacelamento familiar.
2. O registro da ressonância psíquica do acontecimento transubjetivo: o grupo se percebe tomado por um *tráfico interno* de sentimentos de revolta, medo e impotência e vai discriminando que outras violências intrafamiliares permitem dizer: “é uma droga de família”. O relato grupal presentifica cenas familiares de falta de limites, de abuso moral ou sexual, de alteração da ordem geracional, onde os pais, muitas vezes, ficam reféns da imposição dos filhos e do abandono constante nas redes vinculares. Cada participante do grupo, confirmando a porosidade existente entre o mundo interno e o externo, passa a se perceber também como construtor de violência: “Às vezes a violência está dentro da gente mesmo e

às vezes eu faço coisas que ninguém diz... violência é muita maldade, é ganância, é poder”, diz Celina.

3. O registro da possível metamorfose subjetiva e vincular: o grupo vai valorizando a participação responsável de todas as gerações que convivem no cotidiano familiar: os avós resgatando as histórias familiares e da comunidade; os pais exercendo autoridade e cuidado e não repetindo o autoritarismo que permeia o contexto transubjetivo; os filhos, acolhendo a sabedoria familiar e criando novas formas de posicionamento ante as violências intrafamiliares e externas.

Repetidamente, os membros dos grupos de reflexão psicanalítica lamentam que a comunidade favelada fique marcada pelo estigma de que todos os moradores seriam integrantes do movimento do tráfico de drogas. A cada oportunidade de emprego, muitos omitem, cheios de vergonha, o local em que moram. Há uma vergonha de não ser como “os outros”, os bem vistos porque não são da favela. O olhar desses outros, como exercício de poder, funda as diferenças sociais e prende os moradores da favela num sentimento de vergonha que os impede de ocupar um lugar próprio e valorizado.

Pouco a pouco, o grupo vai percebendo a distorção no imaginário social e faz o resgate do *vínculo cidadão*. Com este resgate, renascem os valores de dignidade e respeito, o reconhecimento das diferenças e a valorização de suas próprias características: “onde o homem comum não mais se reconhece ou não vê reconhecida sua cidadania, não se cria um território para a existência humana” (Vilhena, 1993, p.2). Cada participante exercita, então, a cidadania na sua família e nas suas redes vinculares.

Como psicanalista, sinto-me convocada a uma escuta clínica que dá acolhida não só aos conteúdos psíquicos, mas também aos sociais que marcam cada sujeito, cada família, cada grupo ou comunidade. Escutar a subjetividade e as redes vinculares que se formam em cada contexto, e acolher na escuta os acontecimentos e sua carga transformadora vêm demarcando uma clínica complexa,

organizada em redes e em constante metamorfose, como veremos a seguir no capítulo 6.

6

Devenir de uma clínica em movimento

“Os tempos são três: presente do passado, presente do presente, presente do futuro. Estes três tipos estão na alma; não os vejo em outro lugar: o presente das coisas passadas é a memória, o presente das coisas presentes é a percepção e o presente das coisas futuras é a espera”.¹

(San Agustin, 1968, p.376)

Tendo, como pontos de partida da práxis psicanalítica, o exercício da clínica individual, familiar e comunitária, esta investigação sobre a transmissão psíquica arrisca um novo olhar dessa clínica em contínua construção. Passo, então, a considerar a clínica atual aberta a novas possibilidades de escuta, em que o acontecimento suplementa o geracional e a metáfora da rede inscreve um potencial criador. Neste capítulo, vou tecendo algumas reflexões iniciais sobre o devenir da clínica e da função analítica, na tentativa de acompanhar as metamorfoses teórico-clínicas apresentadas nos capítulos anteriores.

É importante ter sempre em mente que “a clínica e seus procedimentos não são atemporais assim como também não o são os pacientes e terapeutas, as teorias e os referenciais” (Rojas, 2003 p.3)². Numa escrita marcada pelo tempo e o espaço, este texto se faz enraizado nos antepassados teóricos, enriquecido pelo legado dos autores contemporâneos e recriado com minha contribuição.

No caminhar do dispositivo individual ao dispositivo vincular, a abordagem clínica surge como um método utilizável nos mais variados contextos: individual, casal, família, grupo, instituição, comunidade e sociedade.

A clínica como método não fica atrelada a uma teoria particular. Ela é uma via de conhecimento e ação que norteia não só

¹ Tradução da autora.

² Tradução da autora.

a psicanálise, mas também a psicologia, a psicossociologia, a antropologia, a história, criando uma forma própria de analisar os vínculos entre o indivíduo e a sociedade, entre os grupos e entre os próprios indivíduos. No entanto, como nos dizem Santos & Vilhena (2000):

“Seja qual for o recorte escolhido – psicológico, antropológico, sociológico ou político – este será sempre insuficiente, fragmentário: não há como reduzir o ser humano – em toda sua complexidade – a apenas uma categoria representacional.”

(Santos & Vilhena, 2000, p.17)

Para estudar “as zonas de articulação entre o psiquismo e o social” (Carretero, 1993, p.133), a abordagem clínica demanda uma visão interdisciplinar na escuta do que considero um *campo multicontextual complexo*. Este campo caracteriza-se pela relação dialógica – de construção mútua e contínua – entre o sujeito, o seu grupo familiar, as instituições em que se insere, a comunidade de pertença, o macrocontexto social e a humanidade como eco global. Escutar cada um destes segmentos traz, como imperativo, que o terapeuta considere a presença dos outros com o seu poder de subjetivação.

Segundo Sévigny (1993), “a abordagem clínica é compreendida no quadro de uma teoria de relações entre os diferentes níveis da ação social: o pessoal, o organizacional e o macrossocial” (p.20). Pensa-se, então, o singular no global e o global no singular, resgatando a história pessoal e familiar na história coletiva e a história coletiva na pessoal, contando sempre com a implicação do terapeuta na situação concreta. O posicionamento clínico nas ciências humanas e sociais tem por característica escutar o sofrimento individual, vincular e/ou social e compreender o sentido dos sintomas, sem objetivar forçosamente erradicá-los. Nesta abordagem clínica, a escuta psicanalítica tem lugar especial, já que:

“Colocando a análise das relações transferenciais e contra-transferenciais no centro do processo, dando como meta desse trabalho a procura, pelo sujeito, do sentido de sua própria história e relativizando, assim, a idéia mesma de cura, Freud conduziu uma revolução.”

(Lévy, 2001, p.11)

Através do conceito de transferência, Freud (1912) nos apresentou a implicação subjetiva do psicanalista e, acredito, foi pioneiro no que hoje pensamos como subjetividade em redes, já que no vínculo transferencial atualiza-se o legado transmitido.

Conforme visto anteriormente, na clínica familiar psicanalítica fomos exercitando uma série de transformações teóricas que têm, como pilares, a metapsicologia freudiana e desdobramentos do texto em direção a uma metapsicologia da intersubjetividade. Para Kaës (1998), o dispositivo de escuta psicanalítica dos vínculos familiares tem uma especificidade para além do dispositivo grupal, que lhe deu origem e que deriva da psicanálise, como proposta terapêutica para o indivíduo adulto neurótico.

Como elementos desta especificidade do atendimento familiar temos uma história familiar comum, com a escuta da transmissão psíquica; uma rede familiar inconsciente, com os vínculos que a integram; a ressonância psíquica de acontecimentos individuais ou coletivos e a multiplicidade de transferências multilaterais que são difratadas entre os membros do grupo, sobre o grupo como um todo, sobre o além do grupo e sobre o próprio analista. Ao se dar a difração, ocorre uma atualização das “conexões das transferências” que, no dizer deste autor, acontece nos dois eixos, o diacrônico e o sincrônico. Este duplo eixo, como já visto, é estruturante da subjetividade e das redes vinculares.

Entende-se como transferência familiar a disponibilidade para atualizar, na gama de transferências com o analista e com os membros do grupo familiar entre si, a dimensão inconsciente das redes vinculares estabelecidas, incluindo nelas o próprio psicanalista.

É na transferência da sessão familiar que se dá, privilegiadamente, o “desenrolar sincrônico dos nós diacrônicos” (Kaës, 1998,p.13) e, ao desatar os nós, aparece a força da genealogia, geradora de sentido e transmissora de legados. O geracional, o vincular, o pulsional e o social presentificam os sons de um texto polifônico a ser escutado e decifrado na sessão psicanalítica das redes vinculares.

Pela repetição na transferência, vai-se traduzindo o patrimônio psíquico histórico, que a transmissão veicula, e também as redes vinculares, que a família exercita no tempo presente, fora da sessão. Na transferência, indo além do que se repete, escutamos o que se constrói no vínculo transferencial que, muitas vezes, libera da repetição compulsiva e permite o reconhecimento de cada um, como elo de transmissão e construção, com o que se repete e o que se transforma.

A clínica psicanalítica individual, com famílias e casais, assim como, a escuta em grupos de reflexão, põe em evidência a capacidade transformadora da transferência como acontecimento intersubjetivo. Numa visão mais estruturalista, a transferência atualizava um legado familiar regido por leis gerais e preexistentes ao grupo familiar, legado este que era relatado como um discurso “sagrado”. Atualmente, numa escuta que valoriza o acontecimento, a própria transferência é entendida como um acontecimento intersubjetivo, que cria novas significações a um discurso que, inconscientemente, vai-se afastando de um lugar e função pré-determinados.

Há uma transferência das redes vinculares familiares, que podemos considerar precoce, que já têm início antes mesmo da primeira entrevista e que se constitui na pré-história transferencial. Considero que cada grupo familiar chega ao atendimento clínico precedido por uma fala que o antecede, fala apresentada ao psicanalista através da indicação de trabalho que foi feita, e também através do primeiro contato telefônico, que traz um pedido de ajuda. Quem indica e como indica? Quem do grupo familiar telefona e o

que solicita? Estas questões já colocam em cena a transferência que, em determinados momentos, faz acontecimento. Vejamos os fragmentos clínicos abaixo.

“- Estou encaminhando a *minha* sobrinha para um atendimento de casal”, diz a colega de trabalho. O possessivo “minha sobrinha” anuncia a força da blindagem familiar no casal. Inicia-se a transferência convocando-me a ocupar um lugar depositário de enorme confiança, confiança à qual devo retribuir desenvolvendo um excelente trabalho. O sentimento de exigência interna se presentifica carregando o que, posteriormente, no encontro com o casal se confirma como um dos sintomas: a necessidade de atender a toda e qualquer expectativa das famílias de origem e o conflito que isto provoca na rede vincular conjugal.

“- Estou lhe encaminhando os pais de uma amiga mas só podem pagar um valor “muito especial”, bem menor do que em geral você cobra”. Desde esse momento, estou incluída na rede transferencial que irá se confirmar nas entrevistas preliminares, no encontro com o casal. A cena psicanalítica fica invadida por uma fala que será ressignificada, posteriormente, como sendo de desvalorização e exclusão desses pais junto a seus filhos hoje adultos. Fazer um investimento “bem menor” do que, em geral, é cobrado por sessão reflete, na transferência, o não-lugar desse casal parental como depositário de todo um saber familiar, a ser transmitido a seus descendentes, uma genealogia não dita e não recebida como herança.

Puget & Berenstein (2001) consideram que, desde a passagem das entrevistas preliminares para a psicoterapia familiar psicanalítica, fica marcada a constituição de um 3º simbólico que configura uma rede vincular transferencial. Considero que esta rede (como visto nos relatos clínicos anteriores) já tem início anteriormente. Mas, após a indicação, quem telefona e o que solicita? Vejamos o caso clínico que se segue: “- Meu nome é Virgínia. Estou lhe procurando para uma análise de casal. Eu já faço análise, mas meu marido precisa muito de ajuda”. Virgínia se

apresenta como porta-voz de um marido que ainda não tem nome próprio, é apenas alguém que chega através dela. Após confirmar que este sabe e concorda com a procura de atendimento, pergunto o seu nome e ela diz: “- Chico, é assim que todos o chamamos, mas o nome mesmo é Francisco”. No encontro com o casal, temos presente que o nome próprio é um elemento que atualiza a *rede familiar inconsciente* (R.F.I) e que denuncia que função é desempenhada na organização familiar. No caso aqui relatado, “Chico” é uma forma de, explicitamente, homenagear o pai também chamado Francisco. Inconscientemente, o apelido “Chico” carrega uma função congelada de menino, de pequeno que é o significado de “Chico” na língua paterna, o espanhol. Chico, o marido de Virgínia, vem ainda submetido a um legado familiar que o mantém na função filial, menino de seus pais. Ainda como filho de seus pais está, no presente, num vínculo conjugal que repete mortiferamente essa inscrição da transmissão familiar. Virgínia, inconscientemente, colabora para que tudo, assim, se perpetue à medida que assume uma função materna e de cuidadora, função construída na sua família de origem, na qual foi e ainda é a cuidadora da própria mãe viúva e de seus irmãos. Há lugares vazios (Francisco, homem maduro, esposo de Virgínia e Virgínia mulher de Francisco, e não mãe) que parecem estar à espera de serem ocupados. Há também outros lugares, cheios de personagens referidos ao mundo intrapsíquico de cada um e às suas redes familiares de origem. São estes lugares, tamponados por acontecimentos do passado familiar, que irão se revelando vazios e terão que ser construídos na transferência psicanalítica, acontecimento intersubjetivo por excelência.

A transferência atravessa passagens transformadoras, desde a procura de atendimento (ao telefone) para as entrevistas preliminares, e das entrevistas em si para a psicoterapia familiar ou conjugal. Ainda nas entrevistas preliminares é possível ter um indício do prognóstico, já que, conforme Puget & Berenstein (2001), quando a segunda entrevista se constitui em relato

repetitivo da primeira, trata-se o novo como algo já conhecido, o possível acontecimento é, então, apenas atualização de um passado que fecha e até pode esclerosar a rede vincular. Já quando há um relato mais aberto, e com algo de criação, o prognóstico anuncia maior possibilidade de elaboração. Considero que, na transferência familiar, além de se fazer uma reedição do passado pela via da repetição, configuram-se novas construções como “dimensão intrínseca e inevitável de toda reconstrução” (Rojas, 1999, p.2).

Os acontecimentos que se inscrevem na genealogia familiar e aqueles que chegam pela transmissão transubjetiva revelam-se na transferência e implicam de forma global todo o grupo familiar e seus descendentes. Assim, o que é acontecimento, para um, estabelece ressonância fantasmática nos outros, e o próprio psicanalista se percebe inserido na cena familiar pela contratransferência.

A contratransferência se constitui como um sinalizador dos elementos negativos da transmissão psíquica que estão presentes na sessão. Ela se faz ecoar, no mais profundo da subjetividade do analista, através de palavras e imagens, todo um pensar estranho que irrompe no atendimento clínico, como uma versão possível para o que resta em segredo, para o impensável, o indizível, o inominável.

Pensá-la como reveladora de *acontecimentos biográficos* vitais ou mortíferos na vida familiar, pode vir a ser mais um instrumento de trabalho criativo para a transformação do legado familiar. Vejamos um fragmento clínico.

No vínculo contratransferencial com Andréia, do meu lugar de analista, em várias sessões evoco, em pensamentos, a canção que diz: “Ninguém me ama, ninguém me quer...”. Ao resolver compartilhar com Andréia a música lembrada, estas palavras invadem a sessão como portadoras de uma bagagem afetiva que percebo represada, descolada da narrativa de Andréia até esse momento. Sessão após sessão, ela vinha relatando as situações de conflito que a “competição do ambiente de trabalho” lhe provoca.

Essa competição parece ser da ordem do estranho, seria algo que acontece apenas no mundo externo e que rege as relações de trabalho, cada vez com maior intensidade. Na situação psicanalítica, passo a passo, Andréia vai tomando contato com o sofrimento que o vínculo com seus pais lhe produz e, num determinado momento, toma posse dos dizeres da melodia que continua, insistentemente, presente no meu pensar: “ninguém me ama, ninguém me quer...”. Só então, o efeito da canção torna-se um acontecimento como expressão do legado familiar, até hoje indizível, mas atual no espaço psicanalítico. Por esse legado, Andréia é a primeira filha e tem um irmão que, desde sempre, tem um lugar cativo e indivisível no afeto materno. Ela incorpora o sentimento de não amada que sempre a acompanhou e inicia a elaboração dessa falta, passando a desenvolver a sua auto-estima. Nesse momento, cria-se, na transferência psicanalítica, um novo *acontecimento ressubjetivante*. A competição exacerbada no trabalho remete a uma disputa nunca ganha no vínculo fraterno, vínculo que permanece cristalizado no tempo da disjunção (Matus, 2002). Ante a nova significação que o acontecimento provoca, Andréia se percebe protagonizando sua história de rejeição e competição. Apesar das dificuldades financeiras por ela vivenciadas, prioriza o investimento no seu processo psicanalítico, deixa de faltar às sessões e vai, paulatinamente, transformando seu slogan vital de mal-amada no slogan “eu me amo e mereço ser amada”.

6.1.

Sobre o tempo presente e o tempo passado

A “revolução freudiana”, como já foi visto nos capítulos 2 e 3, foi continuada e atualizada pelos clínicos que se sucedem até hoje e que têm, em Freud, o seu ancestral teórico. Escuta-se psicanaliticamente não só os acontecimentos intrasubjetivos, como também os intersubjetivos e os transubjetivos. É necessário considerar tudo que se *representa* como material inconsciente e

também tudo que se *apresenta* como material possível, formador de inconsciente.

Na clínica familiar da transmissão psíquica, conta-se com a rememoração de significados perdidos - inscrição de um *tempo de reencontro* - e, também, com a criação de novos significados - inscrição de um *tempo de encontro*, que nos coloca diante do acontecimento, expressão da possível chegada da diferença, da alteridade. Isto não é novo. Já em 1937, Freud falava em utilizar, como método, a combinação e a suplementação, discriminando, na clínica, dois possíveis tempos: a evocação de algo do passado ou a emergência de algo novo. De toda maneira, a evocação do passado foi o que moveu a clínica psicanalítica, clínica esta que hoje demanda também uma escuta mais cuidadosa do acontecimento.

Na escuta do tempo presente, percebemos que o mundo atual é diferente do que foi vivido por Freud. Mais do que a histeria, as histórias familiares trazem, como sintomas contemporâneos, as adições às drogas, ao consumo, o vazio existencial, a depressão e a angústia ante a violência social, entre outros. A cena familiar atual apresenta um texto marcado não tanto pela culpa (mito de Édipo) e mais pela tragédia (mito de Narciso), com o predomínio da angústia de desintegração mais do que a de castração. A construção subjetiva, das redes familiares e do legado a ser transmitido, tem relação não só com as fantasias incestuosas, fantasias sempre presentes nas famílias de ontem e de hoje, mas também com manifestações afetivas de abandono, medo e instabilidade, que predominam nas redes familiares atuais, muitas monoparentais e transitórias. Mas a escuta clínica fica sempre ancorada numa base formada pelas invariantes universais, base esta que acolhe a inscrição constante de variantes provocadas pelos acontecimentos.

O trabalho psicanalítico consiste, então, em elaborar o vazio da situação anterior e a possível fidelidade à ruptura que o acontecimento como suplemento cria.

“Ser fiel a um acontecimento é movimentar-se na situação que esse acontecimento suplementou, *pensando* e praticando a situação a partir do acontecimento. Como o acontecimento estava fora de todas as leis regulares da situação, aquele que lhe é fiel é obrigado a *inventar* uma nova maneira de ser e de agir na situação.”

(Badiou, 1994, p.109)

Vejamos no caso clínico que se segue uma situação suplementada pelo acontecimento.

Tânia (35 anos) e sua filha Mariane (11 anos) procuram atendimento clínico apresentando-se como família monoparental. O pai de Mariane a registrou como filha, mas foi morar no exterior e nunca conviveu com ela. Tânia parece não ter elaborado o trauma de ter sido abandonada sem realizar seu projeto de convívio conjugal e familiar. Vive presa ao passado, com dificuldade de perceber os *acontecimentos biográficos* do presente que, principalmente, através de Mariane, chegam ao grupo familiar. Frequentemente, há uma questão do tempo que se repete compulsivamente. Tânia fala de experiências do tempo passado como sendo do tempo presente e Mariane a corrige mostrando que hoje é diferente. “Mariane vive dando trabalho, e sem estudar, a escola vem reclamando”, diz Tânia. Mariane contrapõe “quando é isso mamãe? Faz muito tempo que não é assim... Eu melhorei este ano, tirar 80 é nota ruim? Eu fui uma vencedora... passei nas provas no final do ano, não repeti e você não vê...”. Tânia, de início, parece escutar que há um tempo de hoje, diferente do de ontem, mas resistindo, acrescenta: “Dá licença de eu ter trauma do passado, de que você ia repetir de ano... O passado faz o presente. O que se planta no passado se colhe no presente....”. Ante esta colocação materna, Mariane interrompe a construção do quebra cabeça que vinha fazendo e diz: “É só isso que você pensa? Você vive presa ao passado... você é superneurótica e vive estressada...”. E Tânia, já alterada, diz quase gritando: “É só você que me estressa”. O dizer de Tânia presentifica, na sessão psicanalítica, todo um vazio construído historicamente, vazio que vem sendo suturado pelo investimento no vínculo filial, e a supervalorização de Mariane e suas atitudes como

tamponadoras de uma ausência. Logo após depositar na filha o seu sofrimento, Tânia parece iniciar uma discriminação entre o tempo passado e o presente e diz: “na verdade não é só você que me estressa”. Só neste momento, mãe e filha passam a montar, conjuntamente, o quebra cabeça. Podemos dizer que, na cena psicanalítica, se inicia algo da ordem do *acontecimento ressubjetivante*, que virá suplementar a configuração vincular vigente até então. Alguns meses depois, mãe e filha me contam, com alegria, que Tânia está namorando. Em pouco tempo, Felipe, o namorado, passa a ter um lugar significativo para ambas e inicia-se toda uma transformação na rede vincular familiar. Felipe não é apenas o namorado de Tânia, ele passa a ser também um terceiro, com intensa participação na organização monoparental. Pouco a pouco, ele inscreve um lugar e função de apoio à Tânia na educação da filha e estabelece uma *rede vincular solidária* com Mariane, que, com sua presença, passa a ter novas experiências; uma configuração familiar com a entrada de um terceiro que propicia a discriminação com a mãe e cria novas possibilidades para os vínculos intrafamiliares.

A inclusão do tempo presente, com o complexo leque de variáveis psicossociais, que apresenta, propicia compreender as formas de negociar, acertar contas e renegociar dívidas emocionais que vêm do passado e que, muitas vezes, impedem a transmissão psíquica do legado familiar aos descendentes.

Todos os tempos do presente, pensados por Santo Agostinho (1968), estão implicados na escuta psicanalítica do legado familiar. “O silencioso rio do tempo flui”, diz Borges (1979), e percebemos que o tempo é fugitivo e contínuo à medida que o passado fica remoto e também está vivo no presente; o presente já é passado quando é nomeado, mas ainda se estende em direção ao futuro. A dimensão do tempo é primordial na clínica, por marcar a tensão decorrente da defasagem entre o passado definitivamente perdido, mas também presente no que pode ser dito dele, na narrativa familiar atual.

Segundo Lévy (2001), é desse hiato, entre o passado e o presente, que resulta o efeito de sentido que é uma pergunta e que cria condições para um devenir possível. As famílias e casais estão atravessados pelo devenir temporal que traz a maior ou menor transformação das redes vinculares.

Ao integrar, na escuta clínica, a revalorização da ordem do acontecimento na construção do legado familiar e cultural, faço minhas as palavras de Winnicott (1975): “Descobria eu, então um novo gume para uma arma antiga e fiquei pensando como isso poderia afetar ou afetaria o trabalho” (p.108).

Assim como o tempo presente já prenuncia o que se constituirá em legado no futuro, o tempo passado faz uma certa modelagem do presente. É por crises ou catástrofes, no tempo presente, e movidos por queixas atuais que o casal ou o grupo familiar, geralmente, procura o atendimento clínico. Ir além da ordem estrutural e considerar a ordem do acontecimento configura uma escuta atenta das novas significações de cada época, e não apenas do conflito que foi sendo construído historicamente. Em vez, de pensar o conflito em si, como uma cena fechada, ele passa a ser compreendido como ponto de partida, na movimentação do desejo aprisionado e no corte da repetição compulsiva.

Nas narrativas familiares, fica, muitas vezes, evidente um posicionamento de negativizar o que se inscreve no psiquismo a partir do tempo presente. “Não chora, isso não é nada”, diz a mãe ao filho, que se machuca e sente dor; “a crise é só uma fase que passa”, diz o amigo ao casal, minimizando o sofrimento conjugal atual. Em uma e outra colocação, parece não existir consciência do que pode estar sendo impresso na subjetividade, nesse exato momento, impressão que pode vir a criar algo da ordem inconsciente posteriormente. Escutar o saber familiar, que vem sendo transmitido como legado, permite dois posicionamentos clínicos no dizer de Hornstein (1994): o da “psicanálise extrativa” e o da “psicanálise simbolizante”. No primeiro posicionamento, o da “psicanálise extrativa, a construção é revelação de uma verdade pré-

existente, sepultada pela amnésia infantil. Desta forma, se faz uma recuperação do passado, mas nada novo se produz. Já no outro posicionamento, o da “psicanálise simbolizante”, a verdade histórica se constrói partindo das impressões e inscrições do passado, gerando novas simbolizações no trabalho compartilhado do tempo presente. Considero que estes posicionamentos não são excludentes na clínica. A escuta do legado familiar transmitido exige não só o desbloqueio e a evocação dos conteúdos recalçados, como também o acolhimento da neogênese, provocada pelo acontecimento, que cria significações inéditas, até o momento no encontro transferencial.

6.2.

A psicoterapia familiar psicanalítica - espaço privilegiado para a elaboração da transmissão psíquica

Em conformidade com Granjon (1994), considero que a clínica familiar psicanalítica é o lugar apropriado para o depósito, o acolhimento e a elaboração do negativo, mas também do positivo da transmissão psíquica. Inicialmente, o espaço é usado como “lixeira”, onde será depositado um relato cheio de silêncios, segredos, conteúdos violentos e até criptas ou fantasmas. A violência do depósito faz com que, muitas vezes, o analista se veja privado na sua capacidade de pensar e de escutar. A seguir, o lugar passa a ser de “acolhida”, ao que Granjon chama de “objetos brutos” que, como já vimos, irrompem no discurso familiar. São palavras ou atos sem sentido, provenientes do inconsciente partilhado e renegado do grupo familiar. Pelo acolhimento, o analista pode se constituir em porta-voz da cadeia associativa que está impedida na rede familiar. Finalmente, chega-se ao lugar da elaboração pela transformação de uma história *mal-dita*, numa história familiar com seus segredos sobre as origens e seus mitos fundadores.

Na procura de atendimento clínico há uma fala que se repete “algo se quebrou entre nós”. Esse algo quebrado é vivido como sem

nome, sem contorno, sem definição e situado no meio, entre os membros do grupo familiar ou do casal. Inicialmente não existe consciência de que tudo é, concomitantemente, produzido pela ação de ambos e isto provoca intenso sofrimento vincular. É este sofrimento, causado pela ruptura de algo indefinido, mas muito valioso, que impulsiona alguns casais ou famílias a procurarem o atendimento clínico. Há um vazio da situação, que invade o primeiro tempo da sessão vincular. São produzidos sintomas que emergem como produções transbordantes, feitos, na medida, para tamponar e, ao mesmo tempo, denunciar este vazio. Vejamos o exemplo que segue.

A toxicomania de Pedro convocou o cuidado da família que resolve iniciar uma psicoterapia familiar psicanalítica. A toxicomania é um sintoma que vem sustentando a existência do casal. É a mobilização constante, em função do abuso de drogas, que vem tamponando o vazio que o casal atravessa e, simultaneamente, denuncia uma disfunção na organização familiar. Somente após o desvendamento dessa verdade – o sintoma de Pedro tampona o vazio vincular do casal parental – é que passa a se pensar o vazio como conteúdo reprimido ou escindido da cena familiar.

Muitas vezes, o aparecimento, nu e cru, do vazio pode intensificar a resistência e gerar um acontecimento com *devenir traumático*. Outras vezes, o aparecimento do vazio, a céu aberto, pode deflagrar o acontecimento de *devenir criativo*. Sustentar o vazio, sem cair na tentação de camuflá-lo, é um desafio na clínica. É importante acabar com as certezas, com o “saber tudo”, que, em geral, alimenta a permanência do sintoma. A irrupção do acontecimento se dá silenciosamente, sem deixar pistas, sem provocar alterações perceptíveis. Somente *a posteriori*, pelos seus efeitos, é que ele se inscreve e abre uma nova chave de significações para o discurso e as redes vinculares. O acontecimento exige que tanto o analista como o grupo familiar se permitam ser tocados pelo que surge de novo. O novo inicia um segundo tempo do trabalho, o tempo da “fidelidade” à ruptura, que se instala (Badiou,

1998) e que exige uma revisão do saber vincular instituído e uma construção de um novo saber, de uma verdade emergente que demanda fidelidade. Muitas vezes, entretanto, corre-se o risco de se pensar que o que simula ser algo novo pode ser apenas mais um simulacro, tamponador do vazio, e não um acontecimento que nomeia e transforma.

As *redes vinculares familiares* têm normas de funcionamento que as precedem e que se originam no consenso familiar de cada cônjuge, assim como têm também regras que vão sendo construídas do encontro e pelos encontros cotidianos no tempo presente. Entrecruzam-se, então, diversos personagens das histórias das famílias de origem e dos encontros amorosos anteriores, personagens estes que são atualizados no outro e pelo outro.

Segundo Cincunegui & Chebar (1996), na repetição que faz parte das redes vinculares criadas, cada um fará um exercício de transformação, já que existe a possibilidade de jogar um jogo, nem sempre da mesma forma, e de escolher como jogar. Pela repetição e transformação, cada um é convocado ao vínculo e, ao mesmo tempo, é convidado a ser autor. Para estas autoras, convocação e convite criam um paradoxo, o paradoxo da obrigação de pertencer e a obrigação de escolher o modo, a forma ou o roteiro de pertença.

Na sessão familiar, ao trabalhar o eixo da filiação, irrompe a ação da transmissão psíquica transgeracional e intergeracional e o grupo familiar constrói o seu quebra-cabeça genealógico inconsciente, encaixando, no tabuleiro da transmissão, os ancestrais e os sucessores reais ou imaginários, como veremos no fragmento clínico que segue.

Liana e Rafaela, mãe e filha, procuram atendimento familiar. No relato, percebo-as como “sobreviventes” num campo familiar, minado por doenças prematuras e acidentes, que deram em mortes. Quando a bisavó materna, que mora junto delas, é convidada a participar, o seu relato emocionado da história familiar invade o dispositivo, presentificando, com força de vida, todos os

antecessores e contemporâneos mortos, que inscreveram marcas na mãe e filha atendidas. Dona Eliza (82 anos) conta:

“Eu sou viúva desde muito jovem. Meu marido Jairo morreu na guerra. Ele foi pracinha. Liana carrega uma história de morte. As mortes marcaram passagens importantes de sua vida. O Jairo morreu quando Liana estava para nascer. Ele não conheceu a neta. Cláudio, o irmão de Liana morreu com 14 anos. Foi horrível ... Ele era só um ano mais velho que Liana. Foi atropelado por um carro quando passeava de bicicleta com ela... Dois meses depois, quando ainda estávamos de luto, Clóvis, o pai de Liana, morreu com um enfarte fulminante fazendo cooper.”

Na escuta do relato, penso que o seu coração, espaço corporal representativo do afeto, pareceu não resistir à perda do filho que encarnava a continuação de seus sonhos. Cláudio, assim como seu pai, vinha investindo na carreira militar. A entrada na adolescência foi, para Liana, um tempo de lutos simbólicos (morte da infância e da visão dos pais como heróis), mas também foi um tempo de mortes reais, que causaram intenso sofrimento como trauma doloroso.

Dona Eliza conta ainda: “Tanto eu como a minha filha Marluce, a mãe de Liana, nos desdobramos tentando poupar Liana de um sofrimento familiar inevitável”. Percebo que Liana contou com uma *rede vincular de pertença*, que teve uma função terapêutica. A sua mãe, a sua tia e a sua avó, diversas figuras femininas, entraram como suporte solidário, dando acolhimento.

Emocionada, Dona Eliza continua a recuperar a história de vida familiar: “Mais tarde, Liana se casou com Saulo, mas nunca contou com ele. Ele só ajudou a fazer Rafaela e mais nada ...”.

Pelas informações dadas, penso que Saulo pode ser considerado um “morto-vivo”, já que o uso abusivo de drogas o manteve fora da realidade familiar e social. “Ainda tem mais”, diz dona Eliza, “grávida de Rafaela, Liana foi atingida pela doença e morte de minha filha Marluce. Sua mãe morreu de câncer e, assim que Rafaela nasceu, Saulo e ela se separaram. Mas Liana é uma lutadora...”. Liana, na cena psicanalítica, se percebe “sobrevivente”,

num mundo de mortes, e transmissora deste sentimento à sua filha Rafaela.

Ao construírem o seu genograma familiar, Rafaela, de apenas onze anos, inclui o seu parceiro imaginário e nomeia os três filhos que deseja vir a ter no futuro. Antecipando seus sucessores, explicita o seu desejo inconsciente de se manter viva, de não morrer, de continuar participando ativamente da vida.

Trabalhar, nas sessões de família e de casal, a transmissão psíquica geracional enriquece o campo e afina a escuta para o que excede a história, passando a incluir a pré-história dos vínculos familiares, a construção dos ancestrais (aqueles com os que não houve convívio direto) e os antepassados (os que nos antecedem e estão presentes participando de fato da vida familiar). Muitas vezes, ao solicitar a presença de outros familiares ou pessoas que têm um vínculo afetivo significativo nas sessões, a análise ganha cores que vinham encobertas e, seja qual for a revelação sobre os ancestrais, a família sai fortalecida, o “nós” familiar toma corpo e ocupa seu lugar. A lembrança dos ancestrais, as revelações sobre suas vidas, destaca-se como um dos momentos de informações vitais para a construção da subjetividade e dos vínculos intrafamiliares e para além do grupo familiar.

Na clínica familiar psicanalítica, o analista fica sensível à reconstrução das figuras parentais e do casal parental de cada um dos cônjuges, incluindo também a história das gerações com os seus legados familiares que, pela via da transmissão psíquica, ascende ao momento atual. O “negativo” da transmissão atua poderosamente, por estar potencialmente presente e plausível de representação no processo psicoterápico familiar. Como já foi visto, a repetição mortífera sem maior possibilidade de criação tem, como uma de suas vias de expressão, a colagem em algum fantasma de gerações anteriores. O exercício da escuta psicanalítica das redes vinculares tem confirmado a possibilidade de metamorfose vincular na transferência do acontecimento, tendo por eixo quebrar ou modificar a repetição como veremos no caso clínico abaixo.

Fernanda percebe a sua dificuldade de ser mãe, de acolher sem invadir, de cuidar sem tanto cobrar de seus filhos adolescentes. Evoca que foi na sua adolescência que seu pai morreu e sua mãe teve que educar os filhos sozinha, desempenhando, muitas vezes, as funções materna e paterna. O processo psicanalítico conduz à elaboração de que o seu tempo atual não é o tempo passado. Na história genealógica, ela vem colada na geração anterior, sem fazer a passagem para a geração na qual ela se inscreve, como uma mãe que não está sozinha, que conta com seu marido no exercício da função paterna para além de si própria, que tem com quem compartilhar as dúvidas sobre a orientação a ser dada aos filhos. Fernanda discrimina que a repetição mortífera a impede de ir além dela e criar vínculos novos e diferentes na sua família atual. Liberta-se do que era traumático, o luto não elaborado pela mãe e, conseqüentemente, por ela também, e sai do congelamento numa única forma de simbolização. Passa, então, a viver a sua vida, e não a da sua mãe, no tempo presente.

Desencriptar as heranças negativas da história familiar demanda a formação de uma pele-psíquica familiar, que vai sendo tecida com o analista a cada sessão clínica. Ao tecer a pele-psíquica familiar, a ressonância fantasmática cria uma rede desejante, articulando os desejos inconscientes individuais que entram em cena. Esta rede desejante designa lugares e funções na construção da realidade vincular, lugares e funções que se atualizam na transferência como expressão privilegiada da realidade vincular. A rede desejante inclui cenas transgeracionais, intergeracionais e transubjetivas que “recebem a marca construtiva e modificadora de cada sujeito” (Rojas, 1998).

Já vimos que a transmissão psíquica refere-se tanto a traumas reais como a fantasias. Por este motivo, na clínica familiar, precisamos fazer uma leitura atenta das realidades psíquica, vincular e social. A transmissão psíquica é revelada na escuta clínica do grupo familiar, através da narrativa de tempos de construção psíquica primitiva, (como se deu o encontro amoroso,

qual foi o lugar e a função das famílias de origem, qual é o mito familiar de cada um, como agem as fantasias universais). Ela é também revelada pelos tempos recentes ou atuais, pelo que se faz acontecimento e que irrompe na linha do tempo familiar: o nascimento de um filho, a morte de um antepassado ou de uma figura parental.

Na cena psicanalítica presentificam-se com emoção: o vínculo materno-filial do estado fetal, em que os movimentos corporais e as tensões da mãe constituem influência intensa, assim como o vínculo criado nos primeiros meses de vida, em que o bebê é impregnado pelo desejo materno que ele não consegue decodificar e que é percebido através de imagens. Posteriormente, ao adquirir a linguagem, o infante irá decodificando a mensagem transmitida, muito mais mobilizado pelo continente afetivo da fala escutada do que pelo conteúdo das palavras.

Tanto as passagens de vida como as de morte deixam marcas no legado familiar e a forma como foram vivenciadas trazem significações que serão decodificadas de maneira diferente. Como já dito, os acontecimentos em qualquer momento da vida podem ter um devenir criativo ou traumático, sendo elaborados ou não.

Pela transmissão psíquica vão-se veiculando imagens psíquicas que funcionam, em geral, como ícones indicadores de sentido. Na clínica familiar psicanalítica, vamos, então, procurar qual o vetor que dará um sentido e até que ponto ele possui significantes transgeracionais, intergeracionais ou transsubjetivos.

Nos tempos de maior sofrimento, o casal ou o grupo familiar quer, muitas vezes, romper com suas origens, privando-se assim de uma rica fonte de alimentação. Não sabendo como usufruir de suas raízes, ao falar sobre a linhagem, vivem conflitos de pertença. Os cônjuges percebem-se, cada um, mantendo, como prioridade, a lealdade inconsciente à sua família de origem, e isto os impede de realmente viverem o vínculo de casal ou de interromper a sua disfunção familiar.

Há famílias que não toleram mudanças. A clínica revela que, muitas vezes, nas *redes vinculares familiares*, há um impedimento de viver o vínculo, devido ao esclerosamento que a rigidez dos rituais impõe. O vínculo vai, pouco a pouco, sofrendo um tipo de asfixia. A rigidez nos rituais forma uma couraça defensiva, inalterável ante os questionamentos do vínculo, e vai renegando a passagem do tempo com seus efeitos. Há um acordo inconsciente que garante manter imobilizado qualquer elemento que possa ameaçar a existência psíquica e vincular.

Outras vezes, evidencia-se uma elasticidade maior, não só no cotidiano como também na resolução de crises. Firmam-se, então, recontratos e estabelecem-se novas regras, tolerando a mudança e possibilitando a transformação. Assim, encontra-se apoio nas experiências compartilhadas de confiança e procura-se uma nova ordem dentro da margem tolerável para as redes vinculares estabelecidas. Repetição e criação se conjugam numa alquimia própria de cada caso.

Toda transmissão psíquica demanda um trabalho de vínculo e metamorfose vincular que, acontecendo a contento, integra o processo estruturante, seja do sujeito, do casal ou do grupo familiar. No entanto, ao falhar, produz alienação, “atravessa o inconsciente das gerações e se impõe em estado bruto aos descendentes” (Ruiz Correa, 2000, p.15).

No transcorrer da psicoterapia familiar psicanalítica, quando o inominável se faz representável, renasce no sujeito ou no grupo familiar uma capacidade de transformação que, muitas vezes, faz “acontecimento” (Badiou, 1991). Como já foi visto no capítulo 2, o novo aparece para mobilizar e mudar uma ordem estrutural que tem pontos de inconsistência. Vejamos o caso a seguir

Ante o choque de uma traição amorosa, Maria Carmen constata o peso da realidade social que, de forma singular, se inscreve como acontecimento transubjetivo quando ela diz:

“É impressionante como as nossas convicções sobre o relacionamento ficam indo do pessoal para o geral, como a cultura nos marca... Há um ditado popular que diz: ‘quem trai uma vez volta a trair’. Vivo, então, com esse fantasma que por mim deixaria desaparecer mas que a sociedade me cobra que não esqueça”.

O ditado popular, evocado por Maria Carmem, carrega a força dos valores sociais que se inscrevem como impressão transubjetiva, ratificada pelo legado familiar. Desde pequena, Maria Carmem escutava sua mãe repetidamente dizer: “Homem que trai uma vez volta a trair”. A cultura ocidental inscreve o masculino como gênero autorizado a transgredir no plano sexual.

A transmissão psíquica do legado social, legado fortalecido pela identificação com a mãe, faz Maria Carmem sempre acolher e perdoar, já que tem como ideal conjugal o casamento, até que a morte os separe. Tanto a mãe como a avó materna, permaneceram casadas e convivendo com a infidelidade masculina. Por outro lado, paralelamente, Maria Carmem vai-se posicionando num projeto de afirmação e transformação social. É oftalmologista e, após muitos anos em que quase não clinicava, passa a desenvolver trabalhos que propiciam o transplante de córnea. Há, então, uma contradição constante que é presente na construção e transmissão do seu legado sociofamiliar: integrar, por um lado, o projeto de amor romântico, transmitido pelo grupo familiar, com, por outro lado, a sua inscrição como mulher dinâmica, profissional, bem sucedida, ocupando um lugar que, socialmente, é propiciado aos homens. Questões pessoais, familiares e sociais, como expressão das realidades psíquica, vincular e social, vêm tecendo a sua trama subjetiva no processo analítico. Maria Carmem vai fazendo um “transplante” na sua subjetividade, filtrando e apropriando-se de configurações de objetos que foram e são transmitidas psiquicamente e que estão sendo transformadas. Vejamos como isto acontece. Em processo de separação conjugal, ela e seus filhos participam de uma festa familiar na casa da ex-sogra, onde seu ex-marido comparece, pela primeira vez, com a namorada. Que família está reunida? No seu

imaginário, a festa aconteceria como nas do tempo anterior à separação, reunindo apenas a família de origem do ex-marido e a sua família nuclear, ainda na configuração conhecida: pai, mãe e filhos. Na sua análise, ao elaborar que a nova cena familiar irrompeu como um acontecimento intersubjetivo, diz: “a cena familiar me lembrou um caleidoscópio. As pedras eram as mesmas mas havia também outras pedras que eu não reconhecia e a minha pedra estava completamente fora de lugar. Havia como um véu que me impedia de enxergar. Agora se rompeu. Não será mais como era. A nossa organização familiar hoje é outra”. A cena familiar, transmitida como cena única e sonhada, vive a ruptura que o acontecimento lhe provoca. Nasce, então, a possibilidade de inaugurar novas cenas familiares até então impossíveis, por romperem com uma concepção ideológica sobre o casamento. Maria Carmem passa, desde aquele momento, a participar e ser protagonista de novas cenas familiares.

Na clínica familiar, acolhemos o relato de uma história que configura uma nova versão do acontecido. A cena familiar rompe-se. O que era vivenciado como um texto, com imposição de verdade, passa a refletir uma decomposição dessa verdade, que deixa de ser “discurso sagrado”, e abandona o caráter de certeza intocável, inquestionável.

Os fragmentos da pré-história vincular, impedidos de se transformar em fatos históricos, pressionam as gerações que se sucedem a atuar o não realizado nas gerações antecedentes. Por outro lado, sempre que acontece de a família ir além da sua “história oficial” – a que é transmitida como verdadeira e que deixa à margem tudo que é desmentido, repudiando ou segregando –, há oportunidade de se deparar com o vazio de significação que se apresenta. Pela elaboração dos traumas atuais, dos intergeracionais e dos transgeracionais que permaneciam intocáveis, cria-se a possibilidade de produzir nas redes vinculares e no discurso.

A escuta psicanalítica do grupo familiar se constitui em forma notável de metamorfose da transmissão psíquica geracional e

transubjetiva. Ao elaborar o genealógico e o que se inscreve da realidade social, cada grupo familiar faz um trabalho de nomear e classificar. Isto possibilita a movimentação e a discriminação do que seja o lugar e a função de cada membro familiar. Inicia-se uma metamorfose simbólica que exige um dar e receber mútuos, exige o vínculo como expressão da intersubjetividade. Deixa-se de ocupar um lugar ao qual se estava preso e passa-se a ocupar um lugar novo. A narrativa do legado familiar e sua elaboração em análise propiciam o reconhecimento e a integração do “presente composto”. Este presente de três tempos implementa uma cadeia de transmissão atual entre as lembranças do passado, a percepção do hoje e a esperança no futuro, que está já em construção. Vejamos, a seguir, como a interpretação dos sonhos pode elucidar a cadeia de transmissão psíquica.

Ao trabalhar, no seu processo psicanalítico, a sua genealogia e especialmente a sua origem, Irma relata, angustiada, um sonho em que aparecem dezenas de cabeças cortadas a serem recuperadas. Na escuta do sonho, como acontecimento intrasubjetivo, surge a negação do legado familiar vivido como herança vergonhosa a ser cortada. Irma é hoje uma profissional na área de produção de perfumes, mas tem dificuldade em dar continuidade aos projetos que inicia. Filha e neta de vendedores de peixes, tem origem humilde, que permanece negada, criando uma ruptura com sua história genealógica. Deste modo, a origem humilde, não reconhecida, imprime a marca de exclusão social na sua constituição subjetiva.

Irma sempre viveu “cortando cabeças”, já que camuflou, no seu percurso de vida, tudo que poderia lembrar a origem (para ela humilhante): seus pais, seus antepassados e o contexto social em que cresceu. Ao cortar suas raízes, foi perdendo seus valores e seus pensamentos, acreditando que poderia eliminar as impressões psíquicas e passar a ser herdeira de uma nova transmissão de que se orgulhasse, reparando, deste modo, o seu sentimento de humilhação. Socialmente, a origem humilde, muitas vezes, cria o estigma de excluído, de marginalizado e faz com que a humildade carregue a

ferida social da humilhação, como acontecimento transubjetivo. O sonho de Irma inicia a elaboração do legado familiar com seus conteúdos de vida e de morte. Isto irá possibilitando que, como herdeira da transmissão psíquica familiar, ela recupere as “cabeças cortadas” dos seus ascendentes. Passa, então, a se incluir na linhagem familiar, reconhecendo-se filha e neta na capacidade de trabalho e na honestidade. Vai, assim, discernindo os conteúdos da herança psíquica, escolhendo assumi-los como próprios e possíveis de serem transmitidos, ainda mais transformados, a seus descendentes.

A interpretação dos sonhos configura-se como um das vias privilegiadas de acesso ao legado familiar transmitido, considerando o sonho em si como acontecimento intrasubjetivo e revelador de outros *acontecimentos biográficos*.

Sempre que é possível ser escutado analiticamente e nomear o inominável, o que resta é um trauma elaborado e não uma cripta com material negado.

Lembrando que trauma deriva do grego *traûma*, significando ferimento, venho utilizando na clínica vincular a metáfora da ferida e a necessidade de cuidados para ir conseguindo a cicatrização e a diminuição do sofrimento que uma ferida aberta provoca, tendo sempre presente que as feridas são múltiplas. Usando a metáfora do ferimento, podemos pensar que, para cuidar, é preciso limpar e só é possível limpar mexendo na ferida, sabendo que o sofrimento provocado é necessário e temporário. Ao cuidar das feridas, os vínculos vão-se transformando e possibilitando a abertura de *pontos de vazío* (Badiou, 1990), nos quais podem surgir acontecimentos, com variações diversas, criações para além da repetição compulsiva. Vejamos o caso a seguir.

João Carlos e Estela procuram atendimento de casal, pela crise deflagrada por um relacionamento extraconjugal de João Carlos, colocando em risco o casamento de quase quarenta anos. Enquanto João Carlos foi-se voltando, cada vez mais, para os seus projetos profissionais, Estela foi abandonando os seus projetos de

participação política, que seu marido admirava e que marcavam seu diferencial. No tempo presente, ante o desencanto e mal-estar no vínculo conjugal, João Carlos diz que ela é igual à mãe dela, sacrificando-se sempre pelos outros e não investindo nela. Imediatamente Estela responde: “Então é genético”. Colocações como esta apontam para o rigor do determinismo na transmissão psíquica e esvaziam toda e qualquer possibilidade de metamorfose vincular. A relação extraconjugal, porém, tem a dimensão de acontecimento intersubjetivo, já que tudo passa a ter novo significado e a exigir um re-contrato que balance as estruturas fortemente arraigadas, com lugar e função imutáveis para ambos. Ante este acontecimento biográfico, elaborado na análise de casal como sendo um *acontecimento ressubjetivante*, deparam-se com um acordo inconsciente de tríplice sustentação para o vínculo amoroso: as famílias de origem de um e de outro, e um terceiro lugar, ocupado ora pelo investimento profissional, ora pelo filho de 30 anos, que não consegue sair de casa, ora por uma amante. O trabalho de análise dos vínculos permitiu a criação de um novo contrato inconsciente pelo qual João Carlos e Estela, discriminados e fortalecidos, passam a unir esforços como casal e neutralizar a entrada de um terceiro. A imagem de sobrevivência a uma doença grave que acomete João Carlos é usada, na psicoterapia vincular, como marca de força e construção, diante de acontecimentos com *devenir traumático* na vida conjugal.

Como vimos no caso relatado, pensar e trabalhar a família como “espaço intermediário” (Winnicott, 1975) nos propicia desdobramentos para o processo de criação ou de gênese constante que dá conta da origem, assim como inscreve transformações na passagem de uma ordem à outra. Sendo “espaço intermediário”, a família catalisa e expressa, de um modo próprio, elementos oriundos das significações imaginárias, vinculares, sociais e genealógicas.

Nos vínculos de parentesco, assim como na transmissão do legado familiar, que desce dos ancestrais e do que é construído nos vínculos atuais do tempo presente, contar também com a

psicoterapia familiar psicanalítica (P.F.P.), como um espaço de intermediação (Kaës, 1996), propicia a existência de cada um com o seu próprio desejo no grupo intrafamiliar, assim como facilita a discriminação de cada geração com os seus próprios valores e do grupo familiar no seu contexto social.

Cada membro do grupo familiar toma posição a partir de sua própria bagagem psíquica. Falo em tomar posição para ressaltar que fica excluída a possibilidade de um sujeito suportando, em total passividade, a rede interfantasmática familiar. Desde os primeiros momentos de vida, existe a capacidade subjetiva de estabelecer oposição ao jogo desejanter familiar, que inscreve uma potencialidade, entendida como a “disponibilidade para entrar em jogo conforme determinadas combinações possíveis inerentes aos vínculos” (Gomel, 1997). Mas, para romper com a força da herança familiar e social, é propício contar com a autorização familiar e social, já que ninguém transforma sozinho.

É preciso ir além da potencialidade vincular no conteúdo da transmissão psíquica. Como já foi dito, nas redes vinculares familiares, reconhecemos entre suas condições de produção duas vertentes: a história das gerações, com os legados construídos nos laços ancestrais, e o imprevisível, que faz o acaso em cada novo encontro ou vínculo. Parafraseando Winnicott (1975), posso dizer que tudo se atualiza no *espaço clínico*.

O *espaço clínico* é, então, um lugar de encontro, onde se dá uma área infinita de separação-união, em que se faz uso do que o mundo interno e o mundo externo colocam à disposição de cada um e do grupo familiar. O trabalho analítico presentifica uma zona intermediária, em que acontece a sobreposição e discriminação das três realidades: a psíquica, a vincular e a social. Configurando-se um espaço potencialmente criador, surge a possibilidade de construir ou reconstruir projetos de vida e também a capacidade de sonhar, como veremos num breve exemplo clínico.

Cristina relata emocionada ter encontrado uma foto sua de quando tinha quatro anos. A foto estava dedicada à sua avó materna

pela sua mãe, dizendo: “Para a vovó Maria, da Cristina que aos quatro anos já parece uma velha de sessenta”. Os dizeres da dedicatória irrompem como acontecimento intersubjetivo, dando significação a todo um sentir de Cristina, transmitido inconscientemente pela linhagem materna. Sempre viveu marcada pelo sentimento de que nunca poderia ser bonita, jovem, mulher, discriminando-se de sua mãe que ocupava este lugar no imaginário familiar. Cristina permaneceu num lugar designado pelo desejo materno e confirmado pela fantasmática familiar, lugar que anula uma nova geração com todas as novas possibilidades. Há uma dificuldade de a mãe aceitar que a filha se torne uma mulher, pois, nas palavras escritas na foto, já existia um desejo antecipatório de que a filha não percorresse as etapas próprias da construção de um percurso de vida feminino. A associação da foto, na análise, permite a ressignificação e irrompe, assim, a ordem do acontecimento. Uma nova chave de significações é criada: Cristina é, e se percebe, mulher, jovem e bonita, semelhante e diferente da sua mãe e da sua avó. Ao compartilhar, na transferência, essa experiência marcante, Cristina consegue criar o seu lugar hoje e elaborar seu constante mal-estar, por ter sido uma menina e uma adolescente que foi obrigada, e se obrigou, a abrir mão de sua beleza para ser aceita pela mãe.

As *redes vinculares familiares*, como experiência intersubjetiva, trazem também as marcas do social, e não apenas do geracional. Acontece um duplo mandato, que estabelece a posição potencial de cada um na rede, lugar este que tem sentido e significado no seu conjunto.

Diante do que nos antecede e do que surge como novo, Gaspari (2001) propõe pensar dois tipos de subjetividade: a conservadora e a criativa. A “subjetividade conservadora” tenta sempre estar adaptada aos valores transmitidos pelo legado familiar e cultural (mesmo que contrariem o próprio desejo). Com este funcionamento, se paga o preço de permanecer tomado pela angústia, sem conseguir uma produção criativa. Já a “subjetividade

criativa” encara o vazio, vazio que lhe permite criar e transformar, mas dispara uma angústia, quase intolerável, ao esfacelar a ilusão de completude e romper com o já conhecido e determinado. Considero que a subjetividade conservadora transparece na clínica pelo posicionamento *conserva-dor* que, muitas vezes, inibe a “subjetividade criativa” com o seu posicionamento *cri-ativo*. As *redes vinculares familiares* também se organizam dentro destes parâmetros de repetição e transformação. A escuta psicanalítica do legado, construído e transmitido psiquicamente, pode ser pensada não apenas como “a procura de escritos pré-existentes, mas também como abertura a dimensões não antecipáveis” (Rojas, 2000 p.265). Ninguém repete sozinho e ninguém cria por si só. Repetição, metamorfose e criação são sedimentadas na trama intersubjetiva. Há uma construção recíproca, durante toda a vida, entre a subjetividade e as redes vinculares, construção que se apresenta e se representa para ser escutada na psicoterapia familiar psicanalítica e isto fica revelado quando o grupo familiar faz o seu genograma.

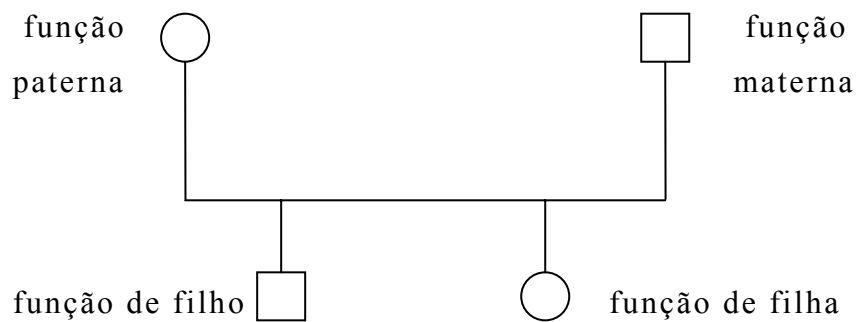
6.3. O genograma psicanalítico

Na procura dos significantes do legado familiar transmitido, o *genograma psicanalítico* vem sendo um excelente recurso clínico-metodológico para decodificar os elementos transgeracionais, intergeracionais e transsubjetivos que constituem a herança familiar recebida. Herança refere-se a tudo que se recebe dos ancestrais, antepassados e contemporâneos, mas que ainda será assimilado e transformado.

Ao desenhar o seu genograma familiar, o sujeito, o casal ou o grupo familiar confronta-se com um esquema gráfico que revive a genealogia das famílias de origem. Parafraseando Mannoni (1985, p.141), podemos dizer que o genograma psicanalítico equivale a uma “verdade histórica”. O desenho das representações das redes familiares de origem, que constituem o legado familiar, propicia a

eclosão de palavras míticas, produtoras de um desamarrar libertador. Libertado, seja o sujeito, o casal ou o grupo familiar, assume seu protagonismo ou participação responsável na transmissão psíquica.

A realização do genograma é proposta por mim, sobretudo, quando a narrativa familiar traz a presença marcante dos pais, avós ou bisavós (vivos ou mortos) na rede familiar atual. Para que possam fazer o genograma, apresento apenas o seguinte esquema como exemplo:



É pedido ao grupo familiar que desenhe a sua árvore genealógica, após dar uma mínima explicação sobre os signos convencionados para representação dos sexos e dos diversos tipos de vínculos. Conjuntamente, vamos trilhando as impressões e os traços de memória, deixados por outras gerações e que, sem maior censura, são revelados no genograma. O genograma psicanalítico se constitui num desenho projetivo grupal ou individual no qual se reflete uma narrativa impregnada de lembranças, associações livres, construções e segredos. Ele tem sido um excelente revelador dos pontos de vazio, assim como também dos acontecimentos que vão emergindo, seja no cotidiano da sessão clínica, seja no cotidiano familiar, numa mesma geração ou em gerações diferentes. Nos pontos de vazio, inicialmente, são produzidos sintomas, que emergem como produções que transbordam, e são feitos na medida,

para tamponar o vazio e, ao mesmo tempo, denunciá-lo. Pela ação dos mecanismos de condensação e deslocamento, o genograma pode ser comparado a restos diurnos de um sonho familiar intergeracional. Vejamos a seguir um caso clínico.

Ao fazer o genograma, no tempo presente da sessão vincular, Antônio e Samira lembram e atualizam imagens e palavras afetivas do vínculo que viveram com os seus avós. Resgatam, assim, o patrimônio afetivo que uma primeira geração legou à terceira geração. Hoje, Antônio e Samira são avós e percebem-se construindo e dando continuidade a esse legado de afeto junto a seus netos. Evocando o lugar e a função de seus avós na vida de cada um, eles fazem prevalecer o sentimento de cuidado transmitido pelos antepassados sobre o sentimento de abandono herdado dos pais. Samira, cheia de emoção, conta a alegria de ouvir histórias infantis no colo do avô; Antônio lembra dos docinhos que a avó fazia e que, orgulhoso, ele levava para a escola. O vínculo com os avós, hoje revelado no genograma, torna-se um acontecimento irradiador de possibilidade criativa nas redes vinculares familiares atuais. Antônio e Samira vinham num posicionamento de impotência ante o sofrimento dos netos. Estes vivem a omissão de seus pais que fazem, cada vez mais, uso abusivo de álcool.

Ao trabalhar o genograma, é importante clarificar a participação de cada um e de cada geração na construção do legado transmitido. Cada um é co-autor do relato histórico que, inicialmente, lhe parece escapar e do qual não se apropria. No primeiro tempo da escuta clínica, ao evocar a história familiar que foi transmitida, pode-se acreditar que se é apenas personagem ou vítima de uma trama familiar estranha. Só no segundo tempo da escuta é possível ir além da reconstrução e se perceber protagonista de uma história que lhe pertence e que está em construção. O *genograma psicanalítico* se configura na sessão como um mosaico em que as “peças” de cada geração se encaixam e revelam a repetição e a criação na trajetória familiar e na reconstrução da trama inconsciente. Refletindo a metamorfose das redes vinculares,

o genograma apresenta a transformação de acontecimentos biográficos em *acontecimentos ressubjetivantes*.

A história das gerações de uma família surge em sua transmissão, ela não é algo dado nem pronto, já que transmitir um passado é o que constrói esse passado histórico. A história da família é uma construção simbólica própria, que enlaça determinados fatos e os converte em fatos históricos, mantendo estes algum tipo de encadeamento. No processo analítico, realiza-se um trabalho de historização subjetivante que restabelece a cadeia de transmissão entre a pré-história dos ancestrais, a história dos antepassados e também a dos contemporâneos. Esta historização integra, *a posteriori* e em continuidade, as marcas que restavam soltas e sem sentido. Neste contexto, aproprio-me do dizer de Passos (2001): “o que vem do outro e nos perturba é, ao mesmo tempo, o que nos contém e nos faz criarmos e recriarmos nossas vidas” (p.142).

Para Gomel (1997), na história familiar vai-se discriminando e construindo um “arquivo de história”, no qual ficam os acontecimentos convertidos em fatos históricos, acontecimentos estes que têm a possibilidade de estabelecer conexões lógicas e temporais. Por outro lado, há um “arquivo do real”, onde permanecem os fragmentos não representados, não simbolizados e que provocam confusão de tempos entre um passado perdido, um presente como repetição e um futuro incerto. Ao criar o espaço clínico, marcado pela escuta psicanalítica, o grupo familiar vai abrindo seus arquivos, tomado pelos mais variados sentimentos, onde o orgulho e a vergonha se presentificam constantemente. Ainda para Gomel, o somatório de documentos familiares (mitos, lendas, relatos orais e escritos, acontecimentos...) vai sendo revelado nas categorias de íntimo, privado e público, nos proporcionando indícios de como estão construídas as redes vinculares familiares. O íntimo fala do espaço intrapsíquico associado a uma idéia de segredo, com direito a não dizer e a não escutar determinados conteúdos; o privado é o espaço

intersubjetivo, conjugal ou grupal, marcado pela discricção, por um código próprio e por um acordo de sigilo. Já o público alude ao espaço transubjetivo, ao âmbito social do qual se espera transparência e que implica compartilhar em geral. O espaço transubjetivo, através dos organizadores psíquicos socioculturais (Kaes,1986), tais como valores, ideologia, religião, política e outros, entra suplementando, ou apenas complementando, a organização psíquica individual e do grupo familiar. Na abordagem clínica psicanalítica vai-se desvendando que o sintoma, ou o lugar de bode expiatório na rede vincular familiar, se constrói pelo conluio de aportes dos três espaços psíquicos: o intrasubjetivo, o intersubjetivo e o transubjetivo. Muitas vezes, então, a “ovelha negra” da família é a ovelha da família negra e, até por vezes, a ovelha da sociedade adoecida.

6.4.

Redes vinculares de pertença e outras redes

A clínica nos mostra que mesmo algo muito traumático pode ser elaborado pelos recursos internos e pela ajuda dos recursos externos. Uma escuta da subjetividade e dos vínculos em rede faz com que consideremos recursos externos, recursos que passam a ser compreendidos como redes vinculares de pertença. Chamo de *redes vinculares de pertença* às redes vinculares que, para além do grupo familiar atual, proporcionam acolhida e confrontação às questões que mobilizam a rede familiar, passando a poder exercer, em alguns casos, uma função terapêutica. Entre as *redes vinculares de pertença*, as famílias de origem e o grupo de amigos ou amizades têm presença marcante em muitas famílias. Vejamos o relato que se segue.

Gabriel tem 20 anos e é o segundo filho de pais separados. No seu processo psicanalítico, relata que ter contado aos pais que era gay foi algo terrível para todos. Pela primeira vez, estava contestando todas as expectativas que sempre tentou atender e

saindo do lugar de filho apenas como desejo dos pais. “Eu sabia que com minha revelação tudo mudaria”, ele diz. Num tempo posterior da análise, Gabriel elabora um antes e um após desse acontecimento, dizendo:

“tudo ficou diferente, a relação entre meus pais, a relação com meu irmão, a relação de meu pai comigo e com meu irmão e também a relação de mamãe conosco. Pela primeira vez, meus pais se uniram no projeto de educar os filhos, eu e meu irmão deixamos a rivalidade de lado e nos tornamos amigos, com uma relação aberta e de posicionamento conjunto frente aos nossos pais, tanto meu pai como minha mãe começaram a cuidar mais de nosso dia-a-dia e de nossos projetos”.

Além do atendimento psicanalítico de Gabriel, o seu grupo familiar possui uma *rede de amigos*, que vem acompanhando os diversos tempos da vida familiar e que funciona como acolhimento aos enigmas e sofrimentos que se apresentam nos vínculos intrafamiliares e nos vínculos com o contexto social. De acordo com Winnicott (1975), podemos pensar que essa rede vincular de pertença exemplifica a “importância vital da provisão ambiental”, não apenas para a construção subjetiva como também como organizadora psíquica da rede familiar. Considerando que o grupo de amigos constitui uma *rede vincular de pertença*, esta se soma ao espaço analítico como mais um propiciador da metamorfose vincular conquistada. Os vínculos de amizade, como espaço potencial, intermedeiam as trocas entre o sujeito, o grupo familiar e o contexto social, auxiliando na cicatrização de feridas narcísicas ou sociais, impostas pela não aceitação de conteúdos traumáticos ao grupo familiar, tendo, então, uma função terapêutica.

Para além do espaço analítico, uma *rede vincular de pertença*, com seus vínculos predominantemente solidários ou narcísicos, pode facilitar ou dificultar o retorno do sujeito e do grupo familiar para tempos anteriores, com suas carências e descaminhos, contribuindo ou não para a elaboração dos conflitos do tempo presente. Os pais de Gabriel, contando com o apoio da *rede vincular de pertença*, ficam fortalecidos na decisão de impor limites ao filho

e contribuem para a experiência de castração, possibilitando, assim, o seu crescimento afetivo e sexual.

Já no contexto comunitário, os participantes do *grupo de reflexão psicanalítica* relatam, repetidamente, a função terapêutica da *rede vincular de pertença*, sempre que solidariamente enfrentam as chuvas fortes de verão: “De novo perdemos tudo. O rio encheu e transbordou, entrou nas casas, foi levando mesa, cadeiras, tudo... Todo ano o governo diz que vai resolver o problema. Todo ano é o mesmo sofrimento, é uma ferida que não tem cura. O lado bom da história é que um ajuda o outro. É criança, velho, todo mundo. Fazemos um mutirão de muitos dias para tirar a lama que fica. Tem gente que nem conhecemos direito e vem ajudar. Isso dá forças para continuar vivendo.”

Indo além das redes de pertença, permito-me refletir sobre outras redes...

O analista que escuta as redes vinculares precisa também estar disponível para trabalhar em rede, estabelecendo toda e qualquer relação que possa ser importante para escutar o caso clínico, na sua especificidade, tendo presente que ele, como psicanalista, está também atravessado pelas contribuições das mesmas redes de pertença, sejam grupais, institucionais, comunitárias, sociais ou humanitárias.

A clínica nos interpela sobre a necessidade de criar, em determinados casos, também uma *rede vincular terapêutica*. Considero *rede vincular terapêutica* a que se estabelece pela disponibilidade do analista em contatar, sempre que necessário, profissionais e/ou espaços de cuidado para que, de forma integrada, seja mais efetiva a sua função, tanto na clínica individual como na clínica vincular, seja no contexto privado ou comunitário. Esta rede é especialmente indicada em momentos críticos, como veremos no caso clínico a seguir.

Casados há mais de quarenta anos, Maria (77 anos) e Augusto (68 anos) procuram uma análise do vínculo conjugal num tempo de crise em que, o ciúme de Maria acorda respostas agressivas de

Augusto, que não tolera qualquer alteração na sua vida. Augusto é filho e herdeiro de empresário e teve a sua vida sempre centrada no seu desenvolvimento profissional, tendo hoje um lugar de destaque na sociedade. Maria foi e é a companheira que, submetendo-se ao desejo de Augusto, deixou de lado seu exercício profissional para ser apenas mãe e esposa. O ciúme passou a ser um terceiro constante no vínculo conjugal, ciúme do trabalho de Augusto, ciúme do possível envolvimento com secretárias que, na fantasia de Maria, seriam amantes. Durante vários anos, a análise pessoal de Maria foi acolhendo e trabalhando esta interfantasmática de exclusão e de ciúme, centrada na intrasubjetividade. Percebendo os limites de suas intervenções, a analista de Maria sugere uma análise de casal, iniciando a *rede vincular terapêutica*.

Ao serem escutados como casal, ambos vão discriminando de que forma cada um contribui para sustentar os lugares estereotipados de um que trai e do outro que é traído. Conseguem perceber que, repetindo histórias de suas famílias de origem, foram construindo estes lugares. Além disso, Maria reconhece que a primeira traição foi dela para consigo própria, abrindo mão do seu desejo de continuar o trabalho profissional; Augusto toma contato com a sua participação inconsciente, já que exclui Maria de suas conquistas intelectuais e profissionais e, nos momentos de crise, sai de casa, sem compartilhar, para retornar após um ou dois dias. O delírio de ciúmes de Maria e a agressividade de Augusto vão-se tornando menos freqüentes, acontecendo lapsos de memória por parte dela que fazem dele, praticamente, a “sua” memória dos fatos recentes. Além da interfantasmática em jogo, torna-se importante incluir na escuta um dado de realidade objetiva: Maria está com 77 anos. Quais seriam as bases neurológicas da falta de memória? Estar-se-ia iniciando um processo de demência senil? Expandindo a *rede vincular terapêutica*, é feito o encaminhamento para uma avaliação gerontológica, que confirma a necessidade de suporte medicamentoso adequado, já que Maria vinha utilizando um remédio que, com o tempo de uso, estava causando as falhas de memória.

Abrindo ainda mais a *rede vincular terapêutica*, o casal passa a freqüentar oficinas de jogos de memória. Os filhos, adultos e já independentes, descobrem o prazer de passar a estar mais presentes na vida de seus pais, fortalecendo ainda mais essa rede. Interrompem, assim, o afastamento que lhes impunham para não conviverem com “as loucuras deles como casal”, como alegavam.

Como visto no exemplo acima, ao integrar uma *rede vincular terapêutica* desenvolvemos um trabalho em conjunto, que diminui as certezas e cria novas perspectivas na escuta clínica. Mas este trabalho em rede só é possível tendo como alicerce a confiança mútua entre os profissionais convocados. A possibilidade transformadora, do enfoque utilizado, fica então delimitado, por outras contribuições que impõem ao analista uma ferida narcísica no seu posicionamento, posicionamento este que corre o risco de se firmar reducionista e sem fronteiras, sempre que acontece isolado. Vive-se, então, o desafio de sustentar a especificidade de cada trabalho incluído na *rede vincular terapêutica* e, concomitantemente, o de propiciar o enriquecimento e a transformação de cada contribuição, convocada para uma relação de ajuda em rede.

Criar uma *rede vincular terapêutica*, em especial entre o analista individual e o que escuta o sofrimento vincular, é de enorme valia nos momentos de crise ou catástrofe psíquica. Além disso, ter, como já foi visto, uma escuta para com a *rede vincular de pertença*, amplia a *rede vincular terapêutica* e suplementa a função do analista. Especialmente no mundo contemporâneo, em que há tantos vínculos partidos, “uma clínica das redes contribuirá para romper o isolamento: pertencer a grupos e organizar vínculos construtivos são procedimentos de eficácia terapêutica” (Rojas, 2003, p.10)³.

Combinar um atendimento individual com o atendimento conjugal ou familiar tem sido de grande valia em casos nos quais a transmissão psíquica geracional está em jogo. Já nos casos em que a

³ Tradução da autora.

transmissão psíquica transubjetiva prevalece, a inserção em grupos de reflexão psicanalítica, com participantes de diversas famílias, é de enorme enriquecimento, pois permite a troca e o confronto dos acontecimentos advindos do social.

Em certos casos, em que é necessário ir construindo uma demanda específica, o mesmo analista pode ser convocado a mudar o enquadre para dar continuidade ao dispositivo analítico. As mudanças de enquadre, contudo, só podem vigorar, quando acordadas por todas as partes envolvidas e quando contam com a experiência clínica e sensibilidade do profissional que escuta. Só assim, será possível um ir e vir no pensar do analista de um enquadre individual, a um conjugal, familiar ou grupal, sem maior risco para a manutenção do dispositivo.

Examinemos o fragmento clínico que se segue.

Célia nos procura para atendimento, trazendo o seu sofrimento pelos conflitos com a filha Clara de 16 anos. Nas entrevistas preliminares, com ambas e com todo o grupo familiar, define-se pelo atendimento à família, já que o vínculo mãe-filha estava adoecido pelas pressões impostas pelo desvio de funções. Clara vinha desempenhando a função paterna, e não a função fraterna, junto à sua irmã Viviane, de 7 anos. Alberto, o pai, mantinha-se à margem e quase em isolamento e Célia, em calorosas discussões com Clara, resolvia o que seria ou não permitido para Viviane. Com a psicoterapia familiar psicanalítica (P.F.P.), foi sendo elaborada a falta de autoridade de Alberto, autoridade mais esvaziada pela não valorização da sua profissão de nível técnico pela mulher e pelas filhas (Célia é professora universitária e Clara estuda para o vestibular de medicina). Na sociedade contemporânea, transmite-se um legado social em que o poder, muitas vezes, está ainda ligado ao nível de conhecimento intelectual e ao reconhecimento do trabalho desempenhado. À medida que vão se discriminando e assumindo as respectivas funções (Clara é filha e Alberto é pai), apresenta-se um mal-estar crescente no casal conjugal, que é presentificado pela falta de encontros sexuais. Ter

desorganizado o casal parental, que mãe e filha constituíam, desvenda as dificuldades do casal conjugal (Alberto e Célia). Emerge, então, do atendimento clínico ao grupo familiar a “construção situacional em transferência” (Rojas, 2003) da passagem para um atendimento ao casal. Assim, acordado e resolvido como prioritário, o enquadre é transformado e, como analista, sou convocada a escutar o sofrimento conjugal. Os filhos deixam de vir e o atendimento de casal é iniciado.

6.5.

Na escuta da dimensão social da transmissão

Ao escutar não apenas o imaginário, mas também a realidade social com a sua concretude, a abordagem clínica vai ficando cada vez mais complexa e desafiadora. O campo das representações, tão desenvolvido pela teoria psicanalítica, apenas engloba parcialmente o que se apresenta como próprio da pertença social na clínica. Algo resta como excesso sem possibilidade representativa, mas que faz impressão transubjetiva, pela presença do que nomeei como *fundo fantasmagórico globalizado* (F.F.G.). Este fundo invade a cena psicanalítica com sentimentos repetitivos de insegurança, medo e desamparo.

A singularidade da escuta clínica de cada rede vincular familiar faz com que se discrimine o que se constrói a partir das séries complementares (Freud, 1985); o que remete à forma como foram vividos os vínculos parentais e os vínculos com as famílias de origem, e também o que se inscreve como efeito da pertença social, que pode proporcionar um suporte solidário ou não. A complexidade desta escuta singular fica evidente no caso clínico que ocorreu num contexto comunitário e que apresento a seguir.

No fim de cada semestre, é realizada, com o *grupo de reflexão psicanalítica* de famílias, uma excursão de cunho cultural. No dia a que se refere o relato, o planejado era visitar um vernissage de pinturas sobre “FAVELAS”. Já no trajeto da comunidade até o Museu do Folclore, os participantes do grupo

foram imaginando o que o artista poderia ter representado do mundo da favela, mundo que tão bem eles conhecem, mundo que habitam com suas carências materiais e afetivas, com o medo da violência e, também, com sua riqueza cultural e religiosa. Ao chegarmos, o imprevisível se instala! Em vez da esperada exposição com os quadros sobre a realidade cotidiana e as festas da favela, o grupo se depara com uma nova exposição sobre “BRINQUEDOS DO NORTE”. Passarinhos, casinhas, canoas, chocalhos, embarcação de pesca... um mundo primitivo, em que a maior parte do grupo viveu, está representado pelos artistas populares (seus conterrâneos) nos objetos em madeira multicolorida, que inundam de alegria este momento. É o grupo, então, que nos fala, nos ensina, nos transmite suas experiências e suas histórias de vida. “Isto é uma pateira, é igual à que a minha vó me ensinou a fazer”; “Era todo dia assim, os barcos de pesca chegavam bem cedo e corríamos para o mercado”; “As casinhas eram feitas no alto para o mar não levar”; “Brincava e brigava com meu irmão pelos chocalhos...”. Homens e mulheres, de até 86 anos de vida, resgatando e compartilhando lembranças que falam do lúdico como suporte do rememorado.

Posteriormente, este acontecimento é elaborado no *grupo de reflexão psicanalítica* com a percepção de três tempos:

1. um tempo presente, tempo das favelas onde moram, com os sentimentos de carência e abandono que são confirmados na falta de políticas públicas de saneamento, saúde, educação e segurança. Este sentir denuncia a quebra das garantias sociais e inscreve um *fundo fantasmagórico globalizado* de desamparo;
2. um tempo passado, tempo dos Brinquedos do Norte, que resgata a genealogia com o arquivo das lembranças pessoais, a memória das origens no destino de cada um, de suas famílias, do brincar da infância, da criação dos próprios brinquedos - mesmo com as limitações impostas pela constante falta de recursos e contando apenas com o desejo de viverem o direito de ser crianças;

3. um tempo de transformação em que, as experiências do grupo, com o interjogo do tempo passado e do tempo presente, permitem despertar para zonas que talvez estivessem negadas na ordem do individual e do próprio grupo. Acontece um *despertar*⁴ para o espaço esquecido da origem, despertar que leva o grupo a se reconectar com os territórios de pertencimento do Norte.

A visita ao Museu do Folclore, despertando um patrimônio de memórias, é assimilada como um *acontecimento ressubjetivante* que mudou as significações vigentes: os participantes do grupo se reconhecem, então, como produtores de cultura e criadores de arte popular, a ser transmitida a seus contemporâneos e descendentes. Na escuta clínica, junto com o grupo, sinto a emoção de retomar esse legado e de adquirir novos conhecimentos.

A escuta clínica cria também um espaço de acolhimento aos acontecimentos transubjetivos que interrogam sempre (e fora de um julgamento de valor), o que faz, de uns protagonistas de sua história e de outros, apenas personagens ou títeres da cena familiar e/ou social. Pensar o efeito destes acontecimentos na construção do legado familiar e da história pessoal, retoma os abalos infringidos ao mundo psíquico e vincular, advindos do real, tendo sempre presente que, em grande parte, os acontecimentos transubjetivos são interpretados de acordo com o marcador intrapsíquico, mas também refletem o *fundo fantasmagórico globalizado* de sua época. Vejamos no fragmento clínico que se segue.

Vivian chega para a sessão muito atrasada devido ao grande engarrafamento no trânsito. A sua fala está invadida por conteúdos persecutórios, construídos por impressões oriundas do seu mundo interno. “Comigo tudo dá errado, sempre fico impedida”, é o que grita o seu marcador intrapsíquico. Ao mesmo tempo em que sente tudo conspirando contra ela, relata que, mais uma vez, a população

⁴ Neste momento, ao escrever estes dizeres, evoco o nome original do projeto social que, como resultado de parceria entre a universidade e o poder público, iniciou o trabalho na comunidade: projeto nomeado *Despertar*.

está refém do crime organizado. Repetidamente os traficantes vêm impedindo a passagem pela avenida que dá acesso a seu local de trabalho, como forma de pressionar o governo estadual a retirar a força policial do caminho. Ser parte integrante de uma população refém, presentifica um *fundo fantasmagórico globalizado* que fortalece o seu sentimento de impotência e dificulta a transformação psíquica.

Não há como eliminar o processo traumático acontecido mas, trabalhando também o que chega de informação pelas *redes vinculares de pertença* – família, amizade, instituição, comunidade, sociedade e humanidade como um todo –, pode-se redimensionar o golpe psíquico provocado. No processo psicanalítico, vão-se trabalhando os conteúdos que transbordam, o que é denegado das *redes vinculares de pertença*, articulando cada rede com as outras, na construção do *legado sociofamiliar*.

O sujeito não pode excluir, da sua análise, a sua participação nos acontecimentos que lhe chegam do mundo externo. Com relação ao que lhe acontece de fora e que só pode aparecer de dentro, não se tinha, até o momento, meios suficientes de compreensão na teoria psicanalítica. Mas, hoje, a psicanálise mais sensível à escuta das redes vinculares tem presente que a dimensão social ou transubjetiva aparece como intrínseca, como matéria-prima da subjetividade. Não há um entorno externo por “fora” de um de “dentro” não-contaminado (Rojas, 2003) fora do tempo e do espaço histórico. Conseqüentemente, a construção do legado familiar e sua transmissão psíquica deixa de ter, como âncora, apenas a transmissão materna e se expande assimilando a transmissão familiar e cultural. Concordando com Winnicott (1975), passamos a ter presente que há múltiplos transmissores e transformadores do legado familiar e acrescentamos também as impressões cunhadas pela incidência direta do contexto transubjetivo. A dimensão social, entranhada de modo indissociável no material psicanalítico, passa a ter maior visibilidade e valorização, especialmente nos tempos de

crise ou de catástrofe, que foram favorecidos pelo entorno sociocultural do tempo presente.

É principalmente nas disfunções da pertença social, com suas conseqüências no legado familiar transmitido, que a escuta do social se impõe. Os *grupos de reflexão psicanalítica*, como método clínico para a construção coletiva da experiência atual, da memória e da história de vida, têm função privilegiada nesta escuta. Neles acontece não só um lembrar - apesar do medo de contactar o intolerável do sofrimento pessoal, vincular e social -, mas também o sonhar - apesar do medo de não conseguir concretizar, em projetos, o material sonhado (Carreiro, 1993). Na escuta psicanalítica fica desvendado que há uma construção, subjetiva e das redes vinculares, que é marcada por aspectos sociais temporais, próprios de cada época e que inscrevem o transubjetivo.

Tanto no consultório particular como na inserção comunitária surge a necessidade de se criarem “outras versões da clínica” (Santos & Vilhena, 2000), ampliando as fronteiras da subjetivação pela inclusão dos aportes genealógico e transubjetivo na construção do próprio eu, do *legado sociofamiliar* e das redes vinculares.

“A configuração do cenário analítico constitui uma tarefa complexa. A re-descrição da clínica tem sido uma questão importante para a psicanálise contemporânea. Percebemos, cada vez mais, a busca de dispositivos analíticos que possam atender a uma diversidade de situações que a caracterizam atualmente, a despeito de sua localização. Seja no consultório, seja na comunidade, o psicanalista hoje se depara com muitos desafios.”
(Santos & Vilhena, 2000, p.12)

Parafraseando Laplanche & Pontalis (1988), é possível afirmar que o sujeito e as redes vinculares se constituem a partir de “um roteiro de múltiplas entradas”, isto demanda do analista um posicionamento criativo e aberto a metamorfoses clínicas e teóricas. Mas o criar passa pela capacidade de fazer face ao imprevisto, considerando o *espaço clínico* como um espaço de jogo e de criação - na visão winnicottiana - que permite a quebra de situações fixadas por uma compulsão de repetição mortífera.

Retomando o contexto comunitário, evoco o dia em que sair da situação fixada de vivência de morte, e também de medo, tornou-se um desafio à escuta do *grupo de reflexão psicanalítica*. Narrava-se a morte de “Seu Reginaldo”, marido de uma das participantes que, doente, não resistiu à falta de bom atendimento médico. Dona Isaurita, sua esposa, chora expressando a sua revolta e tristeza. Nesse momento, a sua neta chega ao grupo trazendo seu bebê recém-nascido. Como incluir e não excluir ou deixar à margem este acontecimento? Fazendo face ao imprevisto e ajudado por ele, o grupo elabora que morte e vida estão presentes no cotidiano: o bisavô partiu, mas um bisneto chegou, dando continuidade a uma corrente de transmissão psíquica, em que a presença do sucessor mantém viva a memória do antecessor.

No texto de 1933, ao se perguntar por que a guerra, Freud já apresentava a pulsão de vida e a pulsão de morte, esclarecendo que ambas são essenciais e que os fenômenos da vida são construídos “pela ação confluyente ou mutuamente contrária de ambas” (p.252). *Eros* e *Thanatos* estão amalgamados e, na luta pela sobrevivência, há espaço para competição e violência, assim como para cooperação e agressividade, que levam à criação.

“Uma comunidade se mantém unida por duas coisas: a força coercitiva da violência e os vínculos emocionais (identificações é o nome técnico) entre seus membros. Se estiver ausente um dos fatores, é possível que a comunidade se mantenha unida pelo outro fator”.

(Freud, 1933 / 1932, p.250)

Ante esta colocação, podemos inferir que, consolidando os vínculos emocionais através das redes solidárias ou de amizade e das identificações, teremos um modo de resistir à violência, doença e flagelo da organização social.

Tentando encontrar explicação para o por que da guerra, Einstein, em carta a Freud, publicada no texto acima, afirma:

“A experiência prova que é, antes, a chamada ‘*Intelligentzia*’ a mais inclinada a ceder a essas desastrosas sugestões coletivas, de

vez que o intelectual não tem contato direto com o lado rude da vida, mas a encontra em sua forma sintética mais fácil – na página impressa.”

(Freud, 1933 / 1932, p.244)

Como analistas, na escuta das mais variadas expressões de violência, somos chamados a incluir, na nossa visão, e considerar, na nossa escuta também, a inscrição transubjetiva desse “lado rude da vida” e a sua presença na construção subjetiva e dos vínculos familiares, comunitários e sociais. A experiência da clínica privada, assim como da psicanálise em contexto comunitário, mostra que manter excluídos, do trabalho elaborativo, a força destas formas de violência, repete e atualiza o ato violento por parte do analista, violência de se manter alijado do seu contexto sociocultural. Como lembra o mestre Kaës (1991b), é importante que as catástrofes psíquicas não submetam o psicanalista a uma catástrofe epistêmica. Acredito que ignorar ou não reconhecer a inscrição de *feridas sociais* ou feridas narcísicas, advindas do “lado rude da vida”, pode comprometer a escuta e a possível elaboração dos conteúdos psíquicos em jogo.

É importante, no entanto, também ter escuta para o lado não rude da vida, lado este que, mesmo inibido, está sempre presente. Para além da violência, o *grupo de reflexão psicanalítica* compartilha também sonhos e realizações e seus participantes percebem-se como protagonistas de acontecimentos transformadores. Vejamos alguns depoimentos.

“Tem coisas bonitas aqui sem ser só violência, dezessete jovens foram empregados. Acordamos às seis horas para levá-los para fazer entrevista no centro, começou o tiroteio mas, mesmo assim, chegamos a tempo.”

Em certos momentos, a construção de uma *rede vincular solidária* permite frear ou colocar limites ao dia-a-dia de violência. Gracinha e Maria das Dores, membros do grupo de reflexão, conseguiram viabilizar uma oportunidade de trabalho para os

adolescentes que, vindo sem perspectivas, facilmente poderiam ser capturados pelo atrativo do movimento do tráfico da drogas.

As redes predominantemente solidárias, que os participantes do *grupo de reflexão psicanalítica* desenvolvem além do trabalho em si, dão apoio ou adesão à causa ou princípio do outro, partilhando seu sofrimento ou a sua alegria. Sabemos que compartilhar o sofrimento faz com que ele fique menor e compartilhar a alegria faz com que ela se torne maior.

Vejamos ainda os relatos a seguir:

“A dona Emilia, nossa companheira aqui no grupo, tem 70 anos e está alfabetizando muitos adultos, 5 daqui do grupo, estamos aprendendo com ela.”

“Eu pensava que só quem estudava podia ensinar. Hoje eu sei que tenho conhecimentos que outros não têm. Ensinei minhas netas e minhas vizinhas a fazer pintura em pano e em vidro. O grupo deu valor a meus trabalhos quando fizemos a exposição e agora muitos me fazem encomendas.”

“Nunca pensei que vocês, psicólogas, iam gostar tanto do suco de couve com limão. Eu aprendi com minha avó e já ensinei a muitos nesta terra.”

Nestas falas percebemos a valorização de um saber, que não era reconhecido como tal, e a vergonha vai perdendo espaço ante a constatação de que se tem um saber a transmitir e compartilhar.

Significativa foi a colocação feita por Maria das Dores sobre a importância do *grupo de reflexão psicanalítica* na sua vida:

“No dia primeiro de setembro de mil novecentos e noventa e oito foi minha primeira reunião neste grupo. Antes disso, minha vida era cinza, de uma cor só, sem graça e monótona. Agora minha vida é um arco-íris, cheia de alegrias, amizades, conhecimentos, aprendizagem, doação: antes eu era desempregada e desocupada. Agora sou desempregada sim, mas com muitas ocupações.”

7 Considerações Finais

“Enquanto leio meus textos se fazem descobertos. É difícil escondê-los no meio dessas letras. Então me nutro das tetas dos poetas pensados no meu seio”.

(Cesar, 1985, p.92)

A tese, no campo da *psicanálise para as redes vinculares*, foi retomando um legado teórico-clínico, legado que foi revisitado e atualizado para atender às demandas do tempo contemporâneo. Acolhendo transformações teóricas que muitas vezes contradiziam uma herança consolidada, vários psicanalistas fomos vistos, por vezes, como transgressores. Tendo como leme o que chamei de uma *ética de re-existência*, fomos criando, ou tentando criar, mas de forma cuidadosa.

Neste contexto, propus a noção de *redes vinculares* como um ir além das configurações vinculares. As configurações acentuam a estética das novas formas de organização vincular. Já as redes, permitem pensar novas produções em constante movimento, com o registro do tempo em transitoriedade e não basicamente contínuo.

O que denomino de *abordagem psicanalítica para as redes vinculares* resgata as produções francesa e argentina para a genealogia do saber sobre vínculos, fazendo, assim, uma articulação entre ambas e acrescentando novos conceitos, criados a partir da minha experiência clínica, tanto em consultório particular, como em uma comunidade de periferia no Rio de Janeiro.

O encontro teórico dos dois enfoques mantém uma postura e compreensão estruturalista, mas considero que os argentinos explicitam com maior clareza a influência de outros campos de saber, tais como a filosofia, a biologia e a antropologia. Deste modo, vários conceitos passam a exigir novas formulações, ancoradas em metáforas não deterministas e abertas ao imprevisível. Já sobre os autores franceses, posso dizer que lutam para manter a

força do estrutural, mas se percebem tomados pela presença de acontecimentos que se sucedem, abalizando a vida familiar e também “balançando as estruturas”.

Neste enfoque psicanalítico para as redes vinculares, propus ir além do que muitas vezes é vivido como dogma teórico e enquadre único. O propósito foi o de romper um devir-a-ser determinado e normatizado para realizar um devir em constante construção e metamorfose. Acrescentei a uma ordem estrutural, já mais estudada, a ordem do acontecimento, valorizando as transformações que esta impõe à subjetividade e aos vínculos. A metáfora da rede com suas tramas e vazios, recoloca a ordem do acontecimento e da criação como suplemento da ordem estrutural e da repetição.

Revisitando o tema da transmissão psíquica, fui ao encontro de Freud e Winnicott. Na obra freudiana, vimos que o tema da transmissão psíquica tem importantes pontos de apoio na hipótese filogenética e também no estudo de alguns conteúdos que são transmitidos de pai para filho.

A hipótese filogenética foi revitalizada nesta tese como uma “metáfora do arcaico” (Birman, 1993), marco fundante da *pré-história geracional* do sujeito e de suas redes vinculares. Com a noção de herança arcaica, Freud (1937) valorizou a força do patrimônio psíquico herdado, dando um lugar às experiências de gerações anteriores.

Por outro lado, ao afirmar que cabe a cada um criar disposições para as gerações futuras, Freud já dá subsídios à nossa hipótese de que estamos no tempo presente, contribuindo para a construção subjetiva de nossos descendentes. Ele também acenou para a presença do mundo externo, incidindo na subjetividade, mas com valor minimizado ante a força da sexualidade.

Já, ao propor as fantasias originárias (cena primitiva, sedução e castração), Freud nos ofereceu uma importante matéria-prima para a transmissão psíquica, que se dá entre e pelas gerações, integrando o pólo mais primitivo da transmissão e tendo um roteiro grupal.

Nos conteúdos transmitidos de pais para filho, Freud (1914) apresentou o sujeito como elo de uma corrente intersubjetiva que lhe dá acolhida e que, concomitantemente, é transformada pela sua chegada e ação. Considerei, então, que a cadeia paterno-filial tem, como um dos dinamizadores, *um eixo narcísico de transmissão* pelo qual o narcisismo dos pais se mantém presente no ciclo de vida familiar, perpassando as diferentes gerações. Partindo desta premissa, propus acrescentar mais uma ferida narcísica às já apresentadas por Freud (1917): a *ferida genealógica*, que inscreve o desejo do sujeito na cadeia de transmissão psíquica familiar.

Mas, para além da hipótese filogenética e do eixo narcísico de transmissão, podemos valorizar também, no texto freudiano, a rede de identificações, a memória e a repetição, como elementos da transmissão psíquica inconsciente; estes já mais desenvolvidos por Kaës.

Foi também apontado que a noção de intermediário, presente em toda a obra freudiana, foi resgatada por Kaës (1996) que pensou o trauma como resultado do fracasso na função de intermediação, definindo esta função como primordial para a transmissão psíquica.

Já com relação a Winnicott (1975), considerei que ele revitalizou a contribuição freudiana e também a expandiu, visto que valorizou a ordem do incidental, metamorfoseando o que seria estrutural para a cadeia da transmissão psíquica.

Para Winnicott, há uma dependência maior do mundo externo. Este contexto ou realidade social vai também configurando o legado singular a ser transmitido por cada grupo familiar. Não é apenas o funcionamento intrafamiliar que determina, mas também a presença ativa de pais e/ou outros educadores. Concluo, então, que as *redes vinculares de pertença*, tais como amizades e instituições sociais, exercitam, conjuntamente com as *redes vinculares familiares*, a tarefa de transmitir valores pessoais e sociais.

Winnicott preocupa-se com a frustração ou mal-estar decorrente da necessidade de intermediar o mundo interno com o externo, propondo o “espaço potencial” como o lugar de emergência

conjunta e singular do sujeito e da cultura. Com esta colocação revolucionária, ficou embasada a nossa hipótese de que o sujeito é criador do seu mundo e cada época cria uma nova subjetividade.

A capacidade criadora, pessoal e social, foi então resgatada como indispensável na cadeia de transmissão psíquica, sendo que o grupo familiar funcionará como propiciador ou inibidor. Foi visto também que, o criar demanda viver e não apenas sobreviver. Isto fica confirmado na escuta feita, em comunidade favelada (mestre em sobrevivência), através de um grupo de reflexão psicanalítica. Finalmente, ao pensar o espaço cultural como a tessitura grupal que, para além do pessoal, dá continuidade ao humano, Winnicott nos presentearia com a “importância vital da provisão ambiental”, recriando a construção subjetiva.

Na construção teórica sobre a transmissão psíquica lembramos que:

“O estudo daquilo que cada dispositivo explora, especificamente, é um programa de pesquisa que ainda é preciso promover. Alguns de nós começaram a se arriscar, mas nada foi ainda publicado.¹ É que o problema é complexo(...) Uma teoria dos processos e das formações psíquicas, que aí se encontram mobilizadas, é necessária para que as observações adquiram sentido”.

(Kaës, 1998, p.10)

A tese reafirma o eixo histórico da transmissão psíquica e avança na teoria, ao aprofundar o eixo dos acontecimentos contemporâneos na construção e transformação do legado familiar e social, a ser transmitido aos descendentes.

Foi recuperado o campo do geracional, do qual os estudos de Abraham & Torok (1995) são considerados precursores. Partindo da colocação de Ferenczi (1932) sobre o trauma, os autores tiveram como preocupação constante compreender as ressonâncias do trauma através das gerações. Definindo o intergeracional e o transgeracional, assim como propondo os conceitos de cripta e

¹ Kaës faz esta colocação mais exatamente em 1997, data em que foi publicado o título original da obra organizada por Eiger: *Lé générationnel. Approche en thérapie familiale psychanalytique*. Paris : Dunod.

fantasma, deixaram um legado teórico, que vem dando sustentação à teoria sobre a transmissão psíquica que os psicanalistas contemporâneos vêm construindo.

Ao revisitar o tema da transmissão psíquica, fui revitalizando o legado em articulação com o meu percurso clínico, tanto em consultório particular como em contexto comunitário. Tendo sustentação na *metapsicologia para as redes vinculares*, a realidade psíquica adquiriu novas significações pela inclusão de significantes vinculares e socioculturais.

Contar com essa bagagem intersubjetiva da transmissão psíquica produziu transformações na clínica, tanto individual como vincular. Ao ter presente a pré-história familiar, foi possível resolver conflitos deflagrados a partir de *acontecimentos biográficos*, transmitidos de uma geração à outra, muitas vezes indizíveis, inomináveis ou impensáveis. Foi visto que a continuidade psíquica entre as gerações possibilita o progresso que se apresenta por epigênese ou neogênese.

Apresentei a força do vínculo conjugal e do vínculo fraterno como transmissores de vida psíquica. O casal foi, então, proposto como fundador de uma rede vincular, compromissada inconscientemente com as famílias de origem, com seus próprios desejos individuais, e também com os acontecimentos do tempo contemporâneo.

Considerei também que o vínculo fraterno se constitui hoje num dos mais ativos transmissores de vida psíquica, apresentando a possibilidade de transformação do legado familiar pela entrada de informações do contexto transubjetivo. Estas informações têm estado, pela porosidade da membrana familiar, cada vez mais presentes na construção subjetiva e das redes vinculares. Ao valorizar a porosidade da membrana familiar e a ordem do acontecimento, considerei, por um lado, a intimidade e os movimentos endogâmicos do grupo familiar, por outro, não abandonei o sentido de coletividade que transforma a subjetividade e os vínculos.

Apresentei o grupo familiar como uma produção social, produção que tem uma história pertencente a um determinado contexto social. O grupo familiar possui valores a serem transmitidos, valores ancorados na interfantasmática familiar e nos vínculos socioculturais, valores estes que podem ser transformados pela inscrição de acontecimentos.

A subjetividade foi pensada como múltipla, com inúmeros pontos de partida, tendo o vínculo mãe-filho como ponto primordial, mas acolhendo outros pontos que, durante toda a vida, chegam como acontecimentos e propiciam metamorfoses subjetivas e vinculares.

Reafirmei, assim, que tanto o sujeito como o grupo familiar são continuamente redefinidos pelas condições de pertença social com seus eixos genealógico e cidadão, sendo revelados nos acontecimentos. Passando a valorizar a ordem do acontecimento na construção subjetiva, foi apresentado um permanente interjogo entre o que se mantém como universal e o que se dá em constante criação.

Tendo como fundamentação teórica os estudos de Badiou (1991) sobre o acontecimento, aprofundei aspectos investigados pela psicanálise das configurações vinculares e avancei nessa pesquisa. Além dos acontecimentos intrasubjetivos, já bem estudados, ampliei para os acontecimentos intersubjetivos e criei hipótese sobre os acontecimentos transubjetivos, propondo que, no mundo contemporâneo, existem acontecimentos com conteúdos coletivos que chegam, de forma singular, ao sujeito e/ou ao grupo familiar, podendo ter um devenir traumático ou criativo. Nem todo acontecimento é um trauma, mas todo trauma é um acontecimento.

A escuta clínica mostrou que os acontecimentos inscrevem-se como biográficos na linha do tempo familiar – seja como crise ou como catástrofe – e que, sendo reconhecidos e elaborados, são transformados em *acontecimentos ressubjetivantes*.

Foi visto que a ressonância psíquica de acontecimentos, que atingem o humano, pode deflagrar o que nomeei *fundo fantasmagórico globalizado* (F.F.G), bolsão de um medo, por vezes inominável, que impõe feridas sociais, mais ou menos silenciosas,

presentes nas gerações atuais e, acredito também, nos seus sucessores. A posição subjetiva diante deste fundo, porém, é singular, própria de cada um, ancorada na sua pré-história e *história geracional*.

Tomando posição junto aos psicanalistas que vão além do trauma, conforme proposto por Freud, evoquei e tive presente a colocação ferencziana de que a dor do tempo presente, por ser atual, é uma dor maior do que a provocada pelo sofrimento do tempo passado.

Chamei de *devenir traumático* aquele que apresenta uma repetição que, de tão compulsiva, é mortífera. Ele transporta impressões que podem bloquear ou romper as redes vinculares, seja pela precariedade psíquica ou de pertença sociofamiliar. Já o *devenir criativo* foi proposto para as possibilidades de transformar ou criar novas subjetividades e redes vinculares.

Entre os *acontecimentos transubjetivos* que se repetem no mundo contemporâneo, apresentei algumas reflexões sobre o desemprego e a violência urbana. Vimos que, na sociedade brasileira, o abismo social, entre quem é reconhecido como consumidor e aquele que é marginalizado, vem contribuindo para o exercício de violência e também para uma crise de valores, que atinge todas as gerações, de forma singular, em cada contexto social.

Ir além da clínica privada permitiu que, pela escuta num grupo de reflexão psicanalítica em comunidade favelada, tivesse maior clareza do impacto da violência e do desemprego nas famílias contemporâneas. Como vimos, estes acontecimentos transubjetivos estão presentes em todas as camadas sociais, mas os pobres e miseráveis têm menos recursos para re-existir a seus efeitos.

Foi proposto que o aumento do desemprego acorda um *fundo fantasmagórico globalizado* nos que desejam integrar a cadeia produtiva e não encontram oportunidades, como também nos que têm trabalho, mas vivem com a ameaça de perdê-lo. É importante considerar a dimensão transubjetiva do desemprego para poder

redimensionar os sentimentos de desamparo, menos valia e culpa, que se albergam no grupo familiar e, especialmente, no desempregado. A escuta analítica é de grande valia para poder discernir que *estar* desempregado é diferente de *ser* desempregado, implicando o sujeito na construção de seu devenir que pode permanecer traumático ou se tornar criativo.

Com relação à violência urbana, foi visto que ela sempre existiu e em todas as classes sociais. Ela não é, como muitos pensam, exclusiva das favelas cariocas. Ela está presente em maior ou menor grau nas famílias e no íntimo de cada um de nós.

Movida pela força do desamparo social, valorizei uma escuta da *violência concreta*, presente em todos os contextos sociais, mas escancaradamente exposta e vivenciada nas favelas. Na escuta dessa violência, o *grupo de reflexão psicanalítica*, na própria comunidade, foi apresentado como um método com bons efeitos terapêuticos e propiciadores de transformação. Nas comunidades pobres, a falta de investimento público na saúde e na educação faz com que o grupo em questão seja vivenciado como “a terapia” e como espaço de transmissão e aprendizagem.

Com relação à violência em si, simbólica ou concreta, e a todo e qualquer ataque ao que faz o humano (reconhecimento, dignidade, cidadania, solidariedade), considere que não é apenas o trabalho de elaboração do traumático que é importante. Segundo Benghozi (1994), há instâncias institucionais que funcionam como lei e podem dizer “isso nunca mais”. Atuam, então, como terceiro na ordem pública, reconhecendo que há uma violência excessiva e, deste modo, lhe impõem fronteiras.

Mesmo tendo havido toda uma evolução no posicionamento de cuidado por parte das instituições sociais brasileiras, ainda percebe-se a falta de confiança nessas *redes vinculares de pertença*. Isto justifica a fala de Célia no grupo de reflexão:

“Agora tá todo mundo violento. Não é o mundo que se acaba são as pessoas que se acabam. Como é que vai ser daqui pra frente? A

gente só vai durar uns 10 – 15 anos, mas o que vai ser das crianças daqui pra frente? É doença, fome... o homem destrói tudo. Aí eu fico pensando assim, quanta destruição. Se é assim agora, imagina mais tarde.”

No contexto das populações faveladas, existe uma demanda ainda maior de um posicionamento das instituições sociais sobre as diversas manifestações de violência. Acredito que, contando com o reconhecimento destas instituições, saindo da negação, dar-se-á uma metamorfose positiva na subjetividade e nas redes vinculares estabelecidas.

É importante que o sujeito e as famílias saibam que podem contar com algum amparo social institucionalizado. Este posicionamento poderá propiciar um limite concreto aos excessos violentos e à impunidade, para que seja possível metamorfosear não só a fala de Célia no grupo como também a construção subjetiva e dos vínculos de cada um.

Utilizando-me de uma *escuta globolocalizada*, fui considerando algumas das características do mundo ocidental contemporâneo e também algumas das especificidades da sociedade brasileira com suas marcadas diferenças sociais. Tendo presente este nosso contexto e baseada no que os estudos sobre a transmissão psíquica do negativo e da violência das gerações passadas para as atuais nos oferecem, foi feita a hipótese de que os acontecimentos contemporâneos, com lugar especial aos transsubjetivos, chegam ao grupo familiar como “invasões bárbaras” que, em maior ou menor grau, mudam, transformam ou esfacelam os valores familiares. Deste modo, o legado familiar, a ser transmitido às gerações futuras, ficará regido, predominantemente, pelos valores de violência ou de paz que são hoje vigentes.

“Paz é mais que a ausência de guerra e violência. É uma construção coletiva que envolve a afirmação de valores e regras, estilos e estéticas, códigos, posturas e linguagens. Paz é um empreendimento social, ético e político, que resulta da criação e do enraizamento inconsciente e afetivo de uma cultura particular. Paz, como a violência, se aprende e se ensina, se difunde ou se inibe, se estimula e ou se desqualifica.”

(Soares, 2003, p.6)

Violência e paz coexistem como partes de um mosaico íntimo, privado e público. Todo sujeito é co-autor na construção dos mundos íntimo, privado e público e contribui para a transmissão psíquica desses mundos, legados aos descendentes nascidos ou por nascer.

Isto foi trabalhado na tese em dois contextos diferentes: a clínica privada, individual, com casais e famílias, escutando, preferencialmente, a transmissão psíquica geracional; e a clínica comunitária, através de um grupo de reflexão psicanalítica, colocando, em primeiro plano, a transmissão psíquica transubjetiva.

Referendada, então, pelo exercício da clínica individual, familiar e comunitária, passei a pensar novas possibilidades de escuta. Considerei a riqueza da *escuta globolocalizada* de um *campo multicontextual complexo*, campo este de construção mútua e constante, no qual a escuta de uma das dimensões do espaço psíquico traz o imperativo de escutar as outras dimensões que formam a rede.

Na clínica, foi valorizada a transferência como acontecimento intersubjetivo que atualiza e transforma o legado familiar, mas a transferência, assim como a subjetividade em si, foi abordada sempre precedida por uma pré-história que se constrói, ancorada na forma como cada um é apresentado pela fala que o antecede.

Vimos, também, que a contratransferência deflagra, no analista, a ressonância psíquica para com o negativo da transmissão psíquica, com seus segredos e conteúdos indizíveis. A contratransferência foi proposta, então, como reveladora de *acontecimentos biográficos*, ainda silenciados na narrativa familiar.

Na articulação da ordem estrutural com a ordem do acontecimento, alertei para a importância de considerar não só o que se *representa* (tempo de reencontro) como material inconsciente, mas também o que se *apresenta* (tempo de encontro) como conteúdo possível de vir a formar inconsciente.

Considerei que, num primeiro tempo do trabalho analítico, exige-se acolher e sustentar um vazio que não pode ser camuflado e

que, para isto, tanto o paciente (seja individual ou multipessoal) como o analista precisam-se expor aos efeitos do novo que o acontecimento apresenta. Inicia-se, assim, o segundo tempo, tempo de ruptura e instalação de um novo saber que demandará “fidelidade” (Badiou, 1998).

Foi visto que, por vezes, indo além do que se considera a “história oficial”, familiar ou comunitária, ficará exposto o vazio de significações. A escuta psicanalítica, do que é transmitido pela família e também pelo contexto social mais amplo, torna-se uma possibilidade valiosa de metamorfose individual, familiar e comunitária.

Constatou-se que flexibilizar o enquadre não só não compromete como, muitas vezes, propicia a escuta psicanalítica do legado sociofamiliar. Na clínica, a *escuta globolocalizada* confirmou: algo da ordem estrutural no humano que promove os processo psíquicos – como as travessias dos complexos de Édipo e de castração; e também alertou para a ordem do acontecimento, que diz respeito ao que irrompe, criando e transformando as possibilidades de subjetivação e de humanização em cada contexto. Articulando a ordem estrutural com a do acontecimento, viu-se emergir, de forma singular, o protagonismo individual e coletivo e produzir um potencial criador na repetição. Paradoxalmente, cada um pertence obrigatoriamente a uma cadeia de transmissão e vai escolhendo a sua forma de pertencimento. No dizer de Kaës (2002), o reconhecimento da ordem do desejo não é idêntico ao da ordem das causas.

Na escuta psicanalítica do legado transmitido, propus o *espaço clínico* como uma produção winnicottiana, já que ele se configura como o espaço de criação, em que se sobrepõem e se discriminam as realidades psíquica, vincular e social, no qual as *redes vinculares* se organizam, respondendo a parâmetros de repetição e transformação.

Ao procurar os significantes dos conteúdos da transmissão psíquica, principalmente daqueles “objetos brutos” (Granjon, 1994)

que transgeracionalmente invadem a sessão, apresentei o *genograma psicanalítico* como recurso clínico facilitador.

O genograma, construído pelo próprio paciente (individual ou multipessoal), revela participações conhecidas, assim como outras que restaram em segredo na construção do legado, chegando inconscientemente ao grupo familiar atual.

Vimos que, diante do genograma realizado, cada um vai tomando posição como co-autor da transmissão psíquica, deixando vago o lugar de personagem anônimo de uma história que o vitimiza, passando a ocupar o lugar de protagonista. Como acontecimento intersubjetivo, o genograma propicia a retomada da cadeia de transmissão com a pré-história dos ancestrais, a história dos antepassados, e com a que está sendo construída pelos contemporâneos.

Resgatando a rede vincular da transmissão, e tendo sempre como construto teórico a metáfora da rede, passei a pensar a rede vincular familiar em contínuo intercâmbio com as *redes vinculares de pertença*.

As *redes vinculares de pertença*, especialmente a amizade, não substituem a família, mas podem coexistir com ela, dando-lhe um suporte, seja emocional ou material, que lhe permita uma superação solidária dos riscos.

“A amizade constitui uma alternativa às velhas e rígidas formas de relação institucionalizadas, representado igualmente uma saída ao dilema entre uma saturação de relações, surgindo da dinâmica da modernização, e uma solidão ameaçadora.”

(Ortega, 2000 p.56)

Em sintonia com Ortega (2000), proponho pensar uma “nova política da amizade”, colocando um fim ao monopólio do imaginário afetivo, que vê a amizade apenas como ressonância de imagens familiares. Na verdade, as *redes vinculares de amizade* têm uma construção própria, que aposta na experimentação e no jogo como formas de pensamento e de relação.

Acredito que, intensificando as redes de amizade, se pode, muitas vezes, criar movimentos de abertura ao legado familiar e social. Como já foi visto em Winnicott (1975), há experiências culturais favoráveis e desfavoráveis. Quando favoráveis, as redes vinculares permitem ter, como alicerce, um sentimento de confiança em relação aos ganhos da pertença familiar e social. Elas visam respeito à singularidade e à pluralidade como condição de possibilidade de um mundo compartilhado e livre.

Resgatei, então, “a importância vital da provisão ambiental” (Winnicott, 1975), já que as *redes vinculares de pertença* foram representadas como função terapêutica a ser somada à função analítica em si. Como psicanalista que escuta as redes vinculares familiares e de pertença, valorizei o estar disponível para trabalhar em rede, criando uma *rede vincular terapêutica*, quando necessária. Nesta rede, cada campo profissional convocado mantém sua especificidade, mas fica enriquecido e transformado pelos aportes dos outros campos. Alquimia revigorante da rede, singular no plural...

A *rede vincular terapêutica* abala o isolamento do analista e o convoca a compartilhar a sua função de escuta, não só com outros saberes, mas também com as redes vinculares de pertença. A função do analista, de acolhimento e escuta, fica suplementada pela possibilidade de propiciar pontes com outros mundos possíveis. Pensando os mundos possíveis, foi visto que um enfoque de lente fechada, também sobre o familiar em si, fica esgotado para a teoria e clínica da transmissão psíquica. Meu texto mostra que um legado familiar é mais exatamente *sociofamiliar*, por se construir dentro do social e, portanto, não pode ser pinçado dele.

A escuta clínica, pensada em rede, favorece uma postura de “simpatia, empatia e compreensão interna” (Enriquez, 1993) do que se passa no mundo externo, fazendo ressonância psíquica no mundo interno. Pela dimensão social, adquirem-se características específicas e próprias de cada tempo histórico, não só na construção

subjetiva, mas também na configuração das redes vinculares e no exercício da função psicanalítica.

Como psicanalistas, no mundo contemporâneo, temos não só a função de “tratar” uma doença como também o compromisso de “cuidar”, de estabelecer *redes vinculares*, que contribuam para a integração e a diminuição do sofrimento dos que pedem para serem escutados.

Proponho que as universidades e as instituições de formação psicanalítica sejam, cada vez mais, chamadas a estabelecer parcerias com o setor público e o terceiro setor para desenvolverem trabalhos que propiciem o acordar da *inscrição cidadã* e também da *inscrição genealógica*. Reafirmo que os *grupos de reflexão psicanalítica* se configuram como um método de bons resultados e amplo alcance, já que, ao escutar os participantes dos grupos, os benefícios desta escuta têm maior ou menor ressonância nas redes vinculares familiares e comunitárias de cada um.

O texto aposta, a partir da experiência com *grupos de reflexão psicanalítica*, na construção de redes vinculares, predominantemente solidárias, como propiciadores de elaboração psíquica e metamorfose.

A cura ou o tratamento é uma função importante, mas não a única. Pensando o psicanalista como um cuidador da saúde e da qualidade de vida, torna-se necessário valorizar os espaços de escuta para além do intrafamiliar, escuta das *redes vinculares de pertença* familiar, grupal, comunitária e social.

Através desta escuta ampliada, é possível, muitas vezes, contribuir para o esclarecimento e a preparação das famílias e casais, no que se refere às suas funções, seus valores e suas disfunções nas redes vinculares. Quantas vezes o casal ou a família, que são escutados e constroem um saber vincular, percebem o valor desta construção e dizem: “nós precisávamos deste saber antes de casar”.

É importante que a escuta faça o depósito, o acolhimento e a elaboração do sofrimento, construído na cadeia de transmissão

psíquica, mas que tenha espaço, igualmente, para os processos de restauração e construção transformadora.

“O psicanalista clínico tem um compromisso real com a expansão inconsciente, inseparável da expansão da existência: se ambas não existem, concomitantemente, produz-se um regime conservador da Psicanálise.”

(Katz, 2002 – edição eletrônica, sem paginação)

Cada vez mais, para arrebentar as amarras conservadoras do sofrimento psíquico, o psicanalista é chamado a ter presente, na sua escuta, as diversas facetas do humano: psíquica, corporal, mental, social e espiritual ou noológica, assim nomeada por Frankel (1986). Estando atento a estas diversas dimensões, proporcionar-se-á uma escuta para a sede de sentido da vida, tão intensa no mundo atual.

Finalizando, esclareço que compreender os conflitos que se criam, entre e nas inúmeras redes vinculares, demanda um olhar atento à construção subjetiva que é *múltipla*, com uma *escuta plural*, na qual, a todo tempo, valorizam-se a produção subjetiva e vincular, em constante movimento, pela articulação das dimensões intrasubjetiva, intersubjetiva e transubjetiva.

Saindo, então, de uma ótica individualista, em que cada um permanece fixado no seu próprio eu, considere que o trabalho psicanalítico fica enriquecido e suplementado pelos aportes das *redes vinculares* estabelecidas, redes estas que apontam para uma *ética de re-existência*. Esta *ética* fala de uma posituação da resistência ao que existe como saber dogmático e universal, seja este saber individual, familiar, institucional ou social, o qual vem sendo transmitido. Deve-se, por esta *ética*, pensar as redes vinculares, familiares ou sociais como relações entre mundos possíveis e não fechados. É importante lembrar que, num mundo onde há um desejo de eliminar o sofrimento, são os conflitos entre os mundos possíveis que nos propiciam re-afirmar a re-existência. Estes acontecimentos irrompem na nossa vida, como foi proposto, e poderão ter um devenir traumático ou criativo. Há, então, uma

produção de subjetividade e de vínculos que bebe na fonte dos acontecimentos, provocando metamorfoses na transmissão.

Ante o constante movimento na construção e transmissão do legado sociofamiliar, a psicanálise é convocada, como diz Derrida (2002)², a fazer a prova do temor: não ter medo de ter medo.

² Colocação pessoal.

Referências bibliográficas

ABRAHAM, Nicolas e TOROK, Maria. **A casca e o núcleo**. São Paulo: Escuta, 1995. 439p.

AGUIAR, Elina. La desocupación amenaza de exclusión social como trauma social. Actas II Congreso argentino de psicoanálisis de familia y de pareja, v. 1, Buenos Aires, 2001. p. 451-464.

AGUSTIN, San. La palabra creadora. Estudio filosófico del tiempo. In: **Confesiones**. Libro XI. Barcelona: Biblioteca Sopena, 1968. p.376.

ALMEIDA PRADO, Maria. Narcisismo, conjugalidade e estados de estranhamento. In: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha (Org.). **Casal e Família: entre a tradição e a transformação**. Rio de Janeiro: Nau, 1999. p.50-163.

ALVARENGA, Lúcia. **Na escuta do laço conjugal**. Rio de Janeiro: Uapê, 1996. 126p.

ANZIEU, Didier. **O Eu-pele**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1988. 286p.

_____ **L'épiderme nomade et la peau psychique**. Paris: Editions Apsygée, 1990.157p.

AULAGNIER, Piera. **La violencia de la interpretación**. Buenos Aires: Amorrortu, 1975. 284p.

AZEVEDO, Marcia. **O adoecimento do seio e a transmissão psíquica**. 2001. 113f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Psicologia, UFRJ, Rio de Janeiro, 2001.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. 316p.

BADIOU, Alain. **L'être et l'evenmêt**. Paris: Seuil, 1988. 404p.

_____ **Manifesto pela filosofia**. Rio de Janeiro: A outra, 1991. 74p.

_____ **Para uma nova teoria do sujeito: conferências brasileiras**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. 116p.

BARANES, Jean. De una tópica realitária en los orígenes del psicoanálisis. In: KAËS, René. (Org.). **Transmisión de la vida psíquica entre generaciones**. Buenos Aires: Amorrortu, 1996. p.187-192.

BAREL, Yves. **La marginalité sociale**. Paris: PUF, 1982. 250 p.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. 272p.

BENGHOZI, Pierre. Paradoxalidade do laço de aliança e malha genealógica dos continentes do casal e da família. In: RAMOS M. (Org.). **Casal e Família como paciente**. São Paulo: Escuta, 1994. p.249.265.

_____ Traumatismos precoces da criança e transmissão genealógica em situação de crises e catástrofes humanitárias. Desemalhar e reemalhar continentes genealógicos familiares e comunitários. In: RUIZ CORREA, Olga. (Org). **Os avatares da transmissão psíquica geracional**. São Paulo: Escuta, 2001. p. 89-100.

BENGHOZI, Pierre & FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. Laço fraterno e continente fraterno como ostentação do laço genealógico. In: _____ **Casamento e família: do social à clínica**. Rio de Janeiro: Nau, 2001. p.112-118.

BERENSTEIN, Isidoro. **Família y enfermedad mental**. Buenos Aires: Paidós, 1976. 185p.

_____ **Psicoanálisis de la estructura familiar: del destino a la significación**. Buenos Aires: Paidós, 1981. 237 p.

_____ (Org.). **Clínica Familiar Psicoanalítica: estructura y acontecimiento**. Buenos Aires: Paidós, 2000. 268p.

_____ **El Sujeto y el Otro: de la ausencia a la presencia**. Buenos Aires: Paidós, 2001. 199p.

BERENSTEIN, Isidoro; PUGET, Janine; SIQUIER, Maria. Narciso y Edipo en el proceso psicoanalítico. **Revista del Psicoanálisis**, v.14, n.4, p.15-27, 1984.

BERNARD, Marcos. **Introducción a la lectura de la obra de René Kaës**. Buenos Aires: AAPPG, 1991. 137p.

BÍBLIA. Salmo 70, vs. 18. São Paulo: Editora Ave Maria, 1980. p.711.

_____ NT. Lucas 7, vs. 17. São Paulo: Editora Ave Maria, 1980. p.1357.

BIGLIANI, Guilherme. Terapia familiar: caminhos e descaminhos psicanalíticos e sistêmicos. **Psychiatry on line**, v.3, n.11.

Disponível em: <http://espn.br/polbr>, 2001. Acessado em: 08 de dezembro de 2001.

BION, Wilfred. **Transformações. Mudança do aprendizado ao crescimento**. Rio de Janeiro: Imago, 1984 / 1965. 211p.

BIRMAN, Joel. **Ensaio de teoria psicanalítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. p.135-144.

BORGES, Hélia. A arte dos começos. In: PLASTINO, Carlos (Org.). **Transgressões**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2002. p.199-203.

BORGES, Jorge L. Prólogo. In: **Obras Completas**. Buenos Aires: Emecé Editores, 1974. 638p.

_____ **El tiempo del Borges real**. Buenos Aires: Emecé, 1979.

CAREL, André. A posteridade da geração. In: EIGUER, Alberto (Org.). **A transmissão do psiquismo entre gerações**. São Paulo: Unimarco, 1998. p.85-126.

CARRETEIRO, Teresa C. **Contribuições da abordagem clínica ao estudo da cidadania**. Tese para o concurso de professor titular do Departamento de Psicologia da UFF. Niterói, RJ, 1991. 146 p.

_____ **Exclusion Sociale et construction de l'identité**. Paris: Éditions l'Harmattan, 1993. 269 p.

_____ Feminino como capital. In: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha (Org.). **Casal e Família: entre a tradição e a transformação**. Rio de Janeiro: Nau, 1999. p.70-81.

_____ Vinculações entre romance familiar e trajetória social. In: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha (Org.). **Casamento e família: do social à clínica**. Rio de Janeiro: Nau, 2001. p.119-133.

_____ Tráfico de drogas, sociedade e juventude. In: PLASTINO, Carlos (Org.). **Transgressões**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2002. p.191-198.

CASTORIADIS, Cornelius. **L'institution imaginaire de la société**. Paris: Seuil, 1975. 502 p.

CESAR, Ana C. **Inéditos e dispersos**. Brasiliense: São Paulo, 1985. 240p.

CINCUNEGUI, Silvia & CHEBAR, Noemí. El enquadre de la pareja matrimonial. In: PUGET, Janine (Org.). **La pareja: encuentros, desencuentros, reencuentros**. Buenos Aires: Paidós, 1996. p.27-58.

COUTINHO, Fernando. A tentação do espelho. Trabalho apresentado no VIII Fórum Internacional de Psicanálise, 10 a 14 de outubro. Copacabana Palace. Rio de Janeiro, 1989.

CYRULNIK, Boris. **Ces enfants qui tiennent le coup**. Revigny-sur-Oramain : Hommes et perspectives, 2000. 120p.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1987. 168p.

DERRIDA, Jacques. Entrevista à Folha de São Paulo. Mais, n.485 de 27/05/2001. São Paulo, 2001.

DOSSE, François. **História do estruturalismo**. São Paulo: Ensaio, 1993. (v.1) 447 p.

DRUMMOND DE ANDRADE, Carlos. Favelário nacional. In: **O corpo**. Rio de Janeiro: Record, 1984. p.109.

_____ Retrato de família. In: **Drummond frente e verso: fotobiografia**. Rio de Janeiro: Alumbramento, 1989. p.36.

EIGUER, Alberto. **Um divã para a família**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985. 180p.

_____ **El Parentesco Fantasmático**: Transferencia y contratransferencia en terapia familiar psicoanalítica. Buenos Aires: Amorrortu, 1989. 294p.

_____ (Org.). **A transmissão do psiquismo entre gerações: enfoque em terapia familiar psicanalítica**. São Paulo: Unimarco, 1998. 247p.

_____ Y si Narciso tuviera una hermana? In: *Hermanos. Revista de Psicoanálisis de las configuraciones vinculares*, v.24, p.17-29, 2001.

ENRIQUEZ, Eugène. Imaginaire social, refoulement et répression dans les organisations. **Connexions**, n.3, p.65-93, 1972.

_____ L'analyse clinique dans les sciences humaines. In: ENRIQUEZ, Eugène; HOULE, Gilles.; RHEAUME, Jacques.; SEVIGNY, Robert. **L'analyse clinique dans les sciences humaines**. Montreal: Editions Saint-Martin, 1993. p.181-195.

_____ Da informação e da intervenção psicossociológicas. In: MACHADO, Marília; CASTRO, Eliana; ARAÚJO, José;

ROEDEL, Sônia (Org.). **Psicossociologia: análise social e intervenção**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 211-235.

EVE, Nomi. **Pomar de família**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 421 p.

FERENCZI, Sandor. Reflexões sobre o traumatismo. In: **Obras completas**. Psicanálise 4. São Paulo: Martins Fontes, 1932 / 1992. p. 109-117.

FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. Casais em terapia – ruptura ou manutenção do casamento? **Temas em psicologia**, n.2, São Paulo, 1994. p.41-51.

_____ Diferentes abordagens em terapia de casal: uma articulação possível. **Temas em psicologia**, n.2, 1994a. p.53-63.

FERREIRA B. H., Aurélio. **Novo Aurélio do Século XXI**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. 2127 p.

FONTES, Ivanise. **Memória corporal e transferência: fundamentos para uma psicanálise do sensível**. São Paulo: Via Lettera, 2002. 136 p.

FRANKEL, Victor. **Psicoterapia e sentido da vida**. São Paulo: Quadrante, 1986. 150 p.

FREEMAN, Laurence. O abismo entre o bem e o mal: que ponte o atravessará? **Revista Grande Sinal**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2003. p.189-202.

FREIRE-COSTA, Jurandir. **Violência e Psicanálise**. Rio de Janeiro: Graal, 1984. 192 p.

_____ **Sem fraude nem favor: estudos sobre o amor romântico**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998. 121p.

FREUD, Sigmund. Estudos sobre a histeria. In: **Obras Completas**, ESB, v.II, Rio de Janeiro: Imago, 1895 / 1974. p.313-367.

_____ Projeto para uma psicologia científica. In: **Obras Completas**, ESB, v.I, Rio de Janeiro: Imago, 1895a / 1974. p.381-533.

_____ Correspondances (Freud-Fliess). In: **La naissance de la psychanalyse**. Paris: PUF, 1896.

_____ Romances familiares. In: **Obras Completas**, ESB, v.IX, Rio de Janeiro: Imago, 1908 / 1974. p. 241-247.

_____ Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranóia (Dementia Paranoides). In: **Obras Completas**, ESB, v.XII, Rio de Janeiro: Imago, 1911 / 1974. p.15-108.

_____ A dinâmica da transferência. In: **Obras Completas**, ESB, v.XII, Rio de Janeiro: Imago, 1912 / 1974. p.135-159.

_____ Recordar, repetir e elaborar. In: **Obras Completas**, ESB, v.XII, Rio de Janeiro: Imago, 1912a / 1974. p.191-203.

_____ Totem e tabu. In: **Obras Completas**, ESB, v.XIII, Rio de Janeiro: Imago, 1913 / 1974. p.13-193.

_____ Introdução ao Narcisismo. In: **Obras Completas**, ESB, v.XIV, Rio de Janeiro: Imago, 1914 / 1974. p. 85-182.

_____ **Neuroses de transferência**: uma síntese. Manuscrito recém-descoberto. Com ensaio de Ilse Grubrich-Simitis. Rio de Janeiro: Imago, 1915 / 1983. 143 p.

_____ Conferências introdutórias sobre psicanálise. In: **Obras Completas**, ESB, v.XVI, Rio de Janeiro: Imago, 1917 / 1974. p.289-539.

_____ História de uma neurose infantil. In: **Obras Completas**, ESB, v.XVII, Rio de Janeiro: Imago, 1918, 1914 / 1974. p.13-151.

_____ O estranho. In: **Obras Completas**, ESB, v.XVII, Rio de Janeiro: Imago, 1919 / 1974. p.273-314.

_____ Psicologia de grupo e análise do ego. In: **Obras Completas**, ESB, v.XVIII, Rio de Janeiro: Imago, 1921 / 1974. p.89-179.

_____ O Ego e o Id. In: **Obras Completas**, ESB, v.XIX, Rio de Janeiro: Imago, 1923 / 1974. p.13-89.

_____ O futuro de uma ilusão. In: **Obras Completas**, ESB, v.XXI, Rio de Janeiro: Imago, 1927 / 1974. p.13-71.

_____ O mal estar na civilização. In: **Obras Completas**, ESB, v.XXII, Rio de Janeiro: Imago, 1930 / 1974. p.75-171.

_____ Novas conferências introdutórias. In: **Obras Completas**, ESB, v.XXII, Rio de Janeiro: Imago, 1932 / 1974. p.13-161.

_____ Por que a guerra? In: **Obras Completas**, ESB, v.XXII, Rio de Janeiro: Imago, 1933, 1932 / 1974. p.237-259.

_____ Construções em análise. In: **Obras Completas**, ESB, v.XXIII, Rio de Janeiro: Imago, 1937 / 1974. p.289-304.

_____ Moisés e o monoteísmo. In: **Obras Completas**, ESB, v.XXIII, Rio de Janeiro: Imago, 1937a / 1974. p.13-220.

_____ Esboço de psicanálise. In: **Obras Completas**, ESB, v.XXIII, Rio de Janeiro: Imago, 1938 / 1974. p.165-329.

GASPARI, Ricardo. La familia: nudo problemático del psicoanálisis. In: BERENSTEIN, Isidoro (Org.). **Clínica familiar psicoanalítica: estructura y acontecimiento**. Buenos Aires: Paidós, 2000. p.19-47.

GAULEJAC, Vicent & TABOADA LÉONETTI, Isabel. **La lutte des places: insertion et désinsertion**. Paris: Hommes et perspectives, 1994. 286 p.

GIBRAN, Kalil. **O profeta**. São Paulo: Ediouro:1923 / 2002. 36 p.

GOMEL, Silvia. **Transmisión generacional, familia y subjetividad**. Buenos Aires: Lugar Editorial, 1997. 153 p.

GRANJON, Evelyn. L'élaboration du temps généalogique dans l'espace de la cure de thérapie familiale psychanalytique. **Revue de Psychothérapie Psychanalytique de Groupe**, n.22, p.61-80, 1994.

GREEN, André. Répétition, difference, replication. **Revue Française de Psychanalyse**, n.34, 1970.

GUIST-DESPRAIRIES, Florence. Représentation et imaginaire. In: BAURUS-MICHEL, Jaqueline; ENRIQUEZ, Eugène; LEVY, André. **Vocabulaire de psychosociologie**. Références et positions. Paris: Érès, 2002. p.231-250.

HORNSTEIN, Luis. **Temporalidad, determinación, azar**. Buenos Aires: Cátedra, 1994.

JABLONSKI, Bernardo. **Até que a vida nos separe: a crise do casamento contemporâneo**. Rio de Janeiro: Agir, 1998. 306p.

JONES, Ernest. **Vida y obra de Sigmund Freud**. Buenos Aires: Hormé, 1978. 688p.

JULIEN, Philippe. **A feminilidade velada: aliança conjugal e modernidade**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1997. 102 p.

KAËS, René. El apoyo grupal del psiquismo individual. **Temas de Psicología Social**, p.18-34, 1978.

_____ Les organisateurs psychiques du groupe. **Gruppo**, n.2, p.117-125, 1986.

_____ (Org.). **La institución y las instituciones**: estudios psicoanalíticos. Buenos Aires: Paidós, 1989. 192p.

_____ Apuntalamiento y estructuración del psiquismo. **Revista de la AAPPG**, v.15, n.3/4, p.23-51, 1991.

_____ (Org.). **El grupo y el sujeto del grupo**. Buenos Aires: Amorrortu, 1993. 175p.

_____ Enrique Pichon-Rivière, un homme des frontières. **Revue de psychothérapie psychanalytique de groupe**, n.23, p.5-11, 1994.

_____ Os dispositivos psicanalíticos e as incidências da geração. In: EIGUER, Alberto. (Org.). **A transmissão do psiquismo entre gerações**. São Paulo: Unimarco, 1998. 143p.

_____ **Las teorías psicoanalíticas del grupo**. Buenos Aires: Amorrortu, 2000. 195p.

_____ Filiation et affiliation. **Le divan familial**, n.5, 2002.

KAËS, René; MISSENARD, André; ROSOLATO, Guy et alli. **Lo negativo**: figuras y modalidades. Buenos Aires: Amorrortu, 1991a. 215p.

KAËS, René & PUGET, Janine. **Violencia de estado y psicoanálisis**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1991b. 186p.

KAËS, René; FAIMBERG, Haydée; ENRIQUEZ, Micheline et alli. **Transmisión de la vida psíquica entre generaciones**. Buenos Aires: Amorrortu, 1996. 222p.

KATZ, Chaim. Do paradoxo psíquico na psicanálise. Disponível em: Edição eletrônica: www.estadosgerais.org/história/33. p.1-14, 2002. Acessado em: 27 de novembro de 2002.

KNOBLOCH, Felicia. Ferenczi e a clínica do trauma. **Percursos**, v.8, n.16, p.59-67, 1996.

LAPLANCHE, Jean. **Castração - Simbolizações**. São Paulo: Martins Fortes, 1988. 291p.

_____ **Nuevos fundamentos para el psicoanálisis**. Buenos Aires: Amorrortu, 1989. 164p.

LAPLANCHE, Jean & PONTALIS, Jean. **Vocabulário da Psicanálise**. Lisboa: Moraes Editores, 1971. 707p.

----- **Fantasia originária, fantasias das origens, origens da fantasia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. 99p.

LEGRAND, Michel. L'événement. In: **L'approche biographique**. Marseille: Hommes et perspectives, 1993. p.124-152.

LÉVY, André. **Ciências clínicas e organizações sociais**. Belo Horizonte: Autentica, 2001. 223p.

LEWKOUVIG, Ignacio. Variaciones familiares. Trabalho apresentado no II Congreso argentino de psicoanálisis de familia y de pareja, Buenos Aires, 2001.

LUZ, Rogério e LINS, Maria I. **D. W. Winnicott**: experiência clínica e experiência estética. Rio de Janeiro: Revinter, 1998. 261p.

MACHADO, Antônio. Provérbios y cantares – nº XXIX. In: **Campos de Castella**. 9. ed. Madrid: Cátedra, 1984. p.146

MAIA, Maria A. **Tecendo palavras**. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 1999. 106p.

MANNONI, Maud. **De um impossível a outro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. 160p.

MATUS, Susana. Vínculo fraterno: cuestiones acerca de la ley. **Revista de Psicoanálisis de las configuraciones vinculares**, v.24, n.21, p.52-67, 2001.

MEZAN, Renato. A transferência em Freud: apontamentos para um debate. In: SLAVUTZKY, A. (Org.). **Transferências**. São Paulo: Escuta, 1991. p.47-77.

MORENO, Julio. Hay lugar para lo indeterminado en psicoanálisis? In: BERENSTEIN, Isidoro (Org.). **Clínica Familiar Psicoanalítica**: estructura y acontecimiento. Buenos Aires: Paidós, 2000. p.115-162.

MORIN, Edgar. Epistemologia da complexidade. In: SCHMITMAN, Dora (Org.). **Novos paradigmas**: cultura e subjetividade. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. p.274-287.

NAJMANOVICH, Denise. Del reloj a la red: metáforas para ver el mundo. Ficha de la biblioteca de la AAPG. Buenos Aires, 1995.

ORTEGA, Francisco. **Para uma política da amizade**: Arendt, Derrida, Foucault. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000. 124p.

_____ **Genealogias da amizade.** São Paulo: Iluminuras, 2002. 173p.

PASSOS, Maria C. Família e sintoma: pequeno ensaio para desvelar sentidos. In: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha (Org.). **Casamento e família: do social à clínica.** Rio de Janeiro: Nau, 2001. p.134-143.

_____ A estética em novas formas de ser família. **Psicologia Clínica.** (No prelo).

_____ A família não é mais aquela: alguns indicadores para pensar suas transformações. In: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha (Org.). **Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas.** Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2003. p.13-25.

PELLEGRINO, Hélio. Leandro, um brasileiro de Maria Rita Kehl. In: VIEGAS DOS SANTOS, Luiz (Org.). **Psicanálise de Brasileiro.** Rio de Janeiro: Taurus, 1997. p.40-44.

PICHON-RIVIÈRE, Enrique. **Teoria do Vínculo.** São Paulo: Martins Fontes, 1988. 143p.

PRIGOGINE, Ilya. O fim da ciência? In: SCHMITMAN, Dora (Org.). **Novos paradigmas: cultura e subjetividade.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. p.25-41.

PUGET, Janine & BERENSTEIN, Isidoro. **Psicoanálisis de la pareja matrimonial.** Buenos Aires: Paidós, 1989. 231p.

_____ **Lo Vincular: clínica y técnica psicoanalítica.** Buenos Aires: Paidós, 1999. 357p.

RAND, N. **Quelle psychanalyse pour demain?** Paris: Érès, 2001.

ROCHA, Zeferino. Narcisismo: abordagem freudiana. Relatório oficial do IV Congresso do Círculo Brasileiro de Psicanálise. Salvador. 1981. p.3-95.

ROJAS, Maria C. La violència en la familia: discurso de vida, discurso de muerte. **Revista de la AAPPG**, v.9, p.27-32, 1988.

_____ Realidad psíquica, vincular y social: funciones del lazo familiar. **RPPG**, n.1, 1998. Edição eletrônica.

_____ La transfencia a luz del psicoanálisis de las configuraciones vinculares. Actas Jornada AAPPG. Buenos Aires. 1999. Edição eletrônica.

_____ Itinerário de un vínculo: transferencia y transformación. In: BERENSTEIN, Isidoro (Org.). **Clínica familiar psicoanalítica**. Estructura y acontecimiento. Buenos Aires: Paidós, 2000a. 268p.

_____ Clínica em la crisis. **Revista de Psicoanálisis de las configuraciones vinculares**, v.25, n.2, 2002. Edição eletrônica.

ROJAS, Maria C. & MATUS, Susana. Clínica de las redes: otra perspectiva en el psicoanálisis de los vínculos. Actas Jornada FAPCV. Buenos Aires. 2000. Edição eletrônica.

RUDGE, Ana. Trauma e temporalidade. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, vol.VI, nº 4, Escuta: São Paulo, 102-116, 2003.

RUFFIOT, André. **La thérapie familiale psychanalytique**. Paris: Dunod, 1981. 226p.

_____ Pour un consensus autour d'une 'cure-type' familiale. Intervention de cloture du 2º Congrès de Psychanalyse Familiale. Grenoble: France, 1985.

RUIZ CORREA, Olga. Eclosão dos vínculos genealógicos e transmissão psíquica. **Pulsional**, v.11, n.114, p.16-23, 1998.

_____ **O Legado Familiar: a tecelagem grupal da transmissão psíquica**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000. 143p.

_____ (Org.). **Os avatares da transmissão psíquica geracional**. São Paulo: Escuta, 2001. 100p.

_____ A intersubjetividade nos processos de transmissão psíquica geracional. **TRIEB**, v.1, n.1/2, p.145-156, 2002.

SANTOS, Aline & VILHENA, Junia. Clínica em comunidades: um desafio contemporâneo. **Tempo psicanalítico**, n.32, p.9-35, 2000.

SOARES, Luiz E. *Hip-Hop: cultura da paz*. In: **Prêmio Hutús 2003**. Rio de Janeiro: CUFA, 2003. 134p.

SÉVIGNY, Robert. L'approche clinique dans les sciences humaines. In: **L'analyse clinique dans les sciences humaines**. Montreal: Editions Saint-Martin, 1993. p.13-28.

STRAUSS, Marc. O autismo. In : **Marraio**, n.2, p.25-35, 2001.

TISSERON, Serge. **Le Psychisme à l'épreuve des générations**. Paris: Dunod, 1995. 183p.

TORT, Michel. L'argument genealogique. **Revue Topic**, n.38, 1986.

TOZATTO, Maria I. Narcisismo e individuação no casal. Anais do 1º Congresso de Psicanálise das Configurações Vinculares. Guarujá. 1995. p.98-100.

_____ Grupo familiar e transmissão psíquica. **Revista FOCO**, v.XVIII, n.49, p.41-43, 1997.

TOZATTO, Maria I.; ARRUDA, Francisco E.; CASANOVA, Soraya et alli. Do individual ao grupo familiar: uma passagem. Anais do I Encontro de Grupanálise, Psicoterapia de Grupo e Saúde Mental de Língua Portuguesa. São Paulo, 1991.

TOZATTO, Maria I.; ARRUDA, Francisco E.; CARVALHO, Vera. Reflexões sobre terapia psicanalítica de casal e grupo familiar. **Tempo Psicanalítico**, n.24, p.214-225, 1990.

VARELLA, Drauzio; BERTAZZO, Ivaldo; JACQUES, Paola **Maré**: Vida na favela. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002. 124p.

VENTURA, Zuenir. **Cidade partida**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1994.

VILHENA, Junia. Viver juntos nos mata. Separarmo-nos é mortal. A ilusão grupal e a incapacidade de ficar só. In: VILHENA, Junia (Org.). **Escutando a Família**: uma abordagem psicanalítica. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1991. p.9-27.

_____ *Apartheid* clínico: uma visão violenta e autoritária da prática clínica. **Cadernos do SPA: Uma prática em debate**, n.5, 1993. 30p.

WINNICOTT, Donald. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975. 203p.

_____ **O ambiente e os processos de maturação**. Estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983. 268p.

_____ **Textos selecionados. Da pediatria à psicanálise**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993. 455p.

ZALUAR, Alba. **Da revolta ao crime S.A.** Rio de Janeiro: Moderna, 1984. 184p.